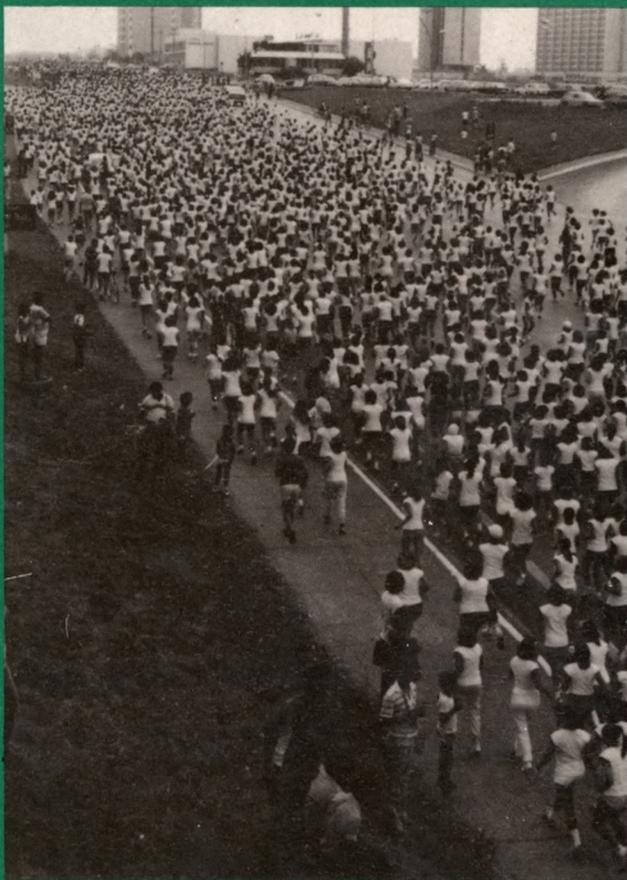


DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Construção da Cidadania



PROGRAMA NACIONAL DE

desburocratização



Editora Universidade de Brasília

A Construção da Cidadania

A noção de cidadania atinge as mais diversas formas da existência humana e foi procurando mostrar todas as questões emergentes destas formas de vida que se realizou o segundo seminário da série sobre *A Universidade Brasileira e a Constituinte*: um seminário voltado especialmente para *A Construção da Cidadania*. Organizado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, entre novembro e dezembro de 1985, o seminário reuniu líderes sindicais, representantes de minorias indígenas e de grupos negros, feministas, jornalistas, psicólogos e professores em geral.

O objetivo foi analisar de que modo o cotidiano da vida de um cidadão brasileiro deve figurar no futuro texto constitucional. Quando se imagina o sem-número de situações em que é necessário o exercício da cidadania, poder-se-ia dizer que a partir do momento em que põe o pé fora de casa, o brasileiro está apto a ser um cidadão nem sempre, infelizmente, na plena posse dos seus direitos. São direitos, por exemplo, que se poderia definir como a cidadania das pequenas causas: o direito de ser pedestre é um deles. Um direito freqüentemente desrespeitado na maioria das grandes cidades brasileiras, mas que se exerce com o risco da própria vida.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A Construção da Cidadania

Organização

Departamento de Sociologia da UnB

Coordenação

João Gabriel Lima Cruz Teixeira

Programa Nacional de Desburocratização



Editora Universidade de Brasília

Este livro ou qualquer parte dele
não pode ser reproduzido por qualquer meio
sem autorização expressa do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70.910 – Brasília – Distrito Federal

Copyright © 1986 by Editora Universidade de Brasília

Equipe Técnica:

Capa: Magno Ernesto Cavalcanti

Coordenação de Produção:
Flávio Gonçalves da Rocha Castro

Revisão e Coordenação Gráfica:
Esmeraldino Henrique da Silva

ISBN 85-230-0211-1

Ficha catalográfica
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Teixeira, João Gabriel Lima Cruz, ed.
A construção da cidadania. Brasília. Editora Universi-
dade de Brasília, c1986.
268 p.

Convênio PrND/UnB

T266c
342.71:321.7 (81) (061.3)

t

SUMÁRIO

Apresentação	7
A Cidadania do Trabalhador Urbano	9
A Cidadania do Trabalhador Rural	51
A Construção da Cidadania Feminina	91
A Cidadania e a Questão Étnica	129
A Cidadania e as Questões Emergentes	185
A Cidadania e os Meios de Comunicação	235

APRESENTAÇÃO

Na oportunidade em que fomos contemplados pelo Programa Nacional de Desburocratização com a possibilidade de o Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília promover dois eventos em torno de questões relativas à Constituinte e à Cidadania, ficamos receosos diante do prazo curto (dois meses) e das inúmeras tarefas com as quais já estávamos comprometidos. Porém, confessamos que a questão da cidadania nos “bateu” porque trata, principalmente, do respeito que, achamos, se deve ter pelo ser humano. Ao mesmo tempo, a inclusão da cidadania enquanto meta realizável pelo então “Programa Nacional de Desburocratização”, significou um avanço no sentido da sua construção e do respeito a que nos referimos, nestes tempos de Nova República.

A oportunidade também se revelou adequada para levarmos adiante a proposta de nova administração da Universidade de Brasília e de transformá-la num *locus* privilegiado de um Foro Nacional Permanente de Debates sobre temas relevantes ao processo de democratização do País, tais como os apresentados pelo Programa Nacional de Desburocratização.

Realizamos os eventos e este que agora apresentamos sobre *A Construção da Cidadania* nos é altamente gratificante. É o que “pinta” quando tentamos avaliar o acontecimento. E ele está aí, transcrito, editado e publicado.

Seria realmente estimulante se pudéssemos parar por dois dias e promover um debate para discuti-lo. Naturalmente, estou me referindo aos Anais do Seminário *A Construção da Cidadania* que tivemos o prazer de organizar.

Primeiro, parece-nos que a questão inicial seria a de estabelecer critérios de relevância para alguns dos temas tratados aqui. Por exemplo: o campo erótico é relevante ou irrelevante? Por que não se tratou de idosos, “aleijados”, lésbicas, *drug-addicts*, crianças espancadas, menores abandonados?

As lacunas existentes de grupos e linhas de opinião (e atuação) que, porventura, aqui não estejam representados podem ser atribuídas a fatores desculpáveis. Primeiro, a própria amplitude do conceito de cidadania que restringiu a possibilidade de uma maior diversidade na concepção do Seminário. Gostaríamos de ter convidado mais gente se o tempo (e os recursos) tivessem permitido.

Concebido para ser um debate exploratório, *A Construção da Cidadania* conseguiu transcender apenas esta função, através da permissão criada no sentido da coloquialidade. Talvez aí resida a sua maior virtude.

Admitimos a facilidade inerente à proposta de coloquialidade. Por ora, podemos apenas acrescentar que um sinônimo relativo de coloquialidade seja descontração, mas esta palavra, naturalmente, nos leva a uma outra leva de problemas semelhantes e dissemelhantes.

De qualquer forma, esclarecemos que a coloquialidade dos painéis foi mantida, sempre que possível (salvo os inaudíveis) para mostrar o grau de articulação (ou competência) dos participantes ao expressarem suas opiniões e posições de cidadãos. Talvez seja esta uma única resultante profícua que redime a idéia de se publicar os “Anais” de qualquer evento. Garantimos, porém, que os leitores encontrarão nestes “Anais” momentos delicados que realmente nos tocarão a todos. Infelizmente, muito não foi gravado, senão o quadro estaria completo.

Achamos, por exemplo, a partir da experiência, que o conceito de cidadania excita a nossa curiosidade porque ele expande a nossa percepção das diversas formas da existência humana. A cidadania aponta-nos no sentido da possibilidade de se atingir um *quantum* maior de felicidade enquanto membros de algo a que chamamos de gênero humano e que, por isso mesmo, não precisamos ficar a espera do socialismo. Parece-nos claro que direitos sociais conquistados, tais como o direito à educação, à saúde, à moradia e ao trabalho, precisam ser postos sob a perspectiva de um conjunto de metas que devem ser buscadas sempre, já que são fatores necessários, assumidos e componentes da tal felicidade. Mas não pára aí, a construção da cidadania nos leva a expandir a capacidade humana de compartilhar, aceitar, tolerar e, até mesmo, curtir a enorme diversidade dos cidadãos com quem convivemos.

Enfim, foi um prazer muito grande reunir tanta gente conhecida, competente e, permitam-nos dizer, simpática.

João Gabriel Lima Cruz Teixeira
Departamento de Sociologia da UnB

A CIDADANIA DO TRABALHADOR URBANO

Coordenador

Pedro Demo

(Secretário-Geral do Ministério da Desburocratização)

Expositores

Luís Werneck Viana

(Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ)

Leôncio Martins Rodrigues

(Universidade de São Paulo)

Lúcio Antônio Bellentani

(Comissão de Fábrica da Ford)

José Dirceu de Oliveira e Silva

(Secretário-Geral do PT-SP)

José Geraldo de Souza Júnior

(Chefe da Assessoria Jurídica da UnB)

COORDENADOR (Pedro Demo) – Os oradores serão o dr. Luís Werneck Viana, professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ; professor Leôncio Martins Rodrigues, professor de Ciências Sociais da USP; Lúcio Antônio Bellentani, da Comissão de Fábrica da Ford; José Dirceu de Oliveira e Silva, secretário-geral do PT – São Paulo e José Geraldo de Souza Júnior, chefe da Assessoria Jurídica da UnB.

Antes de iniciarmos, vamos estabelecer algumas regras do jogo: cada orador dispõe de 20 minutos e, em seguida, o debate estará aberto.

Vamos começar pela ordem casual. Concedo a palavra ao dr. Leôncio Martins Rodrigues, professor de Ciências Sociais da USP.

LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES (USP) – O tema de hoje é “Cidadania do Trabalhador”. O dr. Luís Werneck Viana já denunciou o que eu ia dizer, mas ele só percebeu o início.

Em 1949, Marshall, autor inglês, publicou um artigo que se tornou famoso, chamado “Cidadania e Classe Social”. Não sei se ainda continua sendo lido nas Ciências Sociais. Nesse artigo, Marshall entendia que a cidadania era composta por três tipos de direito: uma parte que envolveria os direitos civis e que seria composta fundamentalmente pelos direitos necessários às liberdades individuais; liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, de pensamento, de fé, direito de propriedade, de fazer contratos, de ter acesso à Justiça, etc. Depois, ele distinguia uma parte da cidadania, que era a política, que envolveria mais propriamente os direitos políticos do cidadão: o direito de participar no exercício da política e, principalmente, o direito de votar e ser votado. Depois, ele distinguia um terceiro componente da cidadania, que compreenderia os chamados direitos sociais; fundamentalmente o direito de ter um mínimo de bem-estar social. Marshall entendia que os direitos civis foram, principalmente no caso da Inglaterra, característicos do século XVIII, os direitos políticos do século XIX e os direitos sociais do século XX.

Nesta análise de Marshall, que implica uma concomitante ampliação dos direitos de cidadania, falta um aspecto extremamente relevante a que quase chamaria “a cidadania na fábrica” ou a “cidadania econômica”. Mesmo adquirindo todos esses direitos – os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais –, o trabalhador, principalmente o operário da indústria moderna, dentro da empresa está submetido a um sistema de autoridade. O trabalhador na fábrica é pensado como um executante,

simplesmente realiza tarefas que são planejadas e cedidas por outros. A fábrica constitui, assim, um sistema de autoridade. Esse sistema pode ser mais duro ou mais frouxo, mas existe, porque, de outra maneira, a fábrica não teria condição de funcionar. A indústria moderna exige comando e quem fala em comando fala também em algumas pessoas que são comandadas.

Este aspecto é fundamental para o trabalhador, porque ele vive na empresa pelo menos durante 8 horas diárias.

Então, um aspecto muito importante, e nem sempre é pensado pelos políticos, é o que chamaria a “cidadania do trabalhador na empresa”, ou seja, uma parte da cidadania que envolveria os direitos do trabalhador, isto é, enfim, todos aqueles direitos que estão relacionados com a limitação da autoridade gerencial. Digo autoridade gerencial, e não patronal. Significo com isto não só aquela parte relacionada especificamente com a propriedade privada, como envolvo também as empresas que são estatais e que possuem também o sistema de autoridade.

Se no século XIX se tratava fundamentalmente de limitação do que chamariamos de uma autoridade patronal, do proprietário, hoje é preciso pensar na questão sob ponto de vista mais amplo, de maneira a envolver as empresas estatais, aquelas que são dirigidas por administradores profissionais. Nem por isso a empresa se torna necessariamente mais democrática.

Então, é fundamental para o trabalhador deter, na sua vida de trabalho, uma participação maior no sistema de decisão. Deve ser também participante no conjunto de decisões que o afetam diretamente.

Na Europa, e até mesmo nos Estados Unidos, os trabalhadores, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, avançaram muito no sentido de uma restrição da autoridade gerencial e no sentido de uma participação ampliada no sistema decisório a nível da empresa. Além de uma pressão no plano do sistema político, o sindicato foi capaz de exercer uma pressão no interior da fábrica. O sindicato foi para dentro da empresa, conquistou uma série de vitórias e obteve uma série de conquistas.

Nos Estados Unidos, os sindicatos, embora não muito bem implantados no conjunto da sociedade, em alguns ramos industriais se consolidaram no interior das empresas e têm um poder de veto muito grande a certas decisões da empresa. Na Inglaterra, já antes dos Estados Unidos, após a Primeira Guerra, houve o estabelecimento dos comitês mistos de consulta, de que os trabalhadores participavam e eram informados de uma série de aspectos da vida da empresa. Esses comitês não têm ainda um poder de decisão, mas exercem uma pressão, talvez até de natureza moral, sobre a administração interna da empresa. Os trabalhadores têm algum meio de obter informações e de influenciar as decisões que afetam o próprio trabalhador, sobretudo nas questões de administração da empresa, nas

questões sociais, como aposentadoria, transferência, desemprego, escalas de salários, e assim por diante.

Depois da Guerra, ainda na França, vimos o movimento dos comitês de empresas, que conseguiram levar os sindicatos para dentro das fábricas francesas, de onde eles estavam muito afastados. Porém, foi na Alemanha que esse movimento de ampliação da participação dos trabalhadores, esse movimento que envolve uma questão a que poderíamos chamar também de uma democracia industrial, avançou mais. Depois da II Guerra, na Alemanha, um pouco estimulado também pelo setor sob a ocupação inglesa, estimularam-se várias formas de participação dos trabalhadores na administração das empresas alemãs. No caso, a intenção foi limitar ou tornar mais difícil a repetição do fenômeno nazista: diminuir o poder do grande patronato alemão. Foi a partir de 1951 que surgiram muitas leis tratando da participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Nesse movimento, através de medidas legislativas, foi obtido o estabelecimento obrigatório de conselhos de estabelecimentos, que aqui no Brasil poderíamos chamar de "conselhos de fábrica", que reúnem unicamente representantes dos trabalhadores. Depois, na indústria do aço e na indústria do carvão, foi obtida, como os srs. provavelmente sabem a participação paritária na gestão das empresas.

No Brasil, o movimento sindical esteve notavelmente ausente do interior das fábricas. Mesmo naqueles momentos de pico do movimento sindical brasileiro, mesmo naqueles momentos em que o sindicalismo entre nós obteve papel proeminente na vida política, os sindicatos estiveram ausentes das fábricas. A força do movimento sindical, nesses momentos de pico, foi externa à empresa. Especificamente no começo da década de 60, durante o Governo Goulart, o movimento sindical brasileiro, especificamente as correntes agrupadas no Comando Geral dos Trabalhadores, tiveram inegavelmente uma importância política bastante grande. Porém, essa importância se manifestou a nível do sistema político nacional e não afetou, de modo algum, o sistema social das empresas, não afetou o sistema de relações internas. Praticamente deixou intactas todas as formas de gestão autoritária, em que o poder se concentrava nas mãos da direção da empresa e, daí, iam para os supervisores. O movimento sindical até 64, portanto, descuidou desses aspectos que são fundamentais para o trabalhador, que o afetam na sua vida diária, no seu cotidiano.

Assim, tivemos, no período 61/64, uma situação paradoxal: o movimento sindical com peso bastante grande na política brasileira, influenciando o sistema decisório nacional, porém, muito debilmente implantado dentro das fábricas. O movimento sindical nesse período pode ter assustado os proprietários de empresas, porém, não os incomodou internamente na fábrica, porque era um movimento sindical voltado para fora, voltado para o Estado. Depois do golpe militar de 64, todos sabem que o movimento sindical desaparece no Brasil; vai reaparecer em fins da

década de 70 e, a meu ver, com muitas características novas. Uma delas realmente essencial, constituindo talvez o aspecto mais inovador do movimento operário nestes últimos anos, foi sua reorientação para o interior das fábricas. O movimento sindical não se limitou a certo tipo de reivindicação mais geral e habitual, como os reajustes salariais, mas tratou de colocar um conjunto de questões que afetavam o sistema de relações internas da empresa.

Nesse reaparecimento do movimento sindical é que vemos ressurgir algo bastante novo no Brasil – talvez até já tenhamos algumas experiências no passado, mas não conseguiram consolidar-se: o fenômeno das comissões de fábrica, que constituem uma forma de representação dos trabalhadores no interior das empresas. Basicamente limitam a autoridade patronal, aumentam o poder de os trabalhadores influenciarem certas decisões ou certos aspectos da vida da empresa que estão fundamentalmente ligados à vida cotidiana do trabalhador na fábrica. A comissão é algo que, sob esse ponto de vista, vem e toca um aspecto, às vezes deixado de lado, da dignidade do trabalhador, de este não ser um mero objeto de que a gerência dispõe, coloca de um lado para outro como bem entende, apenas nisso limitada pela Legislação do Trabalho, que, de todo jeito, é distante e não consegue oferecer uma efetiva proteção ao trabalhador nesses aspectos ligados à vida da empresa.

Assim, temos aí, a meu ver, algo bastante novo na história do movimento operário brasileiro. Por outro lado, esse aspecto é novo também, porque se trata da criação de instituições de representação dos trabalhadores que não estão subordinados à estrutura sindical oficial. São formas de representação, são instrumentos de pressão e participação dos trabalhadores que estão vinculados diretamente aos próprios trabalhadores da empresa e que, conseqüentemente, tendem a possibilitar um controle mais democrático dos trabalhadores sobre os seus próprios dirigentes no interior das grandes empresas.

Acredito – e talvez seja este um ponto para discutirmos aqui – essas comissões de fábrica, essas formas de representação dos trabalhadores – talvez um termo mais correto fosse “comitê de estabelecimento” ou “comissões de representação em estabelecimentos ou em companhias”, para abranger também aquelas situações de trabalho que não são fabris – acredito que essas comissões de fábrica podem eventualmente constituir uma base para a renovação da estrutura corporativa no Brasil.

A estrutura sindical corporativa no Brasil, essa forma de sindicalismo oficial, é uma instituição surgida de fora do movimento sindical, pois, como todos sabemos, foi imposta autoritariamente pelo Estado. Talvez por isto esteve longe da fábrica. Talvez devido a sua origem, o sindicalismo corporativo brasileiro não criou instituições que permitissem ao trabalhador interferir ou limitar a autoridade patronal e ter controle sobre certas decisões que o afetam muito diretamente. Não estou dizendo que

esse sindicalismo corporativo não tenha dado um conjunto de vantagens aos trabalhadores. Esta análise não seria correta, vez que, de fato, por uma via legal, autoritariamente, o Estado concedeu, a partir da década de 30, uma série de vantagens efetivas aos trabalhadores. Não gostaria de minimizar, pois seria uma análise incorreta, e os exemplos são desde a Lei de Férias à regulação da jornada de trabalho em 8 horas, a lei de proteção ao menor, à mulher, assim por diante. Um conjunto de vantagens foi dado à classe trabalhadora que, a meu ver, foram sentidas como tais, como vantagens que os operários adquiriram. Provavelmente esse fato explica a grande longevidade dessa estrutura sindical corporativa. Se fosse sempre algo muito prejudicial à classe trabalhadora, aos empregados, provavelmente essa legislação não teria essa longevidade que teve entre nós. O fato é que ela é algo externo: leva a reclamação, a demanda, a queixa do empregado para fora da empresa. Então, se alguém tem alguma reclamação, vai à Justiça do Trabalho. Tirou o sindicato para fora da fábrica, ao contrário de uma tendência dominante em quase toda parte do mundo, a do sindicato se implantar no interior da empresa e poder atuar numa série de áreas sociais, que são importantes para o trabalhador.

Questão que talvez valesse a pena discutir aqui, em termos da “Cidadania do Trabalhador”, é a forma de representação dos empregados no interior da fábrica e das empresas. Provavelmente o grande tema do movimento sindical para os próximos 5 ou 10 anos seja o papel dessas comissões, de suas relações com o sindicato: se deve ser subordinada ao sindicato ou deve ser uma entidade autônoma, que seja subordinada aos próprios empregados da empresa.

Paro por aqui. Talvez haja oportunidade para voltar-se à discussão deste ponto, especificamente depois que o sr. Lúcio Antônio Bellentani, da Comissão de Fábrica da Ford, tiver oportunidade de explicitar mais completamente o funcionamento dessas comissões.

COORDENADOR (Pedro Demo) – A palavra será concedida, agora, ao professor Luís Werneck Viana, do IUPERJ, Rio de Janeiro.

LUÍS WERNECK VIANA (IUPERJ) – Parto do problema que o dr. Leôncio Martins Rodrigues nos deixou, com o qual tenho grande concordância.

Há um tema no Marshall, na construção conceitual da cidadania, sobre o qual é interessante nos determos um pouco.

Ao final de sua construção, o Marshall está tratando de um processo que conduz à incorporação da classe operária à ordem burguesa prevalecente, que foi na Inglaterra – é o modelo dele – resultado de um processo secular dos direitos civis aos direitos políticos e que culminou com o movimento “cartista”, num processo de efetiva incorporação da classe operária ao sistema da ordem prevalecente.

Pergunto se esta situação – o paradigma inglês, digamos assim – é pertinente ao nosso caso? Se o coroamento da cidadania, da conquista da cidadania pelas classes modernas vai ter a mesma repercussão?

Meu entendimento é que não, e por várias razões. Essa construção da cidadania entre nós é muito complexa, é um processo muito complicado e demanda que façamos uma incursão histórica, só para tentar matizar alguns problemas também lembrando que ainda há muito para ser estudado e ser pesquisado nesta direção.

Nas eleições presidenciais de 1984 apenas 2% da população votou. Em toda a Primeira República, o número de eleitores não ultrapassou os 3 e tanto por cento do total da população, o que é bem indicador da exclusão política. Além disso, devemos nos recordar da natureza da Carta de 1891, uma Carta de dogmática ortodoxia liberal, que impediu que se criasse uma legislação protetora do trabalho, a pretexto de que atentaria contra a liberdade contratual, essa intervenção externa do Estado sobre o mercado de trabalho.

Temos, como contexto geral da Primeira República, a idéia de que, talvez do ponto de vista político e do ponto de vista social, seja a mais inclusiva, a mais compreensiva, a mais abrangente sobre esse período, a idéia da exclusão política, a idéia da exclusão social, exclusão que não afetava apenas as classes subalternas. Dizia respeito também a segmentos importantes da sociedade brasileira de outra extração: as camadas médias, claramente. Nos anos 20 há movimentos de grande efervescência no que se refere às camadas médias brasileiras. Basta ter-se em conta o que foi a movimentação da fração jovem da *intelligentzia* militar, que criou neste País os movimentos dos mais radicais que conhecemos. Creio que bem mais radical que os movimentos que conhecemos lá pelos anos 68, 69, 70: os “18 do Forte”, a “Coluna Prestes”, o “Levante de 24” em São Paulo.

Há no contexto da Primeira República a “Rebelião dos Excluídos”, realizada pelo movimento operário, através do anárquico sindicalismo dos anos 10, a constituição do Partido Comunista em 22, a constituição do Bloco Operário e, depois, do Bloco Operário Camponês. Há a movimentação dessa fração jovem da *intelligentzia* militar, e também, em outra ponta – num processo que tem a ver com isto – um repensamento a respeito do País, da sua cultura, promovido pela “Semana de Arte Moderna”. O mundo da Primeira República é muito fecundo, muito fértil, para que entendamos hoje uma questão como esta, da cidadania e da constituição de uma ordem burguesa-democrática neste País, algo que ainda está no nosso horizonte, algo ainda não dominado, ainda não realizado.

É fato que o liberalismo não foi capaz de incluir os excluídos nem de se renovar ou de se inovar no sentido da sua democratização. A ordem da Primeira República, quando cai, cai com ela o liberalismo político, a Carta de 91, os pressupostos liberais que desde o Império vinham animando e constituindo mesmo os pressupostos políticos e ideológicos que organi-

zavam o nosso Estado-Nação ainda em processo de constituição. À grande movimentação cultural, política, sindical, operária, a resposta será dada através de outro tipo de pressuposto, outro tipo de organização das relações entre Estado e sociedade, entre política e economia, que serão todos expressos através da fórmula corporativa. Essa fórmula inclui uma fração dos excluídos. Daí a minha concordância com o dr. Leôncio Martins Rodrigues ser grande, no que se refere ao tema do sistema dos benefícios que a Consolidação das Leis do Trabalho, a Legislação Social varguista vai contemplar.

Quando finalmente aceita a participação desses novos seres, fruto da modernidade capitalista, que teve um enorme êxito no curso da Primeira República, a partir da expansão anterior da economia agroexportadora – o processo de urbanização, que intensificou o processo de diferenciação e “complexificação” da vida social, das novas profissões, da aparição de novos estratos, da própria classe operária, estes seres são incluídos sob controle. A fórmula corporativa permitiu esta difícil operação de fazer com que uma ordem burguesa ainda incipiente, ainda embrionária, tivesse condições de interpelar uma nova multidão de novos seres políticos e sociais, sem que a emergência desses novos seres atentasse em relação ao sistema da ordem burguesa ainda precária, particularmente no momento – como foi aquele – de transição para o capitalismo industrial, num processo capitaneado pelo Estado e seus aparatos de intervenção sobre a sociedade e sobre a economia.

Não há dúvida de que 1930 significa, para o trabalhador urbano, um momento fundamental sob o ponto de vista histórico, da sua elevação à cidadania, fundamentalmente no que se refere aos direitos sociais. Só que essa concessão importou um preço – a expropriação política dos trabalhadores urbanos e do sindicalismo, transformado este numa agência paraestatal, particularmente tal como dispôs a Carta de 1937. Neste sentido – e uso um neologismo, um pouco para provocar – foi como que a classe operária brasileira tivesse sido *estatizada*, se tivesse tornado também uma coisa do Estado. Sabemos que teve profundas repercussões, nos momentos subseqüentes, essa forma de articulação entre Estado e sindicalismo, Estado e movimento operário, que gerou um sindicalismo fundamentalmente de cúpula, embora tenha havido momentos, como 53, 61/64, que consistiram em efetivas reações, mas dentro de um marco ainda muito preso ao da estrutura corporativa, exercendo entre nós, não só muita eficácia como também muito encantamento.

Por exemplo, o primeiro curso que fiz foi de Direito e foi meu professor de Direito do Trabalho, o professor Joaquim Pimenta, um dos dirigentes da greve de Pernambuco, em Recife, que teve uma história anárquico-sindicalista, muito brava e que acabou como um dos homens de Vargas no Ministério do Trabalho, que criou a Legislação Social. Uma das coisas com que ele bombardeava a nossa então jovem e imatura cabeça era

que o Direito do Trabalho brasileiro era o Direito mais avançado do mundo, que as conquistas sociais aqui não tinham paralelo. Efetivamente, isso era uma ideologia, particularmente manifesta nas Faculdades de Direito, e que se reproduzia também no sistema judiciário, através dos Tribunais Trabalhistas que a Constituição de 46 incorporou ao Poder Judiciário, dando outro *status* a este Poder particular, num atentado ao liberalismo. Pontes de Miranda foi um dos primeiros a notá-los nos seus "Comentários à Constituição de 46".

Enfim, na medida em que essa Justiça do Trabalho tem poder constituinte permanente e, num sistema liberal, só pode ser fruto dessa ação constituinte do Poder Legislativo. O Judiciário trabalhista legisla constituintemente todo tempo em matéria de relações de trabalho.

Esta é uma observação de Pontes de Miranda, feita na aurora da Carta de 46. Tudo que se levou para dentro do Supremo Tribunal Federal nos anos seguintes, denunciando essa natureza corporativa antitética ao liberalismo e à Carta de 46, foi derrotado no Supremo. O Supremo sempre confirmou a natureza dessa legislação como algo perfeitamente consentâneo com as regras jurídicas liberais e com o espírito dos pressupostos da Carta de 46.

Essa legislação prevê a capacidade de criar, então, uma cidadania como que regulada pelo Estado, não livre, portanto, neste último surto do processo de modernização capitalista porque passamos nestes 20 anos, de certos processo sociais que atuaram de maneira muito poderosa no sentido de desorganizar, no campo e nas cidades, as formas tradicionais de controle. À tarde, será examinada a questão do trabalhador rural. Não quero avançar neste ponto. Apenas situo-o muito rapidamente. Há mais de uma década se observa a mudança no voto do campo, do eleitor rural, em função mesmo de que as formas tradicionais de domínio político no campo foram erodidas, desgastadas pela penetração do capitalismo. O mesmo processo se deu no que se refere aos trabalhadores urbanos, a partir das formas de industrialização que se introduziram aqui, em meados dos anos 50, e que tiveram seu pleno florescimento e suas conseqüências se tornaram mais patentes, mais evidentes, depois de 64. É evidente que o ABC é uma manifestação neste sentido. Toda essa problemática sindical, que tende a aparecer tendo como eixo de gravitação a empresa e não o sindicato, tem a ver com a modernização do sistema produtivo, a modernização industrial, este processo de transformação capitalista porque passamos.

Esse desgaste das formas tradicionais de controle das classes subalternas vem impondo a questão da cidadania livre e plena como um fato emergente na nossa sociedade. A esta altura, a greve é um bom indicador, por causa da sua expressão quantitativa, e também qualitativa. Se fizermos uma análise das greves de 1978 para 1985, vamos observar um conjunto de elementos muito interessantes: o primeiro deles são as greves por empresa. Isso foi observado por várias pessoas, por vários autores. Estou tentando

encontrar a maneira de terminar que tenha a ver com o tema da incorporação conforme Mashall, e estou chegando exatamente a este ponto. As greves por empresa são hoje largamente dominantes.

De outra parte, do ponto de vista da ordem burguesa constituída – e nota-se isto nesse processo de transição, que me parece favorável, embora o que eu vou dizer agora, inclusive, oferece perspectivas muito otimistas – nota-se que essa ordem não tem sido capaz de apresentar uma reforma e novas instituições que sejam incorporadoras e inclusive das classes subalternas, porque essa transição é fruto de uma negociação necessária com o antigo regime.

Nessa medida, a conquista de uma livre e plena cidadania, numa situação como a nossa, longe de significar uma incorporação das classes subalternas à ordem burguesa, significa – isto sim – a aparição de um novo sujeito com um projeto alternativo de ordenação do social e em competição com o sistema da ordem existente, na medida em que, inclusive, essa cidadania livre e plena que as classes subalternas agora tinham por conquistar é muito mais resultado da sua ação do que de uma ação incorporadora do sistema da ordem existente.

COORDENADOR (Pedro Demo) – Concedo a palavra ao sr. Lúcio Antônio Bellentani, da Comissão de Fábrica da Ford.

LÚCIO ANTÔNIO BELLENTANI (Ford) – Vou pegar a questão a partir de 64, quando começa a haver uma concepção diferente de como deve caminhar o movimento sindical.

Embora tenha havido lutas intensas no terreno sindical, embora tenha havido grandes mobilizações, grandes conquistas, o movimento sindical até 64 era predominantemente determinado pelos partidos políticos, e não pelo próprio movimento sindical em si, ou seja, também de outra forma até hoje, numa escala um pouco menor, devido à própria transformação, o operário neste País sempre foi usado como massa de manobra pelos partidos políticos, pelas entidades, por todos. Hoje, o trabalhador está se organizando de forma diferente, de tal forma que começa a causar um pânico geral.

Também quero salientar algumas omissões que os historiadores e muitos sindicalistas fazem em relação ao movimento pós-64. Demarca-se em demasia que o ressurgimento do movimento sindical começa a partir de 75, 78, com aqueles movimentos do ABC, como que se durante o período de 64 até 78 não tivesse havido nenhuma resistência dentro das fábricas, não tivesse havido nenhum movimento, nenhuma reorganização.

Iniciei no movimento sindical em 62, e mais ativamente a partir de 64. Nesse período eu trabalhava na Volkswagen. Era uma repressão tremenda, mas tínhamos organizações dentro da fábrica, mescladas inclusive: sindical e política. Em 66, 67, 68, aconteceram greves dentro da Volkswagen, por seções; aconteceram greves na Mercedes; aconteceram greves na Willys. É

que tudo isso era abafado, tudo isso era pensado lá embaixo, para que não surgisse essa questão à público. Lembro-me que na Volkswagen tínhamos uma organização sindical clandestina, com mais de 100 operários, que, inclusive, contribuíram mensalmente para que se pudesse fazer boletins, para que se pudesse fazer a divulgação do movimento e se pudesse organizar movimentos por aumento de salário, por uma série de outras questões internas. O mesmo ocorria na Willys e nas outras fábricas.

Em 68, tivemos um grande movimento na COBRASMA, em Osasco. Depois, em 78, na Caterpillar de São Paulo, quando surge a primeira comissão de fábrica durante o período de repressão. Também em 78 iniciase o movimento em São Bernardo do Campo. Não foi um movimento propriamente organizado pelo Sindicato, e sim surgido de dentro da própria fábrica, da organização dos próprios trabalhadores da Scania. É evidente que o Sindicato dirige o movimento, o assume e começa o desencadeamento de lutas na categoria, movimento esse que depois se estende para São Paulo, e aí por diante. Mas foi uma iniciativa de organização interna do trabalhador que começa a fazer o enfrentamento. Ai, sim, começa uma nova forma de relacionamento entre trabalhador e sindicato, com o enfrentamento aos patrões e ao regime.

De lá para cá, veio crescendo, e a questão mais recente que vemos dentro das fábricas é a conquista concreta das comissões de fábrica, conquista essa que, para mim e para o conjunto dos trabalhadores, significa exatamente a reconquista da dignidade do trabalhador dentro da fábrica. Por que representa a reconquista da dignidade? Representa a reconquista da dignidade porque é uma organização surgida do trabalho, da mobilização do próprio trabalhador no seu local de trabalho, que permite a esse trabalhador negociar condições de trabalho, salário, enfim, toda uma série de problemas, diretamente com o empregador. De certa forma, tal fato tem causado muita preocupação para muita liderança sindical, para muita liderança política, que vêm fugidas das mãos da sua direção, determinadas organizações e o comando do movimento em si. Nós, das comissões de fábrica defendemos, sim, a autonomia dessas comissões, tanto em relação ao sindicato como em relação aos partidos políticos.

É evidente que essa autonomia não significa um desligamento do sindicato, e sim que a autonomia que as comissões de fábrica reivindicam é aquela que, no trato das questões internas da fábrica, seja tratada pelos próprios trabalhadores ali envolvidos. Essas comissões de fábrica são eleitas livremente pelos próprios trabalhadores, independentemente da tendência política que tenham os trabalhadores que compõem essa representação. Ao mesmo tempo, somos também contrários à partidarização do movimento sindical, porque entendemos que o movimento sindical tem que ser dirigido pelos próprios trabalhadores, e não pelos partidos políticos. O partido político tem que definir a sua linha sindical a partir do movimento dos

trabalhadores, e não querer impor uma linha sindical, uma forma de luta, uma forma de organização de cima para baixo.

Tal situação tem causado problemas, até sérios. Vejamos essa questão específica em São Paulo. Por exemplo, eu trabalho na Ford-Ipiranga e tem sido um problema bastante sério o nosso relacionamento com o Sindicato de São Paulo, que não aceita a autonomia dessa comissão em relação à sua direção, embora nós, enquanto trabalhadores, reconheçamos que o Sindicato é a instituição maior que o trabalhador tem, em termos de categoria. No entanto, no trato da questão interna, o sindicato tem que exercer o papel de assessoria a essas comissões.

Outra questão que acontece com a conquista das comissões de fábrica é também uma modificação nos sistemas de reivindicação e de negociação com o patrão; temos que fazer uma inversão no movimento sindical, tirá-lo desse eixo economicista, que sempre foi somente a questão econômica, a reivindicação econômica e, em segundo plano, ficava a reivindicação social. Entendemos que a grande conquista para o trabalhador é a garantia das questões sociais. A partir daí é que se vai ter a garantia concreta da questão econômica.

É evidente que o que mobiliza, o que é mais fácil se fazer, no movimento sindical, é a reivindicação economicista. A questão econômica é aquela que mobiliza. A reivindicação social é aquela que dá o trabalho ao passar a questão política para o trabalhador, o que significa, concretamente, começar-se a dar consciência ao trabalhador de que o relacionamento dele com o Estado e com o patrão é uma luta de classes, e, enquanto luta de classe, ela tem que ser dirigida, porque vivemos num regime capitalista, num País capitalista e somos explorados por empresas capitalistas. É necessário que se dê consciência ao trabalhador do que é a luta política.

Costumo dizer que hoje, no Brasil, o movimento sindical do ABC é o expoente maior, é o que reflete a maior combatividade, o que reflete o maior nível de organização, etc. Infelizmente não é um movimento que reflete consciência de classe. O trabalhador do ABC, hoje, tem consciência de luta, mas ainda falta ser dada consciência de classe – não só aos companheiros do ABC como a todos os trabalhadores a nível nacional.

A comissão de fábrica representa, no meu entender, o marco inicial dessa briga, o marco inicial dessa luta. Por quê? Porque, por mais combativa, por mais ativa, por mais dinâmica que possa ser uma direção sindical, ela não tem condições de viver aqueles problemas do dia-a-dia, do minuto-a-minuto, da hora-a-hora, que o trabalhador sofre no pé da máquina, que o trabalhador sofre dentro da empresa. A comissão de fábrica tem essa condição, pois está acompanhando o trabalhador minuto-a-minuto, está discutindo com o trabalhador essas questões. Assim, não num futuro bem próximo, mas nos próximos 5, 6 anos, a tendência é de as comissões de fábrica começarem a ser realmente as direções sindicais deste

Pais. Já sentimos essa questão em muitos locais, o que é muito salutar. Na semana passada, por exemplo, fizemos uma reunião das quatro comissões de fábrica da Ford do Brasil, quando sentimos companheiros de São Bernardo, companheiros de Osasco, fazendo uma defesa bastante firme da autonomia das comissões de fábrica em relação aos seus sindicatos. Isso começa a ganhar corpo dentro do movimento sindical.

Outra questão também bastante importante – e podemos dizer que essa bandeira nasceu em São Paulo, no seio da oposição, da comissão de fábrica da Ford – Ipiranga – é que as comissões de fábrica devem permanecer fora da estrutura sindical, seja qual for essa estrutura sindical.

O grande debate hoje, no movimento sindical, é uma nova estrutura que viria com a aprovação da Convenção 87. Defendemos que as comissões de fábrica não podem estar dentro da estrutura sindical, e isso não está em contraposição com uma nova estrutura que venha a definir uma representação sindical dentro da fábrica, e se tenham dois ou três sindicatos numa mesma base. Como funcionaria a comissão de fábrica, como seria compatível esse funcionamento, tendo-se outras representações sindicais dentro da fábrica?

Partimos do seguinte princípio: hoje, temos três centrais sindicais se esboçando – uma se firmando mais do que as outras, no caso a CUT. Partindo desse princípio de que se tendo três centrais sindicais, haveria invariavelmente três sindicatos ou três tendências sindicais dentro da fábrica. A eleição ou a escolha dessas representações sindicais é feita pelos membros associados a esses sindicatos ou a essas centrais sindicais. Sabemos perfeitamente bem que nem todos, não é a totalidade dos trabalhadores que é sindicalizada ou que se filia a essa ou àquela central sindical. Como ficariam os trabalhadores não sindicalizados? Não teriam direito à representação alguma dentro da fábrica? Então, a comissão de fábricas vem exatamente para garantir esse direito de representação, porque essa comissão é eleita e os elementos a serem eleitos são o conjunto de todos os trabalhadores dentro da fábrica, sindicalizados ou não, o que não impede de se ter uma ou mais representações sindicais dentro da fábrica, desde que, escolhidos e eleitos pelos trabalhadores, eles façam parte dessa comissão de fábricas. É o que garantiria a unidade dessa base, independentemente das várias facções políticas ou sindicais que possam compor esse conjunto de trabalhadores.

Esta questão também começa a ganhar corpo dentro do movimento sindical, começa a ganhar maiores defesas neste sentido.

Para encerrar, porque o tempo já está se esgotando, exemplo vivo dessas mudanças que estão acontecendo a partir do ambiente de trabalho, e não a partir das cúpulas sindicais: hoje é dentro do grupo Ford aqui, no Brasil, que há as organizações de comissões de fábrica mais efetivas, melhor estruturadas e mais bem organizadas. Desde o ano atrasado, vimos reunindo essas comissões de fábrica e discutindo o encaminhamento de

uma política única de todo o grupo Ford, para as negociações e para o enfrentamento com a própria tática política da Ford. Neste sentido, a Europa está mais avançada, porque já fez três encontros europeus das comissões de fábrica. No início deste ano, tivemos a oportunidade de participar, a nível mundial, de um encontro das comissões de fábrica da Ford. Agora estamos preparando um encontro, que deverá realizar-se de 15 a 17 de janeiro, em São Paulo, um encontro das comissões de fábrica da Ford da América Latina, cujos temas de debates serão: a automação na indústria automobilística, a questão do trabalho participativo – os CCQs (Comitês de Controle de Qualidade), a relação das comissões com os sindicatos e a relação das comissões com a empresa. Desse conjunto pretendemos tirar uma linha comum de algumas questões, para um enfrentamento a nível latino-americano, em relação à Ford. Entendemos que somos várias unidades, mas o patrão é o mesmo, a política de exploração é a mesma. Então, enquanto trabalhadores, temos também que nos organizar neste sentido. Deixo claro: todas as centrais sindicais e os sindicatos estão nos apoiando, bem como a CONCLAT. Foi uma luta, uma briga muito grande para que tivéssemos esse apoio da CONCLAT, pois ela oferece resistências no apoio a esse tipo de atividades. A FITIN – Federação Internacional do Trabalho, também está apoiando, pois, apoiasse ou não, o congresso aconteceria. No entanto, a FITIN está contra a realização desse tipo de encontro. Por quê? Porque foge exatamente àquela questão que coloquei de início: foge do controle das cúpulas, tanto sindicais quanto políticas, e fica sob o controle dos trabalhadores.

É mais ou menos o que tinha a expor. Depois poderemos abordar mais alguma coisa.

COORDENADOR (Pedro Demo) – Vamos passar a palavra ao sr. José Dirceu de Oliveira e Silva, secretário-geral do PT-São Paulo.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA (PT/SP) – Vou aproveitar para entrar um pouco na polêmica e no debate, porque já falaram três e é preciso começar a apontar algumas questões.

Interessa-me e alegra-me, inclusive, a conclusão do professor Luís Werneck, que vai de encontro ou em contradição a algumas questões que o sr. Lúcio Antônio Bellentani levantou.

Temos uma situação histórica, político-social, no Brasil, com relação aos trabalhadores, ímpar: realizar ao mesmo tempo a cidadania social e política. É disso que se trata: realizar ao mesmo tempo a representação sindical dos trabalhadores e a representação política. Esta é uma tarefa, é um objetivo político e um desafio que pode ser visto por alguns como uma utopia, dado o grau de desinformação, de marginalização e de violência institucionalizada sobre o trabalhador no Brasil hoje, seja o trabalhador urbano, seja o trabalhador rural, dado principalmente à política pensada,

planejada, eu diria, de *enquadramento*, mais do que uma política para regular a organização e a representação social e política do trabalhador.

Numa fase de transição política de Assembléia Nacional Constituinte, nos termos em que está colocada pela Aliança Democrática, de transição conservadora, esta questão ganha importância. E o que me chama a atenção é que exatamente aqueles setores dos trabalhadores que tiveram acesso à cultura, tiveram acesso à informação, que romperam a dominação político-cultural da burguesia, resistem, de maneira espantosa, à política, ao Estado, se removem numa visão antiparlamentarista ou anti-institucional, e pressupõem que é possível organizar sem autonomia, seja no bairro ou seja na fábrica. Assim, reforçam a ideologia liberal, reforçam a dominação burguesa ao fazê-lo, porque dão asas e, mais do que asas, dão concretude à teoria da separação do político do social. O trabalhador deve reivindicar, o trabalhador deve criar *lobbies* – aliás, como a burguesia o faz –, mas o trabalhador não deve fazer o seu projeto social e político, não deve enfrentar a questão do Estado. Só o trabalhador no Brasil pode enfrentar a questão das classes e a questão do Estado e da cidadania plena, porque é preciso enfrentar a questão das classes e a questão do capitalismo e do socialismo.

Se os setores que podem ser depositários das lutas e das experiências dos trabalhadores brasileiros e podem resgatar toda a luta do povo brasileiro desde a independência do Brasil, não forem capazes de superar essa contradição, o direito de cidadania será um direito menor, um direito regulado, enquadrado pela burguesia; ou, então, será o direito inscrito na Carta Constitucional, sem correspondência social e econômica. Constatamos o erro que muitas vezes se expande, de que não tem importância escrever em lei as conquistas sociais e econômicas; gravíssimo erro em que incorrem partidos que se reivindicam de trabalhadores, organizações e dirigentes sindicais.

Como poderíamos enfrentar esse desafio num País como o Brasil, nas condições que estamos vivendo? Sejamos otimistas ou pessimistas: do ponto de vista da transição de quem a dirige, da Aliança Democrática, vejo a questão com o mais absoluto ceticismo e pessimismo. Considero que os partidos políticos e as frações e setores da burguesia, ou da burocracia estatal, ou da inteligência brasileira, que trabalham no projeto de transição que estamos vivendo, negociaram o político sabendo que havia uma dissociação do político do social. Sei que se defende que era a única via para se fazer a transição da ditadura militar para uma democracia burguesa. Não considero isso um fato. Considero que havia – exatamente porque estamos tratando de política, do social – uma margem de risco, mas – digo e repito sempre – que o Governo Figueiredo ia cair nas ruas e, antes de cair nas ruas, ia se afastar do cenário, porque já era um governo de *bunker*, sem que isso significasse uma quebra na ordem institucional. em termos de uma quebra da tutela militar sobre o País. Criaria condições para que uma questão

fundamental da democracia, a tutela militar hoje no Brasil, fosse enfrentada a partir de outra correlação de forças.

Do ponto de vista dos trabalhadores, apesar dos 17 milhões de menores abandonados nas cidades e dos 70 milhões de brasileiros que vivem na exclusão social e econômica, ou na fronteira da marginalidade, da sociedade de consumo, acredito que é possível desenvolver formas em um projeto político alternativo, socialista, que enfrente a questão do Estado, enfrente a questão da democracia socialista. Há exemplos disso: as comissões de fábrica – depois vamos entrar na polêmica, mas sem entrar no mérito da avaliação que cada um de nós faz sobre a comissão de fábrica – são um exemplo disso, bem como os conselhos populares que surgem. Em São Paulo, por exemplo, na Zona Leste, existem conselhos de saúde que controlam e fiscalizam o serviço público de saúde, que exercem direitos sobre a destinação orçamentária, a nomeação de funcionários, dirigentes e diretores, e participam do planejamento. Aqui vemos novamente, uma “modernidade”: a tentativa de introduzir no País uma das vertentes da dominação burguesa. É a participação na execução, que, na verdade, visa um rebaixamento dos custos da execução das obras sociais que o Estado tem como dever realizar, sem nenhuma participação no planejamento, o que nos transforma em objeto de pura demagogia eleitoral e clientelista. O controle e a fiscalização da administração pública e a democratização do Estado têm que ser colocadas no centro de preocupação dos trabalhadores, o que significa os trabalhadores desenvolverem um projeto socialista, significa os trabalhadores repensarem o Estado e repensarem a fundação do novo Estado.

Vamos apenas passar a vista nos serviços públicos no Brasil, hoje. Em São Paulo – em todo o Brasil e em São Paulo de maneira mais acentuada – os hospitais privados que simplesmente foram criados com repasse de recursos públicos a juros subsidiados para um setor da classe média, que se transformou em proprietária de hospital, ousam boicotar o atendimento do INAMPS, sem que nenhum governante decreta uma intervenção sobre um hospital. O serviço público no Brasil está privatizado. Fala-se na desestatização; “gargantas negras e profundas” levantam de novo o primado do mercado sobre o social, sobre o político, sobre o Estado; “múmias”, tipo Roberto Campos, retornam a essa música fúnebre que já ouvimos no Brasil várias vezes, e sabemos aonde ela leva. O que o capitalismo brasileiro realizou em termos de igualdade social independentemente de que sejamos hoje o 8º País em termos industriais do mundo, de termos uma base tecnológica, termos uma agricultura modernizada no Sul do País, uma mão-de-obra altamente qualificada, uma classe dirigente burguesa com um projeto? Sabemos as conseqüências sociais e históricas que tem para o Brasil esse discurso. Quando retomam esse discurso, devemos nos perguntar: qual a resposta que vamos dar a esse discurso?

Os trabalhadores são capazes de desenvolver um projeto político. Não acredito que sem um partido político, ou, mais claramente e mais corretamente, sem partidos políticos que os trabalhadores construam, que desenvolvam um projeto para o conjunto da sociedade brasileira, não será possível enfrentar estas questões: representação, sistema eleitoral, controle da administração pública e dos serviços públicos. As comissões de fábrica, os sindicatos podem dar-nos um patamar para o controle da produção numa sociedade socialista se superarmos o obreirismo e essa dissociação entre o social e o político-institucional.

Seremos capazes de repensar o Estado e enfrentar a questão já que o Estado hoje é mais complexo do que a simples dominação de uma classe sobre a outra, principalmente num país que foi industrializado via Estado, que quando era necessário, viabilizou a concentração da renda e criou a infra-estrutura de todo o desenvolvimento econômico do País? Fazer de conta que não existe esta questão, fazer de conta que não temos que enfrentar, na construção da cidadania, a questão do poder, de como ele é exercido, de como ele é escolhido, e não só da representação política, principalmente de como administrar o aparelho do Estado?

Por isso digo que as experiências de controle e fiscalização podem parecer experiências localistas e autonomistas, mas não são. Não enfrentam a questão do Estado e da administração pública, porque vão ao Legislativo, vão ao Executivo e têm e devem deixar de ir como instrumento de pressão e de reivindicação. Devem começar como instrumento de repensar esse Legislativo e esse Executivo, repensar a representação política, a forma de organização e o regime político.

Isso é evidente, dado o nível de repressão que ainda existe no País, dada a força do poder econômico e dos meios de comunicação, principalmente essa escandalosa omissão de quem exerce o poder. Em São Paulo, esta semana, temos uma greve de médicos que querem salários para trabalhar e equipamento e material nos hospitais. Temos 500 famílias sendo desalojadas pela Polícia Militar, porque ocuparam um conjunto habitacional abandonado há anos. Isso se dá como se fosse uma questão do domínio do privado. O governo, o Estado, que é parte, que é sujeito da questão, passa ao largo do problema e diz que o problema é da Justiça, que não há recursos orçamentários. Essa insensibilidade, essa incapacidade e esse refazer da retórica – “não temos recursos”, “é um problema da lei”, “precisamos obedecer a lei, a justiça, etc.”, apontam para uma grave crise político-institucional no País.

Não se é capaz de entender esse imobilismo. Conversávamos ontem com o dr. Leôncio Martins Rodrigues: não é verdade que o eleitorado ou parte do eleitorado, votou à esquerda, num projeto socialista, em 15 de novembro. O eleitorado votou contra o governo, o eleitorado votou pelas mudanças que lhe haviam sido ofertadas em praça pública, para que aceitasse a ida ao Colégio Eleitoral e a negociação com o PDS e com as

Forças Armadas. O Colégio Eleitoral não existiu. Aquilo foi um ato simbólico, um ato público. A decisão foi tomada ao alto comando das Forças Armadas e na cúpula do grande empresariado brasileiro e internacional e na cúpula dos Partidos, seja PMDB, PFL ou PDS.

Devemos lutar, palmo a palmo, por cada direito econômico, social e político da cidadania. Não significa deixar isto, seja agora nesse Congresso Constituinte, com essas regras, com essas limitações. Se não começarmos a desenvolver um projeto próprio dos trabalhadores – e a questão partidária é fundamental, e a questão sindical é indispensável – se os trabalhadores não avançaram para cumprir essas duas tarefas que deveriam ter sido cumpridas, talvez em fases diferentes ou em situações objetivas que não fossem esta que estamos vivendo. Este é o desafio que existe: como construir ao mesmo tempo, uma representação sindical autônoma e independente do Estado, que conquiste já direitos e reivindicações do século XIX.

É verdade que o Estado Novo e que o Direito Trabalhista da CLT atenderam a reivindicações das décadas de 10, de 20 sobre 8 horas de trabalho, sobre a remuneração dos fins de semana, sobre as férias coletivas, sobre o trabalho do menor e da mulher. No entanto, temos que convir que não estamos no século XIX. Talvez isto exista para 30% dos trabalhadores brasileiros. As greves são reprimidas. O direito de greve não está inscrito em lei, temos uma legislação que não consegue absorver uma declaração da OIT, de há 30 ou 40 anos, sobre autonomia e liberdade sindical. Esta Constituinte tem que repensar o sistema brasileiro de representação e o sistema partidário. Os partidos políticos foram também estatizados no Brasil e não só os sindicatos. Temos que apressar a reforma da Justiça Eleitoral. O que tem a ver Justiça Eleitoral com os partidos políticos? Nada, absolutamente nada. Os partidos políticos são entidades sociais que se regulam por leis gerais e se auto-regulam, pelos seus congressos, internamente, como lhes apraz, cada partido em cada congresso. No Brasil não. Está tudo regulamentado: até para as atas existem modelos.

Sem romper essas amarras, sem revogar a Lei de Segurança Nacional que temos e todos os institutos do Ato Institucional nº 5 que estão na Constituição, sem os trabalhadores se reconhecerem a si mesmos como sujeitos da História no Brasil e capazes de elaborar um projeto alternativo, vamos viver novamente sob um chavão – a fachada dos direitos políticos, sociais e econômicos e, por trás disso, a violência institucionalizada e esse direito menor de reivindicar e de pressionar.

COORDENADOR (Pedro Demo) – Muito obrigado ao secretário-geral do PT de São Paulo.

Vamos passar a palavra ao último expositor de hoje, José Geraldo de Souza Júnior, chefe da Assessoria Jurídica da UnB.

JOSÉ GERALDO DE SOUZA JÚNIOR (UnB) – Dou-me conta de que estou nesta Mesa compondo, na condição de prata da Casa, um debate

que vale pelas virtualidades que já foram servidas. Isto é, não é só a dificuldade de se colocar aqui como aperitivo, depois dessa refeição substanciosa. É até de retomar os temas, porque, ainda que se pudesse haver um fio condutor diverso, as questões estão postas. De fato, o debate está pronto. Só me resta alcançar um viés que pudesse, de qualquer maneira, até dignificar um pouco essa condição de chefe da Assessoria Jurídica e me igualar, numa discussão, como um trabalhador de universidade que está pensando essas questões da sua própria cidadania. Também não quero fazer o papel do relator-geral, que aproveita tudo o que foi dito para organizar os anais.

De fato, é inevitável que eu retome algo, sobretudo, no sentido de perceber que se fixou aqui uma noção de cidadania um pouco articulada à questão do direito. mas que, de certa maneira, resgata ou recupera o seu sentido histórico libertário e revolucionário, com a finalidade de definição de espaços civis de grupos emergentes de classes na sociedade. Tem sido assim sempre, ainda que, no jogo de poder que as contradições sociais, colocam, haja momentos conjunturais de regulação dessa cidadania como consequência do próprio jogo de poder.

O dr. Luís Werneck Viana utilizou a expressão “cidadania regulada”, uma expressão que é cara também ao dr. Wanderley Guilherme, e que, de maneira pontual, explica o problema da incorporação da cidadania, quando se dá uma definição de articulação de poder na sociedade, numa perspectiva, por exemplo, de ordem burguesa dominante. Essa ordem burguesa dominante veio no bojo de uma expansão social libertária. O burguês é o grupo emergente numa quadra histórica que postulou direitos, postulou um projeto político de organização social expresso na fundamentação jurídica, em que o direito era, de fato, substitutivo do privilégio. Por conseguinte, o conteúdo emergente dessa classe era um conteúdo libertário, o que vai caracterizar todo o movimento de emancipação social.

Quando hoje encontramos o proletário definindo a sua representação de justiça expressa, por exemplo, numa reivindicação básica de direito, no sentido de “a cada um segundo suas necessidades, a cada um segundo seu trabalho”, é o resgate dessa busca de cidadania plena que os primitivos escravos já colocavam. Mangabeira o notou, quando critica a fórmula de justiça enunciada no princípio romano da sociedade de escravos, do direito se “dar a cada um o que é seu”, dizendo que essa fórmula expressa na sociedade que criou a profunda desigualdade, ou seja, o de cada um numa sociedade de escravos é a escrevidão ao escravo. Aí ele recupera do próprio povo romano este mesmo enunciado, e vai mostrar que entre os cristãos primitivos, os cristãos escravos, o mesmo princípio já estava enunciado. De fato, se consultarmos as Epístolas, veremos Paulo dizer aos Tessalonicenses exatamente o mesmo: “a cada um segundo suas necessidades”; “de cada um segundo seu trabalho”.

Está fixada aqui esta noção de cidadania, no sentido único em que ela pode ser percebida, isto é, a sua realização plena como cidadania política, como cidadania econômica, como representação universal do homem emancipado, compreendida em cada caso como a definição desses espaços políticos, dessa autonomia política no espaço civil. É exatamente a compreensão, no âmbito da sociedade civil, do que é a autonomia de cada sujeito histórico que o processo faz emergir.

Preso a esta convicção, desviarei um pouco para este viés, até para me colocar no papel de fecho de debates, de fecho de exposição, para compreender que a definição da cidadania neste sentido pleno representa uma ação concreta dos movimentos sociais na história que vão definindo suas formas de expressão, encontrando a sua identidade e realizando a sua maneira peculiar de organização.

Se é verdade que isso há de chegar, necessariamente, a uma conjuntura como a nossa, a uma forma partidária, sem a qual não se concebe toda sociedade, sem a qual não se define um projeto político, não se define um projeto de poder, é evidente que isso passa por uma série de momentos em que a concepção mais evidente da expressão da cidadania é a reivindicação permanente de direito contra todos: o direito contra a lei, o direito contra a ordem, o direito como equivalente de uma representação de justiça, de uma expressão de projeto que se contradiga à lei como ordem, como imposição e como autodefinição de um projeto dominante.

A cidadania regulada do burguês é a dogmatização do seu projeto libertário. Fizemos a nova ordem e agora ela se instaura e limita a própria cidadania no nosso modelo. O escravo que perpassou a história e se emancipou como proletário, que buscou o seu caminho de emancipação como proletário, rompeu essa ordem e reivindicou o direito, para poder superar as suas limitações e caracterizar o seu próprio projeto.

Aproveitando esses momentos da experiência, recorro, por exemplo, aquelas que vivi como advogado, membro de Comissão de Direitos Humanos e até hoje membro de Comissão de Justiça e Paz. Defrontava-me permanentemente com essa constatação do exercício da cidadania como uma busca de espaço na sociedade, nesse encontro de aliados, definindo-se como identidade própria, na medida em que encontravam a definição do seu direito. A procura era para se criar o novo, o inédito, o que emergia das lutas sociais. Então, era a procura do direito à organização, do direito à moradia, de conceitos que não existem no horizonte, porque, como disse o sr. José Dirceu, estamos ainda presos – e também se frisou este ponto – a uma concepção que se aprisionou à velha. Por exemplo, se pensarmos a cidadania hoje, em geral somos tendentes – não é o caso aqui, que separou bem o nível da cidadania regulada da cidadania plena – a pensar a cidadania na concepção tradicional do homem e do cidadão, aquela que realizou a igualdade, isto é, que homogeneizou a sociedade. Portanto, sob a forma de uma ordem, fez desaparecer as contradições e as diferenças e, assim,

colocou os excluídos, seja o índio, seja o negro, seja a mulher, seja o trabalhador – o que não constitui uma conotação apenas da ordem burguesa, mas algo de conotação do movimento de articulação de poder na sociedade.

Não creio que a questão se restrinja apenas à ordem burguesa. Na medida em que pegando a figura do Estado, vemo-lo como aquele que melhor organizou o mecanismo da tutela, isto é, da justaposição dessa organização de poder, podemos dar conta de que os limites à plena expansão da cidadania se dão, em qualquer sociedade, em função daquilo que articula as relações de poder. Por exemplo, se pensarmos a sociedade hoje, e não nos limitando apenas ao sistema capitalista, e aí com agravamento, podemos perceber que existe um paradigma básico para toda a sociedade: o desenvolvimento. É este paradigma gera uma expectativa de progresso que se reflete em toda a forma de organização da sociedade e do Estado, gerando estruturas – inclusive partidárias – opressivas, que justapõem, que ajustam qualquer cidadão a esse paradigma. Gera burocracias alienadas, burocracias irresponsáveis, que subordinam as possibilidades de autonomização das lutas sociais a esse paradigma. Utiliza a lei como racionalidade desse Estado, que é próprio para desenvolver o paradigma, para o enquadramento a que aqui se fez referência, e regula a cidadania nos limites da sua própria reprodução, como válvula de escape das próprias contradições.

Os trabalhadores, de modo geral, em qualquer sociedade, e não apenas nas sociedades capitalistas, têm-se dado conta, na prática de suas lutas, dessa contradição. Assistimos, por exemplo, a esse confronto permanente, a esse conflito relevante: o antagonismo entre legalidade e legitimidade, isto é, colocando-se a tensão que existe entre a expectativa de uma cidadania que se expande plenamente com aquela que é regulada. Por outro lado, a cada momento colocando também a alternativa de que este é um projeto inevitável. Contrariando a máxima do almirantado inglês, o trabalhador leva a vantagem de que já ganhou a última batalha. A Inglaterra não poderia perder a última batalha, embora pudesse perder todas as outras. O trabalhador já ganhou a última batalha. O trabalhador sofre algumas derrotas, mas este seu projeto se orienta e se define no sentido dessa expansão plena da cidadania.

É claro que há conotações a nível político, de se saber – e a questão é freqüentemente retomada – se o início do processo é a tomada do poder ou se é a democracia. De qualquer forma, o horizonte está definido, e é com essa perspectiva que pensarei um pouco o problema da Constituinte hoje, como ela se apresenta, e como tomamos essas experiências que aqui estão sendo discutidas e analisadas, na perspectiva de que essas formas de organização e de representação da cidadania podem ter espaço hoje, no momento constituinte, se admitimos que o momento constituinte é uma medição política necessária para nossa conjuntura.

Estamos numa conjuntura de crise, uma crise que não é apenas política, porque é uma crise de paradigma. Pela primeira vez capitalismo e socialismo estão em crise; a crise do seu paradigma de progresso. Portanto, pela primeira vez se coloca a possibilidade de se pensar o novo. Os projetos emergentes estão em condições de aflorarem, porque é possível pensar o novo.

Falou-se que precisamos de uma utopia. Temos consciência de que a utopia é algo constitutivo de todo o pensamento de transformação social. Extraem-se os novos paradigmas de uma realidade que já não nos oferece resposta, tanto quanto a democracia liberal não tem resposta para as nossas expectativas do momento. A Constituinte, que é uma definição liberal, não é propriamente uma resposta a esse tipo de situação, se está claro que a autonomia de projetos emergentes da sociedade não se dá a nível das leis e sim a nível de suas lutas e do processo político mesmo em que ela se dá, em que ela se instaura. É uma questão de luta de classes, como se disse, ou questão de conflitos relevantes, se abstrairmos essa idéia de luta de classes, onde possa ser abstraída.

A resposta não é uma Constituição ou uma nova lei escrita, ainda que não seja supérflua a necessidade de uma lei como representação.

Não é o nível retórico de qualquer lei que vai corresponder à realidade das lutas sociais concretas, dos projetos que estão sendo definidos. Não basta colocar na Constituição, como está lá, que o salário-mínimo é a contrapartida necessária à subsistência do trabalhador e toda a sua família. Isto é uma fantasia.

É possível, numa conjuntura de crise, como a em que vivemos, que, por isso mesmo, defina uma transição, supor que essa transição está definida no seu nascimento, como foi dito, da ditadura para a democracia do século XIX, porém não está controlada inteiramente pela rearticulação de poder daqueles que pretendem encaminhá-la.

E se há um projeto emergente, se há lutas reais, se se compreende a existência de conflitos relevantes na sociedade, as suas contradições, se se compreende o processo da luta de classes, se a sociedade se organiza através de seus setores, e os trabalhadores já expressam uma experiência de organização que chega ao nível de partido – estão aqui representantes dessas lutas, as comissões de fábricas, os partidos de trabalhadores – é evidente que não há possibilidade de controle do próprio processo constituinte. Assim, uma articulação adequada dos representantes dos movimentos sociais, dos setores populares, pode abrir um espaço real de intervenção, mesmo num processo constituinte, ainda que ele seja apenas esclarecedor do estágio e da definição do tipo de cidadania que está sendo plasmada naquele instante. Por exemplo, menos do que pleitear a existência de direitos retóricos, como este a que acabei de me referir, do salário-mínimo, é possível que os trabalhadores possam interferir no trabalho, no processo constituinte, que não se esgota na elaboração de uma

Constituição, mas é algo permanente na sociedade, porque é a luta que define a correção legalidade-legitimidade; é possível que se possa aí traduzir essas formas novas, esses direitos inéditos eficientes, ou seja, que asseguram a direção do movimento menos do que a conquista de certas franquias.

Para mim, neste momento, nesta perspectiva que compreende essa crise de Estado de que se falou, que ela alcançou o limite de sua possibilidade de expansão como sociedade civil, sendo o Estado do Bem-Estar ou o Estado-Proprietário, é que agora ele é obrigado a devolver à sociedade civil como participação controlada, para atender aos custos, às demandas de custos menores, o Estado é obrigado a chamar o trabalhador à participação, ainda que, sob esse aspecto, controlado. Neste momento abre-se a alternativa de que o trabalhador, podendo participar, negocie, num aspecto democrático, a definição desses novos direitos, como por exemplo, o do reconhecimento dessas formas de organização. isto é mais importante de que assegurar um salário-mínimo, que nunca é concretizado, a não ser nas lutas, é o reconhecimento dessas formas de organização, o reconhecimento do estágio do trabalhador como sujeito histórico na sociedade, o reconhecimento de que o trabalhador pode institucionalizar suas formas de organização, porque ele compreende a direção da transição que se opera na sociedade. Portanto, ele deve participar dos debates do plano, das prioridades e ter essas formas definidas pela sua experiência traduzidas por seus próprios meios, pela articulação que ele estabeleça do conjunto dos sujeitos que atuam na sociedade civil e que participam do processo constituinte, e se traduzam, portanto, como formas de representação, mesmo numa eventual Carta Constitucional. Por exemplo, o reconhecimento das comissões de fábrica, o reconhecimento da sua possibilidade de participação política e os instrumentos pelos quais isto se torna eficiente.

Nem chega a ser novidade no geral. A própria Constituição portuguesa já chegou a este nível. Ali vemos não apenas a institucionalização das comissões de trabalhadores na fábrica, como das organizações populares de base, a nível da moradia, da vizinhança, que é um espaço também onde o trabalhador desenvolve a sua cidadania. Esses instrumentos também tem *status* constitucional; pelo menos se tornam o horizonte visível do trabalhador, concretizável nas suas lutas. É-nos muito difícil hoje, sem que esta noção esteja colocada no nosso horizonte intelectual, lutar por um conselho popular. Evidentemente é muito mais fácil para um cidadão socialista lutar por ele, porque a sua história já tornou isto concretizável. Está lá na sua constituição. É questão de organizar suas forças. Pelo menos visualiza esta noção, para um estágio mais avançado de sua luta.

Concluindo, tenho consciência de que o processo constituinte ou a Constituição que decorra desse processo não é a garantia da efetivação de nenhum direito, mas é a possibilidade de se debater e de fazer aflorar tal projeto.

Fiquei muito feliz com sua menção ao problema da autonomia de um projeto alternativo. Até já escrevi isto em um livro de Direito, dizendo da possibilidade, a partir de uma noção de pluralidade de ordens jurídicas, da instalação de uma dualidade de poder que concretize formas de organização e um Direito próprio para a instauração de um poder popular.

As condições estão postas. Como disse, as virtualidades foram servidas e o aperitivo deveria apenas cumprir o seu papel aqui.

COORDENADOR (Pedro Demo) – Está encerrada a parte de debates. Iniciaremos em seguida com as perguntas elaboradas pelos participantes.

JOÃO GABRIEL TEIXEIRA (UnB) – Aproveito para fazer a primeira questão. Infelizmente, como organizador do evento, tive que ficar entrando e saindo do plenário, e não sei se esta questão que vou colocar foi discutida de forma explícita. Enfim, é uma pergunta que muito me preocupa e gostaria que a mesma fosse respondida particularmente por duas pessoas que estão compondo a Mesa: o professor Leôncio Martins Rodrigues e José Dirceu.

A questão é sobre o tema do atrelamento, ou seja, atrelamento da estrutura sindical ao Estado no Brasil. Gostaria que essas duas pessoas particularmente – e os outros, se desejarem – falassem algo sobre a relação dos sindicatos com o Estado e dessa relação com a questão da realização da cidadania do trabalhador urbano, principalmente do trabalhador sindicalizado.

LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES – Talvez o professor Werneck tenha suas opiniões a respeito, não sei se convergentes com as minhas, uma vez que já divergimos outras vezes: o mais jovem, mais radical; o mais velho, mais moderado. Com a idade tudo muda.

Com relação à pergunta do Gabriel, realmente é bastante boa e remete a certas questões que, a meu ver, foram deixadas de lado, a peculiaridade do caso brasileiro – talvez não seja só do Brasil, direi também de outros países de industrialização tardia, digamos assim – a cidadania social foi outorgada, por uma via autoritária, de cima para baixo. Realmente a legislação social, a legislação trabalhista, enfim, toda a política trabalhista varguista, efetivamente ampliou, para uma parcela da classe trabalhadora, os direitos de cidadania. Deste ponto de vista, representou concessões importantes para a classe trabalhadora. O aspecto paradoxal, no meu entender, ao mesmo tempo em que se ampliava a cidadania social, se limitava a cidadania política, durante o Estado Novo e, depois, se limitava – talvez seja um absurdo o termo – a cidadania sindical, porque os sindicatos perderam a sua autonomia. O aspecto peculiar, singular, foi a conjugação da outorga de uma cidadania social, em um conjunto de benefícios, ao

mesmo tempo em que se retirava, se limitava o direito de reivindicação dos trabalhadores, portanto, afetava o que poderíamos chamar, talvez, de modo um pouco esdrúxulo, a sua cidadania sindical. Hoje vivemos um momento muito específico que pode possibilitar uma modificação nesse padrão de relações de trabalho, nesse modelo que conseguiu consolidar-se no Brasil. Esse momento específico é ocasionado pela ação de diferentes fatores: de um lado, o aspecto político e a perspectiva de uma nova Constituição, que pode mexer na questão, que pode eventualmente mexer na estrutura sindical brasileira; de outro lado, o reaparecimento das pressões trabalhistas, especificamente certas mudanças no sistema de relações de trabalho.

Nestes últimos anos, houve notável aumento das negociações por empresa, as pautas de negociações entre os trabalhadores e as associações patronais ou as empresas aumentaram enormemente. Discute-se, hoje, uma gama muito variada de problemas, o que não acontecia no passado, quando, de fato, se discutia pouca coisa.

Adianto, de modo mais sintético, que avançamos muito no sentido das negociações coletivas, dos acordos de trabalho. Na medida em que avançamos nesta direção, houve uma diminuição do espaço reservado à Justiça do Trabalho, houve uma diminuição do espaço legal, em favor de um espaço contratual, se assim se pode dizer, e temos, conseqüentemente, um elemento novo. O segundo elemento novo relacionado à questão é o reaparecimento de uma pressão sindical, que parte dos próprios trabalhadores e que busca fundar-se na própria capacidade de organização dos trabalhadores, e não se apoiando no Estado ou em certos aliados da classe trabalhadora. A expressão máxima, mas ainda limitada, dessa tendência é o surgimento das comissões de fábrica. Em terceiro lugar, talvez de maneira um pouco acidental, temos a questão, a discussão, o debate colocado com a Convenção 87, da OIT, com a sua aprovação pelo Senado, que trouxe ao debate político nacional a problemática de uma renovação da estrutura e, fundamentalmente, a diminuição do controle estatal na área trabalhista.

Estamos vivendo um momento privilegiado, que propicia possibilidades ampliadas de uma alteração da estrutura sindical corporativa, o que no meu entender, não significa necessariamente que essas modificações ocorrerão, porque uma parte muito importante dos dirigentes sindicais brasileiros, e também dos sindicatos patronais, se manifesta contra a Convenção 87, contra a modificação dessa estrutura corporativa. Conseqüentemente, torna-se difícil uma previsão sobre o que realmente poderá acontecer. Às vezes tenho certas dúvidas porque, em todo mundo, certas tendências corporativas no movimento sindical são fortes e aparecem a partir do próprio movimento sindical, e não a partir do Estado. Seria uma forma de corporativismo que Schmitter chamaria de um corporativismo societal, diferente do corporativismo lusitano ou latino, corporativismo que vem do Estado.

Usando a mesma linguagem de Schmitter, chamar de um corporativismo estatal, redundante de uma intervenção do Estado na área da representação dos interesses profissionais, em que o Estado outorga o monopólio da representação em instituições verticalizadas, não competitivas, não componenciais, e cuja expressão máxima é o sindicato único do imposto pela legislação.

Os diferentes estudiosos do movimento sindical em nosso País notam que em sociedades de forte tradição liberal e um mínimo de tradição corporativa, em que a democracia política e o sistema de partidos parecem bem implantados, ressurgem certas tendências corporativas, não necessariamente vindas de um intervencionismo do Estado, e sim saindo de baixo, como na Suécia na Inglaterra, na Alemanha Ocidental, na Bélgica, sobretudo na Holanda, numa série de países em que o sindicato está forte e muito bem implantado. Então, aparece um corporativismo, decorrente dessa quase fusão, dessa aproximação muito grande da organização sindical com o Estado. Há a assunção, por parte das organizações sindicais, de uma série de medidas de natureza econômica, participação em órgãos governamentais, instituição de comissões tripartidas com o governo, organismos patronais e sindicatos. A partir dessas comissões se regulamenta uma série de atividades econômicas, uma série de atividades patronais, e se diminui muito o coeficiente de atrito, de conflito e de autonomia das organizações de base.

Aparentemente, as tendências corporativas, ainda que o nome possa ser extremamente desagradável, têm um vigor muito grande nas sociedades contemporâneas. Conseqüentemente, não se trata só de um fenômeno brasileiro, não se trata só de um intervencionismo estatal, de uma medida autoritária, e sim de algumas tendências que vêm de baixo, que vêm do próprio movimento sindical nas sociedades capitalistas desenvolvidas.

JOÃO GABRIEL TEIXEIRA – Obrigado professor Leôncio. Gostaria de saber se o José Dirceu também responderia à questão sobre o atrelamento da estrutura sindical e a questão da cidadania. (Negativa do sr. José Dirceu.)

Alguém mais quer pronunciar-se? (Pausa.)

Continua franqueada a palavra.

ELISA REIS (IUPERJ) – Só uma observação rápida, um comentário à exposição do sr. José Dirceu. Nem chega a ser uma discordância. Expresso a minha perplexidade. Começou o sr. José Dirceu apontando muito bem o desafio que temos de realizar, ao mesmo tempo, das cidadanias política e social, creio que até a civil pode entrar nesse pacote. Concordo. É a vantagem ou a desvantagem do atraso histórico. Há algo mais que temos que pensar, simultaneamente: temos que afirmar a representatividade partidária e sindical no momento em que essas formas de representação já

são consideradas problemáticas. Nas democracias burguesas plenamente realizadas, a representatividade partidária ou sindical já é considerada insuficiente.

Sem negar a importância dessas formas, a discussão, a disputa, quase que o bloqueio de outras formas alternativas de representação, parece-me uma negação do nosso momento histórico.

OSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Concordo, mas coloco: passei dez anos da minha vida nos países socialistas, especificamente em Cuba, que considero uma terceira pátria, porque sou mineiro e minha primeira pátria é Minas Gerais. Conheço os países da Europa Oriental e também a União Soviética. Só não conheço, de ter ficado e trabalhado, o Vietnã, a China, a Coréia ou os países da África.

Estou convencido de que, neste momento, para dizer um chavão, o poder não apenas se toma, mas também se contrói. Pode parecer a tese do passo a passo, o etapismo. Longe de mim, inclusive a minha tradição política não leva para essa escola. No entanto, estou convencido de que é preciso construir formas alternativas de controle e fiscalização do Estado e formas de representação, porque não se vão esgotar, nem na representação parlamentar nem no Estado muito menos nos partidos políticos a gestão da sociedade.

No Brasil, hoje em dia temos a tarefa de desenvolver – é possível – o poder popular – os conselhos populares, o controle e a fiscalização sobre o Estado e sobre os serviços públicos e formas de organização as mais diferenciadas possíveis. Não vejo incompatibilidade, pelo menos com o projeto partidário que tenho e que defendo dentro do PT. Em primeiro lugar, porque eu não considero que no desenvolvimento histórico brasileiro e na complexidade de um país como o Brasil, possamos pensar em um partido político com o projeto de poder de revolução. Em segundo, porque o PT é um repensar partidário. As dificuldades que enfrentamos são concretas, inclusive da tradição política da esquerda brasileira, que fez do PT o que ele é hoje. São dificuldades da experiência de um pragmatismo que temos que ter e das condições objetivas nas quais tem que se desenvolver um partido político no Brasil, que são as piores possíveis, tanto no ponto de vista legal como do ponto de vista dos controles e do cerceamento que existe. É preciso ousar nesse campo e é preciso repensar a representação política, os partidos políticos e criar canais alternativos.

Não há uma incompatibilidade. Por exemplo: em São Paulo se desenvolvem diferentes formas de controle de participação popular. Os partidos políticos, muitas vezes, se chocam, como se chocam os sindicatos com as comissões de fábrica.

Não há incompatibilidade em si na existência de um partido político ou de partidos políticos como forma de representação que não seja político-partidária, porque há experiências concretas que têm crescido ao lado de

partidos políticos em vários países. No Brasil, concretamente, acredito seja possível, inclusive porque devemos trabalhar com a realidade de que grande parte dos trabalhadores e mesmo da população não se sente representada pelos partidos. Se os partidos vão representá-los ou não, é uma questão de luta política, de desenvolvimento social, econômico e não há por que, principalmente um partido como o PT, se contrapor a formas de organização alternativas. Pelo contrário nós temos sido um dos instrumentos, sempre quando é necessário, do desenvolvimento dessas formas alternativas.

Para dar exemplo concreto de algo que é real o Conselho de Saúde da Zona Leste. Grande parte das lideranças dos dirigentes desse Conselho de Saúde são petistas, em todas as comissões que existem – seja de moradia, seja de saúde, seja de transportes –, comissões de controle tarifário de transportes, há uma participação pluripartidária, e o peso da participação de petistas é muito grande.

É realmente um desafio. Não temos resposta. Há uma crise, na representação político-partidária, dos modelos de revolução e também do sindicalismo. Não vejo que se possa absolutizar, hoje, uma contradição entre os partidos e os sindicatos, e os movimentos autônomos.

COORDENADOR (Pedro Demo) – Alguém mais da Mesa quer se pronunciar? Alguma pergunta mais?

Então vamos prosseguir.

PARTICIPANTE – (Fora do microfone) – ... que qualquer forma alternativa. Dá para sentir claramente quando a questão revolucionária, a discussão dos projetos alternativos não é admitida. Então, neste momento em que estamos discutindo a Constituinte, estamos discutindo a cidadania, já há manipulação, como, por exemplo, uma situação determinada, em termos de não admitir essa questão da cidadania do trabalhador.

Então, como vamos conquistar, na prática, essa cidadania? Sabemos muito bem que a classe dominante, a burguesia, não está disposta a fazer concessões dentro da conjuntura política pré-Constituinte.

LUÍS WERNECK VIANA – O sr. faz referência a uma prática, a resistência da burguesia. Este ponto está dominado, faz parte do nosso senso comum. O que nós não sabemos é se a prática vai nos levar agora à construção de uma cidadania livre e plena.

Por que este tema é pertinente? É pertinente porque vivemos agora um processo de transição, que devia ser conduzida pelo social. cavalgada pelo social, como quiseram o PT e outras forças de esquerda. O que me parece também um pouco problemático com a concepção de política que o sr. tem, que levou, inclusive, à intervenção da sra. Elisa Reis, há pouco, como se

apenas o plano do social pudesse produzir repercussões no plano institucional e no plano da política.

Sabemos que há fortes relações entre as duas dimensões, mas sabemos também que uma guarda singularidade em relação à outra; sabemos também da enorme distância entre partidos e movimentos sociais neste País.

Concordo que este é um processo, é uma tendência hoje universal, mas há algo em nós que é particular, na medida em que a nossa história, que foi uma história de exclusão, uma história de controles corporativos, exercidos por parte do Estado sobre a sociedade, não permitiu, noutras oportunidades, que os movimentos sociais ficassem expostos à ação dos partidos políticos.

Operamos essa transição numa circunstância muito complicada, porque a operamos sem um pacto social e sem um pacto político – e esta é uma transição negociada com o antigo regime, e esse antigo regime existe e atua.

Como tentar operar a transição, se se desconhece a natureza do antigo regime?

Qual era a estratégia do PT? A estratégia do enfrentamento na questão do social que desarticulasse a forma de dominação política que o regime exercia, permitindo uma ruptura de natureza revolucionária. O PT nunca disse isto, mas esta era a sua política. Devia ter dito, porque era a sua política, e não há como entendê-la de outro modo. Este é um problema clássico na teoria política de um partido revolucionário.

Como conceber a passagem?

O PT, a meu ver, é uma frente política, tal como o PMDB o é, composta de três partes que convivem com muita dificuldade: a tradição do anarco-sindicalismo brasileiro, o marxismo do conselhismo e o neopopulismo da Teologia da Libertação, três matrizes que estão atadas desde o começo do nosso século, três matrizes anacrônicas. E mais: essa novidade comportamental das camadas médias brasileiras que se exprimem na questão ecológica, do verde, da sexualidade e outros “baratos” interessantes que compartilho. A esta altura evidentemente – não estou falando como professor, porque se armou uma complicação aqui, fui interpelado na intervenção do sr. José Dirceu, num tom polêmico, e estou respondendo polemicamente; estou falando como comunista, como intelectual que trabalha dentro do campo do Partido Comunista Brasileiro, embora, por desavenças políticas com a sua direção, hoje não seja parte da sua organização. Espero que seja uma coisa provisória, porque espero que essa direção seja provisória, e uma nova direção seja capaz de repensar a questão comunista de outra forma, de forma moderna, com os problemas modernos que aqui foram colocados, a que os comunistas têm que dar respostas, inclusive aos problemas do companheiro aqui, que são fundamentais.

Não importa acusar, denunciar a prática liberal que presumidamente se esconda através disso. Importa considerar que a realidade da autonomização da classe operária é um fato no mundo todo, e que temos que convalidar essa realidade, temos que legitimá-la e temos que interpelar essa classe por fora dos aparatos políticos e sindicais.

Sabemos bastante bem que o tema da democracia participativa é também tema emergente no nosso mundo. Exclui o tema da democracia representativa? Evidentemente não. Temos que trabalhar com esses dois momentos.

O fato é que a concepção de passagem do PT do autoritarismo para a democracia era de natureza revolucionária clássica. Sabemos muito bem que esta concepção não nos levaria – e não nos leva – à constituição de uma sociedade democrática neste País.

Por outro lado, estamos agora com esta dificuldade de implantar e consolidar instituições democráticas, tendo que pagar, ao mesmo tempo, a enorme hipoteca social, fruto da modernização conservadora dessas últimas décadas, especialmente agravadas por estas últimas décadas, de 64 até estes anos 80, com estes 40 milhões de brasileiros em situação de miséria absoluta, a reemergência da questão social por fora da institucional e da política.

Como trabalhar o plano da política e o plano do social para conduzir esse processo ao êxito, ao sucesso, para que ele efetivamente seja capaz de criar entre nós instituições democráticas, que, através de um aperfeiçoamento progressivo, sejam capazes de conduzir a nossa sociedade inclusive a uma transição de outro tipo, à transição ao socialismo? Ou dizemos que este nosso mundo é moderno e, por isso mesmo, precisamos de uma teoria de mudanças – e para dizer a palavra a qual se tem tanto apego religioso, a teoria revolucionária – precisamos ter uma concepção nova em relação a essas coisas, senão vamos retomar práticas que nos levaram ao fracasso em outras oportunidades.

Se era polêmica, eis aí a minha contribuição.

LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES – Sua colocação é interessante. pois retoma, indiretamente, uma série de pontos que passaram as diferentes intervenções.

Anotei três aspectos, sobre os quais irei refletir um pouco: a idéia da classe dominante, o projeto alternativo e a questão, que diria quase que com intransigência, o imobilismo dessa classe dominante.

Pergunto: o que é essa classe dominante? A classe dominante parece que é uma só. Poderia até aceitar.

Falamos que a classe dominante é imobilista, não aceita projeto alternativo. sem antes definir melhor o que estamos entendendo por projeto alternativo e por classe dominante: assim não avançamos. Todos nós que estamos aqui fazemos parte da classe dominante, ocupamos um espaço

dentro dos grupos dominantes. O resto é bobagem. Estamos aqui entre os 5%, 10% que têm 40% da renda nacional. Estamos falando, pagos, dentro de uma das principais Universidades do Brasil, das universidades dominantes. Não estamos falando na Universidade de Piratininga ou de Sapopemba. É com passagem paga pela mesma Universidade. Não fazemos parte da classe dominante? Na minha opinião, fazemos. Fazemos parte daquela parcela que tem curso universitário, que ascende aos postos de Governo, que dirige a assessoria jurídica da UnB, que é professor titular da USP, que escreve nos jornais dominantes: *Estadão*, *Folha*, *Isto É*, *Veja* etc. Fazemos parte da classe dominante. Na minha opinião, não há nenhuma dúvida que fazemos parte da classe dominante. Talvez só não estejamos no *topo* da classe dominante, infelizmente.

Assim, se não definirmos bem este ponto, estaremos falando de uma mistificação: “a classe dominante não quer isso”. Talvez uma parte da classe dominante não queira, outra parte quer. Queremos certas coisas, outra parte da classe média não quer. Só que nós, como sempre acontece, não falamos em nome do nosso interesse. Falamos em nome do povo. Mas qual é o político que diz que fala em seu próprio interesse ou do seu grupo? A linguagem política é sempre dessa natureza, mistificatória – o PT diz: “o proletariado quer”; o PCB diz: “o proletariado quer”; outro diz: “o povo quer”, “o povo brasileiro”, “a Nação brasileira”. A Nação, o proletariado, essas grandes entidades sempre falam pela boca de um ou de outro que estão representando uma parte desta Nação.

Então, se não tivermos isto claro aqui, não entenderemos um componente do conflito que se dá e um conflito importante para o Brasil é o conflito entre setores da classe dominante.

Como é que o PMDB ganha nos bairros mais ricos de São Paulo? Este é o dado. Ganha ali, na área nobre, que começa na Av. Paulista e desce, onde se dá a vida interessante de São Paulo, onde estão as grandes universidades, os cinemas, os restaurantes, onde se discute marxismo, petismo, etc., é o lado bom da vida brasileira, é o “lado da África do Sul”, o “lado Suíço”. Falamos muito da “Biafra”, mas nos esquecemos de que fazemos parte da “Suíça”, estamos no lado suíço. Por exemplo, só uma única vez na minha vida fiz uma pesquisa para o Partido Comunista e nunca entrevistei um dirigente de esquerda que não morasse na Zona Sul de São Paulo. Todos que eram entrevistados nos grandes bairros, pessoal de alta renda, que vive mais ou menos bem, que participa, que tem acesso ao poder, etc.

Então, o fato de o PMDB ter uma enorme votação na área rica, nos bairros ricos de São Paulo, significa que é um Partido que é apoiado pela maior parte da classe rica. O PMDB tem uma grande parte dos governos do Brasil, é um partido dominante: controla a Presidência da República, controla a maior parte dos Ministérios, controla muitas prefeituras. Então, é um partido do grupo dominante, ou não é? É uma facção das classes

dominantes, da qual fazemos parte. A classe dominante não é homogênea. Mesmo no passado os fazendeiros brigaram com os industriais, contra os exportadores de café, contra os comerciantes, contra os bacharéis, contra os militares, etc.

Este é um dado básico, se não quisermos ser alienados e continuarmos a nos mistificar: fazemos parte de um setor da classe dominante, não há nenhuma sombra de dúvida. Não somos milionários, mas somos membros das classes altas, estamos nas instituições dominantes, controlamos os meios de comunicação de massa importantes, temos acesso à imprensa, à televisão, influenciamos o pensamento das pessoas e gozamos, como talvez seja natural – não sei se justo – de certas vantagens e privilégios de fazermos parte dessa parcela das classes dominantes. Este é o dado que temos que ter muito claro.

Outro problema, projeto alternativo. O que estamos entendendo por projeto alternativo? É o socialismo? Então, vamos pegar as fábricas privadas e entregá-las ao Estado; vamos pegar as terras dos fazendeiros, uma parte damos aos trabalhadores, outra parte estatizamos. Este é o projeto alternativo? Se este é o projeto alternativo, não nos devemos espantar que os proprietários privados não concordem conosco, oponham resistência. Os bandidos opõem resistência. É claro, pois queremos acabar com eles. Claro que esse projeto alternativo não tem nenhuma viabilidade de ser conduzido democraticamente.

Então, quando falamos em projeto alternativo, precisamos saber bem o que estamos querendo com isto. Não estou defendendo nem um nem outro no momento. Estou querendo entender melhor este problema do projeto alternativo.

A transição é uma conciliação de elite? A Nova República é uma conciliação de elite? Acho que é uma conciliação de elite, da qual fazemos parte, sem nenhuma sombra de dúvida.

Entendo até que o projeto alternativo, se analisarmos a questão empiricamente, não é projeto que mobilize a classe trabalhadora e não foi inventado pelas classes baixas; não são as favelas que criaram o projeto alternativo. A partir daí é que temos que começar a equacionar uma série de problemas. Pode ser até que a nossa facção tenha razão. Até tenderia a concordar que tenha, até certo limite. A verdade é que cada grupo tende a entender que os seus interesses específicos são os interesses universais. Karl Marx já mostrou isto há muito tempo, só que nos esquecemos de usar o marxismo quando nos interpretamos a nós mesmos.

Finalmente, para não me alongar demasiadamente, a outra facção da classe dominante, se entendermos nós mesmos como parte da classe dominante, não é imobilista. Estávamos discutindo esta questão com José Dirceu. Ela tem uma grande capacidade de renovação, de atender a demandas novas de readaptação, quer se trate do plano da mera produção econômica – a diversificação do parque industrial e do parque econômico

brasileiro é fato indiscutível: ela é capaz de ser inovadora também na parte política: é capaz de tentar adaptar-se às novas demandas de trabalhadores, e assim por diante. O Lúcio Bellentani já viu várias vezes como as grandes empresas sobretudo as multinacionais, tratam de reciclar seu pessoal dirigente, para fazer face às novas demandas.

Então, esta não é uma classe imobilista. Ela enfrenta problemas graves – todos já sabemos – desde problemas da dívida externa, problemas da estrutura agrária, de pressões, problemas urbanos, enfim, tudo aquilo que já sabemos, mas não é uma classe imobilista.

Paro por aqui. Para a discussão progredir, alguns pontos têm que ficar claros: quais são os setores da classe dominante? O que é um projeto alternativo? Senão teremos dificuldades de avançar na discussão.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Coloco algumas questões. Em primeiro lugar, já que estão fazendo declarações, devo dizer que sou comunista também e tenho tradição e origem político-partidário, no PCB também. Fui filiado do PCB na clandestinidade, fui dissidência do PCB – a famosa dissidência universitária de 65/66 em todos os Estados e faço parte da tradição também da esquerda brasileira que assumiu a proposta da luta armada na década de 60, da qual espero ter feito uma crítica à esquerda, e não à direita.

É verdade que o PT – não vamos esconder o sol com a peneira – é composto por tradições e por heranças bastante contraditórias, mas é o que era necessário organizar em determinado momento histórico. E esta é a força e a viabilização do PT, porque é um partido constituído a partir de uma base social e do desenvolvimento do pensamento político, a que confluem diferentes setores sociais e tendências que expressam realmente a Teologia da Libertação – a base social da Igreja Católica no Brasil é organizada nas Pastorais e nas CEBs –, expressa uma crise de desenvolvimento da ação e do pensamento sindicalista, onde o anarquismo está presente – isto se vê na CUT hoje sendo expressado. O PT tem, dentro de si, a esquerda ortodoxa, ou setores dela. O populismo percorre toda a sociedade brasileira e pode estar presente dentro do PT também. Não é uma força que tenha peso determinado.

LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES – Só para esclarecer: o problema que eu coloquei do Luis Werneck era o da vertente católica, o da vertente russa. Aí está o povo.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – O PT procura desenvolver isto politicamente, procura superar e transformar isto num partido. É verdade que o PT é uma frente, mas a burguesia não faz parte dessa frente, nenhuma das suas facções faz parte dessa frente. Há nuances de projetos sociais-democráticos no PT, mas há uma luta política dentro do PT.

LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES – Sou bem provocador. Se pensar a burguesia proprietária, não faz parte. No entanto, todos os levantamentos de São Paulo mostram que o PT é o Partido que tem, entre seus eleitores, a maior proporção de pessoas com formação universitária.

O candidato Suplicy . . .

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Ia responder exatamente. Não e verdade e vou mostrar com os dados da última eleição. Este é um prato cheio.

LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES – Não quer dizer que não tenha recolhido votos em bairros populares. Os levantamentos de opinião pública por escolaridade dá ao PT como Partido – e fiz esses cálculos – tendo cerca de 38% de seus eleitores com formação universitária. Não há um partido que chegue aos pés disso. E mais: o candidato do PT mora num bairro elegantíssimo. Todo o secretariado que ele indicou era todo formado por intelectuais dominantes: o Paulo Freire, a Marilena Chauí, todos intelectuais dominantes em São Paulo. O PT não é um partido que tenha burguesia privada: os banqueiros, os grandes industriais, concordo. Se se limitar o conceito de burguesia a esse setor, concordo. No entanto, se pensarmos em classe alta, o PT é, como a cúpula do PMDB, como o PTB e outros partidos, um partido que tem na sua cúpula, com exceção de um setor da elite sindical de São Bernardo do Campo, é um Partido dirigido basicamente por um setor das classes altas, digamos o setor baixo da baixa classe alta: professores universitários, intelectuais, advogados famosos, como Hélio Bicudo, Dalmo Dalari, etc.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Em primeiro lugar, é evidente que não restrinjo a classificação da burguesia nos termos mecanicistas. Por isso mesmo é que há vertente social no PT. Concordo com o que o sr. está falando.

O voto petista, está estatisticamente demonstrado, é do trabalhador qualificado, do jovem trabalhador, do jovem da classe média e da mulher que trabalha fora. Este é o perfil do voto do PT em São Paulo. Não é voto do trabalhador desqualificado de baixa renda nem da burguesia. O PT é o último Partido na votação dos Jardins, onde moro e conheço o suficiente. Fomos menos votados em 85 do que em 82 nos Jardins, em São Paulo. Nossa votação subiu 7 a 10 pontos na Zona Sul, porque, na verdade, os Jardins são a Zona Sudoeste de São Paulo: as Zonas Sul e Leste de São Paulo são a região proletária de trabalhadores de São Paulo. O PT é o segundo Partido nestas regiões. O PMDB é o primeiro.

Jânio Quadros venceu em muitas regiões as eleições, mas não é o PTB, não é o PFL, não é o PDS. Ai temos que analisar o que significa Jânio Quadros, o que significou o voto no Jânio em São Paulo.

Ao PT é importante e determinante não ter a burguesia dentro do Partido, senão estaríamos abstraindo uma realidade concreta que o sr. acabou de colocar. É evidente que a burguesia se opõe, e vai fazer agora uma luta política intensa contra o PT e a CUT – e não poderia ser de outra maneira, porque faz contra o PMDB em determinados momentos, dependendo da política que predomine dentro do PMDB, que é uma frente, que há setores não-burgueses dentro do PMDB.

Coloco o seguinte: é diferente uma frente política como o PT de uma frente política como o PMDB, porque há no PT, claro, o objetivo de transformar o PT no Partido dos Trabalhadores, e o PT não reivindica a representação dos trabalhadores do Brasil de maneira única. Isso faz parte do Programa e do Manifesto de fundação do PT. É algo importante na tradição política brasileira da esquerda: O PT não se auto-intitula hoje que fala em nome da classe trabalhadora. Não se vai ver nunca nas declarações do PT, a não ser nas recaídas esquerdistas, esse tipo de afirmação. Temos plena consciência do nível de desenvolvimento político-social, da diferenciação dos problemas que estão colocados para a organização politico-partidária no Brasil e para a organização social no Brasil. Não temos essa pretensão.

Ao contrário do que foi colocado aqui por Leôncio Martins e por Luís Werneck, o PT tem um projeto para a transição. O PT não tem uma perspectiva revolucionária socialista e ponto. O PT é um partido que não trabalha, não discute a questão da transição. Não é verdade isto! Temos desenvolvido, temos trabalhado com a questão da transição e estamos conscientes de que não está colocada na ordem do dia uma revolução socialista no Brasil, porque seria algo de espantoso se o PT o colocasse.

Quando o Leôncio Martins disse que o PT, por fim, revelou seu projeto, ele está faltando com a verdade, porque o PT nunca deixou de dizer que era um partido socialista. Sempre deixou claro que era um partido socialista. Disse que nunca deixou, que agora é que o PT deixa claro, quando o Lula fala que entende que a propriedade tem que ser estendida a todos ou que se tem de socializar os meios de produção, que o Lula tirou a máscara ou, quando a CUT declara que o objetivo dos trabalhadores é o socialismo, que a CUT tirou a máscara. O fato é que é muito problemático desenvolver-se uma teoria da transição no Brasil e estabelecer quais são as forças sociais que podem dar à transição outro caráter, pela própria incapacidade, pela maior falta de substância de os partidos políticos e as classes sociais em se representarem e se organizarem para fazer com que essa transição tenha outra direção. Quem tem a força, quem tem a direção é a burguesia da transição.

Quando nos contrapomos a essa transição que está acontecendo neste momento, dirigida e controlada pelas classes dominantes – não há dúvida nenhuma, elas forjaram essa transição –, temos que ter base real para fazer outra proposta de transição. Para não ficarmos no discurso do socialismo e

para não cairmos a reboque das propostas que a burguesia faz para a transição, temos que ter propostas reais. E aí vem a dificuldade do PT. Quem são os aliados?

PARTICIPANTE – Por que excluem a classe dominante? Não entendo! Se têm o Dalmo Dalari, o Suplicy, que são da classe dominante? Não entendo.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Explicarei depois essa questão do secretariado, porque...

PARTICIPANTE – Fiz uma relação de todos os candidatos do PT: havia alguns operários. A grande maioria é formada por professores. O Secretariado que o Suplicy avançou, se ganhasse, era formado de ilustres professores: Paulo Freire, Dalmo Dalari, Marilena Chauí, etc.

Não entendo por que excluir esse pessoal da classe dominante.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Explico porque excluí a classe dominante. A pessoa que é indicada para uma função pública – é óbvio –, no caso do PT, pressupõe que cumpre um programa em que há mecanismos de controle, participação e fiscalização. Quando discutimos o secretariado do Suplicy e fomos conversar com vários trabalhadores e vários dirigentes do PT que ocupam funções sindicais, ou no PT, sobre a participação deles no secretariado, encontramos a seguinte argumentação: no nível de desenvolvimento político dos trabalhadores no Brasil, no nível de desenvolvimento político e cultural do País, a questão da competência e da separação do sindical do partido político leva a que haja uma rejeição na base dos sindicatos e nas fábricas de que dirigentes sindicais ou lideranças partidárias que são também sindicais – porque todas as lideranças do PT que não são de extração pequeno-burguesa ou burguesa ocupam funções sindicais – sejam rejeitadas ao assumir funções no Estado, no governo e continuarem sendo dirigentes sindicais.

Tinhamos a proposta de convidar Luís Gusquém, Jorge Coelho, Maurício Soares, várias pessoas para o secretariado – estou colocando uma realidade – e nos defrontamos com a recusa absoluta deles – e o dr. Lúcio conhece o fato – de participar de qualquer tipo de secretariado. Este é problema concreto que existe, que faz parte do desenvolvimento político brasileiro, problema real que enfrentamos, contra o qual temos lutado no PT e temos discutido nos núcleos do PT, nas plenárias, nas fábricas com os trabalhadores, porque acho que esta é a separação que não deve haver entre o social e o político.

Quando falo que o liberalismo pode estar atrás dessa autonomia, não estou querendo dizer que não devemos aceitar essa autonomia e essa diferenciação de forma de organização social, e sim que elas devem assumir o caráter do Estado que existe, da sociedade, e ir ao fundo da questão. É isto que coloco, e não que, a pretexto de que a luta autônoma, econômica ou

social, pode levar a uma separação com o político-institucional, aceitar que ela não deva existir, não deva desenvolver-se. Devemos fazer o contrário: ela assuma, então, a sua globalidade, que, de maneira dialética, assuma o que é o real.

Esta, a questão que colocamos.

Também coloco uma questão discutível e de crescimento desigual e desequilibrado, que tem uma diferença fundamental no PT. Existe democracia partidária no PT, existe uma interação entre as decisões da direção do PT, as propostas de programa que o PT desenvolve, e a decisão coletiva do Partido. Esta é uma diferenciação importante. Ela é imperfeita, tem contradições, tem o assembleísmo e o basismo por um lado, e tem o elitismo por outro, tem também o tecnicismo. Por exemplo: tem importância ou não, o fato de que o PT tenha feito um esforço, nestes últimos três anos, de desenvolvimento de propostas de políticas municipais e propostas setoriais alternativas de governo – para saúde, transportes, habitação – para os municípios, através de uma discussão entre os profissionais e técnicos petistas que estão no aparelho do Estado ou estão nas universidades e os movimentos organizados sociais e as lideranças dos movimentos sociais? É assim ou não é que vamos criar condições para dirigir o Estado e a sociedade, de maneira democrática?

Esse esforço que o PT tem feito, de não reunir apenas os técnicos, e estabelecer programas e propostas, sejam gerais, seja pensando globalmente a cidade, o Estado ou o País, mas procurando ir aos movimentos que estão organizados, ouvi-los, discutir as propostas com eles, reciclar tanto os técnicos profissionais como as lideranças desses movimentos para pensar politicamente esses programas. Essas experiências que o PT tem feito e que me dão a convicção – era o que queria concluir – de que, apesar dessas contradições que são colocadas, o PT também tem uma parcela importante nos setores da classe média alta, da burguesia dentro dele, pois o PT surgiu de vertentes que poderíamos dizer não alcançam o desenvolvimento político ou a compreensão social da realidade histórica e política brasileira, que o PT também é uma frente que me dá – pelo menos, é nesta direção que trabalho no Partido – a convicção de que é um projeto político e historicamente consolidado, no sentido de que ele criou raízes.

Sonhei, durante toda a minha vida e trabalhei neste sentido, por um partido político que tivesse raízes entre os trabalhadores. O PT tem, em São Paulo, cerca de 15 a 20 mil militantes que são trabalhadores. Vamos fazer a crítica: esse é um dado concreto que é revolucionário na situação brasileira. Se ele vai desenvolver, se expandir ou se vai se transformar num partido parlamentarista, num partido esquerdista ou num partido vanguardista, é uma luta política. Ele tem bases, raízes e instrumentos que apontam no sentido de se transformar num partido realmente, de não ficar num projeto que, ou é cooptado por burocracia sindical ou vai para o anarquismo e para o esquerdismo, etc. Há um debate político. Essas coisas,

inclusive, são discutidas por todos os petistas; apesar das dificuldades de nível de informação, de meio, etc., esse debate político passa pelo PT, bem como o debate da transição.

Por exemplo: por que divergimos tanto do companheiro deputado federal José Genoíno Neto?

Só para dar um exemplo ao Luís Werneck de como esse debate existe no PT – vou tomar mais um pouco de tempo dos srs.: o que é alternativa operário-popular? É a formação do bloco operário popular. Por que falamos em alternativa democrática popular? Porque eles não incorporam a questão democrática e não têm tática. Têm estratégia, é o socialismo. Precisam formar um bloco operário popular que, evidentemente, vai linearmente para o socialismo. E quando se pergunta: E a questão democrática? Não conseguem ter uma tática, porque não enfrentam a questão democrática. O PT tem feito um esforço para enfrentar a questão democrática como ela está posta hoje, a transição como está posta hoje. Sempre pregamos a ruptura, em 84/85 – nunca o escondemos. Não era uma ruptura revolucionária. Estava claro para nós.

LUÍS WERNECK VIANA – Deixe-me esclarecer um ponto. Primeiro: o PT é uma presença benfazeja na estrutura partidária brasileira, particularmente na esquerda brasileira, embora eu veja – como o sr. reconhece – todas essas ambigüidades e todas essas perplexidades que estão dentro desse Partido, ainda em processo de constituição. Meu desejo – se podemos formular um – é que o PT consiga constituir-se a partir do que há de mais saudável dentro dele.

Quanto ao que o sr. falou, tenho muita concordância com os princípios e a prática política que foi anunciada. Gostaria muito que o PT se implantasse. Tenho este ponto como um ponto de saúde na política brasileira, particularmente nessa esquerda brasileira, que é uma esquerda medrosa, fanatizada, dogmática, fora do mundo, que vive siderada pelas suas próprias fantasias.

Na questão da transição, não vejo como concordar. Primeiro, o PT jamais apresentou, do ponto de vista vivamente público, a sua alternativa para a transição. Apresentou sempre a sua contestação ao caminho que nós preconizamos que, aliás, diga-se de passagem, por mais desgraçado que seja, nos trouxe a esta situação. Que situação é esta? É uma situação de liberdade, que este País jamais conheceu em todos os seus níveis. Esta foi uma estratégia política vivida por nós, trabalhada por nós. Concebemos essa transição e a realizamos. A grande virada, como todos sabem, foi 1974, quando definimos o processo eleitoral como um processo superior de luta, exatamente para provocar aqueles que entendiam que a forma superior de luta era a luta armada. O voto é que e a forma superior. Foi assim que abrimos espaço para essa transição.

É evidente que o pensar a transição como conquista da democracia política, que foi e é a nossa perspectiva, supõe que a democracia política traz dentro dela a explicitação do social.

Peço a paciência dos srs. para um segundo de reflexão. O que veio primeiro, as greves ou a luta política contra o regime? As greves tiveram que esperar 78, ou não? Quem abriu espaço para a explicitação do social senão a luta política? A estratégia do PT, desde o início, tem outra natureza. Participei de um debate com o Lula, que virou livro, chamado “A Conjuntura Nacional”, em 1977, aliás, organizado por mim, no “Teatro Casa Grande”, com 1.200 pessoas, quando o Lula disse para aquelas pessoas que estavam lá que a CLT era o AI-5 dos trabalhadores, o que era a clara subestimação da conquista da democracia política, porque o que importava era a remoção da CLT. Este é que era o AI-5 real.

Não é assim. As coisas não são como o PT diz, particularmente na questão da transição. E quem fala é uma pessoa que, e não aqui, mas em todo lugar, em outras assembleias, sempre é um defensor entusiasta do PT, inclusive como regeneração do seu próprio campo. Não vejo como o campo que é o meu possa regenerar-se sem esta competição forçada que o PT obriga realizar. Internamente não vejo como aquele dinossauro muda. Mas vai mudar, porque esse dinamismo dos outros partidos, inclusive, é uma forma de estímulo e de mudança.

Na questão da transição, a história do PT é toda de outra natureza.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Vou dar um exemplo que refuta suas afirmações.

LUÍS WERNECK VIANA – Essa do AI-5 dos trabalhadores é de 77 a 79.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – É verdade que o Lula falava e pregava isto. A própria fundação do PT, inclusive pelas mãos do Lula, é uma refutação disto.

LUÍS WERNECK VIANA – No entanto, uma refutação fora da forma.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – E dou outro exemplo, que é determinante: o PT em 1983, se deu conta – eu vou dizer nos termos em que pensávamos – de que a burguesia, ou frações da burguesia, necessitava de outro jogo, de outra regra, para remover o Governo Figueiredo e a favor das eleições diretas. Nesse momento, o PT chega na sua maioria, ele consegue atuar, no plano político-institucional, como uma força pequena, mas determinante, para deslocar a principal luta política que fez com que a transição, de que o sr. falou e que vivemos hoje,

chegasse a um ponto de não retorno, porque a transição tem múltiplas formas e fases desde 1966/67.

LUÍS WERNECK VIANA – Sem dúvida, mas não se pode trabalhar só “contra”. Temos que trabalhar também a “favor”. É evidente que o PT teve um papel fundamental na questão da transição, particularmente, quando concorreu com a questão das diretas. Entretanto, na medida em que a questão das diretas foi deslocada e a transição passava pelo Colégio Eleitoral, o PT, se pondo “contra”, não ajudou a transição, segundo meu ponto de vista, não ajudou a transição, não compreendendo a importância crucial que se punha para nós, em São Paulo, de derrotar o Jânio, permitindo que o antigo regime voltasse a ser poder.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA – Estou percebendo que desejam encerrar, mas farei mais um aparte, para não perder o raciocínio. Coloco só uma questão. O PT fica fora da transição – e esta foi uma discussão longa que tivemos com o Ayrton Soares. É a garantia, o aval de que a transição tem que passar pelo social e pelo econômico, não pode passar só pelo político-institucional e pelo jogo dos partidos do Congresso Nacional.

LUÍS WERNECK VIANA – Só para concluir. É evidente que isto é verdadeiro. As greves este ano tiveram, ou não, repercussão na questão social? Na questão da cidadania, que é o nosso tema?

O Brasil foi, este ano, recordista mundial de greves, em número de greves e em número de trabalhadores parados. Implicou o quê? Conquistas sociais. É só ver a pauta das greves. O Boletim do DIEESE e o Boletim da revista *Tendências do Trabalho* dá os motivos da greve, o que foi conquistado – democratização do espaço fabril, comissões de empresas – quantas saíram dessa movimentação grevista – conquistas sociais importantes e luta econômica também exitosa. Qual foi o aval dessas conquistas? A democracia política que conquistamos. Não há por que separar, estabelecer um novo “muro da China” entre a conquista da democracia política e o social. Isso não é verdade! Na verdade, a estratégia política do PT, que tem uma concepção de cidadania fundada no social – ainda não conseguiu transcender esse momento de concepção original, que é o da sua fundação – não foi capaz de pensar até agora no tema político da cidadania.

Não vou mais aborrecê-los, e agradeço a paciência e a tolerância com que me ouviram.

PARTICIPANTE – Permitam-me dizer algo antes de encerrar, pois estou muito incomodado nessa classe dominante. (Risos).

Não é nem pela minha posição física, isto é, onde me situo. É até pela incompreensão teórica. Li todas aquelas polêmicas, etc., e não com-

preendia que essa coisa se resumisse a um quadro de exploração ou a um quadro de opressão. As vezes, vemos que uma coisa não se reduz a outra e, certamente, não estou explorando ninguém nem oprimindo, de certa forma, nem creio, por exemplo que José Dirceu ou a Marilena Chauí, ou qualquer um de nós aqui, nem a nossa Universidade, que sofreu inúmeras intervenções militares.

Essa relação de classe não explica o problema de constituição de um tipo de poder, e que isso está mais ligado ao tipo de projeto que os sujeitos sociais colocam.

Evidente que há uma divergência básica entre um projeto atual de reprodução de formas de dominação, e outro, não sei quais são os elementos que o constituem, se são classes, se são segmentos, se são grupos, etc., que se colocam contra isso e querem reestruturar uma articulação de poder, que, recuperando a sua tradição de proletariado, significa simplesmente estender direitos iguais para todos. Está até naquele Manifesto primeiro na Associação Internacional de Trabalhadores. O proletariado não quer miséria e sim a extensão de direitos iguais para todos, o que significa de certa maneira, a eliminação de uma estrutura de poder que cria a exploração, a espoliação e até a opressão. José Dirceu, que morou em Cuba, sabe que nem sempre os problemas de opressão estão ligados aos de espoliação.

Então, não me sinto muito ligado a essa classe dominante, porque não tenho a menor parcela, ainda que colocado num aparelho de Estado e, no caso da universidade, por eleição de trabalhadores a que o Estado não pôde resistir, não tenho a menor parcela nessa responsabilidade de oprimir, ou de explorar ou de dominar diferentemente, como José Dirceu também não a tem.

Outro aspecto: também estava meio incomodado nessa questão de que a transição passe pelo PT, ou seja, que o PT seja responsável pela transição ou o PC. A transição é responsabilidade da cidadania plena. O PT, o PC e o PRC – olha, que a Maria Luíza vem aí – se ajustam a um problema mais geral que rompe com as estruturas de dominação atuais e que vai ter que definir objetivos e aliados. O PT tem a responsabilidade de contribuir para este fim, discutindo com outros que tenham igual responsabilidade. No entanto, não estou sentindo que depende dele a transição, ou que ele entornou o caldo da transição. Isto é claro, a transição se dá, porque é inevitável, há uma crise. Essa crise não é só nossa. É crise geral de paradigma – também sondei um pouco sobre a questão. A crise é da ditadura para o liberalismo? É. Entretanto, dependendo da intervenção de certos agentes históricos, ela pode chegar ao socialismo, ou pode ficar numa mediação. Uma reforma agrária não é necessariamente a expropriação dos meios de produção rural. É certamente uma distribuição mais equitativa de justiça, dependendo de como são operados os mecanismos.

Era o que tinha a dizer, para me livrar um pouco desse incômodo.

A CIDADANIA DO TRABALHADOR RURAL

Coordenadora
Vilma Figueiredo
(UnB)

Expositores
Brancolina Ferreira
(IPEA)

Elisa Reis
(Instituto Universitário de Pesquisas, RJ)

Abdias Vilar de Carvalho
(Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário)

Ruy Albuquerque
(Ministério da Agricultura)

COORDENADORA (Vilma Figueiredo) – Dando seguimento ao conjunto de seminários sobre a “Construção da Cidadania”, as sessões de hoje se referem à “Cidadania do Trabalhador Urbano” e hoje à tarde, especificamente, à “Cidadania do Trabalhador Rural”.

Todos aqui presentes conhecem a Mesa. Apenas para relembrar, contamos com as presenças de Brancolina Ferreira, do IPEA, Elisa Reis, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Abdias Vilar de Carvalho, do MIRAD e do professor Ruy Albuquerque, do Ministério da Agricultura.

Podemos começar as colocações com a dra. Elisa Reis, que tem trabalhos específicos sobre o assunto.

ELISA REIS (IUPERJ) – Na verdade, desenvolverei aqui rapidamente dois tipos de reflexão. São dois pontos que se tocam e que, por seus níveis de abstração diferentes, poderiam ser tratados separadamente. Uma dessas linhas, a mais abstrata e a mais genérica, diz respeito à questão da cidadania enquanto tal, não no sentido puramente conceitual, e sim no sentido histórico-teórico, isto é, quais as vinculações macro-históricas do conceito de cidadania com o trabalhador rural. Como os autores que classicamente abordaram a questão da cidadania pensaram a inserção política da população rural, se é que o fizeram?

Uma segunda linha de reflexão diz respeito a tema muito mais específico; tem a ver com uma pequena parcela do universo rural brasileiro, a que conheço mais de perto, basicamente um estudo de caso realizado em Minas Gerais, numa área de cerrado. Claro que, sendo um estudo de caso, é um estudo bastante particular, singular. Apesar de idiossincrática, essa experiência que estudei mais de perto, tem alguma generalidade; pode ser generalizada a certo nível, embora não se aplique a toda as situações rurais brasileiras.

Nesse primeiro nível mais abstrato, mais genérico, lembro que há como que uma vinculação natural entre a idéia de cidadania e cidade.

Lembro-me de que, na primeira vez que escrevi sobre cidadania rural, as pessoas pensaram que eu estava fazendo jogo de palavras – isso em 81 – e isso em diferentes línguas, *citizen/citizenship*, cidadão/cidade, *cita/citatina* etc. Claro que isso não é uma pura afinidade casual. Tem alguma afinidade histórica entre essas duas coisas. Historicamente estamos acostumados a pensar no burgo como o berço da cidadania. Daí a vinculação também genética da cidadania com a burguesia.

Se eu tomar os autores clássicos – Marshall, Bendix ou Tocqueville, que é o pai disto tudo – todos têm uma discussão eminentemente urbana da cidadania. O próprio Marx, embora com alguma divergência com relação a esses clássicos, pensou o problema da sociedade civil basicamente como uma sociedade urbana, onde o campo entrava a reboque.

Até certo ponto, essa vinculação é correta, porque a cidade é o espaço onde primeiro se manifesta a distinção entre poder público e poder privado. Sem essa distinção entre público e privado não é possível pensar cidadania como nós a entendemos modernamente.

Entretanto, existe outra realidade histórica, igualmente comprovada historicamente, empiricamente, outra tradição de análise que vincula a cidadania exatamente às relações de trabalho no mundo rural. Por exemplo, penso em Jerome Brum, quando este analisa o fim do antigo mundo rural europeu. Para ele, o germe da cidadania está exatamente no campo; é ali que primeiro surge uma noção contratual que é fundamental para a cidadania – é a luta camponesa para garantir os direitos mínimos que lança o primeiro germe de contratualismo. O contratualismo é o único elemento que não pode faltar, na noção moderna de cidadania, porque é ele que supõe a igualdade legal, fictícia das partes contratantes.

Essa luta rural por direitos é um movimento que, ao mesmo tempo em que transforma o trabalho em algo abstrato, em força de trabalho, simultaneamente também tem uma substância de igualdade real. Existe algo de fictício: o trabalho transformado em mercadoria. Trabalho é atividade humana. É essa ficção mesma que permite um questionamento da desigualdade social.

Citei o Jerome Brum e poderia lembrar outros autores, como Gerschenkron e Barrington Moore, o autor mais conhecido nessa tradição teórica.

O importante dessa discussão, dessa tradição teórica – essa outra que atrela a cidadania ao campo – é que me parece que não é só uma questão bizantina de ver quem é que primeiro lançou os germes de cidadania. A importância para mim é basicamente política, prática, porque, dentro dessa tradição teórica a questão da cidadania rural é muito problematizada.

Se eu tomar Barrington Moore, por exemplo, o Barrington diz: “o camponês é o fiel da balança do mundo moderno, é ele, sim, que gera, que leva à frente a cidadania, mas jamais será um cidadão; ele é a vítima da história. Onde quer que a democracia tenha triunfado o camponês desapareceu”.

Autor menos radical, Eugène Weber, que analisa o processo histórico francês, diz: “o camponês só consegue se tornar cidadão quando deixa de ser camponês, quando se urbaniza”. É uma percepção menos pessimista, mas que também perde o seu caráter rural.

De qualquer forma, toda essa discussão clássica lida com contextos onde a questão da cidadania já foi resolvida. Tanto na Europa quanto nos

Estados Unidos ela é uma questão resolvida. O importante para nós – parece-me – nesta discussão da cidadania rural, é ver que tipo de cidadania está sendo construída. Para mim, a pertinência maior não é questionar. Tem sentido falar numa cidadania camponesa enquanto tal? Seria válido fragmentar esse conceito de cidadão para falar de uma cidadania operária, camponesa, feminina, étnica ou o que seja?

Prefiro não fragmentar a cidadania, porque a condição da igualdade é a sua generalidade, a universalização do conceito. Claro que essa não é uma discussão puramente descritiva. Estou expressando uma preferência minha. Cidadania tem a ver com liberdade; é uma noção que nasce de um projeto burguês que, espero, transcenda a sociedade burguesa. Só entendo cidadania quando direitos políticos, civis e sociais são naturalizados. Ou seja, no contexto de uma sociedade nacional, o que é direito do cidadão tem de se confundir com direitos humanos. É por isso que digo que aquilo que é uma conquista da burguesia na verdade deixou de ser puramente burguês; quando digo que direitos de cidadania são direitos humanos, estou simplesmente naturalizando, universalizando aquela conquista da burguesia e fazendo-a uma conquista da humanidade enquanto tal.

É claro que, quando falamos em situações específicas, acabamos sempre falando da cidadania rural, da cidadania urbana, etc.

Eticamente isto é criticável, não se trata de questão bizantina. É que no universo político, palavra é o meio de troca por excelência. Então, temos de saber que palavra estamos usando. Política é a arte do convencimento, em última análise. Hoje, pela manhã, foi isto que vimos na discussão, aqui, entre PT ou não PT.

Há um sentido muito particular, meramente evolutivo; eu concordaria com a pertinência de se enfocar a questão da cidadania no mundo rural no sentido ainda não generalizado da cidadania dentro do Estado nacional brasileiro. A população rural, o trabalhador rural ainda é um cidadão de segunda categoria. Não chegamos a uma noção moderna de cidadania neste sentido. Idealmente estamos chegando perto da Grécia, que separava os escravos e as mulheres.

Neste sentido, é válido tratar da cidadania do trabalhador rural, não para afirmar direitos que são específicos do universo rural. Mas simplesmente para que aquilo que é garantido ao cidadão urbano, seja estendido ao cidadão rural.

Esta questão da especificidade da cidadania no campo tem um lado não tão específico: o da difusão dos direitos sociais. Com isto digo o seguinte: da mesma forma como o trabalhador urbano recebeu direitos sociais antes de ser um cidadão político, isto está acontecendo no meio rural também. O projeto político que os militares tiveram no campo foi o de dar precedência aos direitos sociais sobre os políticos. O Fundo Rural se tornou um bem-estar genérico, antes que o trabalhador rural lidasse com a política sem a mediação dos poderes locais. Neste sentido específico,

parece-me que o esforço de incorporação política que o regime militar realizou no campo repete um pouco o que Vargas fez com o trabalhador urbano, ou seja, garante os direitos sociais de uma forma tal que se tutele a entrada política do “ator/trabalhador” rural, na arena política, cerceando seus direitos políticos e civis.

Uma vez mais voltando ao ideário liberal, acredito que direitos sociais sem a concomitância dos civis e políticos é uma maneira de perpetuar o paternalismo estatal. Enquanto os direitos sociais forem independentes dos direitos civis e políticos, a noção de direito vai ser sempre confundida com a de favor da autoridade benevolente. .

Tratando dessa autoridade benevolente, já caio um pouco no meu universo particular, meu estudo de caso em Minas Gerais, antecipando as minhas próprias conclusões. Esse meu trabalho junta uma série de abordagens diferentes. Trabalhei com observação, entrevistas informais, com levantamento de dados, entre 80 e 82, basicamente tentando testar uma “intuição” que eu tinha, de que o regime militar estava levando à frente um projeto político rural. O golpe de 64 tinha colocado fim à mobilização política rural; supostamente tinha transformado toda a questão rural numa questão de políticas agrícolas meramente técnicas; mas me parecia que modernização agrícola, junto com a penetração massiva do Estado no campo e junto com a introdução de direitos sociais, tinha que alterar o universo político do trabalhador rural. Um trabalhador rural que antes sempre lidou diretamente com o seu patrão e que agora usava o Funrural, o Fundo de Saúde, diretamente, sem a intermediação do patrão, esse trabalhador tinha que estar percebendo o universo político de forma diferente. Eu não sabia bem que forma seria essa. Tinha algumas hipóteses e as fui testar.

A minha conclusão foi no sentido de que, de fato, os militares levaram à frente um projeto de incorporação política do trabalhador rural. Claro que sabemos que o trabalhador rural sempre entrou um pouco a reboque no jogo político. Toda literatura de coronelismo mostra que o trabalhador era o ingrediente vital na lógica coronelista: troca de votos por favores políticos, etc. A incorporação nacional do trabalhador rural só se dá sob o regime militar. A participação política do trabalhador rural anterior a 64, era referida ao universo local ou regional. A lealdade política era com o chefe local, com o patrono local, nunca com a Nação, com o Estado nacional. Esta situação é que foi bastante alterada.

Que tipo de incorporação nacional foi essa? Esse foi um projeto ideológico de construção da nacionalidade. De fato, o trabalhador rural era o último ator, era o único que ainda não tinha entrado no cenário político do Estado nacional, único que ainda não tinha sido permeado por uma ideologia de nacionalidade. Existem as mais variadas ideologias de nacionalidade. A clássica liberal-burguesa é a da igualdade, a da generalidade, que estava comentando antes. A que foi levada à frente no Brasil,

pioneiramente por Getúlio Vargas, não era esta. Era uma regulada, tutelada, como foi também discutido aqui hoje de manhã.

A questão era saber se a incorporação política que se processa no campo, hoje, estava se dando em moldes diferentes do que tinha acontecido antes. Existia a hipótese que sim. Wanderley Guilherme, por exemplo, tem a idéia de que o Fundo Rural é diferente da lógica varguista, da lógica paternalista, porque independem da contribuição, do montante que o contribuinte faça ou da inserção direta dele no processo produtivo, os benefícios que ele vai receber e se todos estão recebendo o mesmo tipo de benefício. Este é um ponto correto. Apesar disso, constatei que a cidadania instaurada no campo recentemente permanece tutelada – e por quê? Basicamente porque o Estado nacional substituiu o patrono local, ou seja, o antigo esquema de patronagem, de clientelismo terminou, mas o Estado nacional ocupa um lugar de patrão dos patrões. Ele é percebido pela população local com um novo mediador, com uma instância que lhe garante direitos, benevolmente.

Os dados me revelam que houve uma substituição muito radical de elites políticas. O Estado tinha um projeto consciente de incorporação política do trabalhador rural e, para levar esse projeto à frente, desalojou as antigas elites agrárias. Eu poderia perguntar: por que não se aliamam às elites existentes e fizeram junto a incorporação rural? Entre outras coisas, porque o Estado queria cortar qualquer identidade, qualquer identificação entre si próprio e as antigas elites dominantes. Então, houve todo um esforço de renovação, foram colocadas em posições estratégicas na prefeitura, na Câmara e nas agências públicas instaladas no município, lideranças jovens, sem vinculação com os proprietários de terra. Este dado vale não apenas para a área particular que estudei como para toda a região e para outros municípios mineiros nos quais tenho alunos trabalhando e posso generalizar, pelo menos, a este nível.

A nova elite tem o discurso da burocratização: somos universalizantes, incrementamos a igualdade, porque nossos procedimentos são impessoais, são os mesmos para todos. E a velha elite, que está sendo desalojada, critica exatamente este fato, dizendo que antigamente havia espaço para se dar um “jeitinho” para tudo. Agora, com a burocratização, não temos mais como ajudar os pobres, ajudar a quem precisa.

Como o povo na verdade vê isto? Como o trabalhador rural vê essa mudança de elite? Parece que a vê positivamente, pois não só os resultados eleitorais de 82 confirmaram isso, uma vez que nos municípios predominantemente rurais de Minas Gerais o PDS ganhou facilmente, como as opiniões expressas pelos eleitores demonstram que eles acham que as coisas mudaram para melhor e que quem ocupa o poder local hoje o ocupa porque é competente, e não porque detém privilégios.

Mais do que isto, a politização do universo local é extrema. O trabalhador rural politiza todo o seu cotidiano. Caso se peça para ele

identificar qual é o documento mais importante, dirão que é o título de eleitor. A idéia que fazem é de que nada se consegue aqui sem política. Ai, quando se vai decifrar o que é política, política é clientelismo, recurso à mediação, à “broquelagem” local.

Essa politização intensa contrasta, por exemplo, com os dados disponíveis da Capital mineira. Confrontei os dados do meu feudo eleitoral com os mesmos dados para Belo Horizonte. Consta-se, por exemplo, que o interesse geral por política é maior nesse município rural do que em Belo Horizonte; a participação em debates também é muito maior no meio rural; o envolvimento em campanhas, audiência de programas e todos os indicadores clássicos de interesse em política, os índices rurais eram significativamente mais elevados.

Outro dado interessante diz respeito à percepção do sindicalismo, também confrontando com Belo Horizonte. Tanto em Belo Horizonte quanto nesse município rural, a população é unânime em identificar que o Estado de fato intervinha muito na vida do sindicato. Isto enquanto houve a constatação de fato. Enquanto preferência normativa, em Belo Horizonte apenas 25% do eleitorado achava que o Estado deveria intervir; o resto considerava que era um aspecto negativo e que o valor máximo do sindicalismo era a autonomia e a liberdade.

Nessa área rural, ao contrário, cerca de dois terços da população vai dizer o oposto, que o Estado deveria intervir mais do que intervém. Caso se pergunte por quê, porque a intervenção está identificada com maior assistência, ou seja, porque a noção de direito está confundida com a noção de favor.

Claro que esta é uma análise já um pouco defasada, feita nas últimas eleições de 82, e o PDS, como estava dizendo, ganhou facilmente, etc. O que acontece com a mudança do quadro político estadual e nacional? Nessa mesma eleição, o poder do Estado deixa de estar com o PDS. Então, o que se tem é, imediatamente, uma tentativa de toda a elite local de se transferir de partido. Essa coisa está em negociação desde então e a última notícia é que o Hélio Garcia disse que tudo bem, desde que o prefeito mude de partido com toda a bancada, porque prefeito sem vereador ele não aceita mais.

Há indicações de que essa confusão entre direito e favor continue aí. Como sair dela, não sei. Este é – entendo – o nó da questão da cidadania no campo hoje.

Paro por aqui e depois retorno a discussão.

COORDENADORA (Vilma Figueiredo) – Elisa, muito obrigada.
Vou passar a palavra para a Branca* Ferreira, do IPEA.

* Forma abreviada, coloquial, do nome da Sra. Brancolina Ferreira.

BRANCA FERREIRA (IPEA) – Algumas das coisas que vou dizer seriam quase que como ir ao encontro de algumas afirmações que a Elisa colocou.

Comecei a pensar e a trabalhar um pouco melhor a questão da noção de direitos civis e cidadania por encomenda do Estado. Ou seja, trabalho numa instituição de planejamento que teria a função, pelo menos, de participar da elaboração do I PND da Nova República. E foi encomendado a um grupo – em geral chamaram os sociólogos – que escrevessem um capítulo específico sobre direitos civis. Estavam sobretudo preocupados em identificar procedimentos ou ter mais claro como certos segmentos da população, como certas minorias deveriam ser encaradas. Tivemos um prazo bastante exíguo para realizar esse trabalho, juntamos os esforços e saiu um documento que – parece – até tem nível de qualidade razoável.

Entre os grupos que nos pediram fossem privilegiados, enquanto mercedores de tratamento específicos, estavam a questão da mulher, índios, negros, consumidor, idosos, menores e excepcionais, todos eles articulados e alguns de forma isolada. Então, pode-se ver que são as coisas mais desbaratadas possíveis.

De imediato, disseram-nos que dois grupos que também estão se articulando para a conquista de direitos específicos ficariam de fora – os homossexuais e a população carcerária.

Tentamos ver como poderíamos dar um tratamento decente a esses temas, sem perder a noção de conjunto, sem perder a noção de geral. De repente, bateu uma coisa que realmente parece que era clara: a noção de cidadania passa, necessariamente, pela questão e pela ampliação da democracia. Então, começou a nos parecer também que não existe cidadania tutelada. Cidadania tutelada é a não-cidadania. Assim, a parte-base em que se estava no começo do ano, quando se passava por uma fase de discussão do que seria essa ampliação do espaço democrático do país, era que a ampliação da própria democracia passa pelo desenvolvimento político da população e pela conquista efetiva do espaço da cidadania. Neste sentido, qualquer pessoa, qualquer grupo social integrante da Nação brasileira possui direitos fundamentais inalienáveis, independentemente da sua capacidade econômica ou política.

Esses conjuntos de direitos inalienáveis formariam a base dos direitos civis. A expansão desses direitos se expressa através do exercício da cidadania.

É claro que essa questão da cidadania, esses valores não poderiam ser tomados em abstrato, desligados de outros contextos sociais relevantes, principalmente no aspecto que nos cabia ali trabalhar, no contexto econômico.

Sabemos – qualquer estudante de pré-vestibular de faculdade sabe –, que no capitalismo os condicionantes econômicos costumam sobrepor-se

facilmente a qualquer direito, à revelia do reconhecimento jurídico ou constitucional desse direito.

Ademais, é comum a distorção da base abstrata do direito de igualdade de oportunidades. Então, começamos a ver, quando fomos trabalhar com clientelas bastante diferenciadas, o que é essa questão da igualdade e da desigualdade, ou seja, que no tratamento com grupos diferenciados acaba sempre se exercendo a prepotência dos grupos dominantes em relação aos grupos que acabam, por consequência, sendo os grupos subordinados.

A realização do desenvolvimento, que é noção que vem ligada e vinculada a desenvolvimento da cidadania, não se dá, nos parecia, sobretudo em se tratando da hora de se discutir um plano de governo, com a simples superação da pobreza sócio-econômica, de ordem material e quantitativa, mas também se estenderia à necessidade de superação da pobreza política. Só assim se teria, de fato, um contexto democrático. O agente da democracia é o cidadão, que tem que ter algumas qualidades para exercer essa cidadania, que identificamos como sendo consciente e crítico, produtivo e vigilante, contribuinte e reivindicador. Todas essas características gerais estão muito ligadas ao tipo de proposta que faríamos a seguir, ou seja, de que o exercício da cidadania, significando a realização democrática de uma sociedade, deve ser compartilhado por todos os indivíduos do País.

Outro ponto que começamos a discutir depois, foi a questão da outorga e dos direitos conquistados. Os direitos civis e a cidadania, mesmo aqueles que seriam devidos quase que incondicionalmente, na prática somente se realizam se forem conquistados, ou seja, pelo observador do histórico, vê-se que a tutela não consubstancia, não constitui cidadania.

Enquanto conquista da sociedade, a conquista dos direitos civis implicaria reconhecimento de que a organização, a articulação dos interessados em terem essa cidadania é indispensável, tanto para a concepção da democracia que desejam como para a sua viabilização e para sua realização, ou seja, não por uma concessão de um Estado ou de uma classe social, e sim como a conquista que pudesse ter efetivamente seu espaço fixado. Neste sentido, seriam componentes básicos importantes, a questão da autodeterminação, da autogestão e da autopromoção.

Noutra verificação, a debilidade constatada facilmente na institucionalização de direitos civis é diretamente proporcional ao estágio pouco organizado da sociedade civil em seus vários segmentos. Daí, terem dificuldades, vários segmentos, de se fazerem ouvir, de se manifestar e de reivindicar. Volto à questão que discutimos bastante – o papel do Estado. Ele não faz o papel do doador, não é um poder concedente. Ele não tem que ser tolerante com conquistas, tem que estar incorporado a elas.

De certa forma, se conclua que a dignidade do Estado estaria menos nele, Estado, e mais na capacidade política da sociedade organizada. Daí, a

conquista histórica da cidadania teria necessariamente como componentes básicos: a participação dos interessados, que envolveria a questão que identificamos como outros tipos de componentes, como educação e identidade cultural, para além, inclusive, dos condicionamentos econômicos. É uma ação que se desdobraria na arena política, cujo bem básico é o poder, ou seja, quem está dele aliado só chega a ele através da conquista organizada.

A estratégia fundamental da conquista dos direitos civis não é desvinculá-los dos condicionamentos econômicos, por mais que uns possam prevalecer sobre outros.

Assim, para nós se colocou como a esfera prioritária do exercício da cidadania a esfera do trabalho, esfera essa entendida como o espaço de sobrevivência material, que passa pela produção econômica, pela estrutura ocupacional do mercado de trabalho, pela geração e pela apropriação da renda.

Particularmente, no capitalismo – se sabe – qualquer processo participativo tende a se tornar inócuo e vazio se não souber auto-sustentar-se. Ora, auto-sustentação, como sabemos, é um processo basicamente econômico, além de político, o que nem sempre é aplicável – por exemplo, a questão da auto-sustentação econômica – a todos os grupos, sobretudo àqueles grupos sociais que estávamos tentando trabalhar – excepcionais, crianças, idosos, etc.

O cuidado que a sociedade deve ter com esses grupos passa pela compreensão que prevaleça no geral, inclusive sobre cidadania e os direitos que seriam inerentes a esses próprios grupos.

Com isto, há necessidade da interação de esferas – do econômico e do político – na construção e na distribuição de bens sociais. Ou seja, víamos a questão da cidadania como o direito, o acesso à renda, a serviços básicos, tipo saúde, educação, etc. Sabíamos também que isso não era feito, pois quem conhece bastante como são feitas, gestadas e elaboradas as várias políticas públicas, sabe que não foram pensadas, pelo menos nos últimos 20 anos, para fortalecimento ou consolidação de cidadania.

Assim, a questão dos direitos civis não se coloca como uma questão de conquista de espaços setoriais como direito à educação básica, ou direito à previdência, ou mesmo direito à sobrevivência material, etc. Não se restringiria apenas à questão de direitos humanos em abstrato, mas deveriam englobar esses direitos civis certos direitos específicos de alguns grupos populacionais relevantes dentro da sociedade – mulher, negro, índio, idoso e todos os grupos minoritários que hoje se organizam para reivindicar tratamentos específicos em situações concretas.

Interessa-nos hoje, aqui, a discussão da cidadania do trabalhador rural.

Esta introdução toda, esta explicação de como, mais ou menos, desenvolvemos o pensamento a respeito do tema, embora, com certeza,

repetitiva – vários pontos já tratados pela manhã e mesmo agora, de compreensão do conteúdo da questão – deve ser importante aqui, simplesmente para recontextualizar a questão da cidadania como algo que passa a ser inerente à sociedade como um todo, mas que tem uma cara própria, uma cara específica para cada grupo social de referência que se considera. Viu-se que a cidadania, a construção de democracia é algo que deve ter a igualdade como meta, e não como meio, ou seja, o direito ao tratamento diferenciado de problemas diferenciados, de situações diferenciadas. Deve prevalecer, enquanto objetivo, a preservação de valores e de princípios.

Não são os argumentos políticos – sabemos também – que geram ocupação e renda, assim como não é a educação, os cursos profissionalizantes que produzem o mercado de trabalho.

Em nenhuma sociedade como a nossa, a importância da produção econômica pode ser esquecida, já que fundamental para prover as necessidades básicas de toda a população. Daí a necessidade de se tentar buscar uma coerência, uma confluência entre as esferas de articulação política e as bases de funcionamento da economia.

No quadro dos direitos civis, a questão do trabalho ocuparia uma posição estratégica, sendo um espaço onde mais claramente se pode perceber o nível de maturação democrática de uma sociedade, ou seja, não há democracia sem relações democráticas de trabalho.

Os conflitos entre o capital e o trabalho somente são encaminhados de forma satisfatória se passarem pela negociação, ou seja, quando o trabalhador ocupar o seu espaço político; senão, acaba sempre sendo uma concessão ou uma imposição do poder econômico.

É claro também que o espaço político do trabalhador não surge de graça nem espontaneamente. Não é uma obra do acaso. É fruto de um processo, quase sempre longo e penoso, de conquistas e de recursos sucessivos, mas que, enquanto processo, pode deslanchar-se e se fortalecer em relação direta com a capacidade de os trabalhadores se organizarem.

Então, quase como um dos pontos nodais da discussão que travamos no IPEA, talvez óbvio para outras pessoas que estejam fazendo outros tipos de trabalho, a única via de realização da cidadania passa necessariamente pelos diversos níveis de organização, de articulação da população, sobretudo da organização do trabalhador.

A conquista da cidadania dos trabalhadores não é algo que se dê de forma setorial, isolada. É um processo social cujo ritmo e força podem alterar toda a composição e toda a face de uma sociedade. Neste sentido, alguns fatores são decisivos, tais como: o direito de greve, o direito à organização livre – de várias formas essa organização livre; quer a nível de sindicatos, associações, grêmios, etc., e, inclusive, em vários níveis de articulação – local, regional, nacional; o direito ao trabalho associado – talvez sobre este ponto o Abdias tenha muito a dizer em relação às críticas

feitas a algumas propostas colocadas de maneira secundária dentro da proposta original do Plano de Reforma Agrária, ou seja, o direito ao trabalho associado, tanto do trabalhador urbano quanto do trabalhador rural, tanto no setor formal, como no setor informal.

Outro ponto que identificamos como fundamental para a organização: o direito à terra, ou seja, a cidadania do trabalhador rural, no nosso entendimento, passava necessariamente pelo seu direito à terra, pelo seu direito ao acesso à terra. Claro que esse direito à terra tem também seus limites e condicionantes. Não é algo que uma sociedade possa conquistar sem lutas, sem organização e sem a participação dos interessados.

Num país como o Brasil, parece consenso que sua realização democrática e seu processo de desenvolvimento passam pela reforma agrária, quer por razões econômicas de produção agrícola, quer por questões de sobrevivência do trabalhador rural, quer para superar conflitos pela posse da terra, ou quaisquer outros.

A reforma agrária, enfim, embora de consenso genérico em relação às pessoas, é uma das grandes frentes de batalha e de luta que se tem pela frente. A reforma agrária é vista aqui como a garantia do acesso à terra a quem precisa e quer trabalhar. A questão da terra envolve a redefinição da questão da propriedade. Num país como o nosso, se coloca – nos remetendo agora à questão das propostas que embasaram a de reforma agrária, referindo-nos especificamente ao Estatuto do Trabalhador Rural – a terra cumprindo a sua função social. E onde isso se junta com a questão da cidadania do trabalhador rural? Ter o direito à terra, o direito ao uso da terra e o direito aos frutos da terra. Em que medida se intermedeiam os vários agentes populacionais, por assim dizer, urbanos e rurais, na disputa por todo esse espaço de trabalho e de geração de riquezas?

Claro que sabemos também que a questão da reforma agrária é fundamental em nosso país, para resolver situações históricas de injustiça, de discriminação e de conflito.

Alguns anti-reformistas dizem que a reforma agrária não seria necessária, mesmo porque o esvaziamento do campo é um processo inexorável no desenvolvimento dos países ocidentais.

Temos a dizer que existem várias formas de alguém sair do lugar onde está: ou tangido pela miséria, ou buscando uma melhor inserção social e no mercado de trabalho. Ninguém está achando que a reforma agrária vai resolver ou vai perenizar um terço da população brasileira no campo para todo o sempre.

A questão do trabalhador rural e do direito à terra passa pelo uso que se faz da terra e pelas propostas, que se possam fazer, de ocupação da terra. Este é um tema que diz respeito ao trabalhador rural, diz respeito também a todos os trabalhadores deste país. O destino que vai ser dado a um bem que é considerado de uso social.

Fico por aqui; depois discutiremos mais esta questão.

COORDENADORA (Vilma Figueiredo) – Obrigada, dra. Branca Ferreira. Vamos passar a palavra ao dr. Ruy Albuquerque.

RUY ALBUQUERQUE (MA) – Inicialmente, agradeço à dra. Vilma e à Mesa a oportunidade de estar aqui participando deste debate sobre “Cidadania do Trabalhador Rural”, lembrando a minha condição de engenheiro-mecânico, hoje trabalhando como Diretor de Agroindústria do Ministério da Agricultura, portanto, muito orgulhoso de estar participando de uma Mesa com sociólogos tão conhecidos.

Nossa exposição vai ser rápida – apenas cinco minutos de apresentação de alguns pontos para o debate, que vai se prender mais à experiência que estamos tendo agora no Ministério da Agricultura, vendo como o Estado vem tentando suprir essa questão de cidadania rural. Vou tentar puxar algumas questões levantadas pelas dras. Branca Ferreira e Elisa Reis, passando por problemas concretos que vimos sentindo enquanto partícipes provisórios, não se sabe por quanto tempo, da máquina estatal, tentando trazer para o debate um pouco da visão interna de como, no Ministério da Agricultura, algumas áreas vêm a questão da cidadania rural.

Certamente o dr. Abdias vai conseguir fazer uma junção mais brilhante entre a experiência sociológica e a experiência interna de Ministério.

Inicialmente, retomando a questão trazida pela dra. Elisa, cidadão seria o indivíduo no pleno gozo dos direitos civis e políticos, direitos civis e políticos estes que seriam garantidos por um Estado. Embora a expressão tenha raízes na cidade, de fato, se se fala em cidadania rural, tenta-se estender também ao indivíduo do campo, ou o ser social que habita o campo, os mesmos direitos civis e políticos, direitos estes garantidos pelo Estado, que viabilizem uma série de melhores condições de vida, a nível de direitos humanos, e viabilizem uma série de facilidades e de condições de organização política.

Sabemos que esse Estado, que está tentando garantir direitos civis e direitos políticos para o trabalhador rural, tem alguns vieses. Tem um viés evidente – um Estado que foi montado nos últimos 20 anos a serviço do grande capital e, mais do que isto, um Estado que foi montado sob a perspectiva urbana. Deste ponto de vista, quando se fala em cidadania que se exerça pelo lado civil para o trabalhador rural, estar-se-á pensando os direitos básicos mais simples. Por exemplo: o direito à moradia, à educação, à saúde, à preservação cultural, à própria vida.

Detalhando um pouco mais: quando se pensa em garantir a moradia para o trabalhador rural, para o ser rural, é curioso ver como dentro do Estado brasileiro não conseguimos resolver nem a questão da moradia urbana. Em discussão com o pessoal do BNH, do chamado Banco Nacional da Habitação, a perspectiva de um programa de apoio a melhores

condições de habitação, de moradia do trabalhador rural, passou como idéia absolutamente esotérica. Nós que conhecemos como vivem mal os trabalhadores rurais, conhecemos as condições de moradia, de habitação e de falta de infra-estrutura com que sobrevivem, vemos por aí um viés curioso na questão da moradia, com relação à falta de garantia do Estado a um dos direitos básicos da cidadania rural, que seria esse direito.

Com relação à educação, são conhecidos pelos educadores aqui presentes os problemas que o currículo gerado para procriar trabalhadores urbanos traz quando é levado ao meio rural. Objetivamente, a adequação das condições de ensino urbano e a transposição da metodologia de ensino urbano à metodologia, à situação concreta em que vive o trabalhador rural, é, sem dúvida, um ponto que dificulta o exercício do Estado, no sentido de garantir um dos direitos mínimos civis, educação do trabalhador rural.

Quanto à saúde, é desnecessário mencionar o não aproveitamento de condições urbanas de medicina no campo, as dificuldades em se levar o médico, criado para condições urbanas, para trabalhar no meio rural; é conhecido também o esmagamento de experiências anteriores de medicina local e de experiências tradicionalmente mantidas pelo meio rural, que são extintas pela intervenção da lógica urbana nesse meio.

A preservação cultural, um direito civil que o Estado deveria manter também, não tem encontrado apoio. Não vamos aqui defender a famosa “broa de milho” do nosso amigo Aloysio Pimenta – de fato o Estado tem que dar uma garantia mínima de preservação da cultura dos moradores rurais, dos trabalhadores rurais, viabilizando uma estratégia cultural alternativa à massificação urbana; de que não se destruam as raízes culturais do homem do campo, dado que essas raízes são uma das garantias do exercício de sua cidadania rural.

O direito à vida, que poderia parecer um exagero, de fato não é. Este ano tivemos mais de 120 assassinatos de trabalhadores rurais – o Abdias falará depois –, e tive o prazer de ouvir uma discussão no lançamento da “Semana contra a Agressão Rural”, onde o atual presidente da CONTAG, hoje à tarde reeleito, José Francisco, lembrava que o Estado – sem falar em cidadania rural, mas certamente pensando nela – ao não garantir o direito à vida desses trabalhadores rurais, ele se coloca claramente de um dos dois lados da luta. Ele ainda chamava a atenção para o fato de se em vez de 12 trabalhadores ao mês, durante este ano, tivesse sido morto um grande proprietário, o grande caos em que se teria transformado este País . . . Morrem 12 trabalhadores num mês, não acontece nada. Morresse um proprietário de grandes fazendas por mês e a guerra civil já estaria instaurada. Isto reflete claramente uma incapacidade grande do nosso Estado hoje, do ponto de vista civil, de garantir o direito à vida, uma das condições mínimas de construção da cidadania do trabalhador rural.

Além dessas características, retomando a questão dos direitos políticos, certamente há deficiências na garantia de condições de organização dos habitantes, dos trabalhadores do mundo rural.

Reparem: temos facilidades evidentes para a organização dos fazendeiros, as famosas sociedades rurais brasileiras, e congêneres, e temos dificuldades em viabilizar organização em sindicatos, em sociedades de sem-terra, em sociedades que se organizem para fins de trabalho, para fins produtivos, que não são apenas cooperativas. O conceito de cooperativismo como intervenção do Estado no apoio à organização dos trabalhadores rurais tem significado extremamente pobre, do ponto de vista de garantia dessas condições de cidadania do trabalhador rural. As cooperativas converteram-se, em sua maioria, em grandes organizações comerciais, que, tanto pelo lado da viabilização da expropriação dos trabalhadores rurais, e, conseqüentemente, de impedimento de que eles alcancem certas condições de vida mínima, como pela articulação dessas cooperativas com o grande capital industrial urbano e com o capital comercial internacional, como um terceiro aspecto, a intervenção do Estado nas cooperativas, vêm-se mostrando organismos insuficientes como formas de garantia de organização do trabalhador rural.

Aliás, aqui na sala, temos a presença de uma das mais eficientes organizadoras de sociedades civis para fins de produção, Neusa Zimmermann, que trabalhou alguns anos no Amapá, e que certamente nos debates poderia dar-nos algumas indicações sobre sua experiência com sociedades civis naquela região, que funcionam bem até hoje, operam, sem serem cooperativas amparadas pelo Estado.

Essas condições de organização produtiva dos trabalhadores rurais, as condições de organização política, a garantia à moradia, à saúde, à educação, à preservação cultural, a capacidade de o trabalhador rural distinguir um direito que tem de um favor – como mencionou a Elisa –, a capacidade de autodeterminação, de autopromoção e de autogestão – como mencionou Branca Ferreira, passam necessariamente por uma base de sustentação econômica, ou seja, quem vai garantir a cidadania, tanto pelo lado civil, como pelo lado político, a nosso ver é, sem dúvida, uma reorganização do espaço econômico rural. Essa reorganização do espaço econômico rural, que vamos alinhar aqui rapidamente, passaria inicialmente pela reorganização da propriedade da terra, sem a qual não se vai pensar numa cidadania do trabalhador rural. Vai passar pela reorganização da política econômica para o meio rural. O Estado tem utilizado sempre política econômica para favorecer empresas rurais e o caráter de empresariamento individual, que tem que ser reorganizado – neste ponto discordamos de alguns dos nossos companheiros da chamada Nova República que estão em outros Ministérios –, política econômica essa que tem, sem dúvida, de garantir recursos para realizar a produção no campo aos pequenos produtores, garantir recursos àqueles que não têm capital. Não basta dizer que o preço mínimo é suficiente como garantia de recurso ao agricultor. O preço mínimo só viabiliza a produção daqueles que já têm capital inicial para investir na produção. Então, o crédito de custeio, o

crédito de investimento tem que ser mantido com os custos sociais que lhes são inerentes, mas com o retorno social, que é também inerente para dar apoio ao pequeno produtor, têm que ser mantidos à revelia da racionalidade econômica mais estreita.

Esta, uma das lutas grandes que temos sentido, para tentar reorganizar essa política econômica no meio rural. Eliminar o crédito rural de custeio e de investimento, sob a argumentação de que os agricultores vão investir no *open market*, no mercado de especulação com dólar, – como já ouvi um ministro dizer – é imaginar que os pequenos produtores do Amazonas, de Goiás, da Bahia estão em contato permanente por telefone com o seu agente financeiro em São Paulo, o que é absolutamente irreal e é tentar, ao jogar fora a água do banho, matar com ela também o bebê que se banhava. Reorganizar a política econômica para o meio rural não é tratar igualmente os desiguais. Tratar igualmente os desiguais é reproduzir a desigualdade.

Passa também essa política econômica por um planejamento efetivo da utilização de recursos agrícolas que sejam consistentes com os recursos naturais de cada uma das regiões em pauta, e passa por um zoneamento agrícola e, de alguma forma, por uma intervenção estatal, para orientar essa produção, para impedir, de novo, que os desiguais esmaguem a maioria dos produtores rurais.

Além da reorganização da propriedade da terra e da reorganização da política econômica para o meio rural, colocamos um terceiro ponto para debate dessa base econômica alternativa necessária – uma política alternativa de industrialização rural, “puxando a brasa para a nossa sardinha”.

Pensar uma política alternativa de industrialização rural não é pensar apenas em agregar valor à produção agrícola, nem falar apenas em indústrias de cooperativas. É pensar em formas de industrialização que sejam de fato de propriedade dos agricultores, e não apenas de cooperativas de agricultores. Essas cooperativas muito cedo se desviam de uma base agrícola e se organizam em apoio à sua base comercial internacional. É falar em indústrias que sejam geridas pelos agricultores que têm mão-de-obra educada e treinada no próprio campo, e agroindústrias que reinvestam no campo os seus excedentes financeiros.

De certa forma, que se desorganize um pouco a nossa percepção de que indústria é algo necessariamente e apenas urbano, e se repense esse conceito de indústria urbana, jogando-a para o rural. E jogando esse conceito de industrialização rural em apoio à nova estrutura de propriedade da terra que se vai criar e em apoio à nova política econômica no meio rural que se vai criar.

Com esta nova base de sustentação econômica, com essa reorganização do espaço econômico rural, teremos meios de pensar em ampliar as condições de cidadania do trabalhador rural.

COORDENADORA (Vilma Figueiredo) – Agradeço ao nosso engenheiro que é mais próximo dos sociólogos do que talvez ele próprio imagine, e passo a palavra ao dr. Abdias Vilar de Carvalho.

ABDIAS VILAR DE CARVALHO (MIRAD) – Um dos direitos elementares da cidadania é a discussão. Considero importante que o auditório participe da discussão, para eu não repetir muita coisa que já foi dita, a partir da primeira exposição da Elisa, que tentou fazer uma abordagem teórica e a do Ruy Albuquerque.

Apenas vou colocar alguns problemas, chamando logo para o debate algumas questões que me parecem importantes.

De um ponto de vista mais abrangente ou mais teórico, a questão da cidadania surge realmente no mercantilismo, ou seja, com o sistema que se vai criar com a burguesia. Não é ainda sob o domínio da burguesia. É na construção do burguês, do comerciante ainda, que se vai colocando a questão da cidadania, quando ele está rejeitando a própria situação do direito feudal existente e outras situações no sistema feudal.

Teria muita coisa a discutir aí, sem dúvida alguma. Apenas colocarei um ponto de partida, que me parece interessante: o que se está colocando em questão, neste momento, é a propriedade da terra, é a forma da apropriação da terra. É o sistema econômico social, ideológico, também, que começa a ser questionado. Sabemos que todo o processo da passagem do feudalismo para o capitalismo vai ter como um dos ingredientes básicos essa luta. Inclui a própria composição, o próprio tipo de Estado burguês que se vai formar vai derivar dessa aliança histórica que foi feita. Se pegarmos o caso inglês e o caso francês, são dois parâmetros completamente diferentes. O Estado inglês derrota, aniquila por completo o campesinato, que não é um ator fortemente político no jogo da disputa da constituição do Estado burguês. Enquanto isso, na França, vai ser um elemento, não diria intermediário, mas um elemento importante, um elemento de base fundamental para a construção de um tipo de Estado burguês. Daí a célebre obra de Marx “O 18 Brumário”. As pessoas gostam de citar uma frase, que entendo não é infeliz, é a sua frase feliz: “um saco de batatas”, para mostrar que uma classe não é simplesmente uma soma de pessoas, mas tem que ter uma consciência, um projeto hegemônico, um projeto político.

Este, o ponto que desejo colocar. Na questão da cidadania burguesa está em debate um tipo de classe social existente. Daí em diante vai ter toda uma correlação, um grupo que vai entender a questão do camponês.

Há aí uma diferença. Transformar o trabalhador rural ou o camponês em cidadão, parece, primeiramente, negar sua própria categoria de classe social. É uma classe em extinção. Sobretudo na corrente marxista-comunista, vai em crise.

Estamos diante da seguinte questão: o camponês, uma cidadania para o camponês. É uma classe que vai ser extinta. Desde os célebres trabalhos

econômicos de Faure até as obras políticas de Lenine, por exemplo, e até hoje continuam em algumas correntes de esquerda.

Este, o primeiro ponto. Não sei se fui claro, mas podemos discutir esclarecendo melhor no debate.

O trabalhador urbano, não. É aquele que veio para ficar, porque é elemento novo, é elemento fundamental, é o outro pólo do capital. Então, esse elemento veio. Só que a cidadania do trabalhador não vai ser dada. Não será exagero, não sei se estou copiando frases exageradas de autores. A grande democracia burguesa que temos hoje foi ampliada pelas lutas sociais dos trabalhadores, dos movimentos populares, e não da burguesia em si. O caso francês é mais um exemplo, bem como o caso alemão, o caso americano, e assim por diante.

Ora, o trabalhador urbano tem o seu universo. É o elemento novo da sociedade burguesa-capitalista, que tem como elementos-chave o trabalhador e o capital.

Aí vem a célebre questão que se coloca até hoje: o que fazer com esses camponeses?

Claro que aí já não podemos tratar de modo genérico, porque as experiências, sobretudo as européias, se diferenciam substancialmente, neste ponto, das experiências do Terceiro Mundo, sobretudo da América Latina, que conhecemos mais.

Neste sentido foi-nos colocado. Todo aquele debate que houve anteriormente, entre feudalismo e capitalismo, talvez tivéssemos ampliado uma ótica mais política. Mesmo assim, desejo recuperar a minha intervenção inicial. Quando se falava de capitalismo e de feudalismo, era porque justamente a superação do feudalismo significa a negação da pequena propriedade, do pequeno trabalhador. Não estou querendo identificar a permanência da pequena produção com a pequena produção atrasada. Não é neste sentido. Aquele que tem um pedaço de terra, que tem a propriedade, no sistema capitalista se tornaria realmente um grande proprietário, um reacionário, um explorador.

Ora, sabemos que o pequeno produtor não tem essa conotação, não tem essa condição, nem social, nem política, nem ideológica.

Neste sentido, como pensar a cidadania para esse elemento? Ou seja, como conservar essa classe social dentro de um sistema capitalista? É a grande questão que estamos tendo até hoje.

Uma das saídas é a chamada reforma agrária. Lembro-me que, há quatro anos, quando fizemos o primeiro seminário em São Paulo, para discutir a questão da reforma agrária no Brasil, criou-se certa perplexidade no meio intelectual paulista, quando alguns diziam: “não existe mais questão agrária no Brasil, sobretudo em São Paulo”. Infelizmente, não tinha ainda surgido o efeito Guariba. Alguns intelectuais paulistas já estão recuperando a questão agrária a partir do efeito Guariba.

Há, no Brasil, uma permanente questão. Tínhamos um grande número de pequenos produtores, que estão, primeiro, reivindicando a terra. Reinvidicam a terra, querem essa terra sob a forma de uma propriedade privada, familiar ou coletiva, mas querem a terra. Ora, é nesse momento que surge todo um movimento social no meio rural pela reforma agrária. Como entender essa questão? Lembro-me que, a partir daí, está-se trabalhando a idéia de que a reforma agrária é também a forma da expressão da cidadania no meio rural. Não nos podemos iludir que a reforma agrária vai garantir, tenta garantir ou quer garantir a sobrevivência desta classe, uma classe de pequenos produtores rurais. Claro que hoje, mais uma vez – para não dizer que sou do século passado –, é uma classe que vai ter de ser modernizada, no sentido tecnológico, no sentido econômico, etc. É uma classe que tem uma relação diferenciada, ou seja, ela não é um trabalhador rural assalariado propriamente dito. Ela não está despossuída dos seus meios de trabalho, dos seus instrumentos de trabalho, no sentido clássico e no sentido real também. Também não se confunde, e não se procurará confundir, com o grande empresário.

Realmente é uma problemática que se coloca, muito séria, muito complexa, na discussão do capitalismo.

Neste sentido a reforma agrária aparece como uma expressão concreta – e não vou repetir mais, porque foi colocado pela dra. Branca e pelo dr. Ruy – da condição básica para que esse pequeno produtor possa exercer os seus direitos de cidadania, possa ser um cidadão pleno.

Este, o primeiro ponto.

Diante disto, coloco mais para o debate: a questão do Estado.

Sabemos que desde o surgimento do Estado – e colocaria a questão a partir de um ponto posto pela dra. Elisa, e muito comum em toda literatura – a tutelação do Estado. Cada vez mais eu me “grilo” com essa expressão “tutelação do Estado” e estou procurando cada vez mais entendê-la. Parto do seguinte raciocínio, muito rasteiro: é possível, na sociedade em que vivemos, confundir toda a intervenção do Estado com tutelação? Claro, sei muito bem que a palavra “tutelação” não significa a intervenção do Estado, e toda uma corrente a que estou me referindo, não significa isso.

Por exemplo, a extensão do FUNRURAL ao campo não consigo vislumbrar ainda como uma tutelação do Estado. Neste ponto, Elisa, tenho uma discordância com seu ponto de vista, que talvez não tenha sido bem esclarecido. Os direitos dos trabalhadores rurais foram conquistados ainda no populismo. Há um Estatuto importante: podíamos nos remeter até 42: o Estatuto da Lavoura Canavieira, que, apesar de ser a regulação entre o proprietário e o fornecedor, conseguiu algumas vantagens para o trabalhador. No entanto, não é ainda a expressão dessa relação. O Estatuto do Trabalhador Rural de 63 classifica realmente a garantia primeira dos direitos de cidadania do trabalhador rural. Na sua síntese, a dra. Elisa deu

mais ênfase ao aspecto do modelo militar para o campo. Só estou chamando a atenção, porque é ponto que poderíamos discutir.

O que temos no campo hoje? Uma luta constante dos trabalhadores, luta que, de um lado, nega a cidadania do trabalhador rural, é o seu imediato opositor – o grande latifundiário, mas é também o sistema burguês como um todo – aí me remeto mais à análise da constituição de um bloco de poder na sociedade – que vai classificar isso aí.

Neste sentido, a ampliação do Estado no meio rural segue a mesma trilha que estamos tendo hoje no meio urbano, a mesmíssima.

Não sei se poderíamos ampliar uma discussão, para entender mais o que significa hoje essa ampliação da intervenção do Estado na sociedade, um debate entre a liberdade da sociedade civil para se organizar. Elisa colocou que talvez o ponto central seja o direito e o favor, parafraseando e tomando outra expressão sua, a grande discussão nossa hoje está entre a intervenção cada vez maior do Estado e a liberdade da sociedade civil. É o grande problema que temos. E aí eu não vejo distinção entre urbano e rural. Claro, quando eu digo que não vejo distinção, não quero negar que ainda temos uma estrutura política no campo mais preservada do estado oligárquico, por exemplo, do que na cidade, sem a menor dúvida. Ou seja, o campo não passou por uma transformação política tão rápida e tão grande como a cidade.

Aliás, é comum – depois vamos ver, sobretudo depois de 72, a transformação, que Elisa mostrou, pelas prefeituras mineiras, exemplo que poderíamos tomar como uma linha geral para o Brasil. Não podemos dizer que é 100%, mas é uma tendência neste sentido – a substituição dos velhos oligárquicos por novos. Ora, foi o que a burguesia urbana fez: substituiu os velhos padrões, os velhos advogados, por novos economistas, por novos engenheiros. Só sobram mesmo os federais nessa expressão da sociedade burguesa, como há o engenheiro e o economista.

Estou tentando mostrar aqui que essa transformação que está havendo na forma da organização política do campo ocorreu há tempo no urbano. É a modernização do aparelho burguês de Estado, que realmente se transformou. Não precisa mais dessa identificação da indústria com o Estado. Por isso há mistificação ou alienação da igualdade dos direitos na sociedade desigual, na sociedade capitalista.

É interessante que quem vai fazer isso são os próprios aparelhos do Estado.

Há um trabalho, muito interessante do Marcelo Bursztyrn para mostrar como, por exemplo, os agentes das EMATERs e da EMBRATER – os agentes do Estado, estão tomando o lugar dos antigos coronéis. A tese publicada no livro é muito interessante, e este é um dos aspectos, e o demonstra.

Ora, é o que temos hoje. O que podemos falar de um tipo da PETROBRÁS? O que podemos falar de um tipo, por exemplo, de tantos

órgãos, de tantas empresas que substituíram algumas formas anteriores da burocracia tradicional da cidade?

A minha preocupação maior para o debate era entender como numa sociedade capitalista e monopolista em que vivemos hoje, numa sociedade modernizada do ponto de vista político, com extensão dos direitos civis já à sociedade urbana, como é que podemos pensar a questão da permanência de certas formas, de certas estruturas ainda trazidas do período oligárquico que permanecem no campo? Como é que podemos pensar a questão da reforma agrária como realmente o elemento básico, como se fosse a garantia econômica – vamos usar a expressão, e tradicional – como fosse o lastro fundamental para que o exercício político da cidadania do trabalhador rural pudesse ser exercido?

É o que coloco para debate.

COORDENADORA (Vilma Figueiredo) – Obrigada dr. Abdias.

Antes de ampliar o debate, vou repassar para a Mesa, e dou a palavra à dra. Elisa, pois está com umas tantas questões.

ELISA REIS – Primeiramente farei uma observação rápida, a respeito de pontos comuns entre a exposição do dr. Ruy e da Branca que, de certa forma, não são tocados pelo dr. Abdias, mas que têm a ver também com parte das suas colocações.

Esta questão da igualdade como meio ou como fim, ou de tratar de forma igual os desiguais, é um dilema. Não há como solucionar estas questões; fazemos tábula rasa da igualdade como meio, vamos cair no despotismo esclarecido, na melhor das hipóteses. Quem é que decide quanto de desigualdade é necessária, como, através da desigualdade, chego à igualdade? Esse vai ser sempre um projeto arbitrário. Tenho medo de qualquer arbitrariedade.

Então, a idéia da igualdade formal é fundamental para chegar à igualdade substantiva. Na raiz do projeto autoritário de cidadania que vivemos, de 30 até recentemente, está exatamente esse fato de que alguém decide o que é bom para cada categoria profissional, para cada categoria social, etc. Assim, insisto na necessidade da ficção da igualdade legal. Isto me traz um pouco também para a discussão mais longa que tenho de travar com o dr. Abdias, pois realmente não fui clara quando falei de tutela do Estado.

Algo é secundário. Realmente eu estava analisando o processo anterior, não me referia à Nova República.

Intervenção de Estado não é boa nem má. É um fato real. Tutelagem, para mim, é um conceito que se refere a mecanismos de clientelismo, é uma relação assimétrica. Existe assimetria sempre que não é dado ao cidadão a possibilidade de escolher – lealdades alternativas. Se posso escolher entre partidos A, B e C, já sou menos tutelada do que se eu tiver que votar no

PDS, senão não consigo emprego. Esta assimetria é o ponto básico da tutela do Estado.

Focalizarei um pouco a idéia mencionada em certo momento, de que a situação europeia é muito diferente da nossa. Claro, concordo. A situação europeia em si apresentou diferenças muito grandes também. Se penso, por exemplo, a clivagem básica de cá do Elba e de lá do Elba, faz uma diferença muito grande se o camponês está inserido no esquema paternalista ou não está. Ou se penso em termos mais recentes: o problema do campesinato polonês não foi resolvido até hoje. Por outro lado, entendo como muito interessante a idéia de querermos garantir a sobrevivência do *status* camponês, de certa forma. É muito positivo e há exemplo histórico contemporâneo. A Dinamarca é hoje uma sociedade rural de pequenos proprietários, e conseguiu num período histórico relativamente recente. Foi basicamente na virada do século e no começo deste século que a questão rural dinamarquesa foi resolvida.

Pergunto-me se temos as mesmas chances históricas, não tanto pelo *time*, mas pelas dimensões continentais deste País. Espero que sim, mas é mais problemático para nós. Talvez tenhamos que conviver com fórmulas alternativas, talvez a questão do assalariamento rural venha a adquirir uma importância muito maior do que a que estamos preparados para aceitar hoje.

O caso da Alemanha também é diferente do da França e da Inglaterra. No entanto, não acho que a Alemanha tenha sido uma solução bem-sucedida. A Alemanha não teve sequer uma solução para o problema camponês. A solução só apareceu depois que os aliados entraram. De 43 para cá é que se conseguiu quebrar o monopólio de terras na Alemanha.

Há também um ponto muito interessante na sua exposição – a especificidade rural da questão, a posse da terra, com o que concordo. Se você pensar numa sociedade de classe, a luta de classe rural é diferente. Está envolvido um jogo que soma zero. É diferente da luta urbana, em que patrões e operários podem negociar e todo mundo ganhar alguma coisa. Quando a terra é o ponto da discórdia, alguém vai ter que perder. Neste sentido estou plenamente de acordo que as coisas se colocam de forma diferente.

COORDENADORA (Vilma Figueiredo) – Pergunto à dra. Branca se deseja acrescentar alguma coisa.

BRANCA FERREIRA – Essa questão de tratar desigualmente os desiguais, com vista à igualdade, se trata aqui de como eu vejo o desigual ou de como um Estado ou uma instituição qualquer arbitrária o tratamento desigual. Talvez eu não tenha colocado muito claro antes que o princípio básico da construção da cidadania é a organização e a participação dos grupos interessados, de toda a população. Essa definição de um tratamento

desigual para situações específicas conquista exigências dos grupos desiguais, reconhecendo como se dá a inserção social dessa desigualdade. Não posso querer tratar igualmente a solução. Seria um desatino pensarmos em tratar arbitrariamente, igualmente, a questão da terra indígena e a questão da terra do latifundiário, como foi usada, por exemplo, em alguns documentos anti-reformistas, onde se dizia que os maiores latifundiários deste País eram os índios, porque 200 mil pessoas – que é considerada hoje a população indígena – em termos potenciais, reivindicam cerca de 8 milhões de hectares. Realmente seria um grande latifúndio.

Se dissermos que há necessidade de se tratar desigualmente com fim a uma igualdade, estamos reconhecendo certas especificidades de grupos sociais de risco: a questão da mulher, a questão, enfim, que passa pela forma com que os vários segmentos estão inseridos em determinado tecido social. O direito do trabalhador urbano é um, o direito do pequeno produtor rural talvez seja outro, mas o fim é o mesmo: garantir-lhe a dignidade, a sobrevivência e até a reprodução. É neste sentido.

É também neste sentido que trago a questão da discussão da cidadania para outro aspecto, o aspecto que permeia muito algumas das discussões em sociologia rural e mesmo nessa nossa batalha pela reforma agrária; a questão da preservação camponesa. O que me parece que nunca fica, ou quando fica é mal explicado, o que é esse camponês? O que estamos realmente querendo dizer quando estamos falando em preservação de camponês? O que é esse camponês? É aquele camponês do feudalismo, que vivia em comunidades fechadas, ou quase isoladas do contexto social mais amplo, quando ainda não tinha sido desenvolvido e implantado o conceito de nação? Ou é o pequeno produtor – parceiro, arrendatário, proprietário, seja lá do que for? E esse trabalhador rural, quem é? É só o pequeno produtor, ou é também o assalariado? Como ficam os direitos do assalariado perante um recurso limitado que é a terra? Como é que o Estado vai poder garantir realmente a questão da igualdade absoluta como princípio abstrato, o acesso igual à terra a todos? Realmente é complicado. Claro que o ritmo das concessões e das conquistas vai ser dado pelo nível de articulação e de conquista desses trabalhadores rurais que se fizerem incluir no programa de reforma.

Hoje, por exemplo, tenho muito claro na minha cabeça que, por mais planos que façamos em gabinetes, só se vai ter aquela reforma agrária que for conquistada, de fato, pelos trabalhadores rurais.

A experiência deste País em projetos de colonização e tentativas de assentamentos, de o Estado tentar, ele sozinho, reproduzir a pequena produção – não estou falando nem de campesinato, mas de pequena produção –, deu com os “burros n’água”. Em qualquer projeto de colonização que visitemos, com raríssimas exceções, o custo de instalação de uma família é alguma coisa assim assustadora, quando se tem acesso a esse tipo de dados. É claro, e volta a questão: seria hoje uma das discussões

talvez mais instigantes que tivemos no último Encontro, da Anpocs, texto do Ianni sobre a revificação de comunidades camponesas. Discutiu-se muito. Hoje se fala muito em organização de comunidade, comunidade camponesa voltada para si mesma, produzindo para si mesma, realizando os seus ideais, em termos fechados de igualdade, em nível estrito de produção e de reprodução. Chamava bastante a atenção a ênfase que o Ianni colocava em seu texto, inclusive apoiado por muitas pessoas e reforçado por outras cientistas sociais presentes, no sentido que ele enxergava a comunidade camponesa como uma forma de organização política e econômica que se antepunha ao estado contemporâneo – no caso brasileiro, ao Estado capitalista –, que a luta era para a conquista de espaço próprio, mas que ele não disputava o poder com esse Estado, ou seja, em última análise, segundo pude deduzir do que ouvi, seria quase que se ter encostado um Estado dentro de outro Estado.

Se se considera a terra enquanto meio de produção, escasso, que tem que atender às necessidades sociais de toda a população, seria possível ter-se essa forma de privatização coletiva da terra? Ou seja, economias fechadas produzindo para si próprias? E os dois terços da população que estão na cidade, vão fazer o quê? Como fica essa questão da reprodução da pequena produção?

De repente, parece-me que em vários discursos sobre a cidadania do trabalhador rural ou seu direito de manutenção ou de reprodução, se esqueceu que ela está instalada em cima de um bem, que embora a Constituição possa dizer que seja um bem privatizável, ela diz também que é um bem que tem que ser usado em termos sociais, ou seja, seus frutos têm que ser socializados.

Se hoje temos a execrável figura do latifúndio improdutivo, parece-me também que é meio complicado investir no minifúndio ou na pequena propriedade improdutiva, a nível de mercado, a nível de país.

Eram estas as questões que desejava voltássemos a discutir, porque realmente me interessam muito.

COORDENADORA (Vilma Figueiredo) – Está na hora de ouvirmos as questões, que os srs. devem ter muitas a levantar.

PARTICIPANTE – Não é exatamente uma pergunta. Apenas uma colocação.

Em setembro do ano passado, realizou-se aqui, na UnB, um Seminário sobre “Ecossistema, Energia e Alimento”, onde um senhor indiano colocou a questão de que na Índia – vem ao caso devido a essa questão de minorias iguais e desiguais e terra –, se perguntassem a uma mulher indiana se ela preferia que o seu marido tivesse uma árvore frutífera ou uma árvore que desse lenha para fazer móveis, ela preferiria árvore que desse para fazer móveis, porque o dinheiro da árvore frutífera ia-se

converter em dinheiro e esse dinheiro jamais seria visto. Isto é pertinente com a questão de minoria, de mulher, de igual e desigual, e que tem também uma relação com o problema de terra. É só uma colocação mais a nível de curiosidade.

COORDENADORA (Vilma Figueiredo) – Vamos juntar mais perguntas, para a Mesa responder.

JOÃO QUARTIM (Participante) – (Fora do microfone) – ... Malgrado minha condição geográfica de paulista e minha condição sócio-cultural de intelectual, darei alguns palpites. Antes volto a alguns temas de fundo conceitual a atravessar o debate. Quem sabe, explicariam a dificuldade que houve? Realmente, quanto ao fundo da questão – e uma das intervenções atropelou Marx, que não merecia tanto – sabemos que não é dos textos canônicos de Marx, mas é texto importante, uma passagem dos *Grundrisse* prestigiado por Hobsbawn publicado por ele com o nome de “Formas que Precederam o Modo de Produção Capitalista”, no qual Marx mostra muito bem, contrariamente ao que foi dito, que a cidadania surge, no que ele chama de forma antiga, das três que a precederam, segundo a sua síntese e a produção capitalista, como aglomeração na *urbis*, dos pequenos proprietários agrícolas circundantes.

Então, é exatamente o contrário do que foi dito. A cidadania nasce, como comunidade, de proprietários de terra.

Isso é extremamente interessante, apenas para corroborar. Se há alguma coisa com a qual me identifico inteiramente, foi salientada na Mesa, o caminho brasileiro para a democracia passa pela reforma agrária. Isso é conclusão prática, talvez pedante, não sei. Passados esses esclarecimentos teóricos – pelo menos, são certos; podem ser pedantes, mas são exatos – é esta a questão de fundo que se está discutindo aqui. Como consequência, nossa apreciação sobre esta talvez não tão Nova República, que foi esse blefe, esse recuo lamentável na questão da reforma agrária, e que terá – entendo – nas fileiras da maioria governante, da Aliança Democrática, efeito incalculável de corrosão, de perda de confiança, que nós, geograficamente paulistas, sobretudo paulistanos, estamos vendo com a rearticulação da síndrome facistóide em São Paulo, com a vitória de Jânio Quadros.

É grave mesmo, é muito grave. Seguramente, pelo menos do ponto de vista intelectual e moral, esse recuo é que foi o mais grave. Há outras coisas sérias. Há a questão da política militar, que não podemos abordar aqui, porque não está no tema. Mas esta é a mais grave.

Eu estava esperando alguma medida – quem sabe, vá aparecer, embora não tenha aparecido ainda –, uma formulação um pouco mais precisa, justamente, dessa questão: o caminho da cidadania passa pelo direito de a massa camponesa ter a terra.

Aqui acrescento dois palpites só: um deles é conhecido, a tese marxista – e aí vem uma nova, não vamos dizer injustiça, porque a intenção não foi essa, as idéias de Marx foram também maltratadas neste aspecto – que não havia nem a supressão abstrata do campesinato como classe na obra de Marx nem na de Engels. Havia, sim, e esta é a tese, aliás, formulada programaticamente pelos fundadores do Comunismo no século XIX, que era a supressão da diferença entre a cidade e o campo. Esta é a tese importante, esta é a tese fundamental, que se verificará de maneiras distintas, conforme os contextos, conforme a via histórica seguida.

Uma última idéia: é curioso que a extrema direita mais reacionária, os latifundiários dos mais impenitentes, os mais históricos, como aquele de São Paulo, eles é que usam esse argumento, e o usam de uma maneira cinica, porque não devem ser muito inteligentes, mas pelo menos isso compreendem – que não é preciso a reforma agrária, porque nos Estados Unidos, o futuro é realmente abandonar o campo, porque só 8% da mão-de-obra dos Estados Unidos está no campo. Este argumento é colocado com os intuitos os mais incofessáveis, ou até confessáveis, porque a arrogância dos latifundiários vai a ponto de poderem confessar o que devia ser incofessável, isto é, o desprezo pelo horror que é a situação social no nosso País, que ainda uma autoridade estava dizendo que estamos ainda na corrida da infâmia, entre os sete piores do mundo, em mortalidade infantil. Deveria haver um pudor que não têm. Deveria ser incofessável, mas eles confessam.

Esta questão – me parece – deveria também voltar ao assunto. Seu fundo teórico foi bem lembrado, pois há muito tempo nos vem atravessando, e juro que termino aqui com dois palpites sobre esse fundo teórico da questão “democracia passa pela reforma agrária”. Primeiro: tinham razão, não sei se teoricamente, porque falaram semifeudalismo, embora essa expressão suavize, parece uma transposição histórica a situações outras, etc., pelo menos neste sentido em que diziam – a reforma agrária é necessária. Mesmo que possamos discutir o oportuno da fórmula semifeudalismo. Eles tinham razão de dizê-lo, contra justamente os tais paulistas – que não são todos – que, por um esquerdismo com que a extrema direita concorda perfeitamente, dizem não se precisar de reforma agrária. Vê-se que esse negócio de espaço político é meio curvo: vai-se muito para a esquerda, acaba-se encontrando com o outro lá na extrema direita.

A segunda observação, sempre no mesmo espírito. Toda essa problemática dita da modernização, tudo isso que aparece como evolução espontânea das relações, penetração perversa do capitalismo no campo, etc., é isso que tem que ser também repensado.

Além do bloqueio, com o golpe militar e com a ditadura militar, em vias de extinção, esperamos, há outra questão. A formação de uma classe social, parece-me – não sou agrônomo nem especialista – inteiramente nova. O chamado bóia-fria é um tipo de proletário rural puro, distinto do antigo

colono, e este aspecto também é extraordinário. Esse processo de formação de uma nova classe social no campo, do proletário puro no campo, vamos dizer assim, inteiramente separado dos meios de reprodução de sua vida material, essa formação, em parte, foi o efeito perverso, isto é, a aplicação, em condições reacionárias, golpistas, de um dispositivo legal que era avançado – o Estatuto do Trabalhador Rural.

Este aspecto também não apareceu. Tem que aparecer nesta discussão. Era progressista, tanto assim que não veio da ditadura. O Estatuto já tinha sido elaborado como resultado de um processo anterior.

PARTICIPANTE – O Estatuto do Trabalhador Rural não é da ditadura. É de 63.

JOÃO QUARTIM – Sim, mas foi corroborado com o Estatuto da Terra, que aparecia, naquele momento, como alguma coisa relativamente progressista. Tanto assim que a chamada Nova República nem ousou aplicar. É importante ver-se também esta questão, a questão da correlação geral de forças na sociedade. Mesmo um dispositivo legal, que, na sua forma jurídica, apareça como progressista, tem efeitos perversos. Os fazendeiros, para não aplicar o Estatuto Rural, para não aplicar aos trabalhadores, aos trabalhadores do campo, os direitos da cidade expulsavam os caras da terra.

ABDIAS VILAR DE CARVALHO – O dr. Quartim colocou algumas questões. Não vou entrar numa polêmica sobre o Marxismo e questão agrária.

Quando afirmei, quis recuperar uma passagem, só citando, “O 18 Brumário” que é muito importante. Não sei se é para mim ou não, mas vou pegar um pouco a carapuça, colocando o seguinte: como tinha afirmado antes, tentei recuperar “O 18 Brumário” para mostrar como, a partir de uma colocação que a dra. Elisa começava, a luta que se colocou na construção da cidadania burguesa passou por todo o desmantelamento do Estado feudal e as formas das alianças de tipos de Estados que surgiram. É o que desejo lembrar, e dizer à dra. Elisa que apenas estava explicando a parte. Não discordo: o exemplo alemão é um, o francês é outro: o inglês é outro, mas todos são exemplos dentro de uma categoria do domínio do capital. Dessa passagem à predominância do capitalismo, a questão agrária se fez muito presente e as articulações políticas sempre tiveram como elemento decisivo a questão camponesa.

Quanto à questão do leninismo, embora tanto Marx como Lenine coloquem que realmente na unificação campo/cidade vai desaparecer essa grande diferença – na ideologia alemã Marx já fala disso também – no leninismo há uma tendência, clara e expressa, de que o camponês, enquanto programa político, é uma classe em desaparecimento. É o trabalhador rural

que vai prevalecer. Este é o viés que a esquerda vai herdar. Tanto que, quando citei o exemplo paulista, não é só paulista. Queria concretizar mais, e atrolei a palavra. Anteriormente se falava muito em oposição entre feudalismo e capitalismo no Brasil. Em 81 e 82, quando fizemos um seminário em São Paulo, discutir-se a reforma agrária parecia um quisto. Lembro-me de alguns célebres professores que estão aí escrevendo livros e tudo, chegavam para mim e diziam: discutir-se questão agrária em São Paulo?

Quero mostrar uma cegueira que há no Brasil. Dei o exemplo de São Paulo, mas ele existe em outros cantos. Não estou polarizando. Quero colocar uma problemática: há uma cegueira do entendimento da questão agrária, que estavam tentando reduzir, simplesmente, a tendência do capitalismo é a proletarização.

PARTICIPANTE – ... Na base da cooperação, pode-se resolver. O problema não é desaparecer o camponês, mas desaparecer o pequeno camponês, é o obstáculo institucional que a pequena propriedade representa para o aumento da produtividade no campo. O capitalismo americano resolveu de tal maneira a concentração fundiária... Acredite se quiser: o problema é escapar da “camisa-de-força” da pequena propriedade.

ABDIAS VILAR DE CARVALHO – Concordo, em parte, com o seu argumento, mas não vamos polarizar com Lenine.

A questão do socialismo, por exemplo, hoje, é a pequena propriedade, o camponês. Tanto que o stalinismo se justifica por aí, a questão da Polônia entra por aí, a da Hungria também.

Não é acreditar se quiser. Não é questão de fé. É questão de realidade.

Você tem uma razão teórica correta, concordo com você teoricamente. Quanto à prática, não vamos entrar senão vamos negar o socialismo. Que tem uma questão de fundo socialista, tem, na minha opinião.

Coloco o seguinte – e sempre implico com isso, talvez alguns colegas já estejam me achando chato: há uma tendência em se dizer, há uma afirmação constante, inclusive que está virando quase que dogma acadêmico, que o capitalismo tem uma tendência à proletarização. Ora, quem constrói esse capitalismo? Pode ser uma coisa muito preliminar, muito primária até. Quem constrói esse capitalismo? A minha discussão sempre tem sido esta. Esse capitalismo não se constrói pela natureza, ele se constrói pela luta de classe e tem o Estado no meio que implementa esse capitalismo.

Dizer que o proletariado rural é uma coisa imanente ao capitalismo, discordo. Claro, quando se estabelece uma relação capitalista, o proletariado tem que estar presente. A sua extensão, transformar todo mundo em proletariado, depende das circunstâncias, da correlação de forças.

Por exemplo, extensão do trabalhador rural. Será que poderíamos ter tido esse número que temos aí? Será que a correlação de forças não podia ter sido outra, não podia ter sido a reforma agrária feita em 63? Por que o Estatuto da Terra, um instrumento militar, não foi aplicado? Aí foi a jogada da burguesia. Ela recuperou. Vejamos como aí entra o tema de reforma agrária. A burguesia, sobretudo naquele momento, se aceitamos a tese de um novo ciclo do capitalismo no Brasil, de uma nova fase, de um novo desenvolvimento do capitalismo no Brasil em 64, a tese dos economistas como Celso Furtado, Serra, etc., vamos ver o quê? O Estatuto da Terra vai simbolizar isso no campo; ele vai criar uma armadura político-jurídica, para permitir a expansão da empresa rural no campo. Aí foi o papel do Estado. Ora, o Estado não cria isso do nada. É sobretudo uma luta, que a expressão do golpe de 63/64 foi isto.

Quando afirmávamos anteriormente – não aqui, mas em outros trabalhos, inclusive na SBPC de 79, em São Paulo – a questão da democracia no Brasil passava pela reforma agrária. É frase que está no livro publicado em 79.

Ora, por quê? Aí volta a questão que queria discutir. É a conservação – não no sentido do conservadorismo, não no sentido da mesma forma –, é a sustentação de uma classe de pequenos produtores rurais. Esta é a questão – parece-me – que permeia o debate da esquerda e, como se citou bem, inclusive mostramos isso em vários debates sobre a reforma agrária, quando o pessoal dizia: essa reforma agrária do grileiro Sarney não presta. Então, vamos negar a reforma agrária, não queremos nada de compromisso com o Estado. Não é Nova República, não é isso. Queremos uma reforma agrária radical que elimine todos os latifúndios do País.

Ora, isso se encontrava no mesmo discurso do Carlos Roberto Cardoso Alves, quando dizia: aquilo de que precisamos é uma tecnologia, é uma modernização total, e nada mais.

Politicamente tiveram o mesmo efeito, porque a ultra-esquerda não conseguiu transformar-se numa força política para bloquear a ofensiva da direita na primeira proposta, e a direita conseguiu bloquear a primeira proposta, embora tímida, ainda não cumprindo o Estatuto da Terra.

São conseqüências políticas importantes para que pensemos.

ELISA REIS – Pode parecer má fé a candura com que vou responder. Realmente fico até surpresa de ser tomada como injustiçando Marx. Não tenho esse compromisso com qual é o verdadeiro Marx: não leu isso, não leu aquilo, simplesmente citei uma tradição teórica, de que Marx é parte, que chama a atenção para o lado burguês do mundo moderno. Meu Deus! Todos concordamos com isso, imagino. Para mim, a análise que o Marx faz da emergência de um conceito de sociedade civil e da atomização dos indivíduos, através da noção burguesa de cidadania, para mim é brilhante.

Está lá na “Questão Judaica” sei lá onde mais, que também não estou preocupada em saber o que li e o que não li, exatamente se li correto ou não li

A questão de que ele tem uma sensibilidade para o lado agrário do problema, obviamente não a estou negando. Aliás, levo susto, porque tenho um artigo chamado “Sociedade Agrária e Ordem Política”, onde levanto todo mundo que ligou ordem rural com democracia ou não-democracia, e parto de Marx e Lenine.

Realmente esta é uma questão secundária, está nas nossas paixões, quem leu direito, quem não leu. Importante é a questão da reforma agrária. Então, é só isto. Nem me sinto agredida com essa colocação, porque não estou preocupada, esta não é a minha questão.

RUY ALBUQUERQUE – Um dado adicional, com relação à questão da inserção de São Paulo, de uma reforma agrária, e com relação à luta pela posse da terra, defendendo aí que a nós, paulistas, também importa e muito.

No último sábado, tive o prazer de ver a defesa de tese de doutoramento da Ângela Kageyama, em Campinas. Ela trata exatamente da modernização da agricultura brasileira de 1970 até hoje, dos últimos 15 anos, faz um trabalho de levantamento de dados bastante exaustivo. No que toca à questão da reforma agrária, ela tem uns indicadores interessantes, do ponto de vista de pressão sobre a mão-de-obra rural. Ela desenvolve, num dos capítulos do trabalho, uma quantificação sobre a evolução do número de trabalhadores assalariados, que não têm outra fonte de renda que não a venda do seu trabalho, passando de 600 mil para mais de 1 milhão e 500 mil trabalhadores de 70 a 75, quase triplicando. Mais interessante: as jornadas de trabalho. Usando tabelas especiais do IBGE, ela demonstra que no Nordeste há a maior concentração de trabalhadores rurais sendo espoliados, trabalhando mais de 40 horas por semana. É quase um terço dos trabalhadores rurais bóias-frias. No Estado de São Paulo, há um outro terço do total de trabalhadores rurais trabalhando mais de 48 horas por semana.

Então, a expropriação maior – este é dado curioso que ela não esperava – se encontra muito mais nos locais mais tecnificados, mais avançados, dentro do Estado de São Paulo, do que nas regiões aparentemente atrasadas. Tal fato reforça a importância da bandeira da reforma agrária mesmo nos Estados mais avançados, desde que se tome a ótica do trabalhador rural.

Esta questão bate com aquela da soma zero, que foi colocada. A reforma agrária sobre propriedades onde haja capital investido, onde haja mais-valia sendo extraída e onde haja uma inserção nos setores mais dinâmicos, do ponto de vista de acumulação de capital – laranja, cana, café –, expropriação de uma fazenda dessas equivale à expropriação de uma fábrica, quer dizer, o nível de perda é tão forte quanto o de se expropriar uma fábrica de um proprietário industrial e os operários terem, através de

comissão de fábrica, ou outros mecanismos, o controle sobre o processo produtivo.

Então, não vejo muito, como, politicamente, hoje, se possa colocar esta questão contra esse tipo de propriedade que está conseguindo extrair mais valia a um ritmo acima das outras propriedades que existem no País. Não vejo nem como politicamente se conseguir isso aí, hoje.

ABDIAS VILAR DE CARVALHO – Esta é discussão muito interessante, que já houve e continua havendo, sobretudo porque o movimento do trabalhador rural continua existindo. Foi um debate muito acelerado nesse seminário de São Paulo. Por exemplo, nas plantações de cana não se poderia fazer uma lotização, um parcelamento, dado todo o grau tecnológico já, toda a organização do sistema, mas poderia haver – essa foi a hipótese levantada, e tem pessoas que trabalham sobre isto – se a terra fosse realmente desapropriada dos latifúndios, dos chamados empresários rurais, e assumida pelos trabalhadores em forma de cooperativa, em forma coletiva. Aí não afetaria a questão que, colocada inicialmente, não desestruturaria a organização econômica da produção.

O problema que se coloca – peguei esse “gancho”, porque é mais geral, é aí que está a questão da reforma agrária no Brasil – é a questão política.

Há poder político, hoje, para desapropriar os latifúndios? Não só esses. O exemplo dado a partir da pergunta do dr. Quartim é o que fazer com essas grandes empresas rurais hoje no campo. Há uma corrente que diz: a seguir do jeito que está, é um modelo de indústria para o campo. Funciona como uma indústria no campo, o trabalhador rural, etc. Há uma que diz não, que ela poderia ser assumida coletivamente, como em alguns países. O próprio movimento do trabalhador urbano coloca isso para as indústrias. Estou me lembrando de um caso que aconteceu na França com uma empresa, quando os trabalhadores tentaram assumir a direção – e é o Estado que vai bloquear isso.

Quanto à pergunta maior: Você começou argumentando economicamente e terminou politicamente – não há condições políticas.

Ora, o que aconteceu com o projeto de reforma agrária da Nova República? Aí poderíamos voltar à questão do Estado. Até me chamaram de “pregador de reforma agrária”, porque fiz exposição do plano em tudo quanto foi lugar, para justamente clarear. Com relação ao plano dessa reforma agrária, primeiro, essa proposta é resultado de uma resposta do Estado ao movimento social. Não é que simplesmente tenha caído do Estado. Não caiu. Nego isto aí, a minha posição é esta. Só existe essa proposta de reforma agrária porque há gente lutando no campo e que exige reforma agrária. Então, o Estado é uma resposta.

Ora, o que é o Estado capitalista? Será que ele ia dar aquela resposta total que os trabalhadores queriam? Ora, poderia até desapropriar, não

estou negando que ele pudesse fazê-lo, mas a resposta não é abstrata, é uma resposta dada em correlação de forças.

A Nova República não permite isto, tanto que o primeiro recuo do plano, eu diria, não foi na assinatura dele. Primeiro, o recuo do plano, se prestarmos bem atenção, foi quando na proposta foi escrito – e aí copiando literalmente o Estatuto da Terra – que todos os latifúndios seriam desapropriados. A proposta foi lançada em abril e, de maio em diante, tivemos de modificar o discurso. Algumas pessoas notaram essa modificação. Não era eu quem estava modificando. Era o Estado, que teve que modificar o discurso. Não eram mais os latifúndios. Eram as partes improdutivas do latifúndio.

Aí é que, na minha opinião, há uma grande diferença já de rumo. Dentro de um mês a correlação de forças mudou bruscamente. Quem está lá sentiu a questão. E mudou por quê? Duas coisas são muito interessantes para o nosso debate e para entender a complexidade deste País hoje: todo mundo esperava que a grande reação contra a reforma agrária surgisse do Nordeste, o tradicional, feudal. Nordeste atrasado e coronelista. A grande reação surgiu do empresariado moderno paulista.

PARTICIPANTE – Do SNI também.

ABDIAS VILAR DE CARVALHO – Vamos entender o SNI. O SNI reagiu por quê? Será que o SNI reagiria por ele mesmo? É possível, tudo bem!

Ora, vai surgir dos empresários paulistas. Por quê? Porque eles sabem – e tenho certeza absoluta, porque eles foram consultados – e tinham mais acesso às informações, não nossas, mas por onde você está colocando agora, do que qualquer outro. Eles sabiam que não eram as terras deles que seriam desapropriadas em Ribeirão Preto, por exemplo, mas eles sabiam que compraram terra, investiram e a transformaram em valor imobiliário no Centro-Oeste do País. Este é um dado objetivo. Outro dado interessante, é a minha hipótese pessoal, que tento discutir, é que eles se transformaram hoje nos ideólogos de toda a classe agrária brasileira. Os nordestinos perderam a condição total.

Certa vez radicalizei dizendo que o Nordeste é uma ficção. Radicalizei dizer que esse indivíduo tem poder, tem. Não posso negá-lo. Por isso que radicalizei. Queria mostrar que hoje o grande ideólogo da burguesia rural é o paulista. Tanto que ele foi contra, e ele é contra. E onde ele vai fazer pressão?

Sua questão foi muito bem colocada. Eu não ficaria só com o SNI. Herdamos um aparelho de Estado que realmente soube trabalhar – durante 20 anos foi muito bem trabalhado – e, hoje, dentro do próprio INCRA, encontramos pessoas contrárias à reforma agrária.

Não são simplesmente quaisquer pessoas que são contra. São pessoas que têm determinado destaque dentro do aparelho burocrático da Nova

República que são contra a reforma agrária. Claro que o canal militar foi o mais utilizado. Antes mesmo da eleição de Tancredo Neves, quando todo o pessoal que trabalhava na área rural começou a discutir a possibilidade ou não, o que significava o apoio à Aliança Democrática, etc., estava se notando – e coisa que foi dita, e os jornalistas políticos não levaram em consideração até agora – é que, por exemplo, a maior parte das pessoas que trabalhavam no INCRA, e a ala mais direita do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, foi toda deslocada para o Conselho de Segurança Nacional. Notávamos que estava havendo um arranjo, e não só em relação à questão agrária. Um colega nosso que estuda a questão está levantando uma hipótese que entendo excitante – do ponto de vista de que poderíamos aguçar a curiosidade – e que ainda estamos num Estado militar, não na expressão do militarismo, de um regime militar, e pagando aquilo que são eles ainda que controlam. Ninguém conhece ainda – pelo menos não conheço – a dimensão do acordo feito por Tancredo com os militares.

Só um exemplo, que é muito interessante, dessa questão da burocracia e como a sociedade civil tem que trabalhar esse problema. Tenho outra hipótese também. Nem tudo parte dos militares, o que não significa que eles não tenham o poder. Houve realmente a elaboração de pessoas que hoje estão em determinados postos importantes que, por várias razões, desde o servilismo banal, que tem de servir para crescer, que isso conta – é coisa que descobri realmente, no aparelho burocrático, que eu nunca pensei encontrar na minha vida, pois sempre me ensinaram isso, li no Faoro como expressão da oligarquia, mas é coisa da burguesia moderna, o empresário servil existe mesmo, como o intelectual servil –, é impressionante, repugnante na repartição pública. Até a mentalidade do funcionário, a questão que ele vê é a salarial. Por exemplo, estamos tendo um trabalho seriíssimo. Discutir reforma agrária, não existe esse problema. Tanto faz hoje estar fazendo reforma agrária, como amanhã fazer colonização. Há todo um trabalho sociológico. É todo um processo de classe social.

Alguns projetos feitos para bloquear a reforma agrária partiram mesmo do que podemos chamar de “setores civis”.

É uma questão bastante complicada.

BRANCA FERREIRA – A questão da inserção do Estado, como querendo gerir a questão agrária, é algo complicado. Uma das áreas em que mais trabalhei nos últimos tempos foi na avaliação e tentativa de entender melhor os processos de colonização neste País.

Realmente é estúpida a interferência e o descaso do Estado, como ele atua de maneira absolutamente contraditória no mesmo espaço físico, dando e tirando, enfim, se subordinando aos interesses do poder econômico que se vai instalando, criando raízes na fronteira.

Falamos em direitos civis, em cidadania, em reforma agrária, em necessidade de organização, de participação, em que os grupos defendam

seus próprios interesses, que se reviu e se qualificou melhor a questão do Estado estar tutelando os direitos civis de tais ou quais grupos. No entanto, há uma questão que ainda não colocamos e que está também na base de tudo: como o indivíduo se torna cidadão? Qual é o processo cultural, educacional, de educação política, de recuperação de uma identidade cultural porque ele tem que passar para chegar lá, para não ser simplesmente manipulado por grupos, interesses ou vanguardismos de quaisquer tipos, quer sejam patrocinados por partidos políticos, por organizações civis ou pelo próprio Estado? Vê-se, agora, o Estado tentando, por exemplo, literalmente, competindo com alguns partidos políticos, competindo com a Igreja, criando seus próprios canais para organizar a chamada comunidade de base – tem outro nome mas é mais ou menos isso –, pelo menos a tentativa de manipular a organização da sociedade, enfim, na tentativa de dar o seu tom ideológico à organização da população. Quando estamos falando em cidadania, talvez possamos ser alguns indivíduos privilegiados, que tivemos acesso à crítica, à cultura ou a posições ideológicas diferenciadas, divergentes; cada qual conseguiu ou acho que conseguiu construir a sua própria opção.

Quando andamos pelo campo, encontramos populações absolutamente massacradas, depauperadas, analfabetas, vivendo em condições, muitas vezes, de bicho dentro da casa da gente. Só para exemplificar o quanto essa chamada herança cultural da miséria degrada o indivíduo e como fica difícil organizar essa população, para que eles tenham uma identidade própria, quem quiser ver é só passar por lá. Num trecho, por exemplo, da Transamazônica – talvez o mais pobre atualmente, o trecho que vai de Altamira, depois do Rio Xingu ao chamado entroncamento, na direção de Marabá – há um projeto de colonização, de assentamento de colonos. São as áreas mais pobres, mais castigadas pela malária, mais desgraçadas que já vi. Ao mesmo tempo, se encontram ali, na beira da Transamazônica, grandes fazendas de gado, pelo agrupamento, às vezes de vários lotes, moldando áreas de 100 hectares.

Então, alguns poucos colonos, alguns poucos cidadãos que lá chegaram conseguiram acumular certos bens econômicos e materiais. Se se for fazer a contabilidade dos bens de que eles dispõem, vai-se ver que, em termos de disponibilidade de gado e de terra, estão até muito bem servidos. De repente, começa-se a ver como esse cidadão e sua família estão vivendo. Em geral, desculpem a expressão, literalmente em cima da merda, ou seja, casas construídas dentro dos currais, ou os currais construídos ao redor da casa. Para você chegar à casa, só pisando selecionadamente, com animais dentro de casa. Com condições de higiene e de saúde absolutamente precárias. Por que isso? Não se pode imputar simplesmente à falta de condições materiais esse nível de vida.

Chocou-nos muito quando estávamos no campo, pois é claro que choca ver-ser o pobre sem recurso nenhum – isso tinha e era a maioria, mas,

de repente, se via um indivíduo que não tinha restrições econômicas, vivendo realmente por qualquer padrão de decência humana, passivamente. De repente, começava-se a checar as origens. Geralmente pessoas com um histórico de vida de miséria e de migrações, a maioria deles nordestinos, quase todos, enfim, oriundos, expulsos, por várias razões, do Nordeste. Essas pessoas, para se tornarem cidadãos, embora tenham uma base econômica, vão ter que sofrer também toda uma reciclagem cultural, educacional. Como isso vai ser dado, é uma tarefa que realmente tem que ser discutida, e muito seriamente discutida, e não se está discutindo essa questão hoje, em relação, por exemplo, à reforma agrária.

Se se entra na agrovila – e não precisa ser no pior local –, como a de Medicilândia, no km 90 da Transamazônica, vão-se notar pelo menos umas três casas pintadas, conservadas, com flores na janela, com um chão de madeira limpíssimo, cortinas, crianças limpas, animais domésticos e horta. Mas, em geral, na vizinhança, as casas estão caindo aos pedaços, abandonadas. Naquela região da Amzônia, na época da chuva, a casa que não for realmente conservado todo ano, cai aos pedaços e apodrece rapidamente. A mata invade. Se não é carpida, se não é limpa, fica realmente um entulho. Em geral, notávamos – podia haver exceções – que o pessoal oriundo da Região Sul do País, ou seja, gaúchos, catarinenses, paranaenses, eram os que tinham os melhores padrões estéticos e que refletiam melhores níveis, inclusive de saúde, de produção e de produtividade, porque realmente isso entra numa cadeia que não tem mais fim.

Essa questão merece alguma reflexão, na hora em que estamos querendo fazer um plano geral de reforma agrária. Entregar a terra a quem ainda não a tem, ou a tem de modo insuficiente, e como recuperar a questão da dignidade do cidadão, dignidade do produtor. Isso passa por uma reconquista ou por uma reconstrução, senão uma construção primeira, de um parâmetro de dignidade, de um parâmetro de bem-estar. É claro que isso não pode ser arbitrário e sair da cabeça de uma ou duas pessoas, sejam elas quais forem, com que intenções estiverem, sejam de um partido político de vanguarda, da Igreja ou do Estado. Sobre esta questão deveríamos refletir um pouco melhor, pois a questão da cidadania do trabalhador rural, ou de outros trabalhadores, passa pelo seu posicionamento perante o que ele quer da sociedade. O que ele quer da sociedade também depende. Não é chegar lá e perguntar se ele quer isso ou se ele quer aquilo, não é dar opções simples, ou às vezes, tão complicadas que ele não consegue optar sequer por um pedaço de terra X ou Y e vai acabar sempre se sentindo prejudicado, porque não tinha todos os elementos possíveis para fazer a opção.

Falou-se aqui, e creio de maneira acertada, que o exercício da cidadania e da democracia é o exercício das opções. Como se constrói esse caminho de opções? Isto não está ainda suficientemente claro; cada um de nós tem um modelo e um padrão, que pode ser, às vezes, convergente, de democracia e de cidadania. Inclusive, já tinha colocado antes e recoloco a

questão – que não expliquei bem à dra. Elisa, do tratamento desigual com vistas à igualdade, e não tratamento igual os desiguais, parafraseando o dr. Ruy Albuquerque. Era mais ou menos a questão que traria, para que sobre ela refletíssemos um pouco mais.

COORDENADORA (Vilma Figueiredo) – Mais alguma pergunta?

PARTICIPANTE – Estou auxiliando o pessoal do Departamento de Ciências Sociais numa pesquisa junto ao Ministério da Desburocratização, acerca das cartas sobre reforma agrária que chegam por lá.

Foi colocado aqui que o homem do campo, por vezes, não sabe dos seus direitos. Nas cartas que temos analisado, vimos que esse homem se apropria do discurso do Estado, de que ele tem o direito, e denuncia. A maioria das cartas não chegam como uma reivindicação ao Estado, e sim como uma denúncia da situação ao Estado. Isto já é um exercício de cidadania.

Tenho uma questão para a Mesa, para quem quisesse me responder, uma dificuldade que estamos sentindo. Se levarmos em conta que o trabalhador do campo ficou fora do pacto feito em 30, quando o Ministério do Trabalho legislava sobre as profissões, criando aquela engenharia institucional toda, que Wanderley Guilherme dos Santos coloca muito bem, e que o trabalhador rural ficou fora, só conseguindo mais tarde, através das Ligas do Nordeste e outros movimentos populares rurais, alguma condição para o campo, como é que chega esse direito à educação, o direito à terra, o direito à saúde e o direito à integridade, tirando os meios de comunicação, pois em algumas zonas rurais esse meio de comunicação não chega. Por exemplo, temos cartas de uma comunidade no Acre, onde ninguém tem acesso a certas informações, e eles falam em direito – direito à educação e direito à saúde.

BRANCA FERREIRA – Podemos ter claro que são as funções do Estado. Também não podemos ficar chorando, ainda mais eu e outras pessoas aqui presentes, que trabalhamos no aparelho de Estado, que tudo que acontece e tudo que é feito é para consolidar o poder e a dominação da burguesia, em detrimento dos pobres e oprimidos. Talvez fosse até mais fácil ter-se um movimento insurgencial. As coisas não são assim tão simples...

A questão que mais está aparecendo, nos próprios meios de comunicação e no próprio discurso do Estado quando há o discurso de Estado, a classe dominante tem passado muito, é como a própria necessidade ou dificuldade que a penetração capitalista no campo está encontrando, por exemplo. Tem gerado, inclusive, dos promotores da penetração desse capitalismo no campo, a reivindicação por certos programas modernizantes. Dificilmente se consegue grandes implantações de programas modernizantes sem se passar, pelo menos, por exemplo, pela questão da alfabetiza-

ção. Toda a proposta contida hoje no programa de irrigação de um milhão de hectares do Nordeste passa pela necessidade de se treinar e adequar os operadores futuros do sistema. Quer o Estado queira ou não, a questão da saúde vai ter que estar resolvida, a questão da educação vai ter que estar equacionada.

É claro que não só existe o Estado, enquanto agente de divulgação, colonizador do País. O Estado não é algo coerente monolítico. Ele tem contradições, tem brechas. Tanto tem brechas que hoje, mal ou bem, se discute um plano de reforma agrária, por mais capenga e limitado que ele seja. Por mais limitante que esse plano de reforma agrária seja, está propiciando que se abram espaços institucionais. Não é mais tão fácil, como era há um ano, botar a polícia em cima de trabalhador rural que tivesse invadido terra.

Em todo, caso, a questão a ser discutida é como se chega lá, como é que se amplia a consciência dos trabalhadores, para que eles não fiquem tão vulneráveis.

ABDIAS VILAR DE CARVALHO – Pegando esta última frase, o camponês tem consciência de que está sendo maltratado, violentado, assassinado. Está se questionando hoje, de certa maneira, é a incapacidade do chamado novo aparelho do Estado para reagir a essa investida. Só este ano morreram – e a relação de grileiros é mínima – 169 pessoas. Só em 85. Pouco importa se fôssemos fazer aqui uma relação de dez contra três. Aconteceu e isso, logo depois do lançamento do plano, ocorreram dois fatos: houve a tentativa de dizer que os conflitos tinham aumentado por causa do plano. Talvez aí tivéssemos que ver que agora, como a imprensa está mais livre, temos mais acesso às informações. Vários conflitos estão sendo mais violentos. Estamos sabendo da violência dos conflitos hoje. Impressionante – e também me preocupa – é que essa mortandade que está havendo no campo não sei que efeito teria na sociedade, se fosse, por exemplo, com o trabalhador urbano. Não é nem com o latifundiário.

Parece-me que há certa insensibilidade da opinião pública brasileira, sobretudo da classe média; somos nós que formamos praticamente essa opinião pública, para esses conflitos de terra. Impressionante! Se há um desastre de avião na cidade do Rio de Janeiro, como perturba o País, é uma comoção social. No entanto, com a quantidade de conflitos não se preocupam profundamente. Vê-se a dificuldade que temos para sensibilizar a opinião pública contra esses conflitos. É muito interessante para nós. Por exemplo, as últimas chacinas da região de Marabá são algo de impressionante. É incrível!

Reunir-se no campo voltou a ser tão perigoso hoje quanto em 62, em algumas regiões.

Hoje temos, de qualquer maneira, um Estado que, pelo menos, ouve. Ninguém pode negar. Imediatamente se vai ao Ministério da Justiça, se

abre inquérito etc. Não estou justificando o conflito. Ninguém sabe o que aconteceu com os conflitos anteriores. Hoje, por exemplo, logo que o Ministério é informado, é acionado imediatamente o Ministério da Justiça. O MIRAD não tem poder nenhum para acionar medidas contra o conflito. A medida maior é a reforma agrária, mas ela procura acionar o mecanismo próprio do Estado, que é a Justiça, a polícia etc. O fato de em alguns lugares as coisas terem diminuído ou alterado a relação, não justifica a continuação da mortandade, de maneira alguma. Não é a questão do porrete democrático. De maneira nenhuma estamos defendendo isto. É uma problemática que existe ainda, que persiste e que é muito grave para todos nós.

COORDENADORA (Vilma Figueiredo) – Esta vontade não vai nascer espontaneamente. Não se vai acordar um dia com vontade. Esta vontade não é um dom da natureza.

A Mesa informa que chegamos ao término do horário e vamos encerrar, agradecendo a participação de todos. Obviamente ninguém estava aqui para resolver questões, mas as mais relevantes foram levantadas.

Muito obrigada.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA FEMININA

Coordenadora

Lia Zanotta Machado

(UnB)

Expositores

Maria Moraes

(UNESP)

Floriza Verucci

(Ministério da Cultura)

Comba Marques Porto

(Comissão Nacional dos Direitos da Mulher)

Lélia Gonzalez

(Pontifícia Universidade Católica/RJ)

COORDENADORA (Lia Zanotta Machado) – Convido para compor a Mesa as dras. Maria Moraes, professora da UNESP; Floriza Verucci; Comba Marques Pôrto e Lélia Gonzalez. Agradecemos às várias pessoas, aqui presentes, o comparecimento.

Vamos iniciar nossos trabalhos com a fala da dra. Floriza Verucci, da Assessoria da Mulher, do Ministério da Cultura. É advogada, há muito tempo milita com as questões da mulher, vem trabalhando também dentro do Movimento Feminista e é autora de um livro sobre os Direitos da Mulher; é uma das (mulheres) representantes da Comissão de Estudos Constitucionais.

FLORIZA VERUCCI (Ministério da Cultura) – Não assisti aos debates de ontem, de modo que não sei quais seriam as ligações entre o que já foi discutido aqui e o que será. Então, vou tentar apenas dar um depoimento dentro de um setor específico, exatamente aquele da posição jurídica da mulher. No momento pelo qual estamos passando no Brasil, em que se discute bastante, debate-se muito e em que se começa a falar em temas que são até bastante novos, em termos de Brasil, como questão da cidadania. Aliás, a palavra cidadania, cidadão, é muito pouco usada no Brasil, em relação a outros países ou a países mais desenvolvidos. Sobre o aspecto político e social, sentimos muito o direito do cidadão. Aqui falamos muito em população, falamos bastante em algo muito genérico, sem conotação, porque não há uma conotação específica. Detesto esta palavra “população”. População é coisa demográfica, é algo numérico, não tem personalidade nenhuma. Ou se fala povo, ou se fala cidadão. O cidadão é a unidade do coletivo que é povo. São certas coisas que no Brasil vão se inserindo na linguagem e, muitas vezes, a pessoa que está falando quer dizer uma coisa e está expressando outra e, às vezes, confunde um pouco quem está no diálogo.

A minha experiência deste momento – a questão da participação na Comissão de Estudos Constitucionais – está sendo muito interessante; talvez, no momento, seja a que está mais me chamando a atenção, está consumindo mais as minhas energias, exatamente porque estou tendo a oportunidade de discutir uma temática bastante ampla; exatamente esta temática que diz respeito à estrutura jurídica de uma nação.

A Constituição é fundamento, é todo o esqueleto em cima do qual se constrói a carne de um país, ou seja, exatamente a base.

Dentro desse debate, com as minhas antenas ligadas especificamente à questão da mulher como cidadã, essa tentativa de se ver as coisas no

sentido de uma recuperação – não sei também se recuperação é o termo mais adequado. Creio que não existiu e o que não existiu, não se recupera, está se criando realmente a cidadania da mulher – a pessoa da mulher brasileira inserida em todos os níveis, em todos os contextos da Nação; este é um debate muito interessante, inclusive no caminho conversávamos a respeito, que até associações, instituições, grupos que normalmente não teriam nenhuma relação com a questão da mulher, hoje estão chamando, pedindo, incluindo a questão da mulher no seu campo, nos seus debates, das formas mais variadas possíveis. A final de contas, não se trata da questão de julgando de valor aqui. Sentimos que a questão da cidadania da mulher, da mulher enquanto pessoa, enquanto cidadã, entrou no debate, entrou no “real”; é um fato que ninguém mais tem coragem de dizer que não admite ou que não concorda. Aliás, é muito interessante, mesmo nesse debate jurídico, constitucional, quando se apresentam algumas idéias, algumas sugestões, não há ninguém que diga que não concorda, que é interessante também como um fator de análise: por que será que eles concordam? Será que eles estão concordando exatamente dentro daquelas mesmas conotações que tenho, quando coloco a idéia, ou simplesmente porque não é mais possível não concordar?

Então, esta também é uma questão importante, à medida em que determinadas inovações se colocarem, não só nos textos constitucionais como nos outros níveis de organização da Nação, à medida em que as pessoas estiverem realmente convencidas de que aquilo é necessário, é uma realidade, funcionará, será eficaz, possível. À medida em que for apenas um modismo – tenho vergonha de dizer que não concordo, no fundo, essas mulheres são umas “medidas”, não funcionará.

Traduzindo numa linguagem bem prática, na verdade corresponde a valores que são muito importantes: até onde os valores da nossa sociedade realmente mudaram para acolher a mulher, enquanto cidadã, enquanto pessoa humana integrada, integral, ou apenas está sendo a repercussão de uma movimentação ruidosa, está fazendo parte dos mitos, que inclusive hoje estão ocorrendo no nosso País, e quais são os riscos que nos trazem para a fase posterior a essas mudanças?

Esta é uma questão de reflexão.

Quando se fala em colocação da mulher na organização constitucional, caímos diretamente naquele princípio do art. 153, que fala do princípio da isonomia, o princípio da igualdade.

Poder-se-ia perguntar: então, não precisa mudar nada, pois existe um princípio da igualdade na constituição; se existe o princípio da igualdade, por que vamos mudar? Mudar o quê?

Existe, não podemos dizer que não exista. Só que tudo isso tem que ser muito revisto e aperfeiçoado, porque o princípio da isonomia da nossa Constituição, que vem desde 1934, é bastante sucinto: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, credo político ou religioso, etc.”

Está dito tudo. Precisa-se dizer mais alguma coisa? Necessariamente, não. Acontece que a maneira pela qual este princípio foi expresso e a maneira pela qual este princípio foi regulamentado no decorrer do tempo, desde 1934 até aqui, nos chama a atenção para o fato de que vai ter que ser realmente reformulado, vai ter que ser revisto e enfocado de maneira diferente. Qual seria? Existem várias formas e acredito que muitas pessoas devem estar pensando em propostas a respeito.

Parece-me fundamental que este princípio devia ser desdobrado, porque está tão sucinto que não cria nenhum estímulo à regulamentação da lei ordinária, para que se criem os empecilhos para que ele seja violado. Um princípio constitucional não deve, não pode ser violado, teoricamente; na prática, está sendo.

Alguns anos depois, em 1950, pela famosa Lei Afonso Arinos, acrescentou-se uma frase na Constituição: “Será punido o preconceito de raça”. Também é um passinho adiante, aqueles tais passinhos em direção a uma meta. No entanto, em relação às outras discriminações não se diz nada.

Teria que haver um princípio bem elaborado, bem redigido, que falasse sobre a igualdade da mulher em todos os seus níveis. Então, os direitos da mulher e do homem são iguais na família, no trabalho, na política, no acesso profissional, na educação. Enfim, ficar muito bem explicitado. E haver também um artigo, um parágrafo, ou seja lá o que for, que diga sobre a necessidade de se punir a transgressão a essas normas. Será punido o preconceito de raça? Muito bem! Então, será punido o preconceito por sexo. Acrescento mais: por estado civil, porque existe a discriminação da mulher por estado civil. Um exemplo é na área do trabalho. Embora a Lei Trabalhista diga que a mulher não pode ser despedida por razões de casamento, gravidez, etc., o fato é que isso ocorre, e às vezes ocorre de formas bem mais abrangentes e bem mais sutis, na medida em que a escolha do elemento trabalhador se faz previamente a partir do estado civil.

Tenho casos, inclusive praticíssimos – isto é muito comum no Brasil – de mulheres que se separam, mas não se descasam, não legalizam a situação. Essa mulher vai procurar um emprego e mostra a sua carteira de trabalho ou o seu documento, que diz que ela é casada; a partir daí, ela já fica no fim da fila dos candidatos ao trabalho. E ela não é casada e, às vezes, é arrimo de família. Isto para dar um exemplo prático. Essa discriminação por estado civil nunca foi cogitada, e é interessante que se pense nesse aspecto.

Essa referência à punição considero fundamental, inclusive feita de maneira que estimule a regulamentação, pela lei ordinária, das formas punitivas dessa discriminação, pois essas formas não existem, nem no Direito Civil nem no Direito Penal. Não existe nenhum artigo de lei, a não

ser a Lei Afonso Arinos, que é uma lei frágil, uma lei muito pouco eficaz. Foi um balão de ensaio que ficou. Então, temos que pegar isso.

Quando se fala em cidadania da mulher, vê-se logo a mulher dentro de um contexto de família. Mesmo que não seja a família tradicional, mesmo que não seja a família dentro daqueles padrões de cartão-postal, evidentemente só a própria maternidade, ou seja, a mulher e seus filhos, é uma família. Assim, essa questão da família também é fruto de debates bastante complicados, porque, em princípio, a família não precisaria figurar num texto constitucional. Poderia ficar somente regulamentada pelo Código Civil, que, na verdade, é a lei que vai definir todos os comportamentos, todas as conseqüências. Enfim, é o Código Civil que faz isso. Há muitas Constituições de outros países em que a família não figura.

Em termos de Brasil e em termos já das discussões feitas até aqui, mesmo em relação às pessoas mais progressistas de um lado, ou mais conservadoras de outro, há uma unanimidade de que a família deve permanecer no texto constitucional.

A argumentação – pelo menos do meu ponto de vista – é a mesma: na medida em que a Constituição é uma Lei Maior, é uma norma, é um poder normativo, se o instituto da família não estiver contido dentro da Constituição, com a nossa problemática do momento do Brasil, que é de transição, de agitação, de muita indefinição, a família vai correr o risco de ficar desvalorizada sob o ponto de vista formalmente jurídico.

Então, parece-me que é uma opinião, inclusive dentro da Comissão, de que a família ficará dentro do texto constitucional. Ai, teremos oportunidade de trabalhar em cima do conceito de família. A Constituição atual diz que a família tem origem no casamento e tem direito à proteção dos poderes públicos. Ora, onde é que está a família brasileira que não tem origem no casamento? E isto é uma tradição brasileira. Essa tradição da família concubinária vem desde o tempo da colônia. Não é algo que está acontecendo agora, por razões de modernismo, nem por razões de dificuldades econômicas. É realmente um fato social no nosso País, com raízes profundíssimas.

Por outro lado, temos uma tradição de Direito, absolutamente formal – aliás, o Direito brasileiro não pode ser considerado um Direito retrógrado, é até bastante avançado em vários setores – e mantém-se essa ficção de que a família tem origem no casamento. Este ponto é muito difícil, pois, na hora em que formos discutir um artigo de lei bem claro que diga que a família, tendo origem no casamento ou não, tem direito à proteção do Estado, vai dar o maior “pega”, porque, apesar de toda essa tradição, apesar de especialmente as gerações mais novas, as pessoas mais conscientes saberem que isso é uma bobagem, na verdade temos que respeitar uma série de coisas que são bastante sérias, bastante profundas, que, inclusive, estão dentro da tradição do Direito.

Então, o que se propõe é desmistificar a famosa família. Se se puser “a família tem direito à proteção do Estado”, abriu-se o caminho. Não estaremos ofendendo aqueles conservadores todos que têm medo de colocar o concubinato como uma nova forma legal de organização de família e, ao mesmo tempo, deixamos em aberto a lei ordinária para regulamentar o que ela acha que a família deverá ser. Aí vamos poder brigar no Código Civil, para que o Código Civil reconheça o concubinato, de alguma maneira.

Por outro lado, essa idéia da família concubinária – e me parece bastante unânime entre as pessoas que estão lidando com a questão, embora não seja esta a idéia genérica que está espalhada pelo povo brasileiro – é que se deva respeitar aquilo que em Direito chama-se a família *more uxorio* ou seja, que ela viva como se casada fosse, que esta é a tradição. Quando falo que a tradição da família brasileira é concubinária, é esta situação: a mulher, o homem e os filhos vivendo como se casados fossem. Apesar de todos dizerem – inclusive os juízes hoje dizem que não é preciso etc., que a concubina tem os mesmos direitos que a mulher – não é verdade, porque toda a máquina judiciária que ela vai ter que usar para fazer valer alguma forma de direito é complicadíssima e absolutamente desanimadora. Se o cidadão brasileiro, de modo geral, não apela para o Judiciário, por uma série de razões – valeria outro seminário para discutir os problemas do Judiciário –, imagine a mulher, numa situação de desproteção, apelar para o Judiciário para fazer valer e fazer provar o fato de que ela vivia maritalmente durante X anos, para poder ter direito a alguma coisa, é o que ocorre.

Na verdade, essa idéia que corre por aí nos meios, especialmente jurídicos, em que as pessoas menos progressistas dizem que não é preciso pedir mais nada, porque está tudo igual, agora tudo é igual, a concubina tem até mais direitos do que o homem: “vejam a fulana, conseguiu pegar metade da fortuna...”. Isto não interessa, não tem valor. A realidade é outra, é a da mulher brasileira que tem pouco recurso financeiro e possibilidades para poder usar essa máquina, que ela não usa. Sou acusada de legalista, de muitas maneiras, porque digo, para legalizar a situação: “casa que é melhor”. Porque esse fricote de dizer não caso por isso, não caso por aquilo? Casa, que é melhor. Por quê? Porque não se pode fugir à realidade de um país. Ela pensa que é criar normas próprias: “eu sou dona do meu nariz, eu crio a minha própria legislação”. Tudo bem, mas depois não reclame quando bater a cabeça na parede.

O caminho para o reconhecimento do concubinato na lei civil, ainda vai demorar um pouco. Temos pela frente ainda uma fase de trabalho – estamos atentos, a fim de trabalhar. Não posso dizer que, de repente, se fará uma Constituição nova, que de repente tudo surgirá e que as coisas serão aquelas do nosso sonho. Não serão! O processo de crescimento de uma sociedade, de uma organização jurídica é naturalmente lento, a não ser que

se faça uma revolução, coloque-se tudo abaixo. Ai vai-se levar mais 60 anos para construir. Enfim, do jeito que vamos, conseguimos. Um parêntese, para uma explicação. Quando se fala em proteção do Estado, em proteção dos poderes públicos, há uma diferença, diferença esta não apenas de terminologia. Na verdade, poderes públicos é algo muito amplo, algo muito vago. O que é poder público? Poder público é tudo e não é nada, ao passo que o Estado é uma figura absolutamente caracterizada através de suas entidades, seja o federal, seja o estadual, seja o municipal. Já existia na Constituição de 46, foi mudado para “poderes públicos”. Temos que voltar para a questão do Estado. Inclusive no Brasil se fala muito em governo e não se fala em Estado. Tudo é governo. Às vezes não é governo nada, é Estado. O governo é algo conjuntural, são aquelas pessoas que naquele momento estão ocupando aquelas funções. Na verdade, tem-se que exigir é do Estado, porque o Estado é algo permanente. Mudam os governos, mas o Estado permanece. Esta questão da terminologia também é importante.

Ai vem outro ponto – talvez digam que estou fugindo do assunto da questão da mulher, enquanto inserida nesse contexto maior o problema da filiação, o problema dos filhos.

Num capítulo constitucional em que se fala de família, vai-se falar dos filhos. Já existe isso na Constituição atual, já existiu nas outras, meio espalhadinhos, meio amarrados, em determinadas redações pouco claras. Na verdade, existe uma coisa no Brasil que se chama “discriminação por origem de filiação”. A discriminação da filiação é um fato. O mais gritante de todos é a questão do filho incestuoso, que também é algo meio tabu, ninguém fala no filho incestuoso, quando está cheio de brasileiros que nasceram de relação incestuosa no Brasil. O que acontece com essa criatura? Pela norma legal, ela não existe, ela não tem direito a registro. Só que o brasileiro vai lá, faz a lei dele e registra de qualquer jeito os que não têm registro, mas a maior parte tem. Como se vai fazer? Chega-se com uma criancinha no cartório, vai lá a mãe e vai dizer o quê? Fulano de tal é meu tio, é meu irmão, é meu pai. Não vai dizer mesmo. Geralmente registra como filho de mãe solteira, aquele registro que não tem o nome do pai.

Essas tramóias legais que o povo inventa para poder escapar à estupidez da norma, à estupidez da lei, pioram a situação. Temos que fazer com que a legislação acompanhe a mudança social, inclusive a própria realidade de costumes. Ai dirão: você está aprovando que haja relações incestuosas. Em princípio não aprovo. Não se trata da questão de aprovar ou não aprovar. Se se imaginar que a relação incestuosa é também uma ficção legal, mas uma ficção que vem de milhões de anos, que tem um contexto de tabu, tem um contexto de preservação de espécie, tem um contexto meio complicado, que cabe à minha amiga antropóloga depois estudar, existe. Ora, o que existe no Brasil é uma situação social inclusive de promiscuidade, que provoca o aumento desse tipo de incidências, ou seja, as famílias vivendo meio emboladas em determinadas situações de

habitação inumanas, que facilitam toda essa forma mais animal da relação homem/mulher. Para não falar na questão dos filhos incestuosos produtos da violência, produto do estupro de pais contra filhas, de tios e avós. Está aí cheio. A Delegacia da Mulher de São Paulo, pode já fazer um livro em relação aos casos de violência sexual doméstica que resultam em relação sexuais, das quais muitas vezes resultam um produto que é um ser humano que nasceu daquilo ali.

Agora, essa criança não existe? Ela tem que existir, ela tem que ter direito ao registro normalmente. O problema do incesto se trata em outro departamento, merece tratamento em outro nível.

Assim, esta questão da discriminação por filiação, que, dentro do contexto familiar, coloca o cidadão – criança discriminada e, junto com ele, a mulher, porque a mulher é a mãe dessa criança, ela vai junto, ela vai na cambulhada, esta questão está intrinsicamente ligada ao conceito de família, a essa proteção do Estado à família e à necessidade de se democratizar a própria questão do cidadão, enquanto produto dessa família.

Aí entra também a questão da adoção. A adoção no Brasil ainda está muito complicada e não é considerada, de forma clara, como um parentesco civil. Dessas relações todas de família, do problema da filiação, resulta um “negócio” chamado parentesco, e o parentesco hoje decorre só da família legal na verdade, porque da família ilegítima decorre o parentesco sanguíneo, mas o parentesco afim não existe. Ninguém é considerado cunhado de uma pessoa que não é casada com seu irmão. Não é nada, não é parente, não tem sogra, não tem sogro, não tem nada. Então, o parentesco não existe.

A questão da adoção – só para chamar um pouco a atenção, porque não me cabe aqui falar – é importantíssima também na configuração dessa família brasileira em novos moldes e nessa relação dos direitos dessa criança. No caso da não-discriminação por filiação, incluo, absolutamente, a criança adotada, o filho adotivo também, com toda a relação de parentesco, com toda a relação civil de família, de herança, de participação de tudo, sem restrições. Falo em adoção plena evidentemente, porque a outra é arremedo, não existe.

Esta questão que complica a contribuição do Movimento Feminista é princípio de isonomia teria que ser desdobrado para atingir todos os setores da vida da mulher, inclusive a questão da vida do trabalho, aí cairemos na questão da educação, da preparação profissional, do acesso aos cargos de direção, de forma que a Constituição coloque um artigo dizendo que não se pode vedar o acesso da mulher não só à escolha profissional como aos cargos de direção, e isto existe no Brasil e muito. Há em relação à mulher, em relação ao negro, à mulher negra, pior ainda, segundo a minha amiga, estamos cansados de saber que é verdade. É algo muito sério. Tem de ser muito bem especificado.

Também ligada a esta situação se encontra a questão da maternidade como função social. Hoje em dia, no Brasil, seria uma inovação. Se se fizer com que a nova Constituição brasileira acate a maternidade e a paternidade, evidentemente, como funções sociais, e que esse acatamento possa ser muito consciente, que vá resultar em leis ordinárias regulamentadoras e eficazes, que realmente funcionem, faremos uma revolução neste País. Na verdade, a maternidade é sempre um ônus da mulher, um ônus dela só.

Neste ponto, é fazermos um pouco de raciocínio em cima de dois enfoques: a questão da maternidade e também a questão do aborto, que está ligada – estávamos conversando sobre isto antes de chegar aqui. É claro que, encarando-se sob o ponto de vista de um direito da pessoa, de um direito da mulher – a maternidade é minha, sou eu aqui, com o meu corpo, com a minha energia, que estou produzindo esse processo, e ninguém mais do que eu – o homem não tem esse processo –; essa coisa existe, essa coisa que a mulher tem a respeito da sua própria função maternal, deve permanecer, mas não de forma egocêntrica, voltada para o indivíduo, enquanto tal, porque ela tem uma função social e a sociedade, a comunidade, o grupo tem que absorver essa maternidade também. Só assim é que se conseguirá a proteção à maternidade da maneira que estamos querendo, ou seja, com a função do Estado, e o Estado fornecendo os meios. Ai, sim, o Estado deverá fornecer os meios para que essa maternidade possa realmente ter o seu papel social, desde as creches até às licenças-maternidade. A licença-paternidade vai ter que entrar nessa Constituição de qualquer jeito, porque vai ser a única maneira de se conseguir chamar o cidadão a assumir a paternidade. Estamos cansados de saber que alguns brasileiros acham graça de fazer bilu-bilu nos filhos, mas a maioria dá no pé na hora em que a coisa aperta.

Dentro desse contexto de família desorganizada, ou do concubinato propriamente dito, ou da relação mais esporádica – não é um concubinato, é uma relação esporádica, mas que tem certa duração –, a facilidade que o homem tem de se eximir dessa responsabilidade é imensa no Brasil, e está cada vez pior. Então, entrando dentro de um contexto que é fundamental, função da maternidade e da paternidade, a licença-paternidade entraria como algo muito sério, muito mais sério do que parece. Seria um dos meios para se chamar à responsabilidade.

Outro problema: a questão do sustento dos filhos. Como uma família, como um cidadão pode ter o cérebro dele funcionando, se não tiver aquele mínimo de sustento?

Na nossa Constituição atual existe o princípio que diz da obrigatoriedade de escolaridade, de alimentação. É a tal história... Não adianta só dizer: É necessário que se estruture de maneira plausível, de maneira possível. Não quero estender-me muito, porque cairemos em muitos detalhes. Na verdade, está-se ligando a mulher, os filhos, os idosos, e os deficientes, quer dizer, cidadãos brasileiros que estão dependentes de uma

estrutura que os tem mais ou menos discriminado, uns e outros. Isso vai ter que ser tratado: Constituição, Código Civil e Código Penal. No Código Penal existe algo que se chama abandono material de família. Uma punição até bastante grande. Não me lembro mais qual é a pena, mas há alguns anos de cadeia. Nunca vi ninguém ir para a cadeia porque deixou de dar comida aos filhos.

Quando é que se pode botar um cidadão na cadeia pelo fato de ele não ter cumprido com as suas obrigações? Quando faz isso de forma leviana. Para fazer de forma leviana, é preciso que ele tenha um mínimo de recurso econômico. Na medida em que ele o tem, tudo bem, vamos botá-lo na cadeia, sim, com o maior prazer, nem lhe levaremos cigarros, se precisar ser visitado. Por outro lado, se ele não tiver, aí sim, entra o papel do Estado: tem que subsidiar essa obrigação de sustento da família. É inevitável. Tem que subsidiar não só diretamente, através da sua própria ação do Estado, como através de outras entidades, de outras formas de organização pelas quais ele pode colaborar, encampar, apoiar e etc.

Então, é toda uma sociedade que terá que assumir, terá que integrar essa idéia de que o cidadão novo tem direito ao sustento. Há, agora, esse plano do Governo atual, que diz que vai dar um litro de leite para cada criança com menos de sete anos: Parece algo fenomenal, é algo – me parece – absolutamente tranqüilo, não é nem para sair no jornal, não precisa nem de manchete da imprensa, porque é algo mínimo, exatamente dentro desta idéia: se o pai ou a mãe não tem os recursos, o Estado vai ter que suprir esses recursos mínimos, sem o que também não se vai conseguir fazer... Por que as nossas leis não funcionam? Porque não há uma estrutura social e econômica possível para fazer essas leis funcionar. Elas existem. Inclusive, existe certo mito em relação ao problema da Constituição. Certo mito não. Existe um mito enorme em relação à questão da Constituição e em relação a toda a legislação, que achamos que, de repente, vamos jogar tudo no lixo, que nada presta e que vamos fazer uma legislação perfeita. Não é verdade, porque temos coisas excelentes, dentro da nossa organização jurídica legal, temos leis ótimas, mais avançadas do que as de muitos países, como, por exemplo, o famoso desquite amigável, que hoje é separação judicial consensual, essa nomeação que inventaram aí para atraparalhar.

Boa parte dos países, inclusive europeus, não tem essa facilidade para o desquite. Aqui, basta se chegar a um acordo: vai-se lá com um papelzinho na frente do juiz: a sra. quer? O sr. quer? Nem pergunta por quê. Em termos de direito de família, é um liberalismo notável, que o brasileiro não sabia, nem sabe. Acha que é um fenômeno: “não, não queremos esperar três anos para o divórcio. Calma...”.

Há certas coisas pelas quais temos que lutar muito, há outras não tão ruins. Deixa assim que vai. Mais tarde, vamos fazendo as modificações.

Esse contexto da família também vai estar ligado não só aos serviços – creches, pré-escolas. Não existe na Constituição o direito à pré-escola. Na

Constituição, um capítulo mistura família, educação e cultura, e que, na nova Constituição, terão que ser separados – família, educação e cultura. Capítulos específicos para tratar de três coisas que não se ligam entre si, embora tenham naturalmente pontos convergentes.

É a questão dos serviços. Creches não têm que ficar lá na legislação trabalhista, com uma formulação muito capenga – mais de trinta mulheres, com mais de dezesseis anos, convênios... Não. Dentro do conceito da função social da maternidade e da paternidade deverão entrar as creches e a pré-escola, e o atendimento à saúde. Essa ligação tem que ser necessariamente feita dentro desse conceito geral de novo conceito de família e de maternidade.

Ai entra também a questão do planejamento familiar. Isto, sim, é uma grande novidade. Neste ponto há duas conotações que estamos discutindo. Sei que há pessoas que estão levantando a questão do planejamento familiar com aquela conotação de controle, de preocupação demográfica, vinda de todo um tipo de raciocínio que não é o nosso. Alijar o planejamento familiar da Constituição vai ser a mesma coisa que alijar o capítulo “da Família”. Necessariamente ele não precisa figurar na Constituição, porque aí é uma faca de dois gumes. Na medida em que ele figura na Constituição, vai-se correr o grande risco de ele figurar exatamente como elemento controlador. Como a Constituição é essa Lei Magna que não se pode contrariar, em princípio, colocando-se o planejamento familiar na Constituição, a briga lá dentro, inclusive no momento em que essa Assembléia Constituinte estiver em ação, com todas as influências de todos os lados – esquerda, direita, igreja, isto, aquilo – vamos correr o risco, mas é um risco calculado. Se se lutar para que ela não entre na Constituição, vamos também ter o mesmo risco, porque essa briga vai se dar fora da Constituição e, aí, não teremos amarrado nada. Essa luta vai ser séria, porque terá que entrar necessariamente no planejamento familiar como um direito reprodutivo, e ficar muito claro que o Estado não poderá exercer coação de nenhum tipo, nem diretamente nem através de entidades privadas, mas que é um direito da família, é um direito do casal, é um direito da mulher, o acesso à educação e à informação dos meios anticoncepcionais. É evidente, é óbvio, ululante, não tem como não se achar, no mundo de hoje, que não se vai haver planejamento familiar, não se vai ter acesso a anticoncepcionais. Vai, e todo mundo quer.

Este é um risco sério, talvez dos mais arriscados: debater a questão do planejamento familiar dentro da Assembléia Constituinte. As forças vão ser terríveis, aí vai se precisar mesmo de todo o movimento feminista na rua, não só o feminista, porque hoje as mulheres não estão sozinhas, os homens estão aderindo, ótimo. Realmente, vai se ter que estar na rua brigando para que saia um conceito adequado, senão fica pior a emenda do que o soneto.

Sobre o aborto – outra questão muito quente – tenho uma opinião pessoal. Não sei qual é a de vocês nem sei qual é a da Comissão. O aborto

não tem que aparecer em lugar nenhum, não se fala nesse assunto agora. É uma questão estratégica. Se discute sim, debate-se, se procede, mas já escutei muita gente dizer: “esse negócio não pode entrar na Constituição”. Não pode entrar mesmo na Constituição, não. Não deve entrar. Se no planejamento familiar vamos correr um risco muito grande, no aborto, então, um desastre. Temos que continuar a construir essa idéia nova a respeito do aborto no Brasil como estamos fazendo e com todas as baterias assestadas no Código Penal, do ponto de vista da reação e da possibilidade de aí nunca mais podermos ter o aborto, porque, de repente, vence a corrente que diz na Constituição: o aborto é proibido no Brasil. Aí é uma tragédia. Aí não se muda. Ao passo que, dentro do Código Penal, pode haver a briga, pois está aberto.

PARTICIPANTE – Complementando suas declarações, na Constituição em vigor não há nenhum impedimento ao aborto.

FLORIZA VERUCCI – Não, porque está em branco. Na medida em que está em branco e a Constituição não toca, o campo está todo livre. Na medida em que a Constituição tocar e fizer um conceito, ou é o conceito que queremos ou ficaremos pior.

Realmente quis centrar o problema em função da Constituição, é mais ou menos aí que fecha a questão em cima da mulher, família, etc.

COORDENADORA (Lia Zanotta) – Passo a palavra à dra. Comba Marques Pôrto, advogada, há muito tempo dentro do Movimento Feminista e atualmente no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

COMBA MARQUES PÔRTO (Conselho dos Direitos da Mulher) – Trabalho no Conselho. Neste momento não sou conselheira, sou assessora técnica. Como pouco se sabe sobre o Conselho, na verdade temos sempre que esclarecer, porque quando se diz Conselho, pode confundir, e realmente não sou conselheira. Como advogada que sou e feminista, estou exercendo a Coordenação da Campanha da Mulher na Constituinte, que se inclui na Comissão de Legislação do Conselho, que será uma Comissão de trabalho permanente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Então, a minha fala não é como conselheira. A minha fala é como advogada e como feminista.

Trago exatamente a este debate a minha contribuição dentro do tema Construção da Cidadania Feminina, levantando o papel do Movimento Feminista na construção do que podemos chamar da Cidadania Feminina.

Quando falamos em cidadania feminina no Brasil, hoje, pensamos numa coisa faltando um pedaço, pensamos numa cidadania pela metade, numa cidadania incompleta. Este, o diagnóstico que se vem fazendo nos últimos 10 anos.

Se de um lado constatamos essa lacuna, essa lesão da cidadania feminina – que começa – não sei se começa ou termina –, enfim, que começa no cotidiano e se referenda na lei – como já pôde observar aqui a dra. Floriza Verucci – em alguns aspectos fundamentais da nossa legislação, em que a mulher ainda é discriminada, apesar de o Direito brasileiro ser – concordo – um dos Direitos mais avançados em muitos pontos, mas, no que diz respeito à mulher, a nossa situação ainda é bastante precária, a norma legal ainda consagra evidentes e flagrantes conteúdos discriminatórios; apesar dessa realidade, constatamos, em contrapartida, todo o empenho, todo o movimento no sentido de reconstrução dessa cidadania e de conquista de uma amplitude maior, em termos da dimensão dessa cidadania.

Não se pode dizer, evidentemente, que antes de o Movimento Feminista começar a se organizar no Brasil, e o que defino é o Movimento Feminista organizado a partir de 1975, quando a ONU proclamou o “Ano Internacional da Mulher” e aqui, no Brasil, nas principais Capitais, o Movimento começou a se articular, é este o Movimento Feminista de que falo, não quer dizer que antes, em termos da nossa história, as mulheres não se tenham organizado, não tenham construído um movimento. Foi, sem dúvida, o movimento de construção da cidadania. O que foi construído antes, a partir de meados do século passado, quando as primeiras mulheres, como vozes isoladas, começaram a apontar para o problema das desigualdades jurídicas, todo esse processo tem uma valia muito grande. Hoje, essa nossa luta que se retomou em 75 é, em certo sentido, a continuação desse trabalho de mulheres que já no final do século passado, ou início deste século com a luta sufragista, com a luta das mulheres pela cidadania propriamente dita; há uma ligação nesse processo. O que percebíamos? O que constatamos, quando começamos a falar de feminismo aqui, nos idos de 75? A mobilização, a organização dessas mulheres, até então, até 64, por exemplo, quando havia um grande movimento de mulheres organizadas, em nível de bairro, nas campanhas nacionais. Na campanha pelo petróleo as mulheres participaram ativamente, esse movimento todo não dava conta da amplitude do que se podia chamar de cidadania feminina. Então, o que aconteceu? O Movimento Feminista continuou essa história, trazendo, realmente, a grande contribuição que faltava, ou seja, vamos discutir a questão da nossa cidadania a partir da nossa especificidade de mulher. Lutar somente pela igualdade jurídica – que não deixa de ser, para nós, um ponto da nossa luta específica, porque, evidentemente, ainda não conseguimos essa igualdade – não dava conta de tudo. Era preciso aprofundar uma reflexão maior sobre o que vinha a ser o ser mulher brasileira. Não era só a questão da carestia, da luta contra a carestia, não era só a questão da luta pela cidadania, no mais geral, na luta contra o regime autoritário. Não era só isto. Faltava alguma coisa. E foi esse mais que faltava aí que foi a grande contribuição desse movimento, a partir do

momento em que as mulheres organizadas em 85, inicialmente em grandes instituições, grandes centros que agrupavam todas as feministas, todas juntas lá, tentando, engatinhando, para saber o que era aquilo. Pensávamos assim: existe uma discriminação contra a mulher, e ponto. Não sabíamos qualificar essa discriminação com o crescimento desse Movimento. O que aparentemente se traduziu numa grande quebra, numa grande racha, as mulheres se dividiram, formaram grupinhos aqui, acolá, na minha avaliação foi o grande salto em qualidade, no sentido de qualificarmos essas questões. Ou seja, não adianta, de um lado, só lutar pelas questões gerais – pelo pão, pela fatura, pela democracia – como algo abstrato. De outro lado, trazendo já para o específico, não bastava mais só dizer: “existe uma discriminação, somos contra essa discriminação”, não! Vamos qualificar isso. E foi esse o grande momento, em que começamos formando lá os nossos “grupelhos”, que considero da maior importância, porque são os “grupelhos” responsáveis, em todo o Brasil, pela amplificação dessa questão, pela colocação no cenário nacional do problema específico da mulher, os “grupelhos”, então, começaram a discutir a questão do corpo, a questão da sexualidade, a questão da educação diferenciada que massacra a construção da cidadania feminina, a questão da mulher na família, na relação homem-mulher, a questão da violência, a questão do aborto.

Foi exatamente a partir da atuação prática e reflexão dos nossos grupos feministas que esses temas começaram a ser mais difundidos. Inicialmente, evidente, tudo era muito difícil, até porque, quando nos qualificávamos socialmente como feminista, tal atitude já seria objeto de muito escárnio de alguma parte mais conservadora da sociedade; para outros tantos seria objeto de identificação com loucura: “essas são as loucas que estão inventando essa história”. Hoje percebemos que a nossa abordagem, a nossa fala, o nosso discurso, que não é só em nível do discurso, é em nível da prática também, porque este foi outro elemento muito importante nesse processo, muitos desses grupos não só se construíram a partir de um processo de discussão, de reflexão, como muitos deles como processo prático de interação com mulheres nas comunidades, como é o caso dos SOS, que existem em várias cidades, na parte da violência, dos SOS Corpo de Recife, que construiu todo um trabalho em torno da temática do corpo e da sexualidade.

A partir desse processo, começamos a trazer à luz, ao cenário, esta discussão: afinal, o que é transformar a condição da mulher? Por onde é que transformamos a condição da mulher brasileira de um ser oprimido, discriminado, para um ser completo na sua cidadania? Em cima disto, alguns pontos já são hoje, dez anos depois, bem definidos, ou seja, já temos mais clareza e a própria sociedade – mulheres, homens e instituições – já começam a relevar, por exemplo, a questão da reprodução. Até 1970 e poucos, 75, 76, não se discutia a reprodução no Brasil. A política oficial era

pró-natalista, inteiramente pró-natalista, inclusive em nível dos acordos internacionais o Brasil não se pronunciava em relação à questão.

Paralelamente a esse processo de silêncio das fontes formais, abriu-se um espaço incrível para a atuação das instituições privadas, que passaram a fazer o planejamento familiar no Brasil. Enfim, havia um grande silêncio sobre a questão. Fomos nós, as feministas, foi o Movimento Feminista que levantou a discussão dessa questão, a partir da discussão do corpo, da sexualidade, da reprodução. Começamos a dizer: não, espera aí, não é bem assim, porque, de um lado, a direita formando opinião com aquela posição: não, as mulheres têm mesmo que parir, porque essa é a função da mulher na terra; a esquerda dizendo uma coisa parecida, com fachada diferente: temos que acabar com a pobreza; o território é tão grande que temos de distribuir a renda de uma forma mais justa; aí todas as mulheres vão ter todos os filhos que queiram – quando o problema não é este, deve ser focado do ponto de vista feminino, porque podemos ter a maior fatura, a mais justa distribuição de renda socialista, mesmo capitalista ou o que seja, e haverá momentos em que a mulher não vai querer e, em outros, o contrário.

Então, como é necessário – Floriza Verucci bem disse – que garantamos, que consagremos o direito à reprodução, visto não só do ponto de vista da reprodução ativa, ou seja, o exercício da maternidade, bem como a contracepção, como exercício de cidadania, isto é, para que a mulher, como cidadã, possa fazer a opção de ser mãe ou não ser mãe, de trabalhar em harmonia com toda essa sua condição específica de ser mulher.

Este ponto foi novíssimo que o Movimento trouxe à discussão. Hoje já sentimos uma sensibilidade maior, a partir de diversos setores da sociedade, para a discussão da nossa contribuição, no sentido de que não devemos chamar isso de planejamento familiar, e sim de planejamento da reprodução. Na medida em que se restringe ao planejamento familiar – creio até que será uma discussão muito dura e muito pesada – se qualificamos esse planejamento de familiar, já se colocam de fora todas as mães solteiras, todas as famílias não organizadas dentro dos padrões do casamento tradicional. Então, há que se falar, sim, em planejamento da reprodução. No direito da reprodução, a mulher é independente do seu estado civil, da sua idade, da sua cor, da sua condição social.

A questão da luta contra a violência também, ponto que hoje já está mobilizando a consciência nacional.

Há poucos anos, há 10 anos – sou feminista desde 1975, dos tempos da fundação dos primeiros Centros da Mulher Brasileira – não falávamos de violência. Começamos a construir o discurso da violência há bem pouco tempo. Falar-se de violência doméstica há dez anos no Brasil, ninguém saberia do que se tratava. E ainda hoje. Outro dia, uma companheira nossa do Conselho, que trabalha nessa área, foi falar com uma das pessoas lá do Ministério encarregada do mutirão da violência, e, quando ela falou de

violência doméstica, ele retrucou: “não sei do que a sra. está falando”. O que é isto? É o ladrão que entra e rouba a casa doméstica? “É a violência da empregada doméstica?” Realmente ele não sabia do que se tratava. No entanto, começamos, já de um tempo para cá, a analisar esta questão e explicar – aliás, não é explicar, porque isso fica esquisito, não somos as explicadoras da condição feminina –, a debater, a suscitar esse debate. Ou seja, existe, sim, uma chamada violência doméstica que perpassa todas as classes. É ilusão dizer que só apanha aquela que é burra, aquela que é pobre, aquela que é negra. Apanham as brancas, as negras, as pobres, as médias e as muito ricas.

Esta questão que complica a contribuição do Movimento Feminista é muito rica. É muito complicado, criam-se logo mil barreiras, porque mexe lá no cerne do problema, vai mexer na relação homem-mulher diretamente, quando se levanta a questão da reprodução, quando se levanta a questão do aborto, quando se levanta a questão da violência. Todos preferem não tocar nesses pontos nevrálgicos, nessas coisas complicadas: vamos lutar pela igualdade jurídica, vamos lutar juntos, todos nós, homens e mulheres, pela construção da democracia, mas bem genericamente. Não vamos entrar nesse negócio de democracia dentro de casa, porque isso já é meio assustador. Esse último reduto é perigoso, em que as resistências se fecham todas. Evidentemente, percebo um avanço no sentido da mentalidade dos homens para compreender essa questão: afinal, que diabo que essas mulheres querem? Qual é a queixa, afinal?

Há hoje um processo de construção, da parte dos homens, de uma mentalidade nova, no sentido de acompanhar esse processo estrondoso que a mulher brasileira está fazendo, entendo eu. Não se pode mais dizer hoje que são só as feministas que discutem, ou que estão preocupadas com essas coisas. É a própria televisão que põe lá a Lulu apanhando do Zé das Medalhas. Evidente que há uma identificação da parte de todas as mulheres dos Zés das Medalhas dessa grande Asa Branca que é o Brasil e, na realidade, traz à tona a discussão. Então, não é mais algo só de nós. A mulher está começando a se tocar. Os homens estão muito assustados, mas estão fazendo um movimento de acompanhamento, porque, se não acompanhar, vai “dançar”.

Concluindo, falei tudo isso muito sucintamente. Evidentemente, falar da história do movimento das mulheres, da construção da nova cidadania a partir da nossa atuação, é uma história muito mais longa do que se possa enfeixar numa intervenção deste tipo. Faço uma ponte de tudo isto com o Conselho Nacional de Mulher, para dizer que, na minha opinião, e a avaliação que faremos no Conselho, não só as conselheiras – Lélia está aqui, ela é conselheira também – é de que este Conselho é, no momento, um nível de resultado dessa luta toda, desse processo todo, talvez numa esfera absolutamente nova para nós, porque o movimento de mulheres jamais foi institucionalizado, e agora, quando colocamos nosso pé e se abre esse

espaço em nível de Governo, a instituição Estado – somos um órgão do Estado, da administração direta do Estado –, quando levamos essa conversa da violência, da reprodução para nível de Estado, estamos dando um salto incrível.

Esse Conselho não é realmente uma dádiva da Nova República, o que também não deixa de ser, da minha parte pelo menos, o reconhecimento de que eles compreenderam a importância de lutar contra a discriminação da mulher, antes de tudo, este Conselho é uma conquista do nosso Movimento. Evidente que ele só foi possível nesse processo de um governo pró-democracia. Jamais imagino o Conselho da Mulher dentro do Ministério da Justiça do Abi-Ackel.

Enfim, estamos ocupando um espaço institucional, estamos tentando construir um trabalho absolutamente novo e inovador, porque poderíamos ir para lá e se burocratizar, como todos os órgãos do Estado, de modo geral, tendem a fazê-lo, até porque é muito difícil trabalhar com essa burocracia toda de governo. Estamos lá há três meses, estamos instalados lá, já soltamos duas campanhas; uma que tenho a honra de coordenar – a Campanha da Mulher na Constituinte; a outra, a Campanha de Combate à Violência contra a Mulher, que estamos pipocando em todo o Brasil.

Acredito que o Conselho, como representante da nossa voz no cenário nacional, e como representante da nossa voz nesse plano institucional, já está cumprindo um papel muito importante, qual seja, o de ajudar a multiplicar essa atuação. Por exemplo, quando lançamos a Campanha de Combate à Violência e realiza-se aqui um seminário, trazendo mulheres de todo o Brasil para discutir o problema da violência, delegados de polícia, médicas legistas, é algo fantástico, pois um grupo feminista jamais conseguiria tal façanha: juntar tantos delegados, juntar médicas legistas. O Conselho, inclusive com o peso de ser um órgão do governo, traz, junto. Então, este Conselho terá o papel de articulador de tudo que está acontecendo em termos de mulher, não só o que acontece no estrito útero dos grupos feministas, como o que acontece por aí fora. O que chamo de Movimento de Mulheres é algo tão amplo, inclui tanta coisa, como até conversávamos, movimentos que às vezes até nos espantam. Inventamos essa história de mulher se movimentar, agora vai ter mulher se movimentando para pedir coisas que, de repente, não têm nada a ver com o que pensamos. É o preço da democracia e da participação. Cabe-nos, agora, delimitar esse espaço, através da construção, nesse amplo processo e participação, de uma fala realmente revolucionária e inovadora, até em nível de governo.

Para mim, o desafio está lançado. É possível.

Não falarei mais sobre a questão da Constituinte, porquanto a dra. Floriza já colocou tudo. Endosso todas as suas propostas e recolho, porque o meu papel, inclusive na coordenação dessa Comissão, é realizar esse plebiscito nacional. O Conselho está percorrendo o Brasil, para colher

as propostas das mulheres. Já estamos realizando seminários em várias cidades, já estamos com Norte, Nordeste marcados, vamos lá: *in loco*, articuladas com o Movimento das Mulheres colher essas propostas, não só para encaminhá-las à Comissão de Estudos Constitucionais, bem como, instalada a Assembléia Nacional Constituinte, encaminhá-las aos deputados e às deputadas constituintes eleitas, que espero sejam mais de sete, número atual das deputadas federais, a fim de que possamos realmente eliminar o lixo discriminatório que persiste na nossa legislação e construir os chamados direitos novos que estão aí pensados, trabalhados e tão reivindicados pela mulher brasileira.

COORDENADORA (Lia Zanotta) – Tenho o prazer de passar a palavra à professora Maria Moraes, da UNESP, com pesquisas sobre família e mulher, do Movimento Feminista e que, no momento, faz reflexões sobre este Movimento.

MARIA MORAES (UNESP) – O interessante dessa seqüência de seminários tem sido substanciar a cidadania. Ontem, quando se discutiu a questão do trabalhador urbano, destacou-se, entre o que ouvimos, a necessidade da questão da cidadania dentro das fábricas. Foi a tônica: é importante também que a cidadania se dê dentro das fábricas. Quando se tratou de substanciar, do ponto de vista do trabalhador rural, falou-se: a cidadania supõe a reforma agrária. Foi bem interessante.

Tanto a dra. Comba quanto a Floriza, deram bastante substância à questão da cidadania feminina. Assim então, problematizarei um pouco, vou fazer o papel de advogada do diabo.

Partindo mesmo do que elas e o movimento de mulheres falaram, há duas questões importantes, com que as mulheres se defrontam hoje. A primeira: se formos substanciar de forma análoga, por exemplo, a questão dos trabalhadores urbanos, vemos que a cidadania da mulher tem de ser feita dentro de casa – levar para dentro de casa, para criar dentro de casa. No fundo, tudo que se falou aqui, violência e tal, esta é a idéia que está por trás: se há alguma analogia, vamos fazer analogia entre a fábrica e a operária, a casa e a mulher. É analogia razoável. Aí é que se complica, porque trabalhamos com uma relação, trabalhamos homem/mulher. Uma coisa é se politizar o privado, transformando-o numa questão. Não é se dizer que é diferente do que acontece nas casas e nas ruas. Isso importa, e muito. Talvez o grande mérito do feminismo tenha sido este. Na minha opinião, a palavra-de-ordem mesmo, a estória em que resumimos por politizar o privado. Foi muito importante.

As dificuldades da cidadania dentro de casa todos nós conhecemos. A dificuldade justamente da questão da mulher é estarmos falando de uma instância em que passa tudo e, ao mesmo tempo, não tem o seu lugar certo, porque também não é só em casa. É na rua, é lá, é cá, é por toda parte.

Politicamente, tratar disso é algo muito complicado, e foi muito mais fácil no passado. Retomo o inventário que a dra. Comba fez – ficamos juntas, ela no Rio, nós em São Paulo, em 75. Está tudo perfeito. Justamente aquilo que foi muito a força do feminismo, de 75 a 80 foi porque, dadas as condições de violenta repressão, por um lado, que, de alguma maneira, quase que obrigaram a formas novas, criativas de fazer política e, por outro lado, o fato de que pelo menos em São Paulo a importância do Comunismo no feminismo foi muito grande. Se se pegar, por exemplo, o jornal *Nós, Mulheres*, o primeiro órgão que se dizia feminista – não estou mais falando do movimento de mulheres como um todo, estou pensando na sua facção feminista –, essa que aparece em São Paulo e que escreve o jornal *Nós, Mulheres*, a partir de 75, 76, essa pensa na questão da mulher com uma dupla determinação. Sempre colocamos a importância de pensar a questão da classe e a questão do gênero, nós como construção de identidade feminina.

Isso com o tempo foi sendo trabalhado. A dra. Comba Marques Pôrto mostrou bem como caímos naquilo que nos dizia respeito.

Nesse momento era o que as feministas sabiam, ou pelo menos uma das correntes desse movimento de mulheres, e tinham muita clareza entre a questão da unidade, da necessidade de se pensar a questão sexual e a questão de classe. Houve uma diversidade no movimento de mulheres até 80. Inclusive respeitávamos o ponto de vista de companheiras que vinham de tradições políticas mais conservadoras, mais ortodoxas, em relação à mulher, e que, por exemplo, se recusavam a usar a palavra “feminismo”. Naquele momento, para nos identificarmos como feministas, havia uma conotação muito clara: levantar o específico da mulher dentro de um regime autoritário, numa perspectiva revolucionária radical. Nem chegava às classes. Digamos: vai além das classes. Esta era a questão. O caráter de classes desse feminismo – é muito importante acentuar – para mim foi o que deu muito dessa possibilidade de se trabalhar com outras correntes, com outras frentes. Quando nos reuníamos para comemorar o 8 de Março, havia o movimento pela anistia – isso é importante dizer, porque o primeiro movimento pela anistia no Brasil foi o movimento feminino pela anistia. Desde meados da década passada havia a Associação das Mães dos Presos Políticos, a questão negra. Enfim, era um espaço em que pensávamos realmente, em que se colocava a questão da cidadania e tínhamos uma visão de conjunto também, pensávamos no problema do conjunto da sociedade.

Justamente o que vivemos hoje, com o Conselho, com esse espaço, isso tudo foi conquistado nesse percurso, tudo isso foi feito.

Vou problematizar daqui para a frente. Vivemos do nosso passado. Devemos construir um novo espaço, pensar diferente e atuar de alguma forma nisso que não parece tão novo assim. Enfim, isso que estamos vivendo. Estamos criando nosso espaço, estamos brigando por ele.

Hoje, a questão da mulher é séria. Ninguém mais acha esquisito falar-se da cidadania. Justamente o que ficou mais complexo agora: 1º) esse descolamento entre o movimento feminista e os estudos e a teoria da mulher, e o descolamento do Movimento Feminista e a sua representação em nível do aparelho de Estado. Eu me explico. Houve um momento em que pesquisa de mulher, discurso sobre mulher eram as mesmas pessoas que faziam. As primeiras feministas foram também as primeiras que começaram a trabalhar, a pensar a questão da mulher teoricamente, esse percurso não foi calmo. Houve um momento em que aconteceu um descolamento. Hoje, entre outras, me sinto muito mais uma pesquisadora, pesquisadora da questão da mulher. Antes eu nunca me apresentaria assim, eu me dizia feminista, era outro problema.

Fizemos essa reflexão, do ponto de vista teórico, nós, que somos pesquisadores, temos discutido essa questão. De repente, cortou-se o cordão umbilical. A questão da mulher é pensada de outra maneira, com outros critérios. Inclusive, não basta só se descobrir. Antigamente qualquer coisa que se escrevia de mulher e se falava de mulher era bom. Não! De repente, vamos fazer uma crítica também sobre a nossa produção – isto do lado da teoria. Do lado também da nossa militância, a mesma questão se coloca. Sinceramente, vejo um grande avanço na questão da mulher, mas não vejo quais são as perspectivas daquilo que chamamos movimento feminista. São “N” correntes, são “N” posições. Inclusive um dos mitos teriam sido criadas condições, nós mesmas ajudamos a criá-las, não há dúvida, para termos um espaço no aparelho do Estado – é que não importam as eleições. Estamos além dos partidos.

Em 79/80, por exemplo, a Floriza, Ruth Escobar, Marta Suplicy, eu, estávamos numa frente de mulheres feministas. As eleições de 82, por exemplo, provaram que não é bem assim. Na verdade, nunca chegamos a sentar para fazer o balanço disso. Isso é real. Este, um dos problemas, um dos desafios. Inclusive o fato de a Regina Duarte ter saído de “Malu Mulher”, com aquele discurso, para “Porcina”, diz bem as formas com que as coisas são tratadas agora. Depois tem aquela coisa de efeito retroativo: em Cuba, há três anos, ainda era “Malu Mulher”, mas chegar a “Porcina” é outra forma de colocar as coisas.

A dificuldade mesmo é, primeiro, pensar a nossa diversidade. Somos mulheres altamente diversificadas. Quem passou pela experiência do Chile, por exemplo, sabe que chegou o momento: elas estavam “batendo panela”, e estávamos do outro lado. Quem viveu e teve essa experiência dos movimentos realmente radicais, na hora em que vamos ver mudar – isto, sim – o sistema, a estrutura do Estado, etc., aí é que vamos ver quem fica de cada lado. Esta, a questão.

Cabe a nós – no caso, eu digo que sou comunista, sou de esquerda, sou isso, aquilo, também estou muito preocupada com a minha questão, que é a questão da mulher – cabe-nos construir essa cidadania, que é a mais

inclusiva. Justamente o tempo não permite mais é fingirmos que é tudo igual, falou de mulher está falado. Inclusive é muito problemático. Esse Conselho de São Paulo, por exemplo, é perfeito. Conhecemos todo mundo, está justo. Amanhã muda, o Conselho Estadual Feminino pode ser do Governo Setúbal.

FLORIZA VERUCCI – É, perfeito. Estamos no momento de assumir posições político-partidárias. É a questão do Brasil partidário, do Brasil democrático, lutando com a multiplicidade. Ai é um grande desafio. Inclusive essa Assembléia Constituinte vai ser a grande arena, demonstrativo do que está acontecendo conosco, na verdade.

MARIA MORAES (UNESP) – Este é o desafio, por um lado; por outro lado, a questão de pensar a relação homem/mulher. Este, para mim, sim, o maior desafio. Ai é a questão mesmo de pensar o outro: como é que as mulheres, depois de pensar em si mesmas, pensam o outro, propomos?

Claro que o balanço, no fundo, é superpositivo – sabemos disso –, porque em dez anos muita coisa foi feita. No entanto, seria uma ingenuidade imaginarmos que os problemas foram todos resolvidos. Conseguimos, finalmente, dizer que nós existimos; as mulheres também são cidadãs e têm a sua especificidade. Dai é que temos que partir.

COORDENADORA (Lia Zanotta) – Até agora não chegou a sra. Ruth Escobar. Evidentemente se ela chegar, interromperemos o debate e a ouviremos.

Proponho iniciarmos as discussões. Eu mesma tenho algumas questões, mas vou me colocar no meio da discussão. Assim, franqueio a palavra ao público.

Recebemos um pedido da Mara, do Programa *Viva Maria*, da Rádio Nacional de Brasília. A Comissão Nacional do Direito do Menor, através do dr. Jacob Pinheiro Goldberg, acaba de lançar, nesse Programa, o projeto de anistia para todas as mulheres que registraram seus filhos em situação irregular. Espera a mobilização das mulheres, especialmente das mulheres aqui presentes e na Mesa, para que, dentro do Conselho Nacional da Mulher ou da Constituinte levem essa iniciativa adiante.

FLORIZA VERUCCI – Estou acompanhando este assunto, porque o Jacob tem-se comunicado comigo e ele é muito interessado nessa questão do menor. Inclusive está querendo mexer nesse problema da filiação, estava aglutinando pessoas em São Paulo, para formar grupos de pressão, a fim de se mudar a legislação sobre filiação, reconhecimento de filho adúlterino, etc. É um psiquiatra paulista interessado na questão do menor.

Não sei o que quer dizer essa anistia. Na verdade, só existe uma coisa: tem-se um prazo de 15 dias para registrar uma criança, sem o que se paga

uma taxa. É absolutamente corriqueiro, não há problema nenhum. Não há punibilidade para a mãe. Isso não tem nada a ver com a mãe. O pai registra. No caso da mãe solteira, se ela vai registrar, tudo bem! Se ela ou ele registram fora do prazo, incorrem em algum problema de pagamento de taxa.

De fato, a questão dos registros ilegais – não são registros fora do prazo, mas registros ilegais –, uma pessoa que não pode registrar, como por exemplo, um pai casado que tem um filho fora do casamento não pode registrar o filho. Uma vez registrado, não acontece nada, ele não é punido porque registrou. Ele faz algo ilegal, mas não há punição. Pelo contrário, aquele papel diz que não tem valor legal, porque é produto de uma falsidade ideológica, mas, na verdade, se houver, depois, um processo em cima daquele caso, aquele papel aparece como começo de prova, porque foi feito. É complicada a situação cartorial em torno de um registro que tenha sido feito ilegalmente. Aqui alguma coisa não está bem entendida.

EDUARDO FRANCI GONÇALVES (Participante) – Primeiramente pergunto à dra. Floriza Verucci: todas as observações que fez sobre discussão do planejamento familiar, a discussão da licença para paternidade, tenho a impressão de que são sempre colocadas numa classe média intelectualizada, e temos uma grande maioria da população brasileira que não se inclui nessa intelectualização que foi colocada. Trabalhei numa empresa de aviação e sei que realmente as aeromoças e os comissários não têm essa autorização, a não ser, é lógico, as mulheres, que a tem durante um ano, que são os nove meses em que não podem voar e os três meses conseqüentes que têm por terem dado à luz. Isso já se inclui realmente numa camada mais intelectualizada.

Se se pegar uma camada mais baixa da população, acredito que essa licença-maternidade, se, por exemplo, fosse levada à Constituição, para essa classe média intelectualizada realmente teria uma utilidade. No entanto, para essa outra camada da população, que nem reconhece a criança como fruto do pai, a não ser na hora de dizer “meu filho é bonzinho”, que não adianta nada.

É uma preocupação minha. Tenho a impressão de que, na realidade, é uma campanha de reeducação, e não de colocar dentro de uma Constituição diretamente um assunto como este. É até grave se tocar o assunto deste jeito. Como se vai colocar para um trabalhador braçal que ele vai ficar três meses em casa cuidando de uma criança, ou tendo um relacionamento mais afetivo com uma criança?

Esta, a questão que coloco.

A outra questão relaciona-se com a colocação da dra. Comba: a contracepção – a mulher procura transformar a concepção, a maternidade, não num fruto só dela, e sim num fruto social, que é realmente um fruto social. Então, por que não se coloca também a contracepção como um fruto

social? Na realidade, o *slogan* feminista “o corpo é nosso” – estou fazendo o papel de “advogado do diabo”, sou extremamente a favor do aborto –, mas se se coloca a concepção como um fruto social, tenho impressão de que há uma grande necessidade de colocar também a contracepção como um fruto social. Suas colocações foram as que realmente me atingiram mais de perto. Na realidade, a questão da cidadania da mulher e do negro não afetam só o negro, só a mulher. Afetam também toda população brasileira. Não se tem como se sentir mais cidadão do que um outro. Inclusive é questão de dignidade do homem branco, ariano, ou quer que seja. É necessária a cidadania; é basicamente importante.

Quanto à definição de grupos, tenho o mesmo pensamento. Trata-se também de questão de reeducação, não há como certas leis atingirem determinados grupos se os grupos não são educados para isto. Esses grupos têm que ter certo nível. É educação principalmente do homem. O homem precisa ser educado para admitir a mulher como uma igual, não resta a menor dúvida.

Eram estas as minhas observações.

FLORIZA VERUCCI – Para não tomar muito tempo também, falarei resumidamente.

Quando se faz uma objeção a partir da questão do planejamento familiar, planejamento familiar é algo muito complexo, merece um seminário inteiro. É difícil definir planejamento familiar de forma simples. Quando se fala em Constituição, fala-se em Lei Magna do País, fala-se no embasamento em cima do que vão ser construídos todos os outros níveis.

Fui clara quando disse que havia um risco em se colocar o planejamento familiar na medida em que ele iria ser fruto de um debate de correntes de vários tipos, dentro da arena da Assembléia Constituinte. Então, os resultados podem ser os mais variados possíveis.

Parece-me improcedente essa sua colocação de que a questão do planejamento estaria ligada necessariamente a pessoas de camadas sociais mais privilegiadas. Se pensarmos assim, não faremos legislação, porque a legislação, ainda mais uma Constituição, uma legislação federal, tem que ser para o país inteiro, tem que pensar num povo com as suas diversidades evidentes, mas com uma finalidade comum.

Quando você fala na questão da paternidade, você está certo. Aliás, foi a minha grande objeção aqui: a maioria da população mais carente, incluindo uma classe média baixa, a irresponsabilidade paterna é uma questão de deseducação, de avacalhão – se você quiser uma palavra bem clara – social, de irresponsabilidade mesmo, de “capeta quatro”. Por outro lado, falei também do problema da questão econômica, quer dizer, o indivíduo não tendo o quê, então o Estado deveria, de certa maneira, subsidiar essa obrigação, que seria formulada dentro de um projeto constituinte.

Quanto à questão da licença-paternidade, é para o trabalhador. A classe marginal que não trabalha, ou que não tem um emprego, ou que não tem um trabalho fixo, que não está dentro da organização do trabalho do País, é claro, é uma classe que terá que ser tratada, terá que ser enfocada com as suas características específicas. Quando você fala em legislação trabalhista ou em normas de trabalho inseridas num texto constitucional, você está vendo a classe trabalhadora, que teria instrumentos. Quando você cita o problema do aeroviário, a aeroviária tem uma série de condições que parecem privilegiadas, mas não o são, na medida em que o tipo de trabalho exige normas especiais. Isso teria que ser diversificado dentro de uma legislação trabalhista adequada, que enfocaria cada uma das categorias de trabalho.

A licença-paternidade pode entrar, absolutamente, em todas, desde o mais simples operário desqualificado até o executivo que recebe salário, que está dentro da legislação trabalhista e que pode fazer isso.

COMBA MARQUES PÔRTO – Aproveito para responder o que me foi perguntado. O que a Floriza diz é a verdade. Tem que se ver que não é a lei que opera diretamente as mudanças. A lei é a garantia de uma estrutura, considerando-se que se precisam de leis para regular as relações, etc. Evidente que a lei não tem, por si só, um caráter educativo. Aí, trata-se de fazer todo um trabalho permanente de discussão.

Quando o senhor levantou a questão da licença-paternidade – e já se levanta há algum tempo –, sempre tive muita dúvida, e brincava dizendo que o indivíduo vai tirar a licença para sentar lá e ficar tomando cerveja no botequim, de perna para o ar, e a pobre coitada que pariu, que está aleitando, que não sei o quê, ainda vai ficar cozinhando, lavando, passando, fazendo comida para ele, etc. Quando o senhor coloca o problema da concepção, acaba uma coisa ficando ligada à outra. Tanto a idéia da licença-paternidade quanto outras medidas se prendem ao fato de que não se pode pensar na reprodução como um acontecimento exclusivo do sexo feminino. É evidente, todos sabem, é óbvio que homem participa da reprodução, mas a coisa cultural fez com que se distanciasse de uma forma tão grande da prática de convivência, na medida em que ele é o pai biológico e a mãe é a mãe biológica, é a mãe que educa, é a mais que isso, que é aquilo outro.

Realmente há que se pensar no direito à reprodução como garantia para uma educação mais ampla, não só das mulheres. Aí estou de acordo com você, mas tem que se distinguir também que há um acontecimento da reprodução especificamente feminino.

FLORIZA VERUCCI – Que não pode ser delegado.

COMBA MARQUES PÔRTO (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) – Que não é delegado, que é intransferível, que é o ato de parir, que

é o ato de aleitar. Por exemplo, a questão de licença-paternidade tem que ser optativa, o casal pode fazer a opção, mas preservado um período mínimo que é só da mulher, porque não há essa de se parir e, no dia seguinte já poder fazer uma opção com o seu companheiro, marido ou lá o que seja, quem é que vai ficar em casa! Não! A mulher vai ter que ficar em casa pelo menos um ou dois meses – um mês, no mínimo –, garantido o direito de amamentar até os 6 meses, o tempo que quiser.

PARTICIPANTE – A questão do aborto. É uma função social?

COMBA MARQUES PÔRTO – Não, o aborto não é propriamente uma função social. Ai entra mesmo é a contracepção. Haverá um artigo da nova Constituição que vai conter esta questão; para mim seria algo formulado nos seguintes termos: “o Estado se responsabiliza pela prestação dos serviços de garantia da reprodução, no sentido amplo”, incluindo a maternidade, a concepção e a contracepção, para as mulheres – porque a coisa ocorre no corpo da mulher – e, evidentemente, a parte educativa se amplia aos homens.

FLORIZA VERUCCI – O Estado tem que se comprometer a fornecer os recursos, os métodos, a educação, a informação, o próprio acesso aos anticoncepcionais – sim, é obrigação do Estado –, mas não poderia interferir na vontade da pessoa, do casal, da mulher, da família, o contexto que tiver. Eles têm o direito à reprodução, no sentido da pessoa.

COMBA MARQUES PÔRTO – Exatamente amarrar. Inclusive uma forma de evitar uma punição controlista que possa ser defendida lá dentro, e será!

PARTICIPANTE – Está havendo uma confusão entre direito social e função social. A maternidade na mulher sempre foi vista por ela como prazer e uma obrigação, no sentido de que ela “se virasse”. A sociedade não entrava nisso.

FLORIZA VERUCCI – Exatamente. Era um ônus individual, como coloquei, quer dizer, era um ônus daquela pessoa, e a comunidade, a sociedade não tinham nada a ver com isso!

COMBA MARQUES PÔRTO – Gostaria de dizer uma coisa na qual venho pensando muito, e aconteceram coisas tão estranhas neste País, nesta terra, que se confundiu tudo. Fomos criadas para isso, mas, de repente, a mulher também está na produção, não aleita mais, por que as mulheres não aleitam mais? Pensemos nessa situação ao longo das gerações o efeito que possa ocorrer.

Então, a nossa busca, ou seja, quando pensamos em Constituição, em direito, é se tentar garantir o mínimo direito de cidadania, sem que

percamos essa coisa do feminino, não do feminino como foi imposto por uma cultura opressiva, por que não poder aleitar, ter que trabalhar, trabalhar, trabalhar . . .

PARTICIPANTE – Por isso que eu digo, se essa Constituição reconhecer a função social da maternidade e paternidade, será uma revolução neste País. Se conseguirmos alcançar todos os desdobramentos, desde o que estamos falando ao que o nosso amigo falou, será uma revolução, porque reconhecimento da função social de maternidade e paternidade para mim é revolução.

COORDENADORA (Lia Zanotta) – Antes de dar a palavra à dra. Maria Morais, coloco uma questão cuja solução me preocupa um pouco. Se se puser a função social de maternidade e paternidade, mesmo que no começo o homem não faça nada, tudo bem, porque é reconhecida essa função. É o principal, pai e mãe, diferencialmente, mas há as duas funções.

Por outro lado, preocupam-me um pouco alguns desdobramentos, que me pergunto se já temos resposta. Por exemplo, levantada a questão da contracepção e do aborto.

Evidentemente, podemos perguntar: é igual o direito de o homem e mulher resolverem sobre o caso do aborto e da contracepção? Fico perguntando se temos ainda uma resposta, se a resposta é o direito igual. Concordo: negar no debate, por exemplo, o corpo é da mulher e acabou, portanto, a contracepção é dela e o direito à contracepção e ao aborto é dela e não vamos sequer analisar a questão masculina, esta é questão que está mal colocada, é simplista. Por outro lado, dizer que também é igual, é uma problemática. Ressalvo que, de fato não é igual, porque se trata também do corpo da mulher . . .

MARIA LÚCIA TEIXEIRA (UnB) – Primeiramente um comentário e uma pergunta a respeito da colocação inicial da dra. Floriza: a questão do emprego *versus* estado civil.

Não consigo ver como se pode amarrar isso. Por exemplo: vamos colocar uma questão bem prática. Trabalho na Universidade; tenho um cargo para técnico, que preciso esteja doze meses por ano trabalhando para mim. Logicamente, na hora em que eu for escolher uma pessoa para ocupar esse cargo, não quero uma mulher que daqui a seis meses engravide e passe três meses e mais um de férias sem trabalhar e a universidade não me repõe o funcionário durante a licença da mulher.

Então, até eu discriminaria uma pessoa que se apresentasse grávida ou que está na idade de parir, ou está na faixa da vida reprodutiva.

Qual a maneira de se viabilizar uma pressão, no sentido de que isso não ocorra, no sentido de que os serviços reponham o funcionário durante esse período? Seria – creio – a única maneira. Não adianta dizer que não se

pode discriminar – há uma lei que determina que não se pode discriminar –, porque eu posso tranquilamente fazê-lo, escolhi aquela lá porque é melhor do que a de cá; fiz uma seleção, fiz um concurso.

FLORIZA VERUCCI – Este é um critério compulsivo de ocupação de emprego. Não existe isso.

MARIA LÚCIA TEIXEIRA – Enquanto não houver o critério compulsivo, vai continuar acontecendo isso, a não ser que a empresa reponha um funcionário.

FLORIZA VERUCCI – Neste caso, não podem existir critérios compulsivos, porque qualquer um de nós esbarra também no nosso direito de escolher ou de procurar as pessoas. Ai vem junto. São coisas que estão balançando.

PARTICIPANTE – Não é por aí. Digo o indivíduo igualmente capaz.

FLORIZA VERUCCI – Em primeiro lugar, não se pode exigir nenhuma norma coercitiva neste sentido. Quando se fala em discriminação, é a discriminação mesmo. Não é porque perdeu o seu direito de escolher os funcionários ou as pessoas que você, na sua posição, pode escolher bem. Não é por aí. O fato de a instituição fazer ou não fazer substituições, o que acontece? É porque hoje se está dentro de um contexto em que todo o sistema de trabalho não está preparado para essa forma de comportamento, para esses valores novos que estamos tentando introduzir na nossa vida – jurídica, social, de trabalho, etc. É claro, a instituição não é obrigada a recolocar. Por quê? Ela não é obrigada a recolocar porque as normas não estão bem formuladas, porque não existe uma mentalidade para isso. Estamos tentando ver se construímos uma forma nova, em que o princípio da não discriminação deva entrar em todos os níveis: de raça, de sexo, de credo político. Este o desejo de todos nós. Como operacionalizá-lo? Como detalhar em todos os casos, em todos os tipos de instituições que empregam pessoas ou pessoas que empregam pessoas? É complicado. Vamos ter que caminhar neste sentido, por exemplo, no caso como o citado? É um caso importante. Como é que fica? Por outro lado, onde é que vai ser decidido? Não vai ser decidido na Constituição. Vai ser decidido ou nas leis trabalhistas ou nas regulamentações das próprias instituições. Uma universidade é uma instituição pública. Como é o regimento interno daqui? Como ele está feito? Está baseado em quê? Está baseado numa legislação provavelmente ultrapassada, em torno de uma mentalidade em que para eles isso é normal. Para que se vai botar um funcionário novo? Então, você se vê compelida a ter consciência de que não vai empregar uma mulher na época reprodutiva, porque ela vai prejudicar o resultado do seu trabalho. É

todo um processo de corrente, de dominó, que vai cair em cima de uma mulher lá, que pode ser uma excelente funcionária e que não vai ocupar o cargo, porque vai ser colocado um rapaz no lugar dela, porque o rapaz não engravida. Para mim são casos, é o casuismo em torno de princípios, não se vai deixar de incluir esse princípio porque o resultado pode bater em determinados casos. É o contrário. Os casos vão ter que, devagar, ir-se adaptando.

PARTICIPANTE – Não que não deva ser incluído. Deve-se ver além. É a forma de viabilizar, porque, se é só incluído e não se oferece também a forma de viabilização, aí é um caso muito particular, porque o homem pode sofrer um acidente e se ficar sem o funcionário. É um fato eventual. No caso da mulher, não. É fato previsível, ou seja, está ali mesmo. Então, já deveria ficar . . .

FLORIZA VERUCCI – Por isso que existem coisas de ordem protetiva. Hoje existe uma legislação protetora, que é altamente discutível, – é outro campo para ser discutido –, existe uma legislação protetora em fase de discussão. Como essa legislação tem agido? Tem agido contra a mulher, porque acaba fazendo com que o empregador aja de outra maneira, a fim de escapar à injunção de uma legislação que lhe exige determinada forma de comportamento. Tal procedimento existe. E dificilmente vai-se evitar de forma total. Sempre ocorrerão casos.

Há pouco, o Conselho conseguiu um acordo com o BNDES, para que esse Banco só financie as empresas que instalem creches no local de trabalho.

Essa jogada não tem nada a ver com a Constituição, nem com a legislação trabalhista, não tem a ver com nada. São outras formas. Essa, inclusive, é a dinâmica que o Movimento de Mulheres, que o Conselho pode conseguir, a fim de minimizar determinados efeitos. Por que se coloca isso em determinada legislação? Porque a legislação atual é insuficiente. Se exige que haja trinta mulheres de mais de dezesseis anos para poder abrir uma creche ou fazer um convênio, ela deixou um monte de mulheres descobertas. São por um lado, pequenos defeitos da lei que não cumprem; de outro, não são pequenos defeitos, é a possibilidade de sempre haver uma lacuna, alguma coisa, que alguma mulher, algum negro, alguma pessoa vá sofrer uma diferença a partir de uma necessidade.

No seu caso, é uma necessidade. A instituição devia colocar uma pessoa no lugar, evidente, pela própria legislação vigente, porque, se a mulher tem direito à licença anteparto, pós-parto, etc., etc. pela minha lógica, e pela sua, é claro que a empresa teria que cobrir. Como é que vai fazer? Vai deixar em branco? Não vai trabalhar naquele período? O projeto vai ser engavetado, ou a obra vai ser parada? Não. No entanto, se essa empresa fez um regulamento interno, um regimento interno, uma legislação

em que nem pensou nessa situação, vai-se dar murro em ponta de faca, não se vai conseguir que a instituição bote a pessoa lá. Temos que trabalhar também neste sentido.

Se houver essa mudança na Constituição, também haverá na lei trabalhista. Outras regulamentações menores vão, necessariamente, ter que se adaptar. Num caso como da Universidade de Brasília, vai ter que mudar o regulamento, para, no caso de licença, ser a mulher grávida substituída por outro funcionário. A mulher tem licença pode até mesmo ser transferida para outra função, o que nunca ocorre ou dificilmente ocorre. A mulher grávida, antes do período de licença, tem o direito de ser transferida de função se aquela função lhe for desfavorável. Quando isso ocorre? Não ocorre, e está lá na legislação.

Sua colocação é verdadeira. Constitui o maior desafio a concretização das idéias boas no cotidiano, torná-las vigentes e eficazes. É o problema da famosa eficácia da lei. Grande parte do nosso corpo legislativo não é eficaz, ele nunca chega ser aplicado.

COORDENADORA (Lia Zanotta) – Com a palavra a dra. Lélia Gonzalez.

LÉLIA GONZALEZ – As questões colocadas pela professora Maria Moraes são da maior importância, bem como a relativa ao “lance do casal grávido”.

Eu estava lendo um artigo sobre a cultura da psicanálise. Afinal de contas, parece que no segundo filho já muda tudo, aquela história toda de o homem ter desejo acaba e a vovó volta para a família, e coisas tais. Tudo isso tem muito a ver com uma postura, exatamente em termos da ideologia dominante, em termos de incidência dessa igualdade, dessa liberdade e o individualismo, que se confrontam com uma perspectiva “holística” e hierárquica, etc., e sociedade brasileira está aí. Minha estratégia de jogo vai ser em cima dessa questão.

A questão da reflexão sobre o outro, a reflexão sobre o homem, é da maior importância, assim como a questão político-partidária, que aí está e da qual não podemos escapar.

Vejamos, por exemplo, a própria constituição do nosso Conselho. Apenas um partido de oposição do governo atual foi contemplado, no caso o PT. Éramos duas do PT, mas, na medida em que passei a ser do PDT, o PDT entrou pela tangente. Até abriu mais em certo sentido.

A questão está colocada por aí. Sabemos que existem diferentes tendências políticas e ideológicas presentes dentro do Conselho.

Essa questão deve ser seriamente discutida, haja vista o que aconteceu nas eleições do Rio Grande do Norte, mulher sendo manipulada tranqüilamente pela direita etc. Temos que pensar, com muita seriedade, em cima dessa questão.

Com relação à questão do homem, de certa forma, nós, mulheres negras feministas, vivemos numa espécie de encruzilhada muito interessante. De um modo geral nos organizamos, enquanto grupos de mulheres, a partir do Movimento Negro, e nunca a partir do Movimento Feminista. Então nos ressentimos pelos dois lados: de um lado, o Movimento Negro nos enriquece, no que diz respeito à questão racial – os homens negros são muito machistas; e, por outro lado, o Movimento Feminista nos enriquece com relação à nossa condição feminina, etc., não vou dizer que este Movimento seja racista, mas é bom cobrador, e, de repente, há aquelas escorregadas, o que já chamei, uma vez, de racismo por omissão, em artigo que escrevi para a *Folha de São Paulo*, então no amado PT. Ocorrem esses tipos de questão.

PARTICIPANTE – É branco, mora na Zona Sul...

LÉLIA GONZALEZ – Exatamente.

De qualquer forma, há uma questão. Justamente por isto, seria muito interessante em termos de pensar o homem, se pudéssemos debruçar-nos sobre a experiência da mulher negra, porque temos a tradição histórica de ter vivido uma situação terrível de absoluta exploração, de negação de cidadania, de humanidade, etc., etc., a escravidão.

Nas famílias negras, vamos perceber e nós mesmas, mulheres negras, no relacionamento com os homens negros, temos uma intimidade muito maior. Muitas vezes, o cara está dando porrada na mulher, mas, primeiro, ela não quer dar queixa na polícia, porque sabe o que lhe pode acontecer – o caso Aésio me parece típico, o caso Marli também é outro caso típico. Por outro lado, nos apercebemos muito das fragilidades do homem negro, embora ele seja muito machista. Há um entendimento das fragilidades, das forças que ele possui, quer dizer, há uma intimidade no sentido do conhecimento do outro. Por isso mesmo, é da maior importância refletirmos sobre o caso, por exemplo, de nas famílias negras como o homem negro, o menino negro é educado com muito mais apego por parte da mãe. Ser mãe negra numa sociedade como a nossa, e desde a época da escravidão, é ver o filho – o filho, o companheiro, o irmão, seja lá quem for – sair para o trabalho, para a escola e não saber se ele volta, porque pode ser tranqüilamente preso como vadio – todo crioulo é marginal, até prova em contrário. Nós, mães negras, vivemos experiências muito duras, muito terríveis, que um companheiro do Movimento Negro de Minas Gerais chamou de terror cotidiano. É aquela história do teu filho, do teu companheiro, do teu irmão. Enfim, não existe uma mulher negra que não tenha vivenciado, com um dos membros masculinos que façam parte da sua convivência, essa experiência da violência policial.

Há uma espécie de proteção maior por parte das mães negras com relação aos filhos negros. Entra a questão da educação diferenciada. Está

posta a questão da educação diferenciada, mas não segundo os pressupostos de uma visão ocidental, de uma visão branca, de classe média, etc., etc. É diferente. Muitas vezes, aquela história de que mulher de malandro gosta de apanhar, temos que reinterpretar essa situação, como a questão do crioulo doido, e coisas tais, porque o crioulo doido é um crioulo muito lúcido, quer dizer, o samba do crioulo doido é uma das coisas mais lúcidas que já foram produzidas em termos de crítica a este Brasil louco que aí está.

Por outro lado, a experiência que nós, mulheres negras temos, é muito importante. Falo por ter vindo de família negra e pobre. A perspectiva que sempre se apresentava nunca era a do príncipe encantado, do casamento, etc. Era aprender, era fazer a escola primária e ir à luta, trabalhar. São perspectivas diferentes. Seria da maior importância, se quisermos aprofundar esse conhecimento do outro, do homem, embora nós, negros, internalizemos muito a idéia, claro, reproduzimos mesmo a ideologia dominante, seria muito importante se pudéssemos debruçar-nos sobre a questão da família negra, onde a mulher tem papel fundamental, sobretudo no sentido da resistência, no sentido da passagem dos valores.

PARTICIPANTE – Isto vem em cima de experiências que estou vivendo, muito importante. Estou vindo de dois anos de Bahia. Justamente quando lá morei, é que comecei a entender alguma coisa. Vou pegar uma palavra de ordem nossa, foi um fato objetivo da minha vida e da de muitos da minha geração – o trabalho significou uma possibilidade objetiva de liberação, no sentido de que se desvinculou do sustento do marido. Isso é para quem tem marido que pode sustentar. Entendi isso na Bahia. Então, o que vi na Bahia? Essa coisa de dizer: eu trabalho como uma forma de obtenção de autonomia e tal, se chocava com dois fatos. Primeiro: trabalhar na Bahia é coisa de escravo, trabalho nunca gratificou a ninguém, quem é vivo não trabalha, quem está vivo explora o trabalho dos outros. O trabalho é a coisa mais desqualificada que há. Especialmente a mulher se mata de trabalhar. Senti como é complicado criar-se uma identidade, um trabalho que é desqualificado sob todos os pontos de vista. Então, a mulher baiana trabalha como doida. . . Essa coisa da família nova é na prática, porque sabemos que aquele modelo de família pobre, uma mulher e seus filhos, sucessivos companheiros é verdade, segura uma barra pesadíssima, e isso não tem nada a ver, não só em termos de experiência como mesmo em termos de se pensar um programa comum é verdade, às vezes temos dificuldade de encarar essas coisas. A verdade é muito diferente mesmo.

LÉLIA GONZALEZ – Há a questão do corpo, por exemplo. Para terem idéia à complicação onde fui meter-me: a questão do corpo. Uma das grandes denúncias que fazemos, em termos de sociedade brasileira, é que nós negros só somos vistos como corpos, e a mulher negra é vista ou como corpo superexplorado, que é a trabalhadora do campo, a bóia-fria, ou a

bóia-fria que já está na cidade, ou a doméstica, ou, então, é vista como mulata quer dizer, é um corpo superexplorado, sexualmente falando. Nunca somos vistas como pessoa e há reprodução dessa situação mesmo no interior da comunidade negra. Sempre somos vistas como corpos geradores ou de prazer ou de trabalho braçal. Por exemplo, na minha casa – experiência pessoal mesmo: o neguinho batendo à porta perguntando se a patroa está, ou, então, neguinho na rua perguntando se sou artista. Esse artista significa se sou mulata do Sargentelli, porque mulata, inclusive, vejam, passou a ter outra conotação, passou a ser uma profissão, porque é sempre discriminadora, porque as meninas são dançarinas. Ninguém chama as mulatas de dançarinas, são “as mulatas”, e são mulheres negras, evidentemente. No caso, há um tipo de escolha. Em face da falta de perspectivas que elas têm, na verdade é preferível ser mulata do Sargentelli do que cozinheira, empregada doméstica etc. Uma série de questões aí são colocadas. No caso nosso, negro, esse corpo é profundamente estigmatizado e só somos vistos como tais. Quando falamos um pouquinho: é pretinha, mas é inteligente, sabe falar. Essas coisas, não é verdade?

A sociedade brasileira é extremamente complexa. Temos que levar em conta essa diversidade que foi colocada, e muito bem colocada, muito bem mesmo.

PARTICIPANTE – É muito interessante, garantir que o homem assuma essa paternidade, é muito interessante se coloque isso na Constituição. Mesmo que surjam desvios do trabalhador, que constitui a maior parte da população brasileira, do povo brasileiro, que possibilitem que assumamos. É muito importante assegurar esse direito ao cidadão, mesmo que ele utilize esses três meses para trabalhar, que seguramente esse dinheiro de seu trabalho durante esses três meses vai garantir um pouco mais de alegria para a sua família, para o filho, conseqüentemente.

Por outro lado, não posso deixar de aqui colocar um paralelo, de que estrategicamente tenha sido colocado, essa questão possa ser levada em nível de Constituição e, ao mesmo tempo, a questão do aborto estrategicamente não deva ser levada dentro da Constituição agora. Deve ser levada agora, porque sabemos que nenhum método anticoncepcional é cem por cento eficiente. Dentro dessa perspectiva, mesmo se dermos uma perspectiva de que um planejamento familiar possa ser eficiente, consigamos instalar dentro do sistema brasileiro, do sistema que o nosso País adota atualmente, não podemos deixar de pensar que é preciso assegurar o direito de a mulher decidir. Vemos que há uma série de legislações aí que são leis que não pegam, como o dr. Silvio Coelho colocou aqui. Então, por que não reconhecer uma realidade em nível constitucional, que esta é matéria que deve ser levada dentro de uma Constituição. Não é direito civil, é Constituição mesmo – garantir o direito individual de uma pessoa, de uma mulher. Por que não colocar numa lei que reconheça algo de fato, algo que

existe. Existem milhares de brasileiras sofrendo uma situação de abortar em condições subumanas. É preciso reconhecer essa realidade.

Discordo de que estrategicamente não se deva colocar essa discussão na Constituição neste momento. Deve ser colocada agora, não há outro momento.

PARTICIPANTE – Dever-se-ia assestar as baterias todas em função do Código Penal, para uma mudança imediata desse Código.

Toda esta nossa discussão sobre o aborto que temos feito, e o que foi colocado, está certo. Se houver grupos, entidades, forças etc., que queiram chegar lá na assembléia e dizer: queremos que a questão seja aqui apreciada, tudo bem. É questão aberta e até deve ser debatida.

Sob o ponto de vista de técnica jurídica, basta o Código Penal, não é preciso mexer na Constituição. É mais fácil mudar o Código Penal do que introduzir a questão na Constituição. Mudando-se o Código Penal, resolve-se o problema, porque a questão é especificamente de penalização. Quer dizer, se se despenalizar o aborto, já se resolveu tudo, porque a questão é que o aborto está no Código Penal, é crime punível, de três a dez anos de cadeia, uma loucura.

Segundo a técnica jurídica, de fato o aborto, como tal, hoje constitui crime. Poderia até entrar na Constituição, por exemplo, quando se fala de planejamento familiar; não é impossível. Talvez fosse até o voto nosso, se pudessemos todos votar e dizer: queremos isso. Votaríamos dentro da questão do planejamento familiar, dos anticoncepcionais, do acesso à informação, à educação, etc. e tal, inclusive o aborto, pronto, está bom, maravilha. Só que, primeiro, não passa nem morto, porque é um tabu desgraçado, a Igreja vai estar presente muito organizadamente na Assembléia Nacional Constituinte. Temos que saber disso desde já. Por conseguinte, vamos queimar os cartuchos lá e correr o risco de obter um princípio exatamente contrário: enfim, o aborto na Constituição, sim, dizendo que é proibido. Então, como é que se faz? Mudar a Constituição é muito mais complicado do que mudar o Código Penal. Conseguimos mudar o Código Penal. Se não for hoje, amanhã, depois de amanhã. Com a nossa campanha, com o nosso trabalho, vamos mudar o Código Penal, oferecendo uma legislação adequada em troca, porque não acredito se consiga tirar totalmente a presença do aborto do Código Penal, dizendo: está liberado. Não vamos consegui-lo, mas despenalizar, sim. Vejamos bem, se uma pessoa é constringida, coagida a abortar, isso é um crime. Então, vamos reduzir a questão do aborto no Código Penal a casos de coação, de violência, de mal atendimento, de erro médico, tudo que se quiser imaginar. O aborto continua lá, não vai sumir do Código Penal. Sou de opinião de que não deve entrar na Constituição. É o problema não é que eu ache que ele não deva. Deve entrar como liberado. Atualmente corremos o risco de

levantar o debate dentro da Constituição e levarmos uma bordoadada na cabeça, e, aí, não podemos mudar nem o Código Penal.

É o meu ponto de vista hoje. Pode ser que amanhã mudem as conjunturas, possamos enfiar o aborto lá dentro. Temos que continuar a luta pelo aborto, sim. Há um projeto de Código Penal que não foi totalmente votado. A parte especial foi votada e está em vigência – a Lei de Execuções Penais. A parte especial, referente aos crimes e às penas, ficou no Congresso. Da mesma forma o Código Civil, que ainda está no Senado. Essa parte especial do Código Penal não está nem no Senado. Não foi votada nem na Câmara dos Deputados. Então, está em aberto, está ótimo para trabalhar em cima, juntos. Como houve um movimento imenso em cima do Estatuto da Mulher Casada, que ainda não deu resultado, pois não foi aprovado no Senado – e não aguento mais Estatuto da Mulher Casada, nunca vi gravidez tão longa – se no caso do aborto podemos trabalhar em cima do Código Penal, que está tudo prontinho. Existe um projeto, podem ser apresentadas emendas, pode-se pegar gente lá dentro favorável, as famosas mulheres que deveriam estar no Congresso, que só são sete, e mais isso e mais aquilo, fazermos todo um trabalho em cima da alteração da legislação penal. Podemos conseguir, sim, sem mexer demais em determinadas coisas. É a minha posição hoje. Vamos “entrar pelo cano” se enfiarmos o aborto dentro da Constituição.

PARTICIPANTE – Minha pergunta é dirigida à dra. Floriza Verucci. É sobre a questão da violência contra as mulheres.

Não querendo cair nos casuísmos individuais, dos quais a dra. Floriza falou, cito o exemplo de uma amiga minha, que apanhou do pai, apanhou mesmo, foi espancada violentamente, simplesmente porque tocara o telefone.

Pergunto: as delegacias femininas resolveriam esse tipo de problema? Esse tipo de violência deveria ficar restrito a esse tipo de delegacia? No caso dessa minha amiga havia um duplo emperramento; além de ela ser uma mulher e de termos ido à delegacia, eles não quiseram registrar a ocorrência. O pai da menina era policial . . . Havia . . .

FLORIZA VERUCCI – É o crime perfeito.

PARTICIPANTE – Exato, o crime perfeito. Havia um duplo emperramento: além de eles não quererem registrar a ocorrência para encobrir o ato praticado pelo pai da menina.

Esse caso deveria ficar restrito?

PARTICIPANTE – Restrito, não. Não se pode impedir que o crime seja levado a outras delegacias, delegacias habilitadas para tanto. As delegacias de mulheres estão sendo instaladas exatamente para consertar esse

tipo de questão. Não só esta da violência doméstica. Este é um caso típico de violência doméstica. Não é marido contra mulher, e sim um pai contra uma filha, usando do seu poder. É uma situação de poder dentro daquela relação familiar. O pai está usando esse poder para uma coisa absurda. Esse homem merecia estar num asilo psiquiátrico. O exagero é algo absurdo, é o exercício de um poder desvirtuado, é uma violência, uma violência doméstica, inclusive uma agressão física. Chama-se lesão corporal, e contra os filhos.

Aliás, este é outro campo. Neste País temos tudo por fazer.

FLORIZA VERUCCI – Não era uma criança. Era uma pessoa que ainda estava “sob a proteção paterna”, mas era uma pessoa adulta, porque hoje uma pessoa com 18, 19 anos é dona do seu nariz. Ai esbarra-se em duas coisas: a violência doméstica, de um lado, e o abuso do pátrio-poder de outro.

Aliás, está-se discutindo muito em São Paulo, é tema interessantíssimo a criação de delegacias policiais para tratar da questão do menor. Só que estou vendo, de um lado, uma questão muito séria, porque se está falando disso para se tratar do menor infrator, do menor delinqüente. Como fica a defesa do menor? Da mesma forma que a delegacia das mulheres foi criada para defender a mulher, e não para tratar da mulher infratora, as delegacias de menores deveriam ter uma característica de defesa do menor, porque a violência que se pratica contra o menor neste País, é muito pior do que a vigilância que se pratica contra a mulher. É uma coisa bárbara. Aliás, não é só no Brasil. Está crescendo no mundo inteiro. São fenômenos que – confesso – não consigo entender, não passa pela minha cabeça esse tipo de crescimento de fenômeno. E aqui não estamos isentos.

PARTICIPANTE – É a frustração toda que é descarregada em cima do mais fraco.

FLORIZA VERUCCI – Não é só isto. É muito complicado. Foram feitas pesquisas em São Paulo sobre a violência contra o menor. Existe esse aspecto da pessoa que faz todo o processo de transferência, como existe também o aspecto de uma neurose específica, inclusive, de pessoa de classe social mais favorecida, com características aberrantes, porque há características, há casos aberrantes, e usam esse mesmo sistema. Esse pai aí deve ser um daqueles que está acostumado a surrar os filhos desde pequeninos.

PARTICIPANTE – Nessa questão toda, a base da pirâmide não é nem essa, não é nem se chegar na delegacia e resolver. É a mulher ir à delegacia.

FLORIZA VERUCCI – Por isso que a delegacia de mulheres é um exemplo positivo. As mulheres não iam. Há a delegacia de São Paulo, de

Belo Horizonte. A mulher não ia à delegacia, a delegacia de mulheres está com sobrecarga.

PARTICIPANTE – Só mais uma observação.

Na época, fomos à delegacia da quadra em que morávamos. Como os policiais conheciam o pai da menina, não registraram a ocorrência. Fomos a outra delegacia e eles disseram: não, vocês não podem fazer a ocorrência aqui, só na quadra em que vocês moram. Ai já se passavam uns dois dias, o delegado nunca estava, fomos diretamente ao Instituto Médico Legal.

FLORIZA VERUCCI – É uma impunidade organizada. Temos que descobrir outros caminhos.

PARTICIPANTE – Ai, no Instituto Médico Legal, disseram que não podiam fazer o exame de corpo de delito sem antes ter registrado a ocorrência.

FLORIZA VERUCCI – Exato. Conheço a situação. Não é obrigatório. São aquelas nuances. É uma organização administrativa: há o bairro, vai-se na sua delegacia.

Agora, o que aconteceu com a delegacia de mulheres? Como é a única em São Paulo, por enquanto – estamos fazendo a campanha para que agora sejam várias –, aconteceu o fenômeno ao contrário. O pessoal das outras delegacias achou ótimo haver uma delegacia de mulheres. Às vezes, em casos que não têm nada a ver com violência contra as mulheres – uma briga de vizinhas, uma bobagem qualquer: não, agora vocês têm uma delegacia de vocês, vão lá. Quer dizer, como uma espécie de desaforo; vai lá, para sobrecarregar a delegacia de mulheres. E a delegacia se vira, atende a todo mundo, porque é especializada. Brasília tinha que começar a ter uma delegacia de mulheres. Onde está a campanha?

PARTICIPANTE – Só uma colocação, para endossar as palavras da Lélia Gonzalez sobre a estigmatização feita à negra. Os meios de comunicação reforçam essa imagem negativa. Nas novelas raramente vê-se um negro com uma posição social mais elevada. Geralmente são motoristas, empregadas domésticas, antigamente ver novela era algo altamente marginal, a pessoa que via novela era bastante marginalizada. Esse conceito está mudando um pouco, via Roque Santeiro, ou seja, todo mundo está vendo, classes sociais das mais diferentes nuances estão vendo novela. Quem vê novela atualmente não é tão marginalizado assim. As pessoas não são tão preconceituosas de dizer: não, eu vejo novela, porque era uma coisa muito marginal ver novela.

FLORIZA VERUCCI – Depende da qualidade. Todas as boas novelas tiveram altíssimo índice de audiência. Claro, se a novela é boa, traz alguma mensagem, a turma vê e não tem vergonha de dizer que vê.

PARTICIPANTE – Via de regra, era algo marginal.

EUNICE PAIVA – Só uma questão.

Quando se falou que “todos são iguais perante a lei, independente de raça”, quando se estava exatamente examinando o problema étnico e a cidadania, tive certa dificuldade em encaixar a coisa racial, porque se parte para esse toque de que “todos são iguais perante a lei”, quer dizer, a relação é a lei, enquanto que na Declaração dos Direitos Humanos a expressão é diferente: “todos os homens nascem livres e iguais em direito e dignidade”. Não depende da lei, está acima da lei, porque não é só a lei que funciona num país. Há os usos e costumes.

Então, não sei como está sua participação na Constituinte, como está enfocada essa afirmação.

PARTICIPANTE – Fui eu que sugeri o desdobramento desse princípio. Não tenho uma redação pronta para oferecer.

É importante essa contribuição, porque, na medida em que se fizer uma redação apropriada, vai-se poder, depois, pinçar as coisas necessárias.

EUNICE PAIVA – Todos os homens nascem iguais em direitos e dignidade. A lei não pode ferir isso nem os usos e costumes. “Igual perante a lei” sempre da idéia, para nós que somos advogados, de aplicação da lei. A lei tem que ser aplicada igualmente. A lei, em si, pode ser ruim.

FLORIZA VERUCCI – A lei não pode discriminar. A lei não pode ser discriminadora.

COORDENADORA (Lia Zanotta Machado) – Agradeço a presença das dras. Floriza Verucci e Maria Moraes, bem como a presença de todos que contribuíram bastante para a nossa discussão. Foram muito interessantes as questões levantadas.

A CIDADANIA E A QUESTÃO ÉTNICA

Coordenador
Roque Laraia
(UnB)

Expositores
Eunice Paiva
(Comissão Pró-Índio – SP)

Marcos Terena
(Assessor para Assuntos Indígenas do Ministério da Cultura)

Lélia Gonzalez
(Pontifícia Universidade Católica – RJ)

Carlos Hasenbalg
(IUPERJ-RJ)

COORDENADOR (Roque Laraia) – A dra. Alcida Rita Ramos, encarregada de coordenar esta Mesa, pediu-me que a substituísse, tendo em vista a sua convocação para uma reunião extraordinária do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade de Brasília, à qual não poderia faltar.

Então, é um prazer que eu tenho de abrir esta sessão e apresentar os professores convidados a participar desta Mesa.

É extremamente oportuno, numa época em que se está falando numa nova Constituição, que a idéia de uma nova Constituição seja correlacionada com a idéia de etnia, porque fazemos parte de um país que, na verdade, é um Estado multi-étnico e multinacional, e nenhuma das Constituições anteriores, independentes de sua legitimidade ou não, cogitou desse aspecto. A idéia sempre foi de um país único, de um país sem segmentações, tanto étnicas quanto de outro tipo. Realmente, durante muito tempo se constituía heresia falar-se em minorias étnicas e em nações indígenas, por exemplo. Todos sabíamos que havia um grande geopolítico, embora não se possa imaginar o que faz um geopolítico no século XX, mas que usou de seu poder, durante muito tempo, para vetar qualquer tentativa de se pensar em outro tipo de país, num país que privilegiasse as suas minorias e que reconhecesse o direito das nações indígenas à sua autonomia.

Em artigo recente, fiz uma comparação entre a situação indígena brasileira e a situação indígena norte-americana. Mostrei que, pelo menos do ponto de vista histórico, os Estados Unidos foram muito mais coerentes e muito mais honestos, no sentido de que sempre reconheceram as nações indígenas, mesmo que fosse para fazer a guerra. As nações indígenas tinham *status* de nação, e isso faz parte até da Constituição norte-americana, da única Constituição norte-americana, que diz, em um de seus artigos: “o Departamento de Estado deve negociar com as nações estrangeiras, e entre elas as nações indígenas”.

No Brasil, as nações indígenas sempre foram consideradas como tuteladas, e, pior do que isso, sempre foram consideradas como incapazes de qualquer tipo de diálogo com o governo e, de certa forma, passaram até a constituir uma ameaça à chamada integridade nacional.

Do mesmo modo, a população negra nunca teve seu direito reconhecido a partir do pressuposto da existência, no País, de uma chamada democracia racial. Sabemos que, no Brasil, a história brasileira, da sociedade brasileira, se constitui, se baseia em vários mitos. Um deles é o mito da democracia racial. O outro mito (que eu gosto sempre de lembrar) é

a famosa índole pacífica do povo brasileiro, que os fatos estão sempre negando. Oficialmente é um povo cordial, um povo pacífico.

É com prazer que coordeno esta Mesa. Há dois anos, creio que neste mesmo auditório, tive oportunidade de participar de uma Mesa, durante a reunião da Associação Brasileira de Antropologia, onde o assunto indígena e o assunto negro estiveram presentes. Lembro-me pelo menos da presença de Olímpio Serra e de outras pessoas aqui na Mesa, como Sílvio Coelho, e várias pessoas trataram deste assunto.

Primeiramente tem a palavra a dra. Eunice Paiva, que, como todos sabem, é advogada da Comissão Pró-Índio de São Paulo, e como também todos nós sabemos, esta Comissão é das mais atuantes na defesa dos interesses indígenas. Extremamente interessante essa associação que se faz na Comissão Pró-Índio entre advogados e antropólogos, mesmo porque sabemos que a única maneira hoje de defender os índios, de defender os seus interesses, é através da ação jurídica.

É muito significativo, voltando à minha comparação com a sociedade norte-americana, é muito significativo que grande parte dos jovens indígenas americanos, que estão chegando à universidade e que têm interesse político, esteja fazendo curso de Direito, e não curso de Antropologia, como se podia esperar.

No Brasil é importante essa associação, que começou em 78, entre os antropólogos, entre os membros do Movimento Indígena propriamente dito, os representantes das diferentes comunidades indígenas, e um grupo valioso de advogados, entre os quais cito a dra. Eunice Paiva.

EUNICE PAIVA (Comissão Pró-Índio/SP) – Foi bom o dr. Roque ter dado essa explicação, porque costumam apresentar-me como professora, e estava contando aqui aos meus colegas que sou é advogada de contencioso, que não dá aula, o que, às vezes, me dá certa dificuldade de disposição. Hoje de manhã estava admirando a facilidade com que todos expuseram seus pontos de vista. Fico mais limitada ao meu texto escrito, porque, além de o assunto ser muito técnico e com tempo limitado, tenho medo de sair por aí e esquecer o principal.

Equacionarei o problema da cidadania dos índios dentro da legislação, da Constituição, do sistema jurídico, abordando alguns exemplos de determinadas questões que me chamaram a atenção.

Começando pelo capítulo da nacionalidade na Constituição, se diz simplesmente que todos os nascidos no Brasil são brasileiros e/ou também os estrangeiros que se naturalizarem. Então, a Constituição confunde dois conceitos: o da naturalidade e o da nacionalidade; naturalidade – conceito geográfico, do lugar onde a pessoa nasceu; nacionalidade – o vínculo que liga essa pessoa nascida neste território ao Estado. Perdeu também a nacionalidade no Estado moderno o conceito de nação politicamente organizada, que se transforma num Estado. O conceito nação, como vimos

hoje de manhã, está sendo substituído por povo. Não se exige mais que os nacionais de um país tenham a mesma origem étnica, a mesma religião, a mesma língua, as mesmas tradições, a mesma cultura e tenham aquele vínculo fundamental da nação, o vínculo de querer viver juntos em harmonia fraternal. Hoje se substitui pelo conceito de povo. Toda a pessoa que nasce no Brasil é considerada brasileira, a não ser que ela adote a sua nacionalidade de origem. Ao nascer, adquire os direitos civis, mas no exercício dos direitos civis vai adquirindo aos poucos, seguindo um conceito de maturidade. O brasileiro adquire a totalidade dos direitos civis e o seu exercício aos 21 anos, que consideram a maturidade.

A cidadania já é diferente. É o exercício dos direitos políticos, no sentido de votar, poder ser eleito, influir ou poder intervir no governo, nos órgãos do governo. Isso começa aos 18 anos, quando o brasileiro adquire o primeiro direito – ser eleitor. Mais tarde, aos 21 anos quando adquire a totalidade dos seus direitos civis, ele também adquire a totalidade dos seus direitos políticos.

Vamos ver em relação ao índio. O índio nasce, é brasileiro e adquire os seus direitos civis. Só que o índio não chega à chamada maturidade, porque existe uma restrição. O índio é considerado relativamente capaz no exercício de certos atos da vida civil. O índio pode votar, pode ser eleitor, mas não adquire a plenitude dos direitos civis e dos direitos políticos. Então, não se transforma num cidadão integral.

O que aconteceu no sistema brasileiro? Desde o descobrimento se encarava o fato de ser índio como uma coisa transitória, uma grande expectativa de que o índio se integrasse à população brasileira total e se formassem algumas coisas homogêneas, sobretudo pela necessidade que os colonizadores tinham da mão-de-obra indígena.

Chegou a nossa independência em 1822, quando havia necessidade de se organizar o novo Estado brasileiro. Já a primeira Constituição de 1824 declarava que eram cidadãos brasileiros todos que estavam no Território Nacional, nascidos no Brasil, ainda que ingênuos ou libertos, e os estrangeiros que até 6 meses depois da data da promulgação da Constituição não optassem pela sua nacionalidade de origem. Era a necessidade de que todos os habitantes do Brasil se transformassem na Nação brasileira. A Constituição de 1824, evidentemente, não fala nos índios. Nem as posteriores. A primeira vez que aparece remissão aos índios é na Constituição de 1934, para se referir aos territórios. O direito que os índios tinham sobre a posse das suas terras – “deverão ser respeitados os direitos dos índios”, aliás, não era dos índios, era dos silvícolas sobre as terras que eles habitavam. E é estranha essa história de aparecer silvícola na Constituição e não índio. A origem do termo “silvícola” remonta ao Código Civil, que é de 1916, o primeiro Código brasileiro levou anos para ser promulgado. Nos seus 1.800 e tantos artigos, o Código Civil só fala em índios uma única vez, e não fala mais. Fala em silvícolas no art. 6º,

exatamente para declarar a capacidade jurídica relativa dos índios. É muito interessante se examinar: existe uma obra – os “Comentários ao Código de Direito Civil”, de Clóvis Bevilacqua, em que comenta o porquê desse termo “silvícola”. Durante toda a elaboração do projeto, não se tratava de índios, porque os índios não estariam sujeitos ao direito comum do resto da população. Quando o projeto chegou ao Senado, houve uma emenda do senador Muniz Freire, dizendo que se devia incluir os índios de alguma forma, e foram incluídos com esse capítulo da capacidade. Diz Clóvis Bevilacqua que não pretendiam incluir, porque entendiam que os índios, que já estavam misturados na população brasileira, deveriam estar sujeitos ao Direito comum. Então, eram brasileiros, não se devia mais chamá-los de índios. Índios para ele – por isso que chamou de silvícolas – eram os índios que ainda estavam nas florestas, era o selvagem. Os outros já eram tapuios, eram caboclos e, como consequência da catequese, da escravidão, de certa forma à força, já se tinham adaptado aos usos e costumes da sociedade envolvente. Então, silvícolas para eles, no Código Civil, segundo Clóvis Bevilacqua, seriam os índios ainda arredios, sem contato. Os outros eram os silvícolas. Inclusive ele louvava já que finalmente, naquela época, se estava organizando a primeira lei, o primeiro sistema de cuidado com o problema indígena, a lei que tratava do Serviço de Proteção aos Índios e a localização dos trabalhadores nacionais, onde se teria, então, o instrumento legal para que o Estado finalmente conseguisse atrair para o seu seio e para essa nova civilização todos os índios que ainda estavam abandonados, sem proteção e sem recursos, etc., e isso é bem claro: “silvícolas, para mim, são os índios que ainda não tiveram contato”.

Dai foi que a Constituição passou a adotar silvícola em 34 e vem até hoje, o que é muito estranho para nós pois silvícola é um termo que fica só na lei, quer dizer, ninguém fala, se refere ao índio como silvícola. Ele é índio, e é bem claro o que queremos dizer com índio.

Então, vemos que o índio não chega a adquirir a cidadania completa, tem um problema: a capacidade relativa, o que, de certa forma, o impede de assumir cargos, porque, se ele não tem a capacidade total, também não tem a responsabilidade total pelos seus atos, embora se abra uma saída para isso. O Estatuto do Índio prevê que o índio pode emancipar-se. A emancipação é um processo judicial e o índio a requer, tem a assistência do curador, quando o índio tem que provar, enfim, o seu advogado ou quem o representa, que ele se expressa em linguagem nacional, um razoável conhecimento dos usos e costumes da sociedade envolvente, que tem 21 anos, como para todo brasileiro, e que é capaz de manter a própria sobrevivência, exercendo profissão útil na comunhão nacional.

Nunca chegamos à conclusão até que ponto a emancipação, legalmente, privaria o índio das suas terras. Não está claro na lei, porque sabemos que a Constituição fala que o índio tem direito à posse permanente das terras que habita, etc., etc. Permanente é permanente. Não há nenhum

vínculo entre a posse da terra e a capacidade jurídica. De certa forma se tem que provar que conhece razoavelmente os costumes nacionais e se tem que provar que é capaz de manter a sua própria sobrevivência, exercendo profissão útil na comunhão, não na sua comunidade; é mais ou menos óbvio, ou mais ou menos conseqüente, alguma relação com a terra existe. Além disso, existe dentro do Estatuto do Índio toda uma política clara de pressão, de integração e de assimilação. Quer dizer, toda a chamada tutela, proteção, assistência aos índios, tudo é levado como um caminho de integração sem traumas. Não se sente na legislação em torno do índio que se pode esperar que as comunidades indígenas, simplesmente, possam sobreviver nas suas terras, vivendo enquanto índios, porque se põe como ideal que a integração na civilização seria melhor, se faz claramente uma comparação de culturas.

Portanto, existe na nossa legislação: as leis brasileiras não reconhecem clara, expressamente – como eu estava dizendo é reconhecida na legislação americana – a existência de uma minoria étnica no Brasil. Está implícita nas leis, mas não há claramente um reconhecimento de que existem minorias étnicas. Existem minorias. Não se fala nos direitos da minorias indígenas, das minorias negras. Inclusive, existem, de certa forma, minorias raciais que se originaram dos grandes grupos de migração. Enquanto isso, no Direito Internacional, no Pacto dos Direitos Internacionais, políticos e civis, a que o Brasil não aderiu, e esse Pacto é de 1976, claramente foram definidos como direitos humanos internacionais os direitos das minorias, que, por seu turno, são definidas como o grupo de população que tem a mesma etnia, que tem os mesmos costumes, tradições, memórias e que está localizado em outro país, mas que esse grupo da minoria quer viver solidariamente, mantendo as suas tradições, a sua cultura, enfim, os seus objetivos, que esse grupo eduque seus descendentes na mesma linha e se assista mutuamente. Na lei brasileira isso não é nem considerado, ou seja, no Brasil os índios são nacionais brasileiros.

A ONU tem recomendado que essas minorias sejam protegidas nos seus direitos, que as leis de cada país reconheçam os direitos das minorias.

Aqui, por exemplo, temos algo assemelhado. Temos a chamada tutela e o dever de assistência do Estado. Às vezes, quando converso com os meus colegas advogados, discute-se: mas os índios têm direitos especiais, direito à terra. Ai os advogados dizem: escuta, Eunice, você não pode pretender essa ênfase na legislação brasileira em relação à proteção das minorias, porque, à medida em que se dedicam direitos especiais, contraria-se o que estávamos falando hoje de manhã – que todo homem é igual perante à lei, independentemente de raça, etc., etc. Está-se contrariando ainda outro artigo da Constituição que fala na igualdade. No entanto, quando se lêem os relatórios sobre elaboração desse Pacto dos Direitos Civis e Políticos, e se inseriu o art. 27 das minorias, essa discussão houve lá no Ano Internacional, chega-se à conclusão de que os direitos

especiais, os direitos à proteção, não têm o objetivo de tornar desiguais os cidadãos do mesmo país. Ao contrário, dão instrumentos e formas de a minoria falar a sua língua como a maioria nacional fala normalmente, quer dizer, ela não precisa de um direito especial. Dá-se o direito de ela ter a sua religião e viver segundo seus costumes, porque o restante da nação fala, porque ela é quem organiza e dirige a legislação. Então, a tutela, a proteção é uma forma exatamente de se anular a desigualdade de vários grupos dentro do País.

Vejamos o que significa a tutela da FUNAI, ou a tutela do órgão federal. Significa uma forma de suprir a capacidade jurídica dos índios, no exercício de certos atos da vida civil. Pela prática, pelo exame dessa definição vê-se que normalmente esses atos jurídicos são os atos negociáveis, quer dizer, quando o índio negocia os seus bens, compra ou vende, e os contratos de trabalho, porque o índio tem todos os outros direitos civis. A vida dele, dentro da comunidade, é de acordo com os seus próprios costumes. Ele se casa, tem filhos, estuda, faz tudo sozinho. Tem direito de reunião, tem direito de decisão, tem uma série de direitos. A FUNAI tem que entrar, para evitar que o índio seja lesado. Não há o que negociar. Tanto que o próprio Estatuto do Índio reconhece que, mesmo que a FUNAI não assista ao índio num ato negocial, esse ato é válido, se não prejudica o índio. Acontece que a FUNAI não tem se limitado a isso. A FUNAI extrapola, está agindo como se ela fosse o índio, ou seja, sem consultar, sem estar ao lado dele. Quem tem que decidir, quem tem que querer ou não, é o índio. A FUNAI, o tutor, só tem que entrar para evitar que o índio seja lesado.

Na realidade, não entendemos como é possível ter a FUNAI extrapolado. A FUNAI, que é um órgão público, ligada ao Ministério do Interior, está atuando além de sua competência legal. Se examinarmos um pouco a forma como os órgãos funcionam no Brasil, saberemos perfeitamente que certos órgãos são vinculados a certos Ministérios, que, por sua vez, têm o direito e o dever de supervisionar esse mesmo órgão. Uma das tarefas do Ministério é verificar se o órgão está atuando de acordo com a lei, se não está sendo objeto de influências do poder, enfim, se está respeitando as funções e se está cumprindo as suas funções.

A FUNAI não é tutora dos índios. A tutora dos índios é a União. A competência da FUNAI é executar a tutela, é o órgão executivo. Quem é a tutora é a União, representada pelo ministro do Interior. O ministro do Interior tem a obrigação de supervisionar o órgão que está executando a tutela.

Pela lógica, se um órgão está funcionando de determinada forma e se não está sendo contido por ninguém, só pode estar recebendo ordens, ou funcionando de acordo com quem manda, que seria a União, que seria o Ministério do Interior. Se ele se submete ao poder, se se submete às pressões dos poderosos, se ele extrapola nos seus deveres de tutor, é porque é esta a política que se quer, por alguma razão, razão esta que, mais ou

menos sabemos, é a integração final dos índios na comunhão nacional, a recuperação dessas terras para o sistema produtivo e, a mão-de-obra barata, que significariam os índios e a chamada unidade política, administrativa, territorial do País.

Tem-se a sensação de que o governo brasileiro faz determinadas leis, quando, na realidade, o que está realmente prevalecendo são os objetivos da camada dominante no País. Os índios estão aí, por enquanto. Vamos ver quanto tempo isso dura. Percebemos isso muito bem nestes últimos anos. Por exemplo, de repente, em 1973, sai uma nova regulamentação sobre a forma como demarca as terras: é o famoso Decreto nº 88.118, encaminhado pelo ministro do Interior e pelo ministro dos Assuntos Fundiários. Tinha exatamente o objetivo de modificar o procedimento de demarcação das terras indígenas, para limitar os direitos indígenas que estavam declarados na Constituição. Hoje, quando se demarca uma terra, leva-se em consideração se há grupos de brancos dentro dessa terra, construções, se há benfeitorias, se há planos do governo, se há uma série de coisas. Então, só se vai demarcar a terra, segundo esse decreto, depois de se conciliarem todos esses interesses. O que sobrar é dos índios.

Nesse mesmo ano de 1973, surge o chamado Decreto da Mineração, que abriu as terras indígenas à mineração. O Decreto nº 88.985 abriu todas as terras indígenas à mineração, segundo eles, de minerais estratégicos que nunca foram relacionados. Poder-se-ia minerar em qualquer tipo de terra indígena – inclusive na dos ianomani, índios que ainda estão com essa terra interdita e em fase de contato – tanto empresas estatais como nacionais, ou bastava terem uma diretoria nacional.

Houve uma grande discussão na Câmara dos Deputados sobre esse decreto. Foi de cara chamado “decreto genocida”. Claro, se se entra numa região de índios ainda sem contato, morre todo mundo, porque primeiro viria a gripe. Aliás, fosse o que eles quisessem. O que aconteceu? Esse decreto não conseguiu ser regulamentado. Houve uma tentativa de regulamentação que não foi avante, porque a sociedade reagiu de tal forma que o governo não conseguiu regulamentá-lo.

Há ainda a Exposição de Motivos nº 055. Esta, então, é uma barbaridade. Houve uma exposição de motivos do Andreazza, do Abi-Ackel e creio que do Venturini, em que se recomendava que, a partir daquela data, as polícias militares vinculadas aos Estados passassem a ter a competência de resolver os conflitos que havia entre índios e não índios, porque isso era um problema de segurança local e não de segurança nacional.

O Estatuto do Índio diz claramente que só pode interferir em terra de índio, ajudando a FUNAI a exercer o seu poder de polícia, a Polícia Federal, e as Forças Armadas, se for o caso. Nunca se falou em polícia local. É evidente, o objetivo é tão claro, se se consegue deixar a coisa localizada, impedir o poder da União em si para conseguir conter ou

resolver esses conflitos, acobertam-se todos os crimes que foram cometidos contra os líderes indígenas. Lembro-me que a última lista que eu tinha, não sei se o Marcos Terena tem esse número, nos dois ou três últimos anos 17 a 20 líderes tinham sido mortos, sem nenhum resultado nos inquéritos. Imagina, então, a PM da Bahia entrando em terra indígena para expulsar posseiro, expulsar os que invadiram terra, com toda a política local, todo o poder local em cima. É impossível. Parece-me que nunca se transformou em decreto, numa lei normal, mas a simples exposição de motivos, onde há um “cumpra-se”, um carimbo assim “cumpra-se”, assinado embaixo Figueiredo, virou lei e está sendo utilizada no Brasil inteiro.

Isso é normal: morre um líder indígena, a Polícia Federal abre inquérito, depois não se ouve falar mais, daqui a pouco é difícil, daqui a pouco pára-se, é engavetado e nunca é solucionado. O caso do Marçal, aquele líder guarani incrível, foi assim. Ninguém até hoje soube nada. Nunca se sabe nada.

A Conferência da ONU a que me referi – a Comissão Internacional de Direitos Políticos e Civis – levou alguns anos para ser realizada. Daí nasceu uma comissão importante na ONU, a Subcomissão de Direitos Humanos para Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias Raciais. Existe atualmente, em elaboração, uma Declaração de Direitos Humanos Especiais para as Comunidades Indígenas. Essa Comissão está funcionando. Já fui a três reuniões, três anos seguidos, na ONU. Nessas reuniões são ouvidos os representantes indígenas. O seu relator se chama Francesco Cappotorti, naturalmente deve ser italiano. Ele analisou mais de 1.400 sessões públicas da ONU, pegando os depoimentos das minorias e das pessoas envolvidas com trabalhos. Conseguiu ele fazer uma espécie de levantamento de todos os motivos que acabam impedindo que as declarações da ONU realmente consigam proteger as minorias. Ele pôs os seguintes dados: política de assimilação forçada, que é a nossa; desequilíbrio econômico, que seria o caso dos conflitos entre índios e os sem-terra no Brasil, o pequeno posseiro, que é negócio difícil de se lidar, porque são pessoas desprotegidas; critérios estereotipados de um grupo em relação a outro; falta de comunicação entre os grupos; consequências negativas do colonialismo; atitude das forças políticas dominantes na sociedade de determinado país, no que se refere a não evitar a discriminação; governos que não combatem as causas do antagonismo e não promovem a compreensão recíproca; sociedade que não tem o propósito firme de zelar pela igualdade e impedir a discriminação; falta de correspondência entre a política oficial que consta das leis e a prática efetiva dessa política; inclusão dos princípios de proteção às minorias na legislação de certos países, sem que sejam estudados ou analisados os seus efeitos; a inexistência de adoção de meios para realizar os direitos especiais das minorias; falta de meios legais eficientes para prevenir e punir as violações aos direitos das

minorias; falta de um tribunal especial para punir violações dos direitos civis das minorias, que poderia ser um tribunal de defesa da Constituição.

Esse diagnóstico está muito bem encaixado no nosso problema. Ontem, estava tentando alinhar mais alguma coisa sobre a questão. As conclusões da ONU que citei não abordam a tutela nem as restrições da cidadania, porque não constitui problema comum entre as minorias raciais do mundo. A tutela me parece necessária em relação aos índios ainda isolados ou em início de contato, ou seja, esses que estão agora sendo descobertos lá na zona do POLONOROESTE. Não concordo que todos os índios sejam relativamente capazes.

Há muitas comunidades em que os índios, ou pelo menos suas lideranças, são pessoas capazes de gerir suas pessoas e administrar seus bens, mas não se emancipam porque temem perder terras e a proteção do Estado. Ou melhor dizendo, os serviços equivalentes que o Estado também presta aos demais brasileiros: educação, saúde. Todos recebem esses serviços, não são só os índios. É que os índios têm outros tipos de serviços que não são iguais. Seria necessário ponderar que existem índios em comunidades diferentes em vários graus de compreensão do mundo não-índio que os cerca.

Além das conclusões da ONU, dever-se-ia examinar, com a ajuda das comunidades indígenas, em que níveis seria exercida a tutela jurídica e prestados os serviços de Estado, segundo a possibilidade que teriam certas comunidades de exercer os seus direitos civis e políticos, tornando-se cidadãos ativos, sem que deixassem de ser considerados índios, porque este é o problema, o índio não quer deixar de ser índio, afinal, eliminando-se o termo silvícola, que nada representa, e valorizando o índio, cidadão brasileiro, membro de uma minoria étnica.

Como se vê, os problemas dos índios ou da FUNAI não são insolúveis. O que tarda a solução é a inércia inexplicável do governo em relação a esses problemas. O problema da FUNAI vem de anos. Tenho a impressão de que se chegou a um ponto, não sei como é que está, mas o que ouço falar é que está caótico. Está sim. O ministro do Interior não quer muito saber de índio; o presidente Sarney também não quer muito ouvir falar: não me ponham esse problema, porque isso eu não quero. Entretanto, o problema está aí, alguém vai ter que assumir esse problema.

Esta, a minha contribuição. Espero que seja útil.

COORDENADOR (Roque Laraia) – Vou usar meu direito de coordenador para praticar uma arbitrariedade: alterar a ordem que a Comissão programou. Pela ordem do programa, estava, depois da dra. Eunice Paiva, a professora Lélia Gonzalez, mas neste momento é interessante que o Marcos Terena fale. Embora todos o conheçam, para mim também é muito agradável fazer esta apresentação, porque, como antropólogo, minha primeira experiência com um grupo indígena foi com o grupo Terena, como

estudante ainda, não era nem antropólogo, era estudante de Antropologia. Tive a oportunidade de fazer uma pesquisa, como estudante, junto com os Terenas urbanizados de Campo Grande, Aquidauana, Miranda, aquela região hoje de Mato Grosso do Sul.

Marcos Terena tem uma história de luta em defesa das populações indígenas. No momento, está como assessor do Ministério da Cultura para Assuntos Indígenas. Por várias vezes, como todos que estão envolvidos no movimento indigenista, ele já teve oportunidade, nem sempre agradável, de ter trabalhado na FUNAI, para tentar fazer alguma coisa em favor do índio. Não sei qual a sua opinião. Vamos ouvi-lo. Minha opinião pessoal é que a FUNAI, por mais caótica que seja a sua situação, é uma instituição que tem que ser defendida. Conheço a experiência de outros países. Posso citar, por exemplo, o Peru, onde existe uma legislação muito boa que protege o índio, mas não existe nenhum braço do Estado que execute essa legislação. Então, toda vez que o direito indígena é atingido, a população indígena tem como recurso recorrer aos tribunais. Sabemos que isso é inviável. É inviável a uma população indígena, que vive no interior da floresta amazônica no Peru, recorrer aos tribunais contra uma grande empresa que tem a sua matriz em Lima, por exemplo.

Então, é uma atitude bastante ingênua pensar que podemos acabar com a FUNAI, mas a dra. Eunice Paiva tem razão; do jeito como está não é possível continuar. Há 25 anos que acompanho a política indigenista brasileira e tenho certeza de que nunca esteve tão ruim quanto agora. Faço até uma brincadeira: sempre podemos dizer que o próximo presidente é pior do que o atual; ou inverter: o anterior sempre foi melhor.

Passo a palavra ao Marcos Terena e depois ouviremos as pessoas que estão mais ligadas ao assunto das populações negras.

MARCOS TERENA (Assessor para Assuntos Indígenas/MinC) – O professor Roque já falou a meu respeito. Estava aqui refletindo sobre o que a professora Eunice falara, porque queria dizer uma coisa, para podermos refletir melhor sobre esse aspecto da cidadania. Apesar de ter o meu pai e a minha mãe, fui criado pelos meus avós. Durante toda a minha vida, até 1977, nunca conhecera a FUNAI. Não sabia da existência da FUNAI. Em 77 já tinha concluído o 2º grau e estava saindo da Academia da Força Aérea, instituição militar que forma aviadores da Aeronáutica. Entrei nessa Escola com o intuito de sair oficial. Se eu tivesse continuado, creio que hoje já seria capitão ou major-aviador. Devo confessar que não tinha realmente essa preocupação que hoje tenho com relação às comunidades indígenas. Não tinha porque realmente não conhecia esse mundo, esse universo que é a sociedade indígena. Não conhecia, não conheço ainda. Cada dia que passa, estou aprendendo. Por exemplo, quando a doutora Eunice faz uma análise estou aprendendo algumas coisas.

Fiquei muito admirado, como eu estava dizendo, em 77, quando vim para cá, para Brasília, e me disseram: – se você está com problema na Aeronáutica, procura a FUNAI. – O que é FUNAI? FUNAI é dos índios, é para ajudar os índios. Você não é índio? – Sou índio. – Então, vai lá. O que aconteceu? Vim para cá, trabalhei um mês, porque quando se sai da vida militar se sai com nada, – passa-se para outro tipo de vida, que é a vida civil, totalmente diferente da vida militar. Eu não estava preparado para ser civil. A única coisa que eu sabia era bater a máquina, só isso, e tinha o segundo grau na mão, mas onde é que eu ia trabalhar? Então, fiquei um mês trabalhando numa empresa em Campo Grande. Quando completou exatamente um mês, peguei o salário e falei: vou para Brasília, como alguém me disse. Então, eu vim para cá. Quando cheguei aqui, em Brasília, havia muitos militares dentro da FUNAI em cargos-chave. Vivi o mundo militar. Militar tem um negócio, ele tem que seguir uma regra, se sai fora daquela regra, está sendo indisciplinado, como eles dizem. Eu sabia tudo isso. Então, quando eles vinham querer discutir, querer gritar, uma vez um coronel quis gritar comigo, então ponderei com ele. Uma coisa que fez com que eles recusassem é porque eu sabia exatamente até aonde que eles podiam ir. Pega-se esse detalhe, se o mecanismo – estou usando esse termo branco, mas para diferenciar do índio – se você conhece o mecanismo, para trabalhar, para conseguir sobreviver. Disse que queria entrar na universidade. Eles falaram: olha, você tem o 2º grau. O que você é? De onde você veio? Lá na FUNAI não tem nada disso, por isso que tem essa bagunça. Chegou a haver 500 índios aqui, na cidade. Ninguém sabe o que eles vieram fazer aqui. Por quê? Porque ninguém vai lá pergunta e conversa com eles. A proposta que me fizeram naquela época, porque eu já era piloto: você poderia trabalhar com a gente aqui na FUNAI. Você é um índio que tem formação, etc., etc., mas só que há um detalhe: para trabalhar conosco, você tem que pedir a sua emancipação. Aí eu falei: o que é emancipação? – Emancipação é você deixar de ser tutelado da FUNAI. Falei: espera aí um pouquinho, nunca fui tutelado da FUNAI. Eu sempre vivi por minha conta, nunca dependi da FUNAI. Por que agora vou pedir a minha emancipação?

Aí começou aquela briga toda, que talvez muitos de vocês tenham acompanhado, porque daí comecei a formar um grupo de estudantes. Só que eu não queria só Terena, porque Terena conheço bem, conheço muitos deles que estavam na mesma situação que eu. Eu tinha que abrir espaço para outras comunidades indígenas. Foi aí que começou a surgir a idéia da União das Nações Indígenas. Por quê? Tínhamos um bororo, um xavante, um tuxá, bacairi. Então, disse: isso aqui são várias nações, fazemos uma união delas em torno de um determinado objetivo.

Estou dizendo isso apenas para lhes explicar essa questão da tutela. Anteontem, quando fui ao Palácio do Planalto para dizer “Feliz Natal” ao presidente Sarney, o que aconteceu? Algumas autoridades do alto escalão me disseram: mas você é tutelado? – Sou tutelado. Eles não entendem isso.

Tem-se que ser tutelado para continuar sendo índio. Eu pessoalmente poderia sair por aí.

EUNICE PAIVA – Você se emancipou?

MARCOS TERENA – Não.

Eu poderia sair por aí, porque talvez tivesse melhores condições de vida do que atualmente. Estou num cargo político muito sacrificante para minha vida particular, porque não posso, ao mesmo tempo – teria que usar aqui um termo mais forte – não posso fazer a minha vida em detrimento dos outros índios. As pessoas não entendem isso. Elas dizem: não, vai lá, você compra terra, compra isso... O meu primo, por exemplo, o meu tio, a minha tia não estão no mesmo estágio em que me encontro. Então, tenho que fazer alguma coisa em função deles. Quando chegamos aqui as pessoas dizem: mas você é do governo, você não pode falar isso. E aí, como é que fica? Por isso que digo que é um pouco sacrificante, exatamente por estes aspectos: se sofre incompreensão por parte do patrão, que é o Governo, e se sofre incompreensão da parte dos próprios índios. Não é porque eu esteja aqui com uma roupa boa – e há índios aí que não têm o que eu tenho – e sim porque estou aqui exercendo uma função, determinado trabalho, determinado papel, para ajudar, quem sabe, outros índios que estão vindo aí.

Procuramos fazer esse trabalho exatamente para que atinjamos aquele estágio da cidadania plena.

Tenho dito para as pessoas do Governo: vocês não podem criar mecanismos daqui para lá, porque cada comunidade indígena é diferente. Sou um terena, mas xavante já é diferente, o cara já é diferente. Então, o que acontece? Temos que trabalhar para que as lideranças xavantes, carajás, caiapó, tenham consciência do que querem. Ou seja, aquilo que chamamos de autodeterminação, segundo o modelo de vida deles. Por exemplo, se vivem em coletividade, deixemos que vivam assim. Aí surge aquele preconceito que normalmente lemos nos livros de criança: o índio preguiçoso. É porque o modelo econômico de vida dele é diferente do nosso. Aqui, por exemplo, temos que acordar cedo, quem estuda aqui tem que chegar cedo para estudar, se formar e ficar desempregado.

Fomos a São Paulo, agora no JEBs. Andei com alguns jovens no carro, em São Paulo, mostrando as crianças que pedem esmola nas ruas. Falei: essa menininha, menininha pequenininha assim já está pedindo dinheiro; não queremos que isso aconteça com os índios.

Temos que respeitar os valores das comunidades indígenas não somente no aspecto cultural – o aspecto cultural é muito bonito, é um visual atraente – como também temos que respeitar o modelo de vida dos índios.

Por exemplo, dentro de uma sociedade indígena – e são várias sociedades indígenas, não é uma só, como se pressupõe – não existe esse negócio como o índio brasileiro. Existem as sociedades indígenas. Cada

sociedade tem um costume diferente, tem um idioma diferente, tem um modelo de vida diferente também. O carajá sabe pescar; o caiapo sabe caçar; o terena mexe mais com a terra, agricultura; o cajuá com o gado. Então, modelos de vida diferentes. E a formação social. Inclusive a liderança – quem é que vai ser o chefe, quem é que não vai ser – é diferente também. Ou seja, a formação política daquela sociedade. Esse tipo de situação é que faz com que haja o choque de interesses. Se uma empresa olha para aquele grupo indígena e diz: ele não está produzindo; mas não está produzindo para quem? Para quem é que se produz determinada riqueza? A empresa tem determinado interesse e os índios também têm outros tipos de interesse.

Tenho conversado, principalmente com os índios mais jovens, como o Megaron, o Ianoculá, o Paiacã, o próprio Ailton Krenak. Temos avaliado exatamente para onde está caminhando a sociedade indígena.

Aí vem agora um negócio novo para o povo brasileiro, que é a chamada Constituinte. Agora chegou a Nova República. Tínhamos pensado, no início, dizer na língua do próprio índio o que é Constituinte, dizer na língua do próprio índio o que é reforma agrária. Íamos utilizar a EBN, a *Voz do Brasil*. Ai eles não disseram nem sim nem não, deixaram cair no esquecimento. Sentimos claramente que nessa Nova República aquilo que se chama democracia ainda não chegou para todas as pessoas. Não admitem que façamos um programa na língua indígena. Em compensação, pode-se ouvir um programa em inglês, em alemão, em castelhano, mas em língua indígena não se pode fazer, porque a língua nacional e a portuguesa. Talvez pudéssemos, no tratamento desse tema, verificar realmente qual vai ser o futuro do índio, se ele vai ser transformado numa pessoa não índia futuramente, ou se vai adquirir os mesmos direitos de qualquer brasileiro, ou seja, ingressar na universidade, se formar e administrar as suas riquezas, administrar a sua sociedade de maneira própria, ao mesmo tempo adquirindo esse respeito, esse respaldo da sociedade maior, da sociedade envolvente.

Eu não teria muita coisa a acrescentar. Como eu disse, estou aqui ouvindo, mas aprendendo muita coisa. O que tenho procurado transmitir nessas ocasiões é exatamente experiências que temos tido com os índios dentro da aldeia, como também dentro da FUNAI; o próprio papel que ela está desempenhando hoje. Qual o papel que a FUNAI está desempenhando hoje? É o papel assistencialista. Então, se o índio chega aqui e cria uma pressão, um clima em cima dela, o meio mais rápido de se acabar com isso é o dinheiro. Então, pode-se negociar com aquela liderança, dando-lhe determinados milhões e ela vai embora, realmente satisfeita com aquele dinheiro, mas só que o dinheiro acaba. Chegado à aldeia, na hora em que o dinheiro acabar, ele vai usar o mesmo sistema, porque ele está se viciando, se corrompendo, porque a própria instituição patrocina isso. Se chegássemos e disséssemos: não, é isso, isso, quer dizer,

se se tratasse o índio com respeito, com seriedade, tenho certeza de que a FUNAI teria sido respeitada pelos próprios índios, porque eles entendem. Por exemplo, aquele que tem a sua terra demarcada acha que tem que ajudar aquele que ainda não demarcou a sua terra. Está-se processando um trabalho exatamente no sentido de desestabilizar, de desestimular esse tipo de trabalho. Quanto mais dinheiro se soltar para o índio, mais corrompido ele fica, e mais subordinado, mais dependente ele fica da instituição. Então, ele nunca vai adquirir aquela determinação de fazer o que acha mais conveniente, de dignidade, de respeito para com a sua sociedade. Realmente, aquilo que o professor disse é o correto. Existem índios que têm necessidade de determinada assistência – médica, educacional, principalmente com relação à demarcação da terra. Ele não pode abrir mão da FUNAI; a FUNAI a que me refiro é o Governo, ou seja, essa obrigação que o Governo tem perante a sociedade, perante o mundo, de garantir a sobrevivência dos povos indígenas.

Vejo o futuro dos índios dependendo exclusivamente deles, dos índios. Se não puder depender dos índios, realmente os outros interesses vão acabar com as comunidades. Por isso que estamos preocupados quando falamos em garimpo, porque garimpo significa dinheiro, e, como eu disse, o dinheiro corrompe. Tínhamos que ter uma FUNAI que fosse à aldeia e conversasse, explanasse a situação para as comunidades indígenas. E aí ficava a alternativa de opção, o que a sociedade indígena quer. Isso não existe hoje. As coisas chegam como se fossem um terremoto.

Voei muito na Amazônia, no sul do Pará, onde há muito ouro nas terras indígenas. Muito ouro e muita madeira. Eu mesmo transportei, no avião, caixas e caixas de guaraná, de Coca-Cola, de açúcar, até mesmo de farinha – o índio geralmente faz farinha, agora está comprando. Então, via-se uma criança andando no meio da aldeia com uma caixa, uma lata de doce aberta na mão. Não está sendo explicado ao índio mais ou menos uma valorização disso. Hoje eles têm. Hoje, mas estão se esquecendo de plantar, de colher. Vai ser prejudicial quando o ouro acabar, porque o rio já acabou, o rio em que pescavam, em que tomavam banho, já acabou. Há um rio amarelo, barrento.

Esse terremoto de que falei, a força que tem o poder econômico de fora para dentro é muito forte e pode, realmente, destruir as comunidades indígenas. Vamos ver como conseguimos diminuir essa avalanche. Uma das forças maiores que vamos encontrar justamente são as pessoas sensíveis à questão indígena, as pessoas que não são índios, mas se preocupam com essas sociedades, e que nós, os índios, chamamos de aliados. Espero que vocês se tornem, se já não o são, fortes aliados nossos nessa questão.

COORDENADOR (Roque Laraia) – Seria interessante deixar todos os debates para o final, porque, no fundo, os dois temas têm muito a ver um com o outro.

Vamos passar, então, para a palestra sobre outra minoria, que não é uma minoria. Embora o censo estime a população negra num número muito inferior ao realmente existente, lembro que desde 1950 a categoria cor foi retirada do Censo, e – parece – só voltou agora em 80. Sabemos que há uma dificuldade muito grande de avaliar esse tipo de questão no Censo. Este é outro mito que temos no Brasil, o mito de um país branco, europeu e cristão.

Passarei a palavra a duas pessoas das mais categorizadas para falar sobre o tema. Em primeiro lugar, à professora Lélia Gonzalez, que todos conhecemos sua ação, tanto na vida acadêmica quanto política, em defesa dos interesses da população negra. Já tive oportunidade de ouvi-la na ANPOCS, em Friburgo, alguns anos atrás, e sempre temos notícia da sua atuação.

LÉLIA GONZALEZ (PUC/RJ) – Puxando o gancho, jogo um confete em cima do Carlos, que é o meu co-autor predileto, porque escrevemos um livro juntos – a questão, por exemplo, do Censo de 80. Foi efetivamente uma conquista do Movimento Negro. No Rio de Janeiro, nos articulamos, pressionamos o presidente do IBGE para que entrasse de novo o item cor. Nessa luta tivemos os nossos aliados, porque temos que ter mesmo, e os nossos aliados estão aqui representados pela figura de Carlos Hasenbalg, que justamente na ANPOCS de 1979, em Belo Horizonte, puxou a questão junto à intelectualidade brasileira, no sentido de que um abaixo-assinado fosse enviado ao presidente do IBGE. A partir dessa conjunção de forças a conseguimos, não de maneira satisfatória, e certamente Carlos Hasenbalg deverá colocar também – a questão da inserção, de novo, do item cor em termos do Censo brasileiro. Desse Censo que não tem senso.

Vou colocar minha falação a partir de um texto muito interessante, um texto de Roberto da Mata, no seu célebre livro “Relativizando”, onde faz uma digressão sobre o mito das três raças e chama a atenção para um aspecto muito importante, que o Dumont vai desenvolver, nos seus diferentes trabalhos, sobre a questão da ideologia da hierarquia e do tipo de Estado que Portugal nos legou. Somos herdeiros de um tipo de Estado bastante interessante. Essa contraposição entre uma ideologia realista, de um lado, que caracterizaria a estrutura do Estado brasileiro, e uma ideologia individualista, apoiada nos princípios da liberdade, da igualdade, a partir do século XVIII e vai tomar conta do mundo ocidental. A partir dessa visão o Ocidente vai passar a fazer uma leitura, a respeito do resto do mundo, das outras culturas, das sociedades não ocidentais.

Aqui o Brasil é o nosso paradigma, em termos de comparação, de relação e processos. É esquema bastante interessante, porque a ideologia que vai predominar nos Estados Unidos é justamente aquela da igualdade, da liberdade e do individualismo. Passando por todas essas questões, vamos ver que o desenvolvimento das relações raciais se deu de maneira

diferente da do Brasil. Tanto que a solução encontrada dentro da ideologia liberal, individualista, apoiada em princípios da liberdade, etc., em que termos se pôde solucionar a questão das relações raciais? Em termos de segregação. A coluna bem marcada, separando os brancos do resto, é justamente a segregação racial.

No caso brasileiro é diferente. O esquema é exatamente hierárquico. Tanto no caso do indígena quanto no do negro percebermos que é o branco quem controla sempre as decisões a nosso respeito. No caso do negro especificamente, vamos perceber que deste vértice inferior, onde está o negro, até o vértice superior, onde está o branco, o famoso contínuo de cor vai mexer profundamente com a identidade do próprio negro na sociedade brasileira. É a história do mulato, dessas trezentas designações que temos para o neguinho no Brasil, dizer qual é a cor que ele tem: vai desde o preto, preto ao branco, branco passando para o roxo, azul-marinho, roxinho, etc., etc. Por exemplo, nasci em Belo Horizonte, Minas. Lá eu era roxinha. Na minha certidão sou parda. Por exemplo, no Nordeste, neguinho chega e te chama de morena. Uma vez, me recordei, fiz um comício numa loja no Rio, porque, quando fui pegar o embrulho ninguém sabia de quem era – é aquela história, paga, depois vai pegar – e havia uma menina nordestina que disse: é daquela moça morena ali. Aí falei: olha, não sou morena. Fiz um discurso violentíssimo. – Eu sou negra, etc., etc.

Na verdade, a questão desse contínuo que se estabelece, e o tipo de ideologia que domina a sociedade brasileira, a ideologia da hierarquia mesmo, cada coisa no seu lugar, cada um no seu lugar. Daí a famosa e muito sinteticamente sábia tirada que o Millôr Fernandes fez, a respeito da questão racial no Brasil: “no Brasil não existe racismo, porque o negro conhece o seu lugar”. Estamos vendo qual é o lugar dele. Dá para perceber como a coisa é complicada, a coisa é realmente muito complicada, porque a questão da cidadania negra se articula – a meu ver – também, com a questão da identidade. São questões profundamente interligadas.

Hoje mesmo na parte da manhã, estávamos debatendo a questão da mulher, e a retomo, na expressão de Simone de Beauvoir, com relação à mulher, mas aplicando ao negro: não nascemos negros, nos tornamos negros. É uma conquista o tornar-se negro. Joel Rufino já disse que no Brasil não há preto, preto tem que mudar, já negro é outro papo. Vamos perceber, inclusive que é uma questão de conquista da própria identidade, de retorno, sobretudo no caso dessa minoria da população negra, que não chega a ser 1% da sua população, que consegue chegar à universidade, como processo de perda da identidade negra. Ou seja, o branqueamento vai-se dando de forma tal que, de repente, quando se vê, se virou branco. Passei por isso, eu me recordei – e depois lerei um texto sobre um aspecto específico que quero chamar atenção – me recordei perfeitamente, eu não gostava de samba. Na medida em que fui subindo na escala educacional, fui

embranquecendo mesmo, não gostava de samba, usava peruca, era metida a *lady*, coisas tais, até que se leva a porrada na cara – a verdade é esta, não tenho outra expressão – e se acorda diante do mito que a própria pessoa interioriza e se pensa que corresponde à realidade do seu povo.

Uma vez, num Encontro de Cultura, o Terena me contava que na escola – negócio de sapatinho furado, essas coisas –, ele dizia que era japonês, porque, se ele se dissesse japonês, ninguém enchia o saco dele; se ele dissesse que era índio, pronto...

No nosso caso não dá para disfarçar, não adianta botar peruca, não adianta nada, porque está aí.

É importante ressaltar que, neste sentido, a ideologia do branqueamento tem uma força muito grande no que diz respeito à comunidade negra brasileira. Ainda é interessante perceber que essa ideologia do branqueamento, no nosso texto o Carlos chama a atenção, temos duas vertentes ideológicas no Brasil com relação às questões raciais: a oficial – “são todos iguais perante à lei”, esse papo todo furado que conhecemos, ou seja, da democracia racial; outra, uma ao nível do privado – é aquele papo, neguinho te bate nas costas e tal, não sei o quê, é pretinho, bate nas costas, mas, por trás, lá vem pau em cima. Daí os famosos ditados populares: “branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão”; “preto quando não caga na entrada caga na saída”; “todo crioulo é marginal, até prova em contrário”, e uma série de coisas que aí estão.

Evidentemente, é por esse tipo de estrutura ideológica e de relações concretas que temos na sociedade brasileira que percebermos uma baixa capacidade de mobilização, de organização da população negra, sobretudo após a malfadada abolição da escravatura em 1888, porque saímos do centro da produção econômica e fomos chutados para a periferia. Aí começa o outro, o novo calvário do negro brasileiro. Embora não queira significar que não tenha havido resistência, desde a fundação do primeiro quilombo, em 1549 – a Beatriz Nascimento saca bem a questão do quilombo. De qualquer forma, no Brasil da República vamos perceber que a cidadania que nos foi dada é uma cidadania formal, de papel; creio que o Carlos vai aprofundar esta questão. Em termos de uma cidadania social, de uma cidadania civil e de uma cidadania política, temos um longo caminho a percorrer. Nós, os chamamos cidadãos negros.

Eu me recordo bastante do debate quente que houve ontem aqui, de manhã, a respeito do trabalhador. Vejam a questão racial neste País é tão séria, tão séria, que, de repente, percebemos – e o avisei antes – percebemos uma liderança como a do José Dirceu, Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores de São Paulo – O Partido dos Trabalhadores de São Paulo já e outro papo – ao dar um exemplo da reação personificada pelo sr. Roberto Campos, falou assim: então, essas gargantas negras surgem e começam ... Já fiquei pulando na cadeira ..., mas depois eu falo ..., a

discussão correu para outro campo, tudo bem ... Então, o que vamos perceber?

Evidentemente, tivemos movimentos negros após a abolição da escravidão e, evidentemente – quem não ouviu falar, ouça pela primeira vez – a força enorme que teve a Frente Negra.

Tratou-se ontem, aqui, da questão do trabalhador, do sindicato ligado ao Estado, etc.

Gostaria de dizer, por exemplo, e não é por acaso, que quando, de repente, vemos um Leonel Brizola ter uma base popular tão grande no Rio de Janeiro, e essa base popular é fundamentalmente negra, não podemos esquecer certos aspectos da nossa história. Naquela questão que estava sendo discutida a respeito do trabalhador, dos sindicatos, das leis trabalhistas que foram criadas pelo Governo Vargas, não há dúvida de que o trabalhador negro foi o maior beneficiado dessa legislação, porque éramos vistos sempre como escravos. Devido à discriminação no mercado de trabalho, articulada com a questão da imigração européia, e coisas tais, esse trabalhador evidentemente não recebia salário nenhum, vivia de dar nó em pingo d'água. Quando usamos nos nossos sambas que neguinho dá nó em pingo d'água, quer dizer isso mesmo. O neguinho está fazendo uma metáfora de um cotidiano terrível, de um cotidiano muito duro que a população negra vive neste País, que o povo vive neste País, chamando atenção para o que a Floriza disse hoje.

É da maior importância quando vemos um lance desses, um Leonel Brizola tendo um apoio popular tão grande no Rio de Janeiro, e esse apoio popular é fundamentalmente negro. Justamente por quê? Na campanha de 82 para o Governo do Estado do Rio de Janeiro foi Brizola o único candidato que falava da questão racial com tranqüilidade, olhando-a nos olhos, e falando dela, não como uma coisa dramática, não sei se eu falo, se eu não falo, etc., e tal, mas falando com muita tranqüilidade, e o criouléu foi em cima, votou firme em cima dele. Agora de novo o Saturnino na cabeça outra vez e a negrada lá votando. Por quê? Porque, em termos de partidos políticos, vamos perceber que o PDT efetivamente é o único partido brasileiro que levanta a questão negra. Os demais não. Para os demais ainda somos, os negros, um capítulo do programa político. Ai digo com muita tranqüilidade: lá, no PT, eu era suplente da bancada federal do PT. Inclusive escrevi certa vez um artigo. Quando o PT faz o primeiro programa nacional a respeito dos dez problemas mais sérios da realidade brasileira, falou de tudo, por último foi a mulher, a mulher entrou no último lugar. Sobre a questão social, silêncio total. Ai fica-se indignado, porque se, na verdade, essa questão que é séria, em termos de realidade brasileira, não é tratada dentro da sua devida complexidade, não é tratada a nível da sua importância em termos deste País, em termos desta sociedade, desta sociedade que é complexa, que é plurirracial, etc., no momento em que temos a população negra como a população majoritária, – somos muito

mais do que os 45% que o Censo está dizendo aí e, inclusive, os partidos políticos reproduzem. E nós que somos de esquerda, ficamos magoados, porque estávamos na esquerda. Não dá para ficar na direita, evidentemente. Crioulo que se preza não pode ser de direita. De repente, percebe-se que as esquerdas ... Só muda a situação a partir do retorno dos exilados. Digo isto, porque, nos anos 70, estávamos aí como as mulheres também, na luta de articulação de um movimento negro e levamos pau da esquerda tradicional ortodoxa, que dizia que estávamos dividindo as lutas populares, que a questão racial se confundia com a questão de classe. Bolas, assim não dá ... Esse reducionismo, essa simplificação da questão racial, em termos de uma sociedade como a nossa, é justamente fazer o jogo da direita. Quem criou o mito da democracia racial foi a direita, a direita é competente nessas questões. De repente embarcamos e ficamos numa ortodoxia que não nos leva a efetivamente conhecer a nossa realidade. Fazemos transposições mecânicas e dançamos, porque na hora “h”, vamos ver questões – olha aí o Jânio lá em São Paulo – vamos ver questões como estas, certos temas não são contemplados devidamente com relação à proposta de democratização do País, que – a meu ver – não é redemocratização, mas é de democratização, porque para nós negros, para nós índios, para nós mulheres jamais houve democracia neste País. Então, não me venham falar de redemocratização, porque para nós nunca houve. Agora estamos num processo de transição e nesse processo de transição existe uma exclusão, sim. Não da mulher. A meu ver, a grande novidade da Nova República é o Conselho da Mulher, os Conselhos estão sendo criados. A exclusão continuou com relação à questão do negro, com relação à questão do índio. De repente viramos assessor para assuntos indígenas, assessor para assuntos afro-brasileiros, e as nossas comunidades e os nossos irmãos estão aí na pior situação possível. Carlos deve colocar a questão da situação do negro na força de trabalho e com relação à questão da cidadania. Não obstante me parece da maior importância refletirmos sobre o problema.

Como foi dito hoje, a questão do negro, a questão do índio ou questão da mulher não são questões só nossas, especificamente, e sim da sociedade brasileira, de todos nós. Temos que nos defrontar com essas questões, porque, na hora da apropriação da cultura negra, da produção cultural, todos se apropriam “numa boa” e estão ganhando grana em cima das religiões afro-brasileiras. Está para quem quiser ver. Vão lá ao Rio de Janeiro, no dia 31 de dezembro, que vão ver assim de turista na praia para ver neguinho receber santo. Vejamos nossas instituições, tipo gafieira, estão lá os brancos, e nas nossas escolas de samba, etc. Essas criações, essa produção cultural negra é apropriada pelo branco, no sentido de branco, macho mesmo, evidentemente, que tem a ver com capitalismo. Esse aí é o terreno em que estamos colocando a questão. De repente, o que vamos perceber? Uma profunda indiferença por parte dessa Nova República, que, na minha perspectiva, não tem nada de novo. Ainda não tem novidade. Para

mim, enquanto membro da comunidade negra, não tem novidade nenhuma. O que aconteceu? Onde está um ministro negro aí? Onde está, por exemplo, um Conselho Nacional dos Direitos do Negro? Nada disso foi criado. E, como colocou muito bem a companheira, assim com relação à questão indígena, com relação à questão do negro. É a mesma coisa. A tentativa é no sentido de colocar determinadas lideranças amplas para fazer o papel que eles querem, e não estamos aqui para isso, diga-se de passagem.

Pegando esses dois modelos, mostro um canal que é muito importante que ressaltemos aqui, porque está vindo Constituinte, Igreja está na jogada, essas coisas todas. Refiro-me às Igrejas Protestantes, um texto que eu li há pouco nas Comunicações, de outubro de 85: "O Negro Evangélico". Esse negócio aqui é sério. De repente se percebe aquela velha história de busca, de saídas. Entendemos porque as pessoas se convertem, etc. É uma busca de perspectiva. Entretanto, o que predomina nas diferentes denominações protestantes é justamente a negação da questão racial, e um medo muito grande de colocar abertamente esta questão. Essas denominações foram criadas por quem? Por pastores americanos vindos do sul dos Estados Unidos para cá. Só que não deu para fazer como aconteceu lá. Então, aqui a negradinha fica por baixo, o que se reproduz é o esquema da sociedade brasileira. Percebe-se que há uma rejeição do movimento negro, porque todo mundo se coloca como cristão, como crente, somos todos irmãos, e o problema é Cristo, Cristo é que resolve nossos problemas, Deus é quem resolve os nossos problemas, Deus é que vai fazer e acontecer, etc., embora no social percebamos que existe esse tipo de discriminação também.

Eu me recordo da fala de uma companheira minha, e muito conhecida de vocês, que é da Assembléia de Deus, que, quando ficou viúva, me disse: olha, se eu não me casasse com o meu marido – infelizmente o marido dela era um crioulo das lutas populares, de favelado, comunista, etc. –, se eu não me tivesse casado com o fulano, como é que eu ia encontrar um marido na Igreja?! Percebemos que nas igrejas protestantes todo mundo é irmão, mas, na hora de casar, vamos reproduzir os esquemas que estão aí. O casamento – como a Floriza já fez a crítica hoje muito bem, inclusive como modo de perpetuação da propriedade, é importante ressaltar – casamento interétnico é um negócio muito sério, em termos de sociedade brasileira, é importante vermos.

De todas essas denominações episcopais – presbiterianas, batistas – os metodistas se apresentam como aqueles que têm uma iniciativa no sentido de querer trazer a questão da discriminação racial para o interior da igreja. A tendência dessas denominações é: somos o rebanho de Cristo, o mundo lá fora é que é pecaminoso. Inclusive tem programas de rádio para caírem de porrada em cima de candomblé, de umbanda, para dizer que é coisa do demônio e coisas tais.

Claro que a mulher é muito discriminada nessas igrejas, no entanto menos que na católica, diga-se de passagem. De qualquer forma, a mulher

negra muito mais; inclusive há a afirmação de determinados metodistas que os negros seriam descendentes de Caim.

Temos aqui o depoimento de uma pastora negra metodista, que conheci. Ela vai fazendo uma série de colocações: o processo do branqueamento, usava peruca também, essas histórias todas que se repetem pela própria vítima da discriminação, a história do limpar sangue e coisas tais. Ela se transforma em pastora da igreja metodista. Então, mandaram-na para uma igreja no Paraná, onde só há branco. Já sacanearam a crioula. Mandaram-na para lá. Ela é muito ativa, uma pessoa ótima, muito inteligente, etc., e conseguiu desenvolver algum trabalho, depois começou a ler alguma coisa sobre sociologia, etc., tirou a peruca fora. Aí começaram as grandes dificuldades dentro da igreja, a ponto tal que teve que largar a paróquia, ou não sei como eles dizem, e voltou. Com relação ao texto, ela termina assim: “Porém, nem o reconhecimento do seu lugar de pastora, que podia ser traduzido em termos de poder, garantiu sua permanência ali, no Paraná. Voltou à universidade, para fazer pós-graduação”. E completei: e enlouqueceu, porque essa menina realmente enlouqueceu. A barra foi tão pesada para a cabeça dela, porque começou a querer articular-se com o movimento negro, etc., e a cabeça dela “dançou”. Um belo dia seus amigos encontraram-na andando pelas ruas toda suja, sem dormir, falando, falando... Quer dizer, pirou geral, porque não agüentou esse tipo de pressão.

É importante chamar atenção para isso, porque o texto, de modo geral, é a reprodução do preconceito de não haver preconceito, como disse o Florestan Fernandes, e de tomar sempre os Estados Unidos como modelo: nos Estados Unidos é que há racismo; aqui não há, os negros mesmos dizem isto e, sabemos, existe aí de montão.

Portanto, essa cidadania a que estamos nos referindo aqui, no decorrer destes debates, a cidadania do negro é uma cidadania estraçalhada, é uma cidadania dilacerada, uma vez que a questão da identidade está aí colocada também, no sentido de vergonha de ser negro, no sentido de ir buscar outras, por exemplo, no caso as igrejas, para poder encontrar um lugar no paraíso. Certa feita meus alunos fizeram uma pesquisa sobre ditos contra o negro – a expressão racismo deles tem muito a ver com isso: “crioulo vira protestante para chamar branco de irmão” – esta aí é trágica, mas, de repente, passa por aí mesmo, porque é aquela atenção, é aquela preocupação no sentido de ser igual ao branco, no entanto há diferença, pois essa diferença está sendo repassada o tempo inteiro. É uma espécie de consenso, no que diz respeito à rejeição do Movimento Negro, muito interessante. E eu, enquanto fundadora do Movimento Negro Unificado, me recordo que a Igreja Católica também nunca nos viu com bons olhos, inclusive porque éramos o criouléu de esquerda, o criouléu que estava tentando articular questões de raça e classe, como o caso do Movimento Negro Unificado. Não tínhamos muita guarida na Igreja Católica. Fomos tê-la na Igreja Metodista, por

exemplo, para a realização do nosso I Congresso Nacional em 1979, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. E justamente na Igreja Metodista que, evidentemente, surgiu este caso, o caso de uma pessoa pifar a este ponto, como essa pastora negra, porque daquelas analisadas aqui, a que efetivamente levanta a questão racial, levanta a questão do movimento negro, é a metodista. Temos declaração de bispo, como é o caso do Bispo Aires, do Rio, que é negro, que se assume como negro, e faz colocações neste sentido.

Recordo-me de que, no ano passado, no Encontro de Mulheres Negras nos Estados Unidos, com companheiras de El Salvador, da América Central, etc., grandes colocações por exemplo, o papel do imperialismo mesmo, no sentido de exportar certas formas de práticas e de crenças religiosas para a América Latina, em geral, no sentido da não mobilização da população.

Vemos essas coisas sendo colocadas aí. Em termos de Movimento Negro, há uma dificuldade muito grande, porque, de todas as denominações aqui analisadas, apenas a Metodista assume a necessidade de Movimento Negro, inclusive no seu próprio interior. As demais, todas rejeitam, dizem que o Movimento Negro é para separar... Vejam como é engraçado: de repente os dois discursos coincidem: o discurso da esquerda ortodoxa, antes de 79, que dizia que estávamos querendo dividir; e o discurso do pessoal dessas denominações, dizendo que também queremos dividir, porque o Movimento Negro é para separar, pois que não existe movimento branco. Como é que pode existir movimento negro?! Quer dizer, há uma necessidade de identificação com o branco de tal ordem, e essa identificação se faz, evidentemente, via Jesus Cristo, via Evangelho, via Bíblia, faço esta colocação com muita tranquilidade, porque também já passei por este processo, porque houve época em que eu era espiritualista, porque, sendo só espírito, eu não via esse corpo preto, essa cara preta, esse cabelo que chamam de ruim, esses lábios que chamam de beiços, esse nariz que chamam de achatado, enfim, eu saía do mundo, ia lá para cima, virava um espírito. Maior barato ser espírito, aí não há problema.

Estou colocando esta questão em função de uma de ordem política muito séria que está a caminho – a questão da Constituinte, a questão que já vimos hoje de manhã, quando tratamos da questão do planejamento familiar, da questão do aborto, da questão da educação, porque também sabemos que efetivamente a Igreja Católica, ao criar as suas Comunidades Eclesiais de Base, estava articulando um movimento de reação, não só à expansão das igrejas protestantes, sobretudo das pentecostais, como também às religiões afro-brasileiras.

Temos que pensar nessas questões todas. Temos necessidade de refletir sobre a questão da cidadania do negro brasileiro, porque essa cidadania só se dá para aqueles neguinhos que são pinçados para o modelo da democracia racial, se dá à custa da negação de si mesmo, na negação da própria identidade. Nequinho vira branco mesmo e detesta crioulo.

Paro por aqui, depois continuamos.

COORDENADOR (Roque Laraia) – Depois de ouvir a professora Lélia Gonzalez, acrescentarei alguma coisa que estava lembrando, quando ela falava. Por exemplo, quando fazia a comparação das igrejas.

Quando era garoto, na minha cidade, cidade predominantemente católica, havia duas associações religiosas femininas: as filhas de Maria e as Efigênicas. As filhas de Maria eram virgens e brancas; as Efigênicas eram virgens e negras, não podiam misturar-se. É Minas Gerais realmente. Não sei se essas associações ainda existem, porque uma das condições era que se fosse virgem. Então, não sei realmente se continua. Lembro-me do caso de uma moça negra que era amiga da família da minha mulher, e se candidatou a ser freira, essas freiras que vivem em completa reclusão, carmelitas, e ficou, durante anos, trabalhando no convento como serviçal, esperando a autorização do Papa e, afinal, a autorização não veio. Ai ela se desiludiu e saiu.

Realmente o problema é de tal gravidade que até dentro das religiões que pregam a igualdade o preconceito está presente, porque, quando perguntamos onde estão os ministros negros, quando se pergunta onde estão os bispos negros, os cardeais negros, lógico que vão apontar que estão na África.

Vou passar agora a palavra ao professor Carlos Hasenbalg, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro que tem livro publicado sobre o assunto.

CARLOS HASENBALG (IUPERJ/RJ) – Em geral, sempre prefiro falar antes da professora Lélia e não depois, porque não falo de improviso, acompanho as minhas notas e não sou carismático. Em outras oportunidades, quando nós dois falamos em algum lugar, sempre dou um jeitinho de falar antes dela. Hoje seguimos a ordem da listagem do programa.

Vou fazer uma pequena digressão sobre alguns teóricos analistas da questão da cidadania – T.H. Marshall e Bendix. No entanto, vou pular isso, para entrar direto na questão do Brasil. Situo-me, vou apoiar-me no trabalho de um colega meu, Wanderley Guilherme dos Santos – “Cidadania e Justiça”, e farei um esboço histórico muito rápido dessa questão de cidadania no Brasil, que historicamente tem tido e ainda hoje tem estatuto muito precário, particularmente no que se refere ao negro. Depois desse rápido esboço histórico, vou ver como o negro entrou nessa história, vou dar algumas pinceladas históricas sobre a questão do negro no período republicano, depois da Abolição.

O que temos na República Velha? Na República Velha temos o intento de implantar uma ordem econômica “laissezferiana”, basicamente no setor urbano capitalista do País. Por outro lado, a resposta repressiva do poder público à crescente organização da força de trabalho, no caso do Rio, no caso de São Paulo. Já em 30, depois de partir de 37 – Estado Novo, até

45, o que podemos falar, e aí me aproprio do conceito do Wanderley Guilherme, é que Vargas criou algo que se poderia chamar “cidadania regulada”. Em que consiste essa cidadania regulada? Vou citar um pouco, textualmente, o conceito do Wanderley Guilherme. Diz ele que “cidadania regulada” é o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não no código de valores políticos e sim num sistema de estratificação ocupacional, é definido por uma norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram em qualquer das ocupações reconhecidas e definidas em lei. Basicamente o sistema de controle corporativista montado por Vargas, com relação à força de trabalho.

Desse sistema de cidadania regulada é óbvio que estavam excluídos campesinato, trabalhadores rurais e todas aquelas ocupações urbanas não regulamentadas. A expressão dessa cidadania regulada se fazia ora pela regulamentação de novas ocupações, ora pelo acréscimo de outros direitos às ocupações já regulamentadas.

Em 45, se dá esse processo de redemocratização na sociedade brasileira e poderíamos falar que se estabelece uma ordem democrática limitada. Ou seja, há competição política, porém esse sistema de controle corporativo da força de trabalho, montado no Estado Novo, continua na legislação celetista e continua funcionando durante o período 45/64 e continua também a exclusão do campesinato desse sistema de cidadania regulada. Veio 64, o golpe militar. O que isso representa? Representa o recesso da cidadania política, representa o retrocesso da cidadania em algumas importantes direções sociais da cidadania. Aqui o mais evidente e conhecido imperativo que ensejou o processo de concentração da renda naquele período. Há também um fraquíssimo desempenho do sistema educacional, no sentido de erradicar o analfabetismo e universalizar a educação elementar. Ou seja, houve esse bem grande crescimento do sistema universitário brasileiro, mas a educação elementar básica, primária, é uma coisa que ficou relegada para as calendas do futuro.

Aparentemente, em princípio, em teoria, o único elemento positivo que teria surgido neste período 64/85, o sistema previdenciário do FUNRURAL, ou seja, para atingir a população rural, o trabalhador rural via FUNRURAL, o que se fez foi a sindicalização de todos os trabalhadores agrícolas. Abriu-se a sindicalização dos trabalhadores agrícolas como forma de se atingir esse sistema previdenciário do FUNRURAL. Em princípio e em teoria, tem importância, porque significou uma ruptura com essa ordem regulada anterior. Já, nesse caso, o trabalhador rural é portador de direitos enquanto cidadão, e não como membro de uma rubrica educacional. Seria uma das poucas coisas que, em termos de definição de cidadania, nesse período nefasto 64/85, teria dado uma contribuição, se bem que não deliberada e não intencional. Foi uma consequência não deliberada do estabelecimento desse programa previdenciário para o

trabalhador rural. Foi um negócio rapidíssimo da evolução da cidadania no Brasil no período republicano.

Como é que entra o negro? Não dá para esgotar o assunto, há muita coisa a ser dita. Possivelmente no debate possam ser tecidas mais considerações. Não me vou referir àquilo que a Lélia já explicou, até de maneira emotiva, porque sofre na própria carne. A ideologia de embranquecimento que implementaram no Brasil significa o massacre da identidade negra. Daria algumas pinceladas históricas, até quase anedóticas, para chegar um pouco ao ponto atual, ou seja, como é que estou vendo a questão.

O que temos? Em 1888 são libertos pouco mais de 500 mil escravos no Brasil. Existia uma imensa população negra que já era livre antes de 88. Essa população negra livre já estava confinada na base da hierarquia sócio-econômica, isto é, estava convenientemente estratificada e confinada na pirâmide sócio-econômica. Temos o início do Brasil republicano. Nesse início do Brasil republicano já aparecem dois dispositivos legais, em 1891, que vêm limitar até hoje a cidadania, atingindo particularmente o negro: uma lei de vadiagem; outro, a restrição ao voto do analfabeto, que só foi levantada este ano. Como sabemos, do final do Império para o início da Primeira República a proporção de votantes na população decaiu violentamente. É óbvio que a população negra, àquela altura do início da Primeira República, era maciçamente analfabeta. Significa que até hoje boa parcela da população negra esteve alijada da sua condição de participante no jogo político-eleitoral.

Qual era a situação do negro até 1930, ou seja, desde a Abolição, início da República, até 1930? Por um lado, a grande maioria da população negra ficou imobilizada por relações arcaicas de trabalho, por esse sistema repressivo de trabalho de quase servidão nas regiões agrárias mais atrasadas do País: o Nordeste, particularmente; o Norte, a própria população negra se fez pelo Norte; e também em Minas Gerais. Por outro lado, no Sudeste, particularmente em São Paulo, ponto que Florestan Fernandes analisou com detalhe e conhecimento, o negro é desalojado do local de trabalho, é jogado à periferia da economia capitalista em expansão. Ocorreu essa situação muito particularmente em São Paulo.

Outro marco histórico na questão da cidadania do negro: 1933. Em 1933 é publicado “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freire. Este livro é a codificação acadêmica do que hoje chamamos o mito da democracia racial. Qual é o significado dessa idéia de democracia racial? Um dos significados é que o negro é integrado simbolicamente à Nação brasileira. A contrapartida dessa integração simbólica são alguns resultados até hoje muito difíceis de se lidar com eles. Basicamente o fato de ter montado, codificando academicamente, esta idéia de democracia racial, as questões do racismo, de preconceito e de discriminação racial, são definidos, na retórica oficial, como não problemas, portanto, indignos ou não merece-

dores de transformar-se numa questão pública e matéria de discussão política. É algo que hoje em dia ainda está vigente.

Outro marco: 1937 – é fechada a Frente Negra Brasileira, quando estava ameaçando transformar-se em partido político. Vamos para 1950. A taxa de alfabetização da população branca – 53% – é mais do que duas vezes superior à da população preta e parda, que era de 25%. No ano seguinte, 1951, é promulgada a Lei Afonso Arinos. Ironicamente a lei é promulgada como reação a um incidente de discriminação sofrido por uma negra estrangeira, uma bailarina americana, Katherine Duncan, que lhe teve negadas acomodações em um hotel de luxo, em São Paulo.

Na década de 70, quando comecei a estudar o assunto, cataloguei, compilei notícias de discriminação racial publicadas na imprensa entre 1968 e 1977. Só tomei conhecimento de um caso em que alguém foi processado e condenado na base do art. 4.º da lei. Aconteceu em 1975. Essa pessoa condenada teve uma pena de prisão de 15 dias, que foi comutada por uma multa de 15 cruzeiros, que, na época, era aproximadamente 50 centavos de dólar. Essa é a Lei Afonso Arinos e os seus resultados práticos.

Pulo agora para a situação de 1980. Os dados que o IBGE publicou, e voltarei a falar do IBGE mais para o fim: a educação – pessoa sem instrução ou com menos de um ano de instrução. Branco, 25%; negros, incluindo pretos e pardos, 48%. A percentagem de pessoas virtualmente analfabetas entre pretos e pardos é praticamente o dobro do grupo branco. Na outra ponta do sistema educacional, ou seja, aqueles que completam 7 anos ou mais de estudo: brancos 4,9, aproximadamente 5%; pretos e pardos, 0,8%.

Conclusão óbvia: esse grande *boom* universitário havido no Brasil nos últimos 20, 25 anos, praticamente exclui desse crescimento rápido de matrículas e diplomas a população negra. Ou seja, menos de uma em cada cem pessoas pretas e pardas conseguiram ultrapassar esses 7 anos de estudo. Estrutura ocupacional – tremenda desigualdade. Alta concentração de pretos e pardos na agropecuária, na prestação de serviços, onde a mulher negra entra fundamentalmente no serviço doméstico; no caso dos homens, na construção civil, ou seja, nas ocupações pior remuneradas.

A renda média da população economicamente ativa de pretos e pardos em 80 também era ligeiramente inferior à metade da dos brancos.

O que explica esse quadro de desigualdades raciais? A seqüela da escravidão? A herança do passado? Os efeitos tardios da experiência da escravidão?

Tenho levantado objeções a este tipo de aplicação de desigualdades raciais que fazem apelo para o passado escravista, como forma de explicar a situação sócio-econômica da população negra no presente. O melhor argumento para criticar esse tipo de explicação está dado pelas pesquisas de mobilidade social feitas, nos últimos anos da década de 70 e agora nos anos 80, por Nelson Andrade Silva, pelas autoras desse trabalho, que só foi

publicado este ano. Antes havia uma espécie de circulação apenas clandestina, porque foi produzido lá dentro do IBGE. Todo esse conjunto de pesquisas sobre mobilidade social indica que há desigualdades raciais, que estão sendo reproduzidas no presente, ou seja, são desigualdades entre brancos e não brancos que são transmitidas de geração para geração, na medida em que brancos e não brancos ou brancos e negros enfrentam diferentes estruturas de oportunidades sociais.

Um exemplo: se vocês considerarem a pessoa que tem a mesma classe social de origem, brancos e não brancos; vamos ver quanta educação cada uma tem. Sistemáticamente a população não branca tem menos instrução do que a população branca da mesma origem social. Vejamos qual a inserção ocupacional das pessoas que têm o mesmo nível educacional. Sistemáticamente como ocorre com a igualdade de educação, a inserção ocupacional é muito mais achatada para baixo na hierarquia ocupacional. Peguemos também pessoas com a mesma educação, brancos e negros. Sistemáticamente a renda obtida pelo negro é inferior à do branco, com um agravante: esse diferencial de renda aumenta na medida em que se passa para níveis educacionais mais elevados. Ou seja, quanto mais elevada a educação, maior o diferencial de renda entre brancos e não brancos. Tal fato foi constatado muito recentemente por uma pesquisa feita pelo CEAD e DIEESE, para a Grande São Paulo. A média dos rendimentos do trabalhador branco, por hora, era de 4.580; para o negro 2.140, ou seja, menos da metade. Entre os analfabetos, brancos e negros ganham praticamente a mesma coisa. Com o nível de escolaridade, aí aparece a grande diferença de rendimento. Por exemplo: para quem tem 2º grau completo, os trabalhadores negros ganhavam 8.715 cruzeiros por hora, enquanto os brancos, 14.636 cruzeiros por hora, ou seja, os negros têm 59% do rendimento dos brancos.

Essa diferença que estou mencionando, a título de ilustração empírica, aponta que hoje em dia é muito maior, em termos relativos, do que aquela que existe nos Estados Unidos entre brancos e negros. O Brasil sempre se olhou no espelho do sistema racial americano para concluir sobre a benignidade da sua democracia racial.

Conclusão: não será através dos processos de mobilidade social e individual que a diferença sócio-econômica entre grupos raciais e a baixa participação do negro em várias dimensões de cidadania vão desaparecer. Os estudos sobre mobilidade social mostram que as desigualdades estão sendo reproduzidas constantemente no presente. O negro fica continuamente confinado a posições inferiores.

Quanto ao futuro, estamos aí num processo de reabertura democrática – democratização ou redemocratização. Não que queira dar um toque pessimista, mas, pelo menos, não sou muito otimista, e tenho alguns motivos para não ser muito otimista. Um desses motivos é por força da lei, é possível acabar com um sistema de segregação racial legalmente instituído.

Neste caso, nos Estados Unidos, a partir daquela famosa decisão da Corte Suprema, em 1954, *Brown versus* não sei qual Estado, começou o processo de desmontagem do sistema de segregação racial americano. Já é muito mais difícil decretar por lei o fim de um sistema racista, de seleção social, que não está legalmente sancionado – o caso brasileiro.

Em princípio, se se olha para a frente, se se pensa na Constituinte, nos dispositivos legais que poderiam ser derivados dessa futura Constituição, é uma dificuldade séria: como lidar com um sistema de racismo que não tem sanção legal, que funciona de maneira informal, porém muito eficiente, mantendo o negro na base da hierarquia social.

Outro aspecto que também me deixa pouco otimista – prefiro não me declarar pessimista – é um pouco daquilo que Florestan Fernandes, já há algum tempo, no seu livro “Interação do Negro em Sociedades de Classes”, chamava a atenção, e a que, há pouco, a professora Lélia se referia: perdura ainda hoje um isolamento político dos negros. A população branca em geral, a classe política brasileira, os intelectuais progressistas e não progressistas, a comunidade de cientistas sociais no Brasil, se acomodam confortavelmente a essa retórica oficial da inexistência de um problema racial no País. É como se os ouvidos brancos estivessem impermeabilizados para aceitar a idéia de que no Brasil há racismo, há discriminação, há preconceito. Isso tem efeitos sobre a identidade do brasileiro, como a professora Lélia lembrava, tem efeitos na participação do negro nas várias dimensões de cidadania e tem efeitos na reprodução dessas desigualdades que confinam continuamente o negro a posições inferiores na sociedade.

Indícios captados no ar: qual é a composição da Comissão Pré-Constituinte que está aí funcionando com 50 membros? Ao que me consta, há um negro, há duas mulheres, não tenho certeza se um ou dois operários, e nenhum índio. O perfil dessa Pré-Constituinte realmente não é muito representativo da sociedade brasileira.

Lembro que o presidente Tancredo Neves, não sei se antes da eleição pelo Colégio Eleitoral ou depois, teve um encontro com negros e negras e se mostrou sensível à idéia de que algo deveria ser feito. Há a idéia, por exemplo, de se criar, no plano federal, algo semelhante ao que existe no Governo Montoro, em São Paulo – o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra –, ou algo também assemelhado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, bravamente perseguido pela deputada Ruth Escobar.

Está se vendo que nada disso aconteceu, não foi criado nenhum Conselho, a nível federal, para lidar com esta questão.

Ultimamente tenho conversado com militantes negros, particularmente no Rio de Janeiro. Em Campinas, houve, no mês passado, um seminário: “Jornada do Negro pela Constituinte”. Também perguntei lá aos organizadores sobre que idéias estão surgindo; sobre o que se está

pensando encaminhar para essa Constituinte, em termos de reivindicações, agendas de reivindicações do negro. As respostas que tenho obtido são muito evasivas. Em geral todo mundo diz: quem está fazendo o trabalho de recompilação é Hélio Santos, esse único negro que participa da Comissão Pré-Constituinte.

Acredito que algumas coisas básicas possam ser feitas. Algo tem que ser pensado, no sentido de substituir, reformular ou jogar ao mar, criar outra coisa no lugar da Lei Afonso Arinos, pois, como já mencionei, seria preferível ficar sem nenhuma. Pelo contrário, às vezes, quando um negro tenta acionar alguém por esta lei, recebe represálias. Algo poderia ser feito no plano constitucional para que para igual trabalho haja igual remuneração, tendo em vista que hoje em dia por igual trabalho o negro recebe menos. Isso também tem as suas limitações, isto é, se um branco e um negro que estão trabalhando na mesma ocupação, o negro deveria obter igual remuneração. No entanto, isto não soluciona o problema da iniciação ocupacional do negro, que é sempre mais para baixo e mais achatada.

Há de se pensar também no problema da articulação do negro com os vários movimentos sociais, no caso de conflito de terra urbana, conflito de terra rural, problema de bóias-frias, problemas de loteamentos clandestinos de periferias. Exatamente por estar nessas situações periféricas, deve representar-se nesses movimentos sociais. Mesmo que não esteja participando, de alguma forma, desses movimentos sociais, que vão levar a coisa adiante, não resolve o problema do negro com a negra, o problema de racismo. Por exemplo, se se pensa em termos de alguns programas de políticas sociais que hoje estão sendo implementados, dirigidos particularmente para populações de baixa renda, programas redistributivos – leite para crianças, complementação alimentar, etc., isso também terá algum impacto, pode ter algum impacto, simplesmente elevando um pouco os níveis de progresso, nos quais o negro está certamente presente. Também isso não resolve o problema do racismo como mecanismo de seleção social. E é possível.

Estava pensando ontem, já se tem visto, está-se falando por aí que em 85 houve certa recomposição salarial, ou seja, os ganhos salariais foram reais, em torno de 12% etc. Ia crescer novamente. No entanto, basicamente o negro está excluído, em grande parte, das categorias sindicais, que são as que têm maior poder de barganha hoje em dia. Essa reversão das políticas de achatamento salarial para a recomposição salarial também não está afetando muito. O negro não está presente nos sindicatos operários com melhor poder de barganha. O quadro é muito complicado. Confesso que a situação é “branca”, porque não consigo vislumbrar como, pelo caminho da Constituinte, essa reivindicação da população negra, em termos de desigualdades sociais, violência policial, violência simbólica, etc., possa vir a ser encaminhada, inclusive porque existe o problema da identidade: quem é negro no Brasil? Quem é branco no Brasil?

Estas são, mais ou menos, as minhas dúvidas. Realmente, confesso que tenho que falar muito mais, como as pessoas que estão pensando em termos de Constituinte. Até agora não cheguei a vislumbrar muitos caminhos, muitas idéias. Eliminar a Lei Afonso Arinos, fazer alguma coisa mais operacional e efetiva, igual trabalho, igual remuneração; vale tanto para negro quanto para a mulher. São coisas que podem vir dentro de um pacote constitucional, de reforma constitucional. Além disso, estou numa encruzilhada, não sei muito bem em que medida estão os trabalhos dessa Constituinte, cujos trabalhos vão possivelmente acabar já no centenário da abolição, enquanto poderá realmente contribuir para amenizar, diminuir – não vou dizer eliminar – o racismo no Brasil.

COORDENADOR (Roque Laraia) – Muito interessante a sua exposição e concordo. A Constituinte não vai resolver a questão do racismo, porque não se muda o pensamento de um povo, não se muda o comportamento de um povo através de leis, principalmente num país – como foi acentuado – em que não existem leis realmente racistas.

Antes de abrir o debate, já que se falou em Lei Afonso Arinos, lembro que esta Lei é também uma lei racista, no sentido em que, na sua justificativa está bem explícito: “esta lei está sendo criada para prevenir que idéias estranhas, vindas de outros países, introduzam o racismo aqui dentro” – o primeiro racismo. É uma incoerência. Faz-se uma lei contra algo que oficialmente não existe.

Há uma expectativa muito grande quanto à Constituinte. A Constituinte é importante, mas não acredito que vá ser essa grande panacéia nacional que todos estão esperando.

Neste momento a palavra está franqueada.

EDSON LOPES CARDOSO – Faço mestrado em Comunicação na Universidade de Brasília, integro a Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal, sou membro do Diretório do PT aqui, e era da Executiva até o mês passado.

Antes de começar minha intervenção, pinçarei da sua fala algo muito mais grave do que você pescou na fala do José Dirceu, de manhã.

O detalhe do José Dirceu, esse detalhe da linguagem, a linguagem permeada do racismo. O racismo é total; está na linguagem também. É detalhe que, se compararmos, por exemplo, com a sua afirmação de que não temos um ministro negro – e é profundamente racista –, ingênuo até, na medida em que, quando se vai ter uma mudança de ministério não se pergunta qual determinante para o ministro entrar, quais são as negociações que estão sendo feitas. Se vai ser negro ou branco, o que me vão interessar são seus compromissos políticos e ideológicos. Poderíamos ter uma ditadura neste País, toda de negros, como temos na África. Não vai ser esse detalhe do ministro negro que vai dizer que a questão do negro está

avanzando neste País. Não. Na sua fala, de que não temos ministro negro, é muito importante pescar isso e fazer esta observação.

Vou atualizar um pouco essas falas, porque penso não só como pesquisador da questão mas também como militante. É importante, hoje temos uma visão muito mais ampla do que está acontecendo com o Movimento Negro no País e com a questão racial no País. Estão acontecendo algumas coisas muito importantes. Na verdade, esse avanço do Movimento Negro no País é inegável. E por que é inegável? Porque vem provocando deslocamentos das visões da questão racial no País. A direita, que sempre defendeu o mito da democracia racial, particularmente o Sarney, no discurso da ONU, ainda afirma, como garantia da sua legitimidade de repúdio ao *apartheid*, o fato de no Brasil o racismo ser um crime punido por lei e que aqui temos a democracia racial. Isto recentemente. Ainda é o discurso oficial. Aparentemente este é o discurso oficial, porque, na prática, o Movimento Negro vem acuando esse discurso, da seguinte forma: em abril deste ano, um deputado da Bahia, do PDS, Gorgônio Neto, preocupado com o que ele chamava ideologização do processo político, preocupado com algumas questões muito graves, lista estas questões para um repórter da *Folha*: o caso Baumgarten, o Otávio Medeiros é chamado para depor – o que ele vai chamar a questão militar; o projeto de reforma agrária do Sarney, que é a questão agrária – é um assunto grave, era uma radicalização; algo muito estranho para ele – ele diz a palavra “estranho” – a criação de um Movimento Negro no Brasil. Então, a questão racial está inserida, em grau de importância com a questão militar e a questão agrária. Embora estranhe a existência da questão racial, o deputado inclui como problema muito sério essa contradição. Isso em abril.

Mais para o final do ano, a direita – Gorgônio Neto é deputado do PDS –, a direita, quer dizer, o PDS, com o emblema PTB, lança um candidato negro da cidade onde o negro é praticamente 80% da população. Não que ele fosse negro somente com o discurso, seu apelo, sua campanha. Fui lá pesquisar, é a minha cidade inclusive. O apelo da sua campanha é um apelo racial. Então, esta é a posição da direita: “vote em Edvaldo Brito. É para quem tem a Bahia no sangue”. Toda entrevista que fiz, todo negro entendia isso como para quem tem negro no sangue mesmo. Essa é uma campanha da direita, já com base em um apelo racial. A direita que sempre negou a existência da contradição racial no Brasil, puxa isso.

Tivemos aqui na UnB, há menos de um mês, o Frei Beto. A posição da Igreja, que tem, trabalha com o seu grupo, Grupo União Consciência Negra. Frei Beto disse aqui, na Universidade de Brasília, que “a liturgia católica tem muito a aprender com a liturgia do candomblé” – e essa expressão já é uma expressão nova – é uma questão cultural muito séria. Palavras do Frei Beto, aqui.

Então, esse avanço do Movimento Negro empurra a direita, empurra a Igreja e empurra a esquerda. Foi criada no Distrito Federal, a Comissão Negra do PCB, o que é um grande avanço.

O que temos hoje? Qual é o Código que temos hoje? Hoje, devido ao avanço do Movimento Negro, há uma grande consciência no País das contradições raciais. Ninguém hoje vai dizer, com uma posição chamada de ortodoxa, que ela é um mero apêndice do econômico. Ela começa a tomar vulto com a característica de uma contradição importante, como a contradição de sexo, e também como a contradição econômica. Esse avanço vem empurrando e deslocando posições. O que acontece nesse momento de vitória do Movimento Negro? Pela sua grande despolitização e pela grande manobra que é feita sobre o Movimento, pelo oportunismo, o que acontece? Ele vai sendo cooptado por essa coisa, que é o Carlos Moura na Assessoria do Minc, que é a Lídia na Secretaria do GDF, sem se dar conta de que permitir recuo foi a sua força enquanto Movimento Negro. E eles começam, então, a trabalhar agora para desfazer o Movimento Negro.

Ora, essa discussão da cidadania só passa para o negro se este reforçar as suas formas de organização.

Dou um depoimento, principalmente porque estamos fazendo um ano de Comissão do Negro no PT. Chegamos de um seminário no domingo, inclusive há uma pessoa aqui que estava presente, e ela não é do PT, e ela estava presente no seminário, ela é testemunha de quantas pessoas estavam na sala ouvindo o relato de inúmeras experiências que permitiram tirar linhas concretas de intervenção do PT. Pretendemos passar a nível nacional, em relação à questão racial. Muito mais do que uma posição eleitoral, muito mais do que agarrar o negro com esse voto negro, estamos querendo algo muito mais profundo. Os pontos que tivemos depois de anos de militância são os seguintes: primeiro – politização do Movimento Negro, que, como a professora Lélia disse, é difícil um negro ser de direita. Só existe Movimento Negro se estiver vinculado a uma perspectiva de transformação radical da sociedade brasileira, porque quem está na base não pretende subir aqui, negando esse truismo de que só existe rico porque existe pobre. Ora, se o pobre fosse rico, não haveria rico. O negro é o pobre do Brasil. Qualquer modificação na situação do negro no Brasil implica numa alteração profunda da sociedade brasileira. O Movimento Negro tem que ter essa perspectiva. Fora dessa perspectiva não é Movimento Negro, é um agrupamento de negros ou culturalista, e não Movimento Negro, no sentido de transformação da sociedade brasileira. Este é o primeiro ponto nosso.

O segundo é a defesa intransigente do específico da questão racial, evitando vinculá-la a um apêndice econômico. Para nós é fundamental. Os judeus – não tenho racismo contra os judeus – não são pobres. Claro que dentro do racismo passa a questão econômica, mas não como é deformada no País.

Outra questão que nos é fundamental, e aí nos distinguimos de todos os outros partidos: não queremos um agrupamento de negros dentro do PT somente. Queremos fazer um trabalho interno dentro do PT para obter do

Partido uma resposta realmente partidária, que o Partido, como um todo seja negro ou não, tenha uma resposta para a questão racial. Por quê? Porque essa questão é fundamental para o PT, não é acessória. A faixa dos trabalhadores que o PT prioriza é majoritariamente negra, no país, e para o PT ela passa a ser uma questão essencial. É isso que queremos dentro do PT, convencer o PT de que essa questão não é secundária para o Partido, essa questão é fundamental, porque o socialismo pode ser racista.

Quarto ponto: a nossa solidariedade, a nossa vinculação profunda a todos os movimentos que lutam contra a discriminação racial. Não nos afastar do Movimento Negro, que é de onde viemos, que é de onde surgimos e sim ampliar esse quadro de Partido.

A questão da Constituinte. Como vamos para a Constituinte? O que estamos sentindo no oportunismo? Começam algumas pessoas a trabalhar, no discurso para a Constituinte, que o negro tem que votar em negro, porque a presença negra lá é que vai defender os direitos do negro. Esta é uma grande armadilha, porque vai desorganizar uma série de trabalhos. Não é o negro que tem que votar em negro. Temos que eleger para a Constituinte, se possível negros, comprometidos com esse avanço do Movimento, com a organização do Movimento, e não simplesmente pela cor da sua epiderme, como no caso do Hélio Santos, que perdeu a oportunidade de dizer na televisão: peço que se aplique a Lei Afonso Arinos. Perdeu a oportunidade de dizer isto, para ser cooptado e para fazer parte dessa coisa.

Por enquanto, é isso.

LÉLIA GONZALEZ – É bom ouvir isto, é bom ouvir que há isso dentro do PT. Como sabem, fui a primeira suplente da bancada federal do PT do Rio de Janeiro. Na minha quase eleição, fiquei por mil votos, o meu eleitorado não foi apenas negro. Colocando-se a questão da discriminação, tem-se que ser coerente: discriminação da mulher, do negro, do índio e dos homossexuais também. Por causa disso, dentro do PT fui chamada de direita, porque estava levantando essas questões.

Ontem estava lendo um artigo do Carlos Estêvam, na revista *Presença*, a respeito da estrutura partidária no Brasil. Um negócio muito sério, porque ainda está por se constituir. A minha experiência, companheiro, quero passar-lhe, enquanto PT do Rio de Janeiro, foi das mais desastrosas. Eu era da Executiva Nacional do PT. Nessa Executiva Nacional o que percebíamos efetivamente, quando eu fazia as minhas intervenções, foi a denúncia que o Carlos fez aqui: fazia os meus documentos, etc., todo mundo aplaudia, achava muito bonito e nada mais era feito. Os companheiros de São Paulo, vários companheiros foram candidatos. Inclusive a Comissão dos Negros do PT de São Paulo também se organizou e o que se percebe – isso que Carlos Hasenbalg disse aqui – é a realidade em termos de Brasil.

Por outro lado, quando falamos em ministro negro, é figura de retórica. Evidentemente, estamos tentando justamente chamar a atenção para a questão do mito da democracia racial. Percebendo nosso negro, claro, está aí a prova da democracia racial, como você disse. Tem-se a Comissão do Negro, tem-se democracia racial, coisas como tais. Por tudo isso que você está dizendo para mim aqui agora já vínhamos lutando, desde o Movimento Negro Unificado e fomos nós que levamos essas questões para dentro do PT.

De novo chamo atenção para um artigo, aliás, sobre ele falei de manhã aqui, a respeito de um programa que o PT faz a nível nacional. Levantamos os dez problemas mais graves do Brasil. Não colocou a questão do negro. E, como se sabe, temos vários companheiros dentro do PT, de estrato negro, e que não se assumem como tais. Exemplo, o sr. Djalma Bom, que é um crioulo, crioulo mesmo, gosta de samba, etc., e tal, mas só leva a questão do sindical, só leva a questão da luta de classes e coisas que tais. Em termos de PT do Rio de Janeiro, temos um senhor de engenho chamado Wladimir Palmeira. Não dá para se trabalhar dentro de um tipo de partido como este. E há uma diferença profunda, – não conheço bem o PT daqui – entre PT do Rio e de São Paulo. São Paulo é outro papo. No Rio de Janeiro – me perdoem a expressão – não dá pé para nada, nem para ninguém.

Colocando a questão eleitoral, só estou apontando para um sintoma da realidade do Rio de Janeiro especificamente, com relação à eleição de Leonel Brizola, que foi eleito majoritariamente pela população negra. A respeito foram realizados estudos no IUPERJ.

Por exemplo, Leonel Brizola está fazendo um tipo de governo onde investe, efetiva e concretamente, nessa população, via educação. A questão, por exemplo, dos CIEPs. Se se chega a qualquer empregada doméstica, qualquer morador da Baixada Fluminense, claro que existe a questão do profissionalismo e tal, que é outra questão a discutir, mas quando se tem o filho na escola, aquele papo todo que fica o dia inteiro, etc., numa educação que visa rever o discurso e as práticas pedagógicas, que busca rever dentro do CIEP, aí vejo uma atitude puramente concreta e que está visando justamente essa comunidade, que é a grande marginalizada no processo.

Suas colocações em termos de politização do negro, na defesa específica da questão racial, para mim não é programa de ação do Movimento Negro Unificado. Tranqüilamente. No nosso Encontro em 1979, debatemos, nos antecipamos. Inclusive quando se colocou a questão da violência urbana, nos antecipamos, sabendo em cima de quem, a grande vítima em termos dessa violência.

É importante, sim, a participação dos negros dentro dos partidos.

Quando o companheiro Edson Lopes Cardoso fala em agrupamento de negros, os outros partidos teriam agrupamentos de negros; e dentro do

PT, não. Me recordo aqui da fala do José Dirceu ontem – colocou muito bem, aliás, a fala do Dirceu foi excelente – que o PT não se arvora em ser o Partido dos Trabalhadores. Isso é muito importante, demonstra uma maturidade, no sentido do conhecimento maior da realidade brasileira, da complexidade dessa realidade.

Outro partido que vejo preocupado com a questão do negro, de maneira muito mais efetiva, é justamente o PDT. Lá existe um movimento negro interno, dentro do PDT, com suas rachas, com seus pegas, com essas coisas todas.

É importante que, dentro dos partidos, nos organizemos sem nos elitizarmos também, para podermos levar as nossas questões.

Vou dar um exemplo concreto – e é importante – para confirmar o que Edson Lopes falou.

No Governo Brizola temos um secretário de Habitação e Trabalho que é um negro, Caó, que está fazendo um trabalho extraordinário, trabalho muito bom. Ele está transando o quê? A questão de terras, dos loteamentos clandestinos, a questão da posse de terra em termos das favelas, a questão da propriedade de terras das favelas, etc. Está fazendo um trabalho realmente fundamental. É importante, sim, uma figura como a do Caó, que evidentemente é negro, isso em termos da questão da identidade. Até hoje os brancos falaram por nós. Temos que assumir nossa voz. É aquele velho papo, temos que ser sujeitos do nosso próprio discurso, das nossas próprias práticas. O Governo Brizola, no Rio de Janeiro, colocou negros em três Secretarias de Estado. Dançaram quando tentavam isolar criouleur, simplesmente colocando a nível de epiderme determinada pessoa na Secretaria de Estado, que, infelizmente, era uma mulher. De repente, uma mulher negra – olha, somos os primeiros a ter uma mulher negra. Dançaram. Hoje fazem autocrítica tranqüilamente, porque as duas únicas mulheres negras que havia no Rio de Janeiro, brigando mesmo, estavam as duas no PT. No caso, Bené e eu.

É claro que o Movimento Negro não é um Movimento epidérmico, mas garanto uma coisa, quando a policia cai em cima, cai em cima da epiderme mesmo. Nós, que estamos aqui, na Universidade, que somos os neguinhos letrados, que sabemos uma porção de coisas, tudo bem. Mesmo assim, já sofremos injunções. Como as sofro, por exemplo, no apartamento onde moro. Mudei agora para Santa Teresa. Todo dia eu chegava e a criancada: olha a nega do cabelo vermelho, olha a nega da peruca, olha a nega disso e daquilo. Um dia rodei a baiana, e chamei os pais e falei: qual é?! Aliás, a resposta era assim: não, não é porque a sra. seja negra. De psicanálise entendemos. Em psicanálise isso se chama denegação. Quer dizer, é justamente pelo fato de eu ser negra, só por isso.

Estamos aí sofrendo cotidianamente essas injunções, enquanto mulher negra, enquanto mãe negra.

Embora eu seja professora universitária, viajada pelo mundo inteiro, diabo-a-quatro, pertencço a associações internacionais disso ou daquilo, o que acontece no meu cotidiano concreto? Quando o meu filho saía para ir à escola, ou para ir a festa, para ir ao trabalho ou onde quer que ele fosse, a partir de determinada hora eu começava a ficar verde, porque não sabia se meu filho voltava para casa.

Eu me recordo, perfeitamente, na campanha de 82, estávamos no Morro do Chapéu na Mangueira, fazendo a campanha, Bené e eu, lá em cima do Morro, e o filho da Bené não chegava. A Bené já estava cinza, não conseguia articular nada do seu discurso, porque o filho não tinha chegado, tinha saído cedo para ir à praia, já era de noite e não tinha voltado, porque não sabemos se volta.

O Movimento Negro não é um movimento epidérmico evidentemente. Temos que nos unir aos nossos aliados. Como bem colocou o Terena, aqui, e como sempre colocamos, temos que ter, sem sombra de dúvida, os nossos aliados nos setores progressistas e revolucionários desta sociedade.

Faz justamente um ano, 23 de dezembro, uma companheira nossa saiu correndo para fazer as suas compras nas Lojas Brasileiras no Rio-Sul do Rio de Janeiro. Fez as suas compras. Funcionária pública, atriz, classe média negra. De repente, foi acusada de ser ladra. Passou por uma profunda humilhação, porque foi revistada, apalpada, etc., até que chegou alguém e disse: não, mas essa moça pagou a sua conta. E ela não é pretinha, tinta fraca igual a você e eu. Não. Ela é azul-marinho mesmo. Quer dizer, é crioulo, então é ladrão.

Temos o caso de outra mulher negra que na Sloper do Rio de Janeiro nem sabemos se se suicidou ou se foi suicidada. Pela mesma questão, em tempos de Natal. Ela, com aquele crediariozinho da Sloper, tudo direitinho, comprando. Resolveram que ela era ladra. Levaram-na lá para o último andar e deram porrada, torturaram, fizeram e aconteceram, e a moça se atirou ou foi atirada lá de cima. Não conseguimos resolver o caso.

Existe essa especificidade, sim, a nível de cor de pele. No Brasil a questão é vista por aí. Há muito crioulo aí disfarçado de branco e que não sofre nenhum tipo de injunção como esta.

Temos que ter muito cuidado na colocação destas questões.

Em termos de Movimento Negro, muitas vezes surge uma série de contradições. Vamos perceber que, em termos da comunidade negra, como um todo, é muito importante ver um negro, quando vai pintando aquele negócio, neguinho fica orgulhoso, neguinho fica esperançoso. Evidentemente, nosso papel é tentar organizar essas comunidades.

Quando Frei Beto chega e diz que a liturgia do candomblé tem muito a ensinar à Igreja Católica, para mim até aí morreu o Neves. Pode-se até ser do candomblé... Para a turma do candomblé a Igreja é uma boa. Você sabe disso, pois é da Bahia, você transa candomblé, você sabe, inclusive faz parte, o final da iniciação é uma igreja. A coisa não passa por aí. A questão é

que a igreja não vai assumir o Movimento de União e Consciência Negra, por exemplo. É um Movimento criado pela Igreja, não há sombra de dúvida, mas me recordo muito bem das palavras de um Leonardo Boff: “você se organizem autonomamente, não esperem muito da Igreja Católica”. Realmente não dá para esperar. Eles sempre mamaram em cima da gente. Embora ache importante que ela gere organização de negros lá dentro também, mas com essa consciência, o que não existe nas igrejas protestantes, com exceção da igreja metodista, onde há uma tentativa, efetivamente, de discutir a questão racial. Solidariedade, sim. Temos que ter solidariedade. Solidariedade com todos os movimentos: movimento sindical, movimento indígena...

Tinha trazido um trabalho solitário que vínhamos fazendo dentro da Universidade Católica, enquanto professora, no sentido de colocar a questão do indígena e a questão do negro. A questão não é só no Brasil. É de tal forma jogada para o alto que, por exemplo, trabalho na PUC do Rio de Janeiro, não sou uma “filha da PUC”, porque não estudei lá; professora da PUC, a PUC tem um convênio com universidades americanas. Há poucos dias chamei um companheiro do Movimento Negro para levar um papo lá sobre a questão. Algumas turmas reuniram-se, uma companheira da Ciência Política levou a sua turma também, e, de repente, uma pessoa disse: estou apavorada, estou apavorada com essa situação... Uma aluna americana, não sei se da Universidade de Yale, levantou-se e deu um “esporro” na estudantada que ali estava. Deu um “esporro”, disse o seguinte: como é possível que vocês não tenham consciência do que se está passando aqui no país de vocês? Como é possível que vocês não vejam isto? Estamos vendo que neguinho... Eles ficaram espantadíssimos. Vê-se a publicidade na televisão, esses baratos todos é aquele velho papo, tem-se a impressão de que se está num país escandinavo, coisas que tais. Chega na rua, o visual é outro, o molejo é outro, coisas e tais.

Todas as questões que você está propondo aqui, o Movimento Negro Unificado teve o privilégio de ter sido, nos anos 70 aquele que articulou todas essas questões, desde a sua fundação até 82. Nas eleições, eu pertencia à Comissão Executiva Nacional do MNU. Evidentemente a maioria dos negros que estão no PT foram do MNU. O MNU é uma grande vanguarda em termos da situação geral de perda de identidade, como vimos aqui, com relação à população negra de um todo. Portanto, há necessidade, sim, de estarmos organizados nos diferentes partidos políticos, nos sindicatos, nas universidades, nas escolas, nos locais de trabalho etc. Isto o MNU propunha em 1978. Claro que está muito próximo das propostas do PT, mas me parece que temos que jogar a nossa diversidade dentro do Movimento Negro. Jogar com essa diversidade, sim, porque, como já vimos em termos de movimento de mulheres, é claro que se investe muito mais em questão de mulher. Por exemplo, quando o Carlos falou sobre o *boom* universitário, em termos de ensino universitário que houve no

Brasil, vai-se ver que quem se beneficiou muito com esse *boom* foram as mulheres brancas. De 68 a 73 o número de mulheres nas universidades empatou com o dos homens. Mas que mulheres são essas? Mulheres brancas. Nós mulheres negras que estamos na universidade somos muito poucas. Mulher, então, já se viu...

Concordo absolutamente com as questões que você coloca, porque a minha linha de ação vem por aí. É justamente essa linha de ação que pretendo desenvolver dentro do PDT. Sai do PT e fui para o PDT, porque, vendo Domingos José Ramos manipulando o PT dentro do Rio de Janeiro, da forma como manipula, não se pode ficar. Inclusive, tem-se que trabalhar com aquelas bases, tem que aprovar uma OS, tem que ir para Nova Iguaçu, tem que enfrentar aquela barra pesada de Brizolândia, para tentar articular em termos de uma organização. Consciência negra eles têm, isso eles têm. O crioulo é sábio, sobretudo em termos de violência policial. Tem-se que levar a nível do quê? Do político. E não há dúvida de que o PDT – a meu ver – tranqüilamente investe com muita sagacidade em cima do criouléu. Tranqüilamente. Esta, a minha colocação.

PARTICIPANTE – São duas perguntas: uma, para o Terena; outra para a professora Lélia.

Realmente ignoro a condição do índio. Então, é uma questão de curiosidade.

Morei 23 anos no Rio de Janeiro e acredito que no Rio de Janeiro, em questão do negro, a especificidade é muito grande com relação ao resto do País, assim como acredito que Bahia, São Paulo, cada um tem...

Sou filho de militar e eu morava na Zona Sul do Rio. Lembro-me bem que a minha avó escutava de manhã a Rádio Globo, que tinha um programa em que havia uma historieta policial, e colocava da seguinte maneira: “foi assaltado por três pedaços de asfalto”.

Tenho a impressão de que é específico do Rio de Janeiro. Nunca ouvi isso aqui, em Brasília, como nunca ouvi em São Paulo. Tenho impressão de que no Rio de Janeiro existe realmente uma ligação muito íntima entre o negro e a marginalidade, porque, quando começaram a fazer revistas nos ônibus, dentro do Rio de Janeiro, só eram revistados os negros, realmente. A ponto de minha mãe, que é uma pessoa extremamente reacionária, tirar a carteira de identidade dela e ficar assim: por que não me revistam? Por que eu sou branca? Criou problemas dentro do próprio ônibus com o policial. Dentro do Rio de Janeiro, é específico, tem essa ligação realmente de marginalidade e o negro.

PARTICIPANTE – Em São Paulo?

PARTICIPANTE – Não, não sei. Não conheço São Paulo. Aqui, em Brasília, não vejo isso. Não sei se existe. Pode ser menor também. No Rio

de Janeiro, o próprio meio de comunicação influi constantemente e bate nesse assunto. Inclusive algo agressivo.

Pode ser por isso também. De repente, vai-se puxar esse assunto. Acredito. Citei o exemplo do Rio de Janeiro porque é o exemplo que conheço.

PARTICIPANTE – Fica mais explicitado.

PARTICIPANTE – Exatamente. Esse assunto racismo tem que ser levado também para o próprio meio de comunicação. Como a professora Lélia mesma colocou, parece que estamos num país escandinavo, onde todo mundo é ariano, quando, na realidade, sabemos que não é nada disso. A Rede Globo de Televisão legitima o padrão de beleza do branco. O negro é sempre empregado doméstico ou, no máximo, um preto velho bonzinho. Não há condições. Amanhã vai ser discutido o meio de comunicação, de grande influência na questão.

Quanto à questão do negro em si, tenho muito medo haja algo que você colocou no final, e que ia até falar. Tenho medo de que eles se coloquem num gueto. Tenho medo disso. De repente começa, a segregação existe, é real, embora não seja reconhecida, e não sei se esse não ser reconhecida pode ser uma vantagem ou não no caso similar, exatamente por esse não reconhecer mudar o sistema por baixo dele, usando o próprio sistema para mim. Não sei, pode ser uma tática errada, pode ser uma maneira errada de eu interpretar. Tenho a impressão de que, muitas vezes, quando se coloca somos negros – vai-se transformar até num folclore ser negro, e não o negro realmente, porque existe a folclorização do negro, que é algo gravíssimo e doloroso de ver. Do negro e do índio.

PARTICIPANTE – As culturas negras e indígenas neste País são consideradas como folclore.

PARTICIPANTE – Existe esse perigo. A identidade negra, além de belíssima, tem que ser cultivada. Existe esse perigo da folclorização, nessa intensificação.

A outra pergunta que tenho destina-se ao Terena.

Acredito que deva ser extremamente humilhante ser tutelado pela FUNAI. Não há dúvida. Praticamente você tem direito à carteira de identidade? Não pode viajar? Pode viajar? Ignoro completamente e sou curioso por saber. Pode ser que a maioria das pessoas aqui conheçam. Não conheço e gostaria de saber, realmente.

MARCOS TERENA – Como eu disse àquela hora, falando a meu respeito, quando conheci a FUNAI já tinha tudo. Tanto que vou contar uma história, para que se entenda o problema.

Quando estava aprendendo a pilotar avião, geralmente quem dá instrução é um oficial, já é um tenente, ou um capitão. Quando estava aprendendo a pousar o avião, que chamamos de curva-base, ou seja, quando se vira o avião para ver a pista, o tenente me deu um tapa no capacete (usamos um capacete) e disse: capricha nesse pouso, japonês. Foi exatamente um choque que provocou uma reação, que até então eu nunca tinha tido. Ajeitei o capacete, fui lá, pousei o avião, quando saímos da pista, disse para ele – sabemos disso, mas eu disse tenente, gostaria de fazer uma observação para o sr. Ele disse: pode fazer, o que é? Eu falei: não sou japonês sou um índio. Ele ficou tão chocado também com isso, – um índio? Geralmente depois do voo é feito o que chamamos *briefing*, ou seja, depois o oficial diz onde é que falhou, onde é que acertou. Ele não fez isso de imediato. Por quê? Depois ele me disse: aprendi muito com seu povo, porque fiz sobrevivência na selva junto com os índios, quer dizer, se eu cair amanhã no mato, sei me virar, porque aprendi com os índios.

Naquela época, apesar de eu já ter toda esta indumentária que geralmente as pessoas têm, ninguém questionou a minha identidade, a minha origem. Quando quis ser piloto da FUNAI, o pessoal disse não. Por que vamos dar um avião para você, se você é tutelado, se você é incapaz para dirigir um avião? Falei: mas não é você que avalia isso, quem avalia isso é a Aeronáutica. Então, vamos questionar isso com a Aeronáutica. A Aeronáutica responde: não, não interessa se o camarada é negro, branco, índio, ou mulher. O que interessa é que esteja habilitado para essa função.

Na verdade, muitos índios viveram essas situações também e não querem identificar-se como índio, para não sofrer esse tipo de discriminação. Conheço índios que são médicos, são engenheiros e não querem mexer com isso, porque já têm a vida pronta. Por exemplo, tiro uma identidade aqui, se valer toda minha identidade, ninguém vai descobrir se sou índio. Talvez pelo rosto vai-se dizer que é um japonês, mas pelo nome vai-se ver que não tem nada de japonês.

Vejo essa possibilidade de o índio ter essas condições sem perder a sua identidade cultural, que eu consegui recuperar. Durante toda minha vida escondi a condição de índio, mas conquistando, paralelo a essa recusa de querer ser índio, muita coisa que talvez como índio eu não tivesse conquistado. O trabalho que procuramos fazer com os índios jovens agora é exatamente dizer para eles: vocês têm um valor. Agora vocês têm que fazer valer isso diante da sociedade. Falamos para as pessoas que geralmente trabalham com o índio, ou gostam do índio, ou que sentem certa emoção quando vêem um índio: vocês não podem ter dó do índio, vocês têm que olhar para o índio como se ele fosse uma pessoa qualquer. Ele está vivendo um estágio que talvez nós próprios, aqui, em pleno século XX, tenhamos vivido muito tempo atrás, que inclusive o próprio FMI atua dessa forma com os brasileiros, para se ver como é o processo.

Então, o trabalho que se procura fazer com os índios é um processo de conquista. Se amanhã ele terminar o 2º grau, vai fazer jus ao título de elemento de curso secundário, se ele se formar, independente da condição de ele ser índio.

A tutela, sim. Não posso, por exemplo, abrir mão da tutela, mesmo que seja só papel. Não dependo da FUNAI, mas não posso abrir mão da tutela, exatamente pelo vínculo que ela tem do fato de ser índio. Senão deixo de ser índio. Aí não sou mais filho da minha mãe, não sou mais filho do meu pai e, conseqüentemente, não faço mais parte da comunidade Terena. Se não faço mais parte da comunidade Terena, não faço jus a um somatório de forças para segurar a terra. A terra está muito ligada à questão da tutela. Na verdade, a terra indígena não é indígena, a terra é da União. Na verdade, os índios são posseiros do Estado, enquanto índios. A legislação mesmo diz. A Presidência da República, após avaliação pode emancipar uma comunidade toda, mas ninguém diz: essa comunidade vai para onde? Isso não se diz, não está escrito.

A questão da tutela funcionaria mais ou menos como um meio de defesa, não necessariamente de dependência. É lógico, quando citei aquele exemplo da corrupção, isso é algo marcante dentro do órgão tutelar. Diria até mesmo que não é a FUNAI quem faz isso, mas os elementos que estão infiltrados dentro da FUNAI, para trabalhar contra o processo de conquista das comunidades indígenas.

PARTICIPANTE – Falou-se das esquerdas também. Outra coisa que queria que respondesse, naquele negócio da folclorização. Tenho a impressão de que esse problema de as esquerdas ignorarem o negro, ou a própria questão do negro, é uma questão histórica, porque nem Marx falou no negro. Aliás, ele era racista. Se se for pegar desse jeito, vai-se ver que de lá para cá ninguém falou do negro. Tenho a impressão de que a própria questão de formação de partido político, a própria questão dos partidos políticos, se baseia nisso, já que tudo isso é baseado em cima do marxismo. Marx não falou dos negros. Ele separou burgueses e proletários, pronto. Daí, onde é que se encaixa o negro nisso?

LÉLIA GONZALEZ – (Início inaudível) – Em termos do próprio português falado no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, pega-se uma faixa dos falares brasileiros, são profundamente africanizados.

A meu ver, em termos de uma formação cultural brasileira, sobretudo em termos dessa região de que estou falando, houve internacionalização de uma negritude. De repente, a figura da mãe preta na cabeça dos brancos é um negócio muito forte. Foi justamente ela que passou isso aí de a gente falar português. Inventei esta expressão de que no Brasil falamos é “pretuguês”. Não falamos português, porque, se falássemos português, teríamos outro sotaque, evidentemente.

A questão da folclorização está, evidentemente, em cima da apropriação. Relega-se a condição de um folclore, mas se apropria, em termos de exploração econômica dessa produção cultural, e está aí: o carnaval do Rio, da Bahia. O mesmo acontece no Caribe. Veja-se o carnaval do Caribe. É o crioulo que segura esses carnavais todos. A impressão racial permanece e a inspiração econômica está lá. Evidentemente que não estamos aqui também para renunciar a certos códigos culturais, a certos valores culturais que temos. Não é pelo fato de eu ser crioulo que tenho que dançar samba. Por aí é que passa, por exemplo, uma incompreensão das esquerdas com relação ao movimento *soul* quando surgiu no Rio de Janeiro, em São Paulo, com relação a esse *break*, que neguinho fica achando que tudo isso é questão de imperialismo, quando a negrada assume: aí está vendo, são uns alienados. têm que dançar samba. Não é por aí. Essa questão dos valores culturais negros tem que ser entendida exatamente como o Terena colocou: olho no olho, de igual para igual. Evidentemente, não é pelo fato de o branco, pelo sistema, folclorizar a nossa cultura que vamos renunciar a essa cultura. Muito pelo contrário. Permanecemos e defendemos esses valores culturais.

Com relação ao Rio de Janeiro, como eu disse, não é só Rio de Janeiro. Não. É o Brasil inteiro. Se se vai ao Rio Grande do Sul, vê-se crioulinho sentado de um lado e branquinho sentado do outro. No Rio, apenas porque o carioca é mais fácil de expressão, joga suas expressões todas, aliás, muito negras. Então, a coisa fica mais explicitada.

PARTICIPANTE – Só queria endossar essa questão do camuflamento do preconceito racial, porque, numa jornada de comunicação, com diretores de propaganda, numa faculdade de Brasília, onde estava presente, essa questão do negro foi levantada e falei: se vocês estão negando a questão racial, me expliquem por que na propaganda do Neston chocolate aparece, num primeiro plano, um garoto negro. Quer dizer, isso está diretamente associado ao chocolate.

Outra observação – sobre a corrida de Kyalami, na época em que estava no auge a briga do *apartheid* quando o Itamaraty fez um apelo ao Ayrton Senna e ao Nelson Piquet para que não participassem da corrida e ambos se negaram a aceitar a recomendação.

Era só no sentido de ilustração, para dizer que isso existe realmente.

Uma pergunta ao Terena. Na sala de aula nos foi levado um antropólogo e, posteriormente, um jornalista-fotógrafo que fotografou e filmou a dança, o Quarup, o ritual do Quarup no Xingu. Ele mostrou um índio andando de bicicleta com um *headphone* nos ouvidos e ainda brincou conosco: vocês sabem quem ele está ouvindo? Ele está ouvindo aquele cantor inglês, o Ritchie. Um índio andando de bicicleta, ouvindo um cantor inglês.

Como esse jornalista não era antropólogo, porque o antropólogo fora anteriormente, não soube dar uma explicação de até que ponto essa culturação e prejudicial ao índio.

Existe uma preocupação de pessoas como você, que estão fora, no sentido de conscientizar esses índios de que isso pode ser um mal, – e aqui a pergunta: até que ponto isso é prejudicial à cultura indígena.

LÉLIA GONZALEZ – No que diz respeito a essa exaltação, não do traseiro não, é bunda mesmo, porque quem fala traseiro é português. Com muito medo, falamos bumbum, bumbunzinho, etc. Faz parte dos valores desse emaranhado chamado Brasil. E é uma contribuição efetiva do negro, e que está em cima da sexualidade – a questão de uma sexualidade brasileira ainda não foi devidamente levantada, estudada e discutida – e em cima de uma série de questões.

Com relação à questão da publicidade, nesse livrinho que temos juntos, o Carlos Hosenbalg e eu, o Carlos tem um artigo justamente sobre a questão do negro na publicidade. Se conseguirmos um exemplar lá no Rio, mandaremos para a Universidade de Brasília, pois o livro já está esgotado, foi de 82. A análise que o Carlos faz é das mais interessantes. É importante ressaltar os avanços havidos neste sentido. Por exemplo, quando se vê novela tipo “Corpo a Corpo”, minha visão foi que só os brancos é que sabiam da questão racial, porque o criouleur não sabia de nada, eram os brancos que falavam e o criouleur aceitava tranqüilamente. Em “Tenda dos Milagres” houve uma tentativa, mas sempre de apontar para o gueto: está vendo como eles são bonitos... Uma tentativa, em certo sentido, que acabou até folclorizando: é tão bonito, maravilhoso, extraordinário, etc., mas houve – a meu ver – uma guetização e um pouco de folclorização, embora tenha gostado muito da série.

MARCOS TERENA – Já estou considerando todos aqui como aliados dessas questões indígenas e, inclusive, me coloco à sua disposição.

Estou trabalhando dentro do Ministério da Cultura, mas procuro sempre me colocar mais como um índio do que propriamente o assessor de um ministro. Inclusive, às vezes o Carlos Moura me dá uns toques, me diz: olha, você tem que ir lá ao gabinete... Não, é preferível ficar junto com o nosso povo, o nosso pessoal.

Então, me coloco à disposição de vocês no Ministério da Cultura, num trabalho de troca de idéias, porque precisamos disso, eu particularmente preciso disso, pois não é todo dia que estou em contato com os índios, com as comunidades indígenas. Portanto, é necessário conversar com pessoas identificadas com essa causa.

Com relação ao que você falou, realmente é uma verdade. O rádio tem um poder muito grande de comunicação no interior do País.

Como eu disse, vivi muito na Amazônia e o que ouvia muito lá era a Radio Nacional da Amazônia. Esse meio de comunicação chega a aldeia de diversas formas. Não há como se evitar que o índio agora, às seis e meia, esteja ouvindo Milionario e José Rico na rádio de Goiânia, ou Roberto Carlos na Radio Bandeirantes, porque o poder de comunicação já está chegando lá e o índio já tem o radinho de pilha. Também serve como dado para que consideremos, começemos a avaliar o índio de maneira diferente. Não trato com o índio. Tínhamos proposto à “Voz do Brasil” dessa oportunidade para nós – até selecionei quatro índios estudantes, um carajá, um terena, um xavante e um caiapo – de falar na nossa língua, durante cinco minutos que, desse espaço para nós. O que aconteceu? O elemento com quem estávamos tratando foi afastado da programação. Por quê? Porque podia ser perigoso. Que informação que você vai dar? Da mesma forma que chega lá o Michael Jackson cantando... Fui a uma aldeia e ouvi o Michael Jackson cantando. Por que não poderíamos chegar lá, o próprio índio que está estudando aqui em Brasília. Por exemplo, um carajá falando na língua dele, quem sabe um fundo musical, aí aquele índio... Tivemos essa experiência na “Semana da Independência”? Era: “A Independência é a Gente que Faz”. Traduzimos isso na nossa língua, a independência a gente que faz, a gente dizendo isso.

Teve uma repercussão boa. No entanto, os analistas da questão ficaram preocupados com isso.

Está chegando esse informe aos índios. Temos que saber conduzir, saber trabalhar essas informações, para que o índio realmente não se corrompa também através dos meios de comunicação.

PARTICIPANTE – Não sei se estou cometendo um pecado aqui.

A discussão já se realizou bastante em termos políticos. É normal, visto que os representantes das próprias minorias estão aqui.

Focalizarei a questão por um outro lado, pensando muito num texto que li hoje, da Eunice Paiva, publicado no “O Índio e a Cidadania”, pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, em que ela chama a atenção para uma definição de conceitos, que, antes de qualquer coisa, temos que definir os conceitos, para que as coisas se encaminhem politicamente com certa coerência.

Penso, então, no conceito de cidadania, antes de qualquer coisa.

O conceito de cidadania está altamente atrelado ao conceito de igualdade, e esse conceito, é extremamente monolítico, não à igualdade de oportunidade, mas a uma igualdade que pressupõe uma falta de diversidade. É isso muito ligado às nossas próprias representações de horror ao diverso.

De repente a nossa sociedade pensa, como a maioria delas, como uma coisa única e num estado “x”, em que as outras têm que chegar até ela. A partir daí é que vem a estratégica delegação da cidadania das minorias.

Então, por que as minorias não têm um estatuto de cidadania definida? Exatamente por causa disso: porque são minorias, a manipulação das características dessa minoria faz com que se garanta essa reprodução da não cidadanização da coisa. Por aí vai a folclorização, o elogio a cultura material, como vemos: vai-se falar sobre índio, numa exposição sobre índio, só vê cultura material, não se vê mais nada. E aí até a segregação. Quando a coisa não tem mais jeito, então segrega.

O grande conceito que tem que ser redefinido os critérios de identificação étnica. É aquele negócio: o que é índio; e o que é negro? É ter uma pele negra, ou ser índio é se ter um arco e flexa, e não poder ouvir um rádio de pilha? Não é por aí. Penso neste sentido. A questão política toda tem que ser repensada no sentido de se definir e realmente se fechar: a questão da identificação étnica – o que é uma etnia?

Penso muito na questão da mulher também. Tentaria não modificar aquele esquema do da Matta, mas coloca-lo num plano espacial, que branco é o branco adulto e normal. A mulher deve estar numa pontinha mais para cá e, de repente...

PARTICIPANTE – Mas ela está logo ali embaixo.

PARTICIPANTE – É logo ali embaixo, exatamente. A mulher branca, a mulher negra estão mais para baixo do que o homem negro.

A luta política das mulheres passou a ser uma luta conseqüente, não sei até que ponto, porque se esta no meio da coisa ainda, a partir do momento em que se definiu o conceito – o que é ser mulher? Parece que a coisa está muito mais explícita do que o que ser negro, o que é ser índio. Inclusive coisa que não interessa para ninguém, no caso, no *status* estabelecido.

Neste sentido, a questão toda passa por uma redefinição do conceito de etnicidade e de identidade étnica.

LÉLIA GONZALEZ – Coloco uma questão, já posta ontem, na debate da manhã, aqui, pelo companheiro José Geraldo de Souza Junior, da UnB, debate que foi extremamente rico.

Com relação à questão da cidadania, ele chamou atenção para um aspecto: discutiu-se muito a questão da cidadania, temos o lance do trabalhador. Há necessidade de uma cidadania plena. Por exemplo, em termos do pessoal, do trabalhador de ponta, foi o companheiro Lúcio Antônio, da Comissão de Fábrica da Ford, que colocou a questão em termos de cidadania dentro da fábrica, inclusive questionando a questão do partido político e dos sindicatos. A discussão foi muito rica neste sentido. O que se colocou foi a busca de uma cidadania plena, ou seja, a civil, que está aí no papel: somos todos iguais... A social e a política se coloca em três níveis, segundo o companheiro Werneck também já tinha chamado a

atenção. Ele chamou a atenção sobre a cidadania regulada. José Geraldo chamou a atenção para que a questão da cidadania, passa, inclusive, por uma redefinição do paradigma legal imposto a nós pela ordem burguesa. Não podemos esquecer que, como colocou o Leôncio, a questão dos direitos da cidadania, etc. foi posta pela burguesia. Não há dúvida. Historicamente foi a primeira classe a colocar a questão dos seus direitos. No nosso caso, num momento como este, num momento de transição para a democracia, esses papos todos, temos que nos redefinir, em função do paradigma que nos foi imposto. E esse paradigma, segundo ele, se não entendi mal, diz respeito à questão do desenvolvimento do progresso e da legalidade, o que temos que contrapor. Tive oportunidade de ver companheiros da Nicarágua, num Congresso Mundial em Roma, já contrapondo à noção de desenvolvimento e de progresso, que foi jogada lá do norte para cá, inclusive questionando – nós, mulheres, em Nairobi também o fizemos – que desenvolvimento e que progresso é esse, que para nós significou danos terríveis?! Lembro-me de companheiros da América Central, sobretudo da Nicarágua, colocando uma reversão nessa questão, quando dizia: nós vimos de um outro mundo, um mundo diferente do de vocês. Já virando de cabeça para baixo, exatamente aquilo para o que você havia chamado a atenção, no sentido de uma revolução dentro de uma sociedade, transformação profunda dentro de uma sociedade. A coisa passa por aí, nesta contraposição – deixa-me achar aqui, que foi um “barato” a colocação que ele fez –, no sentido da oposição entre legalidade e legitimidade. A nossa briga é em termos de legitimidade, que a legalidade está imposta. No nosso caso, então, a Lei Afonso Arinos está mostando para que serve, portanto, para a conquista de uma cidadania plena. Temos que repensar estes três níveis: o civil, o social e o político. Evidente. Quando se está colocando o social, já se está apontando para o ideológico. Por isso, em certo sentido, estou de acordo com o Carlos, que esta Constituinte que está vindo aí... A proposta, na verdade, é de organização. Temos que nos organizar enquanto povo, enquanto cidadãos de quinta, de sexta e de sétima categoria, como é o nosso caso, para tentar fazer avançar estas questões.

A questão da identidade está evidentemente relacionada com este ponto. Não sei se você esteve hoje de manhã aqui, na discussão da mulher. Houve colocações muito mais concretas em termos de Constituinte, em termos disso, daquilo, etc., mas há um detalhe fundamental a ser colocado. A questão da mulher, por exemplo, foi muito bem recebida pelo sistema. O sistema abriu espaços, abriu os braços, etc. Não estou negando a luta do Movimento, inclusive faço parte dele. No entanto, não esqueçamos que esse Movimento é originário de que extrações de classe? Classe média branca. Então, portas abertas.

No caso das etnias, “o buraco é muito mais embaixo”, porque não há interesse em se discutir essa questão. Sofremos, pela leitura desse texto, a

negação, a vergonha de ser negro, que perpassa na leitura desse texto. É negócio sério.

A construção desta identidade é um projeto, pelo qual o Movimento Negro é, sem sombra de dúvida, o grande responsável e tem que perpassar por toda a sociedade brasileira.

PARTICIPANTE – Só para complementar aquilo que a professora Lélia falou na sua exposição inicial, sobre a questão do *continuum* da cor no Brasil, que, em princípio, representaria uma fragmentação da identidade racial. Isso na cabeça da pessoa funciona, pelo menos na dos seus militantes. Há o problema de redefinição de identidade do próprio negro – quem é negro, quem é branco no Brasil. O próprio grupo negro tem que trabalhar em cima dessa redefinição de identidade. Há ainda outro problema, o problema de quem é tratado como negro no Brasil. Então, o pressuposto é nosso. Até escrevi no livro, e também Degler em seu livro – “Nem preto, Nem branco”, a tese dele, que diferencia Brasil e Estados Unidos, a existência do mulato, e furava. E furava em que sentido? Essa coisa de que mulato é mestiço, uma posição intermediária entre negro e branco.

Do ponto de vista de direção de possibilidades, esse grupo recebe tratamento homogêneo na sociedade.

Pensei exatamente nessa questão toda, inclusive na questão do índio genérico e tal, aquela coisa: o que é o índio no Brasil? Existe o índio, existem sociedades indígenas.

COORDENADOR – Com a palavra, primeiramente, o sr. José Carlos e, a seguir, o sr. Edson Lopes Cardoso.

JOSÉ CARLOS – As pessoas foram falando, então, de repente, sintetizando, vou precisar fazer três colocações. Prometo que serei breve.

Meu nome é José Carlos, sou da Secretaria do Negro do PDT-DF. Sou também do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Nanibia, bem como pertencço ao Centro de Tradições Populares, entidade que milita culturalmente no Movimento Negro, em Brasília, desde 1973.

A primeira colocação é de ordem pessoal. Vou começar por ela, que é sobre a colocação do Edson.

Em Brasília muitas outras entidades militam no Movimento Negro, e não se constituem somente na Comissão do Negro do PT. Conheço muitas pessoas da Comissão do Negro do PT e sei que as colocações do Edson, na verdade, não refletem o pensamento do conjunto que compõe essa Comissão. Realmente observamos que muitas pessoas que lá estão vêem a coisa num nível muito semelhante ao que as outras entidades estão vendo. Na verdade, temos de admitir que o processo do Movimento Negro que se verifica hoje no Brasil não deixa de ser o resultado já conseguido pela MNU

a partir de 1978, na medida em que o Movimento Negro Unificado se propôs a integrar todo esse trabalho que estava pulverizado. Isso tudo vem no bojo de uma política violenta sobre o que não nos cabe agora tecer comentários.

Como militante negro, e participando de dois tipos de entidades bastante diferentes – uma eminentemente social e cultural; outra eminentemente política – temos de convir que o nosso pensamento não difere muito desse trabalho inicial. É óbvio que cada um, procurando mover a questão de acordo com as suas particularidades, tem tentado desenvolver trabalhos que estão realmente no bojo dessas idéias.

Dai não me surpreendem as colocações do Edson, até mesmo quando procura induzir as pessoas aqui presentes de que só temos Movimento Negro, na Comissão do Negro no PT, e, mais ainda, que todas as entidades que militam no Movimento Negro têm que fazer a coisa a nível partidário.

As pessoas devem trabalhar de acordo com aquilo que mais lhes convém, pessoas e entidades.

Só lembro que existem outras entidades. Não gostaria de listá-las aqui, não é o caso.

A segunda colocação, que considero realmente interessante: a questão da educação.

Obtivemos agora, recentemente, em Salvador, uma conquista muito importante para o Movimento Negro como um todo, no sentido de que as escolas de 1º e 2º graus tenham já em seus currículos matérias que versam sobre a situação do negro no Brasil, onde vamos falar de um continente chamado África, onde vamos falar de heróis que hoje já temos, como Zumbi e podemos lembrar de vários outros, como, por exemplo, Dom Cosme Bento das Chagas, uma das pessoas que comandou a Balaiada, e tantas outras. Na verdade, devemos recriar nossos heróis. Certamente poderemos conseguir isso.

Tenho uma grande dúvida com relação à questão na medida em que o material humano que vai ser utilizado para repassar toda essa coisa seja um material humano que não esteja efetivamente nas mãos da comunidade negra. Na medida em que esse material humano venha da universidade, e essa universidade é eminentemente branca. Ou seja, são pessoas que não têm um vínculo forte com toda a realidade da comunidade negra. Essas pessoas, neste momento, estão num laboratório qualquer da UFBA, estão lhes ensinando o que é candomblé, o que é tambor de crioulo, o que é bumba-meu-boi etc., para que essas pessoas venham ensinar nossos filhos.

Então, isto me preocupa, na medida em que, até com certo desespero, ouço uma pessoa por quem tenho uma grande admiração, a professora Lélia dizer que, durante uma grande fase de sua vida, foi uma pessoa travestida. Óbvio que não nos cabe também discutir, porque esse travestimento ocorreu à sua revelia. No meu caso particular, não tive essa “oportunidade”, pois nasci numa família...

LÉLIA GONZALEZ – Você é baiano?

JOSÉ CARLOS – Não, não sou baiano. Sou maranhense. Sou filho de um grande amigo do dr. Roque: o Teodoro.

Não tive essa “oportunidade”, à medida em que nasci numa família em que talvez o primeiro som ouvido tinha sido o tambor de crioulo – tambores, tambores e tambores...

Preocupa-me exatamente porque vejo no meu pai um professor, uma pessoa que poderia estar nesse esquema e, de repente, essa pessoa vai ser colocada à margem, e hoje já está à margem desse processo. Isso é um absurdo, na medida em que temos milhares de professores em potencial, que poderiam ir para as escolas e repassar esse conhecimento que adquirem naturalmente em todo o seu processo. Realmente me preocupa bastante.

Outro tópico, ainda dentro deste assunto.

Sou praticante de capoeira. Em Brasília, se está fazendo um movimento no sentido de se introduzir a capoeira como disciplina da escola de 2º Grau. Agora vejam o absurdo. A Fundação Educacional assinou um convênio junto com a Faculdade de Educação Física do Distrito Federal, que é a Dom Bosco. Então, as pessoas vão ler um livro e falar de capoeira para esses alunos de Educação Física, que são, via de regra, filhos de generais e – um detalhe – pessoas da classe média para a alta. Essas pessoas estão fazendo esse curso e sabem que vão ficar desempregadas, porque o último concurso para professor de Educação Física ocorrido no DF foi há dois anos, e há mais de 100 pessoas que ainda não foram chamadas.

Rapidamente já estão criando uma equipe de trabalho para esses elementos, usando o quê? A pretexto de não ser a capoeira importante, etc. e tal. Isso nos preocupa de mais, pois, sendo capoeirista, não vivo da capoeira. Sou estatístico e matemático, e trabalho no Banco Central. Então, não usaria isso jamais. Jogo capoeira apenas como um esporte lúdico, para me divertir, mas tenho muitos irmãos que praticam capoeira de forma maravilhosa e esta seria agora a grande oportunidade de eles participarem de um processo, e outras pessoas vão para lá ensinar capoeira. Elas não têm que possuir diploma de curso superior. Por quê? Simplesmente vão ensinar capoeira. Talvez fosse impossível se fazer um trabalho com essas pessoas a nível didático e outras coisas aí que não gostaria de fazer comentários. É um absurdo tremendo.

De repente, começam a ver um modismo, um novo modismo do negro no Brasil. Podemos considerar como modismo também a época de 1930. A década de 30, o Hasenbalg já falou, foi também um grande *boom*. Agora a coisa começa. Já se vê falar do negro em novelas, já se vê falar do negro em programas de rádio, e tantas outras coisas. Hoje conseguimos até unir negros e índios num debate. Antigamente debate de Antropologia e Sociologia era exclusivamente para índio. Índio, índio e índio. Hoje já se consegue fazer isso.

Para finalizar, sobre a falação do Hasenbalg considerando que sou estatístico, e foi muito interessante para mim, já que ele apresentou bastantes dados de estatística. Só lembro o seguinte: com relação a esse binômio, a essa diferença entre salário da pessoa branca e o da pessoa negra, essa preocupação que teríamos, até mesmo no sentido de se igualarem. Isso ainda não é suficiente, porque se igualam, fazem leis e decretos determinando que os salários são iguais para todos, daí o patrão simplesmente resolve não dar o emprego para pessoas negras. Ele começa a utilizar aquela velha tática: boa aparência – “precisa-se de pessoas de boa aparência” – e vai embora.

Lembro aqui que o deputado Abdias do Nascimento, um militante negro de toda vida, vem tramitando no Congresso, neste momento, vários projetos. Ressaltaria somente um, o projeto que versa sobre a isonomia. Ele propõe que as empresas tenham empregados a nível proporcional, de acordo com a etnia. Se o IBGE, ele sabe que é mentira, mesmo assim diz que somos 45%, então, simplesmente, cada empresa teria que ter 45% de empregados negros. Algumas pessoas dizem que isso aí é paternalismo, etc., etc., mas ainda é o mais lógico.

COORDENADOR (Roque Laraia) – Só um comentário sobre o que o José Carlos falou.

Realmente não tinha reconhecido o filho de um colega nosso, que é o Teodoro, uma pessoa muito preocupada com o problema do negro e com a manutenção viva da tradição negra. Não a tradição, mas o que realmente é vivo ainda. De certa forma o José Carlos foi um pouco otimista, quando disse que na Bahia quem vai ensinar essas coisas serão as pessoas que vêm da universidade.

A questão principal do racismo – e a minha observação é geralmente do lado da questão indígena, que é a minha área –, os meus filhos, que são filhos de antropólogo que sempre estudou índio, vão para a escola primária e voltam com o preconceito contra o índio. Esse preconceito é dado pelas professoras primárias, que são pessoas que não vão à universidade, são pessoas que vão à escola normal apenas, e que, no Dia do Índio, falam uma quantidade enorme de baboseiras, a tal ponto que registramos um fato aqui, em Brasília: um menino perguntou a uma professora primária da rede oficial sobre o índio. Ela falou: mas, menino que vergonha! No Brasil não existe mais índio há tanto tempo...

Só podemos combater o racismo, aí concordo com você, através de um processo de educação. Eu não saberia dizer como, mas se a escola primária continua transmitindo idéias erradas a respeito do índio, do negro e de muitas outras coisas, não vamos corrigir nunca. Mesmo que tenha dentro de casa uma prática anti-racista, não vamos conseguir eliminar esse preconceito.

LÉLIA GONZALEZ – Um exemplo sobre experiência que está sendo realizada na Bahia. Não é por acaso essa reivindicação, pintou lá também fazia parte do programa do Movimento Negro no Estado: a experiência da minicomunidade “obabii”, lá no “Ibiagé Apojóá”. As crianças da comunidade passaram a render muito mais na escola pública depois que esse processo começou a se desenvolver ali. Quando na escola pública há lance do “Dia dos Pais”, ou “Dia das Mães”, aí já começa a perda de identidade para eles. Aparece a mãe branca, o pai executivo, ou coisas que tais, na escola. A tentativa foi justamente trazer isso para dentro dos valores do caso do candomblé. “Dia das Mães”: então, as grandes mães, Oxum, Iemanjá, etc., e as crianças constroem instrumentos, aprendem a tocar. Essa experiência tem poucos anos, cinco anos talvez. O caso do folclore, chega a “Semana do Folclore”, como sofremos. Exatamente nas escolas falar do negro... “Semana do Folclore” é com a gente mesmo. Essas crianças já começaram a questionar as próprias professoras. É muito interessante percebermos uma iniciativa por parte do pessoal da comunidade, mas exige dinheiro, exige pagamento de professores. Aconteceu um fenômeno muito interessante em termos da minicomunidade. As moças negras, professoras primárias, se negavam a trabalhar na minicomunidade “obabii”. Elas queriam dar aulas em outras escolas, naquela escola ali não. Vejam a questão da internalização do racismo. A questão da educação é realmente muito séria, e, quando José Carlos se refere à questão da capoeira, é a célebre apropriação que se vai fazendo. Eu estou cansada de ver. Por exemplo, em Nova Iorque há escola de capoeira e dança afro. Em Nova Iorque há neguinho que está ganhando dólar com isso à beça. Amanhã vão chegar os americanos aqui para dar aulas de capoeira para nós. Chegarão aqui, na Universidade de Brasília, e estabelecerão pós-graduação em capoeira, etc., e ficamos aqui, de bobo, olhando.

Esse tipo de apropriação da nossa produção cultural é típico dessa estrutura para a qual chamamos a atenção. É hierárquico, cada macaco no seu galho. Sua preocupação é da maior importância. Cabe a nós, militantes do Movimento Negro, tentar exatamente articular uma estratégia política, no sentido de atuar dentro do processo educacional. Não há dúvida. Daí a importância. É contraditório, é terrível.

PARTICIPANTE – Mas é lógico. O resto não interessa muito não. A escola é discriminadora mesmo. Faz esporte, joga futebol ... A escola é um lugar de prazer e de lazer, porque a minha escola, a nossa escola era um saco. A questão da educação é muito séria. No caso de militância, para você ver, fui à casa de uma das autoras do livro. Ela me apresentou as suas crianças: olha, essa moça aqui é amiga da mamãe ... As crianças: você não é amiga da mamãe coisa nenhuma, você é feia. – Mas por que eu sou feia? – Você é preta. Você só pode ser amiga da fulana – a fulana é a empregada.

A coisa está aí muito entranhada, é uma luta muito séria que temos, no sentido de construção dessa identidade, e de um trabalho, de uma prática conseqüente.

JOSÉ CARLOS – A minha intervenção se dirige no sentido desse esquema do Hasenbalg. Sem querer partidizar a questão PT *versus* PDT, lembro que na minha fala não disse que só existia em Brasília a Comissão do Negro no PT. Não disse isso.

LÉLIA GONZALEZ – Disse que pertencia antes.

JOSÉ CARLOS – Exato. São coisas bem diferentes.

Essa questão, a fala do companheiro aqui, essa questão de identidade, de ser necessário, para operacionalizar politicamente com mais eficácia, conceituar, se a realidade é essa que está naquele gráfico, a questão da identidade passa por um processo que está diretamente relacionado com a questão do poder. A posição que ali está é branca. Na verdade, tem-se essa posição. Mas o que se tem claramente? Ligada à questão da identidade, tem-se a questão do modo de produção e da exploração de uma força de trabalho concreta. Ele está ali. Ele, o negro, é a base do País. Claro que qualquer discussão de identidade está relacionada com a questão de poder. Para mim, não interessa qual seja o documento, de qual segmento do Movimento Negro, qualquer específico que esteja sendo colocado. O Movimento Negro, no Brasil, realmente, o que quer é poder. Se desviarmos para conceitos de identidade distantes dessa luta pelo poder, é uma armadilha. Vejo a questão da identidade como questão do poder. Para nós, uma exigência obrigatória é a questão do poder.

Por que colocamos desta forma? Venho do I Encontro de Negros da Periferia de Salvador, realizado em outubro, e o movimento de Salvador é bastante avançado. Assim como o PDT do Rio é uma coisa, o PDT de Brasília é outra. O PT de São Paulo, o PT do Rio, em relação à Comissão do Negro, é um, em Brasília é outro. O Movimento Negro Unificado do DF é uma coisa, o Movimento Negro Unificado de Salvador é outra, estava realizando um Encontro de Negros da Periferia, com negros da periferia de verdade. Estávamos numa sala de aula, e grupos de poesia negros recitaram alguns poemas muito bonitos. Havia na sala a noção exata de um único corpo, uma identidade profunda de todas as pessoas que estavam na sala. No final, o grupo pediu a libertação de Nelson Mandela. Quando nos levantamos para aplaudir, muita gente até chorando, pedimos também a libertação do nosso corpo negro aqui, naquele momento. Depois de tudo isso, sentamos para discutir os negros e os partidos políticos. Aí, de repente, o corpo não era mais um. Por quê? porque há segmentos do Movimento Negro que insistem ainda em discutir se devem ou não apoiar um candidato do PDS, quando já estamos num estágio claro, muito claro, de que temos a

ver com quem está comprometido com a transformação da realidade brasileira. Há um *a priori* no Movimento Negro. O negro é pobre. Esse *a priori* é dado que tem que começar qualquer discussão, não vou voltar a discutir mais qual é o partido que está empenhado realmente em transformar a sociedade brasileira. A partir daí discuto se estou com ele ou não. Para o negro não existe outro espaço. Individualmente tem como indivíduo que deixa de ser negro, mas, como perspectiva coletiva, ele está à esquerda, quer queira, quer não.

Então, queria chamar a atenção. Não sei se interessa ao Carlos responder se essa questão da identidade, com a clivagem que está ali, não passa necessariamente pela questão do poder.

CARLOS HASENBALG – Sem dúvida alguma.

O problema é que passa pelo poder, sim. Um dos instrumentos de poder que tem sido utilizado como mecanismo de dominação racial no Brasil é justamente a fragmentação da identidade racial. Se se consegue reunificar com base nesse dado objetivo, pode-se criar uma identidade negra, que é um pré-requisito para o poder. Ou seja, foi justamente essa fragmentação de identidade racial um dos mecanismos de dominação e manipulação exercidos sobre o negro. Então, se se tem um dado objetivo, em termos de estratificação e desigualdades, tal como esse, esse dado objetivo leva a pensar uma estratégia de redefinição de identidade não fragmentada, que obviamente é o pré-requisito para a questão do poder, que se está colocando. Vejo a questão por este lado. Redefinir identidade para mestiço, mulato claro, etc. Não acho que estejam melhor que o negro, e que, portanto, a sua estratégia tem que ser o individualismo competitivo e, para subir na vida, casar com mulher branca, ter filhos que vão ser brancos, etc. Sair dessa ilusão de que o mestiço e o mulato está melhor do que o negro. Quando o mestiço ou o mulato passa a pensar como negro, em função desse dado objetivo, aí muda a situação política. Essa questão de identidade é uma questão política.

PARTICIPANTE – Desejava saber como vêm a campanha que se faz contra o Juruna?

EUNICE PAIVA – É algo complicado. O Juruna, sem dúvida, teve papel importantíssimo na luta pelos direitos indígenas. As pessoas que acompanharam sabem. Ele era aquele que ia de gravador em punho e pegava as autoridades em contradição, em mentiras deslavadas, e depois cobrava. Começou a vir a Brasília e, de perto, reclamava os direitos da sua comunidade. Teve papel muito importante para que, de repente, as pessoas comessem a perceber que existiam os índios e que eles estavam ali, que as terras não estavam sendo demarcadas, estavam sendo espoliadas. Juruna

foi a Genebra, falou numa Assembléia Internacional de Direitos Humanos; é importantíssimo.

Acontece que, de repente, o Juruna é deputado. Aí está um pouco aquela história que ouvimos falar do problema negro. Também nessa altura, estão sentindo uma espécie de colonização, de uma influência muito grande.

É muito complicado, a esta altura, fazer críticas ao Juruna por isso ter acontecido, porque não sei até que ponto ele tinha defesas contra isso.

Ele continua na Câmara Federal, ele luta pelos seus irmãos. Enfim, ele criou a Comissão do Índio, que foi algo dele. Essa Comissão tem um papel importantíssimo. É uma Comissão Permanente da Câmara Federal, que não consegue trabalhar mais, porque ele é o único deputado índio, e os outros deputados não se interessam tanto com o trabalho da Comissão porque índio não é eleitor. No total, o número de índios talvez seja um pouco mais do que 200 mil. Daí pode-se extrair, no máximo, 15 eleitores, porque aí está tudo: mulher, criança, tudo. São duzentos e poucos mil, espalhados pelo Brasil inteiro. Não há um núcleo numa cidade, um contingente eleitorado de índios numa cidade, num local, onde alguém possa contar com esse eleitor. Na realidade, o Juruna foi eleito por eleitores do Rio de Janeiro, não foi eleito por índios, embora o trabalho parlamentar dele seja em defesa dos interesses indígenas. Ele tentou, tem um projeto de lei que já foi aprovado na Câmara, ainda não no Senado, que institui o Conselho de Lideranças Indígenas dentro da FUNAI. No começo era o Conselho de Lideranças Indígenas que esbarrou nisso que falei: se o índio não tem capacidade civil total, ele também não deve assumir, não assume, perante a lei, responsabilidade pelos seus atos. Então, como se vai ter pessoas dentro de um órgão do governo funcionando como funcionários, com poderes de administração, sem ser responsáveis pelo seus atos. Aí o próprio Juruna modificou o seu projeto e pôs pessoas de confiança dos índios e ligados...

COORDENADOR (Roque Laraia) – Declaro terminada esta sessão.

A CIDADANIA E AS QUESTÕES EMERGENTES

Coordenador

João Gabriel Teixeira
(UnB)

Expositores

Edward MacRae
(USP)

João Quartim
(UNICAMP)

Gregório Baremlitt
(Psicanalista – RJ)

Paulo Timm
(Conselho Regional de Economia – DF)

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Nosso painel de hoje têm o título “A Cidadania e as Questões Emergentes”.

Uma pequena explicação para as pessoas que ainda não estão informadas a respeito.

Nossa intenção, ao formar este Painel, foi trazer pessoas especialistas que pudessem, pelo menos, levantar algumas questões importantes sobre temas inerentes à cidadania, mas que não se enquadravam, de forma alguma, em nenhum dos outros painéis.

Algumas questões que serão discutidas aqui, não diria que são realmente novas mas, com relação ao domínio público, são, na verdade, emergentes.

Compõem a Mesa o antropólogo Edward MacRae, da USP; o dr. João Quartim, da Unicamp; e o psicanalista Gregório Baremlitt do Rio de Janeiro.

Realmente não contávamos com grande público. Para júbilo nosso, temos tido um público bastante seletivo, no bom sentido.

Passo a palavra ao dr. Gregório Baremlitt, psicanalista do Rio de Janeiro, que nos vai falar sobre o campo erótico da cidadania.

GREGÓRIO BAREMLITT (Psicanalista/RJ) – Eu não estava muito certo de como interpretar o título que foi colocado para a minha intervenção. Assim, o desenvolvi de uma maneira que, agora, entendo abstrata demais. Farei uma pequena introdução.

Moro há quase oito anos em uma área urbana típica do Rio de Janeiro, que se chama Zona Sul, na qual desempenho minha especialidade como psicoterapeuta, psiquiatra. Isto me dá oportunidade de ver uma série de problemas, uma série de conflitos, uma série de transtornos que, tanto de maneira manifesta como de maneira latente, têm relação com o sexual, com o erótico.

Dentro da psicopatologia, tanto tradicional como psicanalítica, temos um capítulo chamado Das Perversões; tema muito atual e muito discutido. Nesse ramo temos oportunidade de ver no Rio uma proliferação de quadros que seriam classicamente chamados de perversões, em todas as qualidades: o exibicionismo, o sadismo, o masoquismo, o travestismo, a homossexualidade, etc.

Acontece que esses tipos emergentes e psicopatológicos têm-se tornado tão comuns que simplesmente, em termos estatísticos, já se pode fazer um questionamento dessas categorias psicopatológicas.

Não sei se cabe caracterizar um quadro de perversão num ambiente em que a perversão não é a exceção, e sim a regra. Se perversão é uma sexualidade que versa por um caminho, por canais pelos quais não deveria versar, temos que colocar seriamente quais são os critérios de normatização: se são critérios estatísticos, se são critérios ideais. Estatisticamente, parece que já não são, porque a maioria das pessoas está transformando essas práticas em forma de vida. Realmente, haveria de colocar-se também se esse critério é válido, na medida em que está baseado em categorias e numa disciplina como a psicopatologia tradicional, ou como a patologia psicoanalítica, que são partes da chamada psicologia moderna. Neste sentido, são elas passíveis de uma crítica que atinge todas as formas da modernidade. Fica seriamente questionado se essas categorias, se essas práticas médico-psiquiátricas, psicológicas, são formas de controle social e de patologização da idiosincrasia de determinado tipo humano em determinada sociedade, se não é chegado o momento de criticar, de forma muito radical, todos esses princípios, esses vazamentos de nossa disciplina, os métodos e técnicas que se depreendem desses vazamentos.

Diante dessa situação de dúvida que acomete o técnico, quando se encontra com esta dominância de modo de ser, que ele qualificava como patologia, existe uma problemática teórica, que desejo levantar nesta brevíssima intervenção, esse problema que, cada vez mais, os técnicos e nossa disciplina começam a compreender que dar conta de cognitiva às determinações puramente psíquicas de uma patologia não é suficiente. Cada vez mais, compreendemos que a abordagem tem que ser transdisciplinar, tem que compreender outras determinações, porque não adianta decifrar e intervir, dentro do ponto de vista da nossa disciplina, que ela mesma é muito questionada, como já dizia, para preencher o objeto que vai ser neutralizado, imediatamente depois, por outras determinações – sócio-políticas, econômicas, ideológicas, antropológicas, urbanas, enfim, – e até biológicas, físico-químicas, que são tanto ou mais poderosas do que aquelas que conhecemos e supostamente levantamos. A impressão que se tem é que essa espécie de *aggiornamento* sociológico de nossa disciplina é muito superficial e muito externa. Continuamos a fazer as mesmas coisas que sabíamos fazer tradicionalmente, mas reconhecemos, como uma espécie de pseudo-imunidade, que se haveria de fazer outras coisas, mas ninguém sabe o que é que tem de ser feito.

Não vou, hoje, tentar dizer o que tem de ser feito, porque é consequência de um estudo que não tenho pronto. Uma problemática teórica nossa, parece-me, é o núcleo de nossa dificuldade, que, uma vez esclarecida, talvez possa colocar as bases para uma leitura mais ampla dessa realidade e uma abordagem transformadora mais eficaz. Se me alongar demasiadamente, peço me interrompam.

Começo por caracterizar esse problema teórico da nossa disciplina, dizendo que o campo erótico da cidadania está ligado, nas suas possi-

bilidades e impossibilidades, ao espaço da cidade, da *polis* ou da *tilipas*. A condição do cidadão marca uma espécie de autenticidade, que só se estende secundariamente ao camponês ou ao homem da montanha, ao homem da selva. A estes corresponderiam muito mais termos tais como conterrâneo, co-nacional ou compatriota, concidadão. Essa denominação é igual à palavra “patricio”, que encobre o sentido de hegemonia hierárquica que a cidade e o cidadão têm sobre os seus coabitantes em seu território. Essa superioridade fica explícita se se lembra que a regra de urbanidade – *urbe* – é sinônimo de civilização e ainda de qualidade humana.

Por último, cabe insistir que a cidade é a sede do Estado e o mesmo tende a abranger tudo quanto se considera país, do qual pode-se chegar a tornar-se sinônimo.

Quando me refiro ao campo erótico, não aludo àquele conjunto mais ou menos amplo de comportamento sexual predominantemente genital que protagoniza nos cidadãos de um povo. Tenho-me permitido interpretar essa noção como denominação de um espaço abstrato em que se produz, distribui e consome energia preconizada pela psicanálise. À libido, uma vez vetorizada em forças, chamarei desejo. Essa energia descoberta pela psicanálise submete-se a todas essas práticas sociais. Gera-se, atravessa-se e extingue-se junto com cada uma delas.

É a forma de produção doméstica, primitiva, onde podemos detectar com maior evidência a condição erótica de todos os aspectos da vida comunitária. As relações sociais de produção, tanto como as de Governo, culto, arte, estão “manifestamente” ligados a diversas formas da voluptuosidade tanto como podem estar as relações sexuais familiares reprodutoras do indivíduo biológico. Esta evidência é forte, tanto no habitante da aldeia primitiva quanto no bárbaro e no acampamento nômade. Existe lá uma imanência entre o libido que anima a configuração de um corpo erótico coletivo e todos os dispositivos de sobrevivência e organização da comunidade, e ainda como corpo da natureza, planetário e cósmico. A ostensividade desta imanência desaparece junto com a divisão social do trabalho, a distribuição desigual do benefício, a acumulação, enfim, como começo da sociedade estratificada. Sem dúvida, há um momento histórico em que a claridade da onipresença da libido começa a eclipsar-se para sempre, é aquele momento da instauração do modo de produção, a construção dos grandes impérios, que se consubstanciam em nossas grandes cidades.

O filósofo e historiador francês Gilles Delay propõe a criação teórica de uma cidade-padrão, a cidade de Ur, com seu Urstadt. *Urbe* e Estado imperiais, prototípicos ou primordiais. Aqui começa uma discriminação que parece delimitar o que chamo de campo erótico da cidadania. Na cidade imperial se constitui a separação aparente, definitiva, ainda que não absoluta, entre vida privada e vida pública, sendo a primeira demarcada como o âmbito do erótico, e a segunda, como aquele do social propriamente

dito, psicanaliticamente falando, do “sublimado”. O sexual simbólico é apenas metaforicamente sexual. Não é por casualidade que essa repartição de campos coincide inversamente com a afirmação de um campo erótico íntimo, em muitos aspectos considerado como familiar e só metaforicamente considerado como cívico e político. Dupla relação de representação, a saber: o sexual está representado no cívico-político-público; e este está representado no íntimo-privado-sexual. Só na família imperial, despótica e incestuosa, é que a imanência continua sendo notória. Essa discriminação se prolonga com características diferenciais e próprias, nas demarcações de espaços da sociedade medieval e do capitalismo. É evidente, tanto no discurso oficial como naquele de saber implícito de cada sistema, o mútuo atravessamento de seus espaços é muito mais complexo do que aqui assinalo.

Pretendo destacar que nas sociedades tradicionais, e ainda nas modernas, a mencionada discriminação produz, no mínimo, certos efeitos de obscurecimento que são essenciais à reprodução acrítica do sistema e à produção de patologia sexual. Trata-se da aplicação de critérios técnicos valorativos que se atribuem às práticas de cada campo, com o fim de seleção, controle, repressão e apropriação. O âmbito do público é aquele no qual o erótico é definido como exclusivamente ligado à voluptuosidade genital individual e qualificada, quando aparece como baixo, egoísta e instintivo, devendo ser designado para substituir-se por interesses do bem-estar coletivo, ou seja, aqueles dos grupos e classes dominantes.

Encobre-se, assim, a condição crassamente erótica dos desempenhos sociais, em que o desejo de poder, de riqueza e de prestígio entram nos moldes da ordem constituída.

Por outra parte, o âmbito do íntimo privado, se oferece à condição histórico-social, por consequência, econômico-política, das transações erótico-amorosas. Em consequência, se obscurecem as modulações de exploração e de domínio que o sistema normatiza como sendo as paixões e umas transgressões puras, pertencentes à “esfera” inalienável do pessoal, totalmente desligada das lutas políticas.

Como forma de conclusão, meramente parcial dessas premissas, pretendo denunciar aqui, essa lógica liberal, maniqueísta, que consegue qualificar como anormal, imoral, antiestético ou ilegal, a todos os comportamentos que denunciam, deliberadamente ou não, a natureza erótica da atividade histórico-social. Ou seja, a perversão socialmente aceita. Tudo quanto seja crítico, revolucionário, consequente com a essência erótica da produção é equiparado, contanto que seja conservador, reacionário e coerente, com o desvio erótico do *status quo* e da acumulação. Ambos são avaliados como igualmente violentos e extremistas, efeitos da degredação da incorpórea paixão cívica a um submundo policialesco e caótico. Esse julgamento, feito desde o metron do cosmo platônico, aristotélico, “periclitatodo”, justo, médio, coincide com os ideais da democracia burguesa pós-

modernista. A contradição essencial produção-antiprodução da vida é transformada na oposição reinante entre totalitarismo *versus* livre iniciativa.

Como conclusão meramente parcial destas considerações, postulo que é função do trabalhador social, entendendo como tal o sociólogo, psicólogo, o psiquiatra, os juristas, assistentes-sociais, militantes, cidadãos comprometidos em geral, investigar, denunciar e transformar as dissociações aqui apontadas dentro de um mundo no qual a criação e o gozo se realizem plenamente juntos.

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Se é possível fazer algum sentido, alguma ligação com a próxima fala, só descobriremos no final.

Tem a palavra o dr. Paulo Timm, que falará sobre a “Cidadania no Distrito Federal”.

PAULO TIMM (Conselho Regional de Economia/DF) – Tenho a impressão de que este painel vai ser um pouco de *pot-pourri*, de variedades.

O dr. João Gabriel havia-me pedido, para conversar sobre algumas idéias que temos trabalhado há algum tempo, que dizem respeito à construção da “Cidadania em Brasília”. É dentro deste espírito que vou procurar alinhar algumas questões, algumas reflexões.

O ponto de partida para se pensar a questão da “Cidadania em Brasília” é compreendê-la nos marcos do que é o Distrito Federal. Temos uma grande dificuldade de pensar este marco institucional, próprio ou específico, no qual estamos, bem ou mal, metidos aqui, em Brasília. Normalmente nossa tendência é no sentido de tentar equiparar esse marco institucional dos Estados-membros da Federação. Na melhor das hipóteses, em alguns casos, se procura remeter a questão da cidadania em Brasília à tradição histórica do antigo Distrito Federal, que era o Rio de Janeiro, tentando pensá-la como uma recuperação de determinadas conquistas que haviam se inscrito na história do antigo Distrito Federal.

Quando se fala da cidadania em Brasília, muito pouco se pensa sobre o que é esse marco institucional, o Distrito Federal, por que foi criado ou por que teoricamente é concebido, e como, na prática, a questão da cidadania dos habitantes, ou daqueles que vivem em Distritos Federais, tem-se constituído desde que foi instituído.

Minhas observações pretendem precisamente chamar a atenção sobre o que é esse marco institucional e, por outro lado, tentarão também destacar que a experiência da construção da cidadania no interior dos Distritos Federais, em algumas partes do mundo, já tem demonstrado que não podemos ver esse invólucro como um invólucro lacrado, que, de certa forma, condena irremediavelmente as suas populações e os seus povos a uma atitude passiva. As várias experiências sobretudo de Nova Delhi, na Índia, sugerem que se tem procurado nos Distritos Federais formas as mais

variadas possíveis de integrar à cidadania nacional a população dos Distritos Federais.

Vamos, portanto, tratar do primeiro ponto e fazer algumas observações.

Os Distritos Federais são criados, na experiência ou na tradição americana, como uma tentativa de constituir um território neutro, um espaço territorial neutro que seja, de certa maneira, um lugar equidistante de todos os Estados-membros. Trocando em miúdos: colocar o governo federal no âmbito de uma república federativa, no interior de um dos Estados-membros, significa sempre privilegiar um desses Estados, privilegiar não apenas do ponto de vista econômico, visto que a localização do Governo Federal, a Capital Federal, num espaço definido, significa um benefício econômico, na forma de receptáculo de rendas que são drenadas do conjunto da nação, na forma de impostos, de taxas, enfim, de funções fiscais que se depositam nesse espaço territorial, através do pagamento das funções do governo naquela área, como também significa uma vantagem política e cultural, sobretudo em determinados países, ou em determinadas repúblicas federativas, onde a questão nacional ou as questões nacionais internas são importantes, localizar a Capital Federal em determinado lugar das disputas internas de caráter nacional, significam inequivocamente privilegiar uma dessas nacionalidades. Isso traz conseqüências imprevisíveis. Lembro, sobretudo, esses problemas no âmbito, por exemplo, da Iugoslávia ou até mesmo do Canadá.

A concepção, portanto, de um espaço que fosse neutro, que não privilegiasse nenhum dos Estados-membros, que fosse apenas o lugar onde se exerce a função de Capital Federal, foi a tentativa, em última análise, de consolidar o que procuramos compreender como federalismo, ou seja, o princípio através do qual todos os Estados-membros que concorrem à organização de uma república federativa são efetivamente iguais diante dos princípios gerais que norteiam essa república.

Então, por trás da invenção, vamos chamar assim, do Distrito Federal ou dos Distritos Federais, como um invólucro institucional que abriga os governos de repúblicas federativas; sempre subjacente está a idéia de que ele é um instrumento de consolidação da democracia, visto que se entende que o princípio federativo é um avanço no processo de construção da democracia. A existência de um lugar neutro, no qual nenhum dos Estados-membros se beneficia com as vantagens da localização do governo central, é o meio através do qual se procura aprofundar esse princípio de equidade diante da Federação. Naturalmente é a norma, é a tentativa, ou seja, castra-se, em parte, o princípio, ou castra-se a substância federativa de um território, para que a substância federativa do conjunto do território, menos aquele espaço, se realize.

Curiosamente, a criação dos Distritos Federais traz em si sempre uma contradição, porque é, ao mesmo tempo, uma castração da cidadania

que se exerce sobre determinado ponto do Território Nacional, como um instrumento para realizar a cidadania do conjunto do território. Essa contradição, de certa maneira, é que aninha toda a problemática posterior da construção da cidadania interna dos Distritos Federais, visto que, de antemão, ela já é parcialmente castrada com o objetivo de realizar a cidadania do conjunto.

Este problema é fundamental, é o problema vital da cidadania em todos os Distritos Federais onde estes foram constituídos. Sobretudo, em sete países do mundo, há uma experiência razoável de constituição de Distritos Federais e de tentar levar adiante esse invólucro institucional como sede do governo federal. As repúblicas unitárias, sobretudo as europeias, não têm esse problema, visto que são repúblicas unitárias, não são federativas; os Estados não são propriamente Estados, são províncias, e não reside aí qualquer tipo de problema.

Enfim, todo o problema da construção da cidadania no interior dos Distritos Federais passa, portanto, pela compreensão dessa contradição, que é um lugar vazado de substância federativa, com o objetivo de construir o princípio da federação, que é o da equidade dos Estados-membros diante do governo central. Isso tem feito com que o ponto primeiro – o ponto da representação desse *locus*, que é um *locus* institucional e é um *locus* social, político e econômico, não se realize plenamente. De antemão, os Distritos Federais normalmente não têm, pela sua própria natureza, não são dotados de uma Constituição que lhes permita participar, junto com os demais Estados-membros, do contexto federativo.

Esta, então, a primeira questão, que, de certa maneira, nos remete para as questões mais internas da organização política dos Distritos Federais, visto que a sua existência ou a sua condição institucional não deriva de uma consulta prévia, não deriva de uma vontade específica daquela comunidade que ali vive ou que ali anima as suas expectativas de gozo e realização social, como diria o Gregório, mas deriva de uma imposição do conjunto da Nação ao qual essa comunidade se subordina. Então, essa atenção inicial deriva da contradição entre o vazamento da substância federativa e a busca do princípio do federalismo, como um princípio constitutivo da democracia moderna nas repúblicas federativas. Ele segue adiante, ele continua, ele prossegue, na medida em que essa contradição se desdobre numa outra – o fato de a comunidade local não ter normalmente a soberania sobre o destino da sua própria vida, visto que o mecanismo institucional adotado para ali localizá-la já, de certa maneira, castra também parcialmente, na busca de uma identidade política própria. Todos os Distritos Federais existentes no mundo padecem, de certa maneira, desse tipo de problema. Alguns, como na Venezuela, procuram resolver isso, assumindo a contradição como tal – há um governador, que é nomeado, uma espécie de administrador-geral do paradigma, e uma espécie

de administrador eleito, que faz as vezes de primeiro-ministro, e o outro, de poder moderador.

De qualquer maneira, todos os Distritos Federais vivem intensamente essa contradição de não ter uma expressão plena na construção da cidadania nacional, nem a plenitude da cidadania local. Em última análise, todos padecem da contradição de serem o resultado de aspirações nacionais que subjagam aspirações comunitárias para realizar um objetivo maior. Poderíamos, em vista disso, indagar: teria valido a pena a busca, ou a procura, ou a invenção dessa contradição como instrumento de construção da cidadania num nível superior? Estou convencido de que se deve procurar, se deve continuar perseguindo essa idéia de um lugar neutro que procure realizar os objetivos do federalismo. Neste ponto, chamaria a atenção para uma ligeira passagem da palestra do Gregório, quando ele diz que a cidade é, de certa maneira, a expressão da civilização. Em todo pensamento político moderno, vivemos, de certa maneira, uma tensão que está por trás de quase todas as discussões que movemos desde o século passado, entre correntes progressistas que, de certa maneira, se expressam nas cidades. O Socialismo mesmo é muito mais uma expressão das grandes aglomerações do que propriamente uma expressão direta do trabalho fabril. De certa maneira há uma tensão entre o que é a cidade e o que ela representa, e as expressões restauradoras da velha ordem, que normalmente se localizam nas regiões mais afastadas e no campo.

Simplificando, poder-se-ia dizer que vivemos, no mundo moderno, uma grande tensão entre forças, que poderíamos chamar de centralizadoras ou centralistas e forças descentralizadoras, que normalmente, até o século passado, eram expressões de uma velha ordem que se retraía para dar lugar à construção das cidades, à indústria, uma articulação urbana e civilizatória de tipo superior. De certa maneira, absorvemos no mundo moderno essa tradição de defender o centralismo e a centralização. Absorvemos até mesmo na trajetória do pensamento marxista. Toda tradição marxista é uma tradição centralizadora. Centralizadora no campo da economia, no campo do Estado, na vida social, centralizadora no sentido de aproveitar a roda centralizadora da ordem burguesa, no sentido de realizar as transformações nesse processo, e não rodando a roda, não voltando. Talvez a única exceção nesse processo tenha sido o anarquismo – daí a razão da briga, ou a razão da disputa ideológica, no século passado, entre marxistas e anarquistas. O Anarquismo, de certa forma, é uma contrapartida, é uma espécie de negação dessa tradição progressista que o Marxismo absorve da tradição burguesa ou das lutas centralizadoras da Revolução Francesa, e procura, de certo modo, questionar essa centralização, instaurando o império ou a necessidade da descentralização como mecanismo da construção democrática. O pensamento social cristão absorve um pouco disso, ao longo do final do século passado, até meados deste século também nós, sobretudo na América Latina, ainda somos muito

dominados por essa idéia de que devemos perseguir não apenas uma república unitária, por isso que estou fazendo esse ligeiro alcance ligado à questão dos Distritos Federais, como também que essa república unitária se expressa progressivamente, na medida em que ela é capaz de instaurar uma ordem negadora da ordem social burguesa, e que se consolida por um processo de planejamento central, capaz de organizar o conjunto da vida econômica e social.

Estou procurando dizer, e por isso resgato, de certa maneira, a idéia originária de Distritos Federais como um lugar neutro que procura realizar os objetivos do federalismo, estou procurando dizer que estou absolutamente convencido de que não temos mais preocupações com a ordem restauradora do mundo pré-capitalista. Decididamente, mesmo em nível de América Latina, é uma ordem social superada pela consolidação da ordem social burguesa. Nosso problema, contemporaneamente, é contestar a centralização burguesa, e, nesse processo de contestação da dominação e da centralização burguesa, a emergência de focos contestadores ao nível do município, dos Estados-membros, daquilo que poderíamos chamar de instâncias regionais do Estado e da sociedade, são fundamentais na luta pela construção de uma democracia de tipo superior.

Estou dizendo, e de certa maneira isto é uma discussão, e estou tentando polemizar sobre a tradição marxista, é que o problema da luta política no mundo moderno não é um problema que se trava apenas em torno do domínio e do controle do Estado na sua expressão superior, e sim que se realiza através de uma luta pela conquista de instâncias regionais da sociedade, onde não apenas a sociedade civil, como nos acostumamos a chamar nos últimos anos – sindicatos, associações de moradores, etc., etc. – mas também as instâncias regionais intermediárias do Estado, sobretudo município e o Estado-membro, passam a ser elementos decisivos para a contestação da hegemonia burguesa. Nesse processo, claro, isso tem um pouco que ver, e tem alguma sugestão no que estou dizendo, sobre o que fez o Partido Comunista Italiano, na Itália, na conquista de determinados municípios, o que, na década de 60, causou tanta estranheza, sobretudo entre os marxistas, em relação àquilo que chamavam uma estratégia ao contrário, que, de certa maneira, reeditava alguns cânones ou alguns princípios típicos do anarquismo no século passado, porque procurava revalorizar as instâncias regionais ou as instâncias intermediárias na luta pela construção da democracia e pelo avanço do Socialismo.

Enfim, resgato apenas esta questão, porque creio que nesse processo de fortalecimento do federalismo, a busca de um invólucro institucional que não beneficie nenhum dos Estados em particular ainda é um instrumento a ser perseguido. Vale dizer, a contradição entre aspirações nacionais que se depositam em determinado lugar e as aspirações comunitárias derivadas da busca de identidade daquela população que ali vive, ela é inevitável, desde que a criação ou o vazamento da substância federativa de um desses lugares

significará sempre certa tensão entre um processo e outro. O que me leva a defender esse invólucro institucional é precisamente a crença de que devemos revalorizar a busca do municipalismo e do federalismo, e nesse processo essa condição institucional de Distrito Federal ainda é importante.

Este é um primeiro ponto. Naturalmente o que estou oferecendo não é um discurso político, é uma procura, de pontos que permitam discutir o problema essencial da cidadania dentro dos Distritos Federais.

O segundo ponto, a segunda questão para a qual chamaria a atenção, é que nem tudo são espinhos nesse processo. Desde que se percebe o problema e desde que a contradição é inevitável, sempre parece que é absolutamente imperioso que se váze até o limite a construção da cidadania da população que vive nesses Distritos Federais.

E aqui quero dizer que, pelo contrário, desde que se assuma o problema como problema, ou seja, como contradição, é perfeitamente possível, senão resolvê-la, instaurá-la pelo menos noutro nível, de forma que ela vá se reproduzindo contraditoriamente, e não como uma solução do tipo: “Vamos transformar o Distrito Federal em Estado!” Esta é a fórmula, um Estado-membro tem problemas para converter uma república federativa em Capital da Nação.

Então esta é a minha visão, especialmente vendo e estudando um pouco o que se fez em várias administrações de Capital de Distrito Federal no mundo inteiro; admitido o problema como uma contradição, é sempre possível procurar formas capazes de resolvê-lo. Estou absolutamente convencido de que é possível, por exemplo, chamar a população do Distrito Federal a uma representação plena. O Congresso Nacional achou por bem que o Distrito Federal tem que ter oito representantes na Câmara dos Deputados. É uma discriminação, é coisa que não tem nenhum sentido. A Câmara dos Deputados é uma representação do povo brasileiro. Portanto, não se pode, de nenhuma maneira, limitar o número de representantes ou estabelecer mecanismos que restrinjam esse processo de representação na Câmara dos Deputados. Até admito que a questão da representação no Senado seria mais problemática, desde que o Distrito Federal, por definição conceitual e prática, é vazado de substância federativa. E o Senado seria a própria expressão dessa substância federativa.

De qualquer maneira, estou convencido de que devemos caminhar no sentido do fortalecimento do federalismo, no sentido da valorização de municípios e Estados e de uma Câmara unicameral que seja a expressão da vontade do povo brasileiro.

Particularmente, não defendo a sobrevivência de uma Casa anacrônica como é o Senado Federal, que não tem cumprido papel decisivo na construção da democracia no Brasil, através do fortalecimento de Estados e municípios. O processo de fortalecimento se dá na vertebração do Estado e

na valorização de instâncias regionais, não com a criação de uma Câmara de nível superior, como é aqui hoje.

Nem discuto a questão da representação de Brasília no Senado, porque, decididamente, creio que a questão da representação de Brasília no Senado é apenas uma questão de tempo. Fatalmente o tempo tratará de eliminar essa que é – a meu ver – certa excrescência, digamos assim, que não realiza os objetivos superiores do fortalecimento do Federalismo.

Não há nenhuma razão para que haja restrição sobre a população dos Distritos Federais, onde quer que eles estejam, numa Câmara de representantes do conjunto da Nação, como é no Brasil a Câmara dos Deputados.

Remetendo a questão para o nível interno, estou absolutamente convencido de que os paradigmas relativos à condição do Distrito Federal podem estar perfeitamente inscritos na Constituição. Não precisam ser transmitidos ou garantidos através da indicação de um governador demissível *adnutum*, que é um prolongamento do Governo da União sobre esse espaço territorial. Estou convencido de que essas imposições, que poderíamos chamar de aspirações nacionais depositadas no território do Distrito Federal e que começam com o lacre institucional – Distrito Federal – podem estar perfeitamente inscritas na Constituição, desde que conseqüentemente possível fazer avançar o processo de construção da cidadania e da participação em nível interno, vez que aquele governador ou os representantes que forem eleitos terão que respeitar a Constituição, no que tange aos paradigmas relativos à Brasília, no caso ao Distrito Federal, de maneira mais geral.

Não vejo nenhuma necessidade de se manter o cordão umbilical com o Governo da União, através de um administrador imposto pelo Governo Federal, como critério de preservação dos paradigmas, ou dos planos, ou das exigências, visto que esses paradigmas podem estar perfeitamente inscritos na Constituição. Brasília deve ser assim, o Distrito Federal cumpre tais funções. Pode haver um parágrafo ou um item – não sei o quê – na Constituição que diga sobre a necessidade do Distrito Federal e as aspirações nacionais ali depositadas, e que remetem, portanto, para um cumprimento fiel por parte daqueles que forem eleitos.

Isto posto, estou convencido de que o Distrito Federal pode ter perfeitamente a sua autonomia, pelo menos no sentido de uma eleição direta para governador, a constituição de uma assembleia de representantes que trate, enfim, não das questões de representação, e sim da construção do poder em nível local. E o poder não pode constituir-se apenas pela eleição do governador. Ou se constitui de forma plena, ou não se constitui.

E isto nos remete, em última análise, e aqui chamaria a atenção, também, para outra questão que normalmente não é vista no processo de construção da cidadania nos Distritos Federais.

Sempre se pensa que, desde que há um invólucro institucional Distrito Federal, é impossível, ou inviável que exista qualquer coisa que impossibilite a que determinados segmentos da população aspirem ou se transformem numa comunidade municipal plena.

Particularmente, estou convencido de que a grande aspiração da população de Brasília, mais imediata, mais sentida, é precisamente neste sentido.

Há certo bairrismo muito enraizado, por exemplo, numa cidade como Taguatinga. Isso não se resolve, a não ser através do direito de se constituir em município. E não há nenhum problema do ponto de vista doutrinário, nem político, nem econômico-financeiro. Aliás, o Núcleo Bandeirante, aqui, em Brasília, que hoje comemora 20 anos, foi transformado em município por uma lei do Congresso Nacional, sancionada na época, pelo Jango. Nunca entrou em vigência. A lei logo depois foi suprimida.

De certa maneira, até dá uma idéia de que, se a população estiver disposta a complementar a sua cidadania através da constituição de um governo comunitário local, não haverá, absolutamente, nenhum choque, nenhum problema com a condição de Distrito Federal ou com tipos de governo que possam presidir essa condição de Distrito Federal.

Por trás disso tudo sempre vem ou uma grande questão, ou sempre vem uma grande dúvida: como construir a cidadania se não existem os meios necessários para tal?

Termino apenas dizendo o seguinte: quem fala isso são leigos, senão, às vezes, mal intencionados. A condição Capital da República é uma condição, do ponto de vista econômico-financeiro, de excelência. Por isso, inclusive, estamos aqui discutindo a questão do invólucro institucional Distrito Federal. É uma condição de excelência, porque economia modernamente é renda. Economia não é processo produtivo, economia é substancialmente renda. Essa condição Capital Federal, permite que esse lugar, que é o lugar que abriga as funções de Capital Federal, tenha a possibilidade de drenar a renda do País inteiro e depositá-la nesse local. A economia de Brasília é uma das mais dinâmicas da América Latina. O nível de renda, pública e privada, é das mais altas da América Latina. A condição de Capital Federal viabiliza já, de antemão, qualquer projeto de autonomia política e de representação plena, ou de consumação plena da cidadania, porque, é o único lugar onde, antes de haver o processo produtivo, ou antes do trabalho se organizar produtivamente, derivar na forma de renda, ele já preexiste, pela condição Capital da República. Portanto, se há um único lugar onde não há problemas no âmbito nos meios, para consumação da plenitude da cidadania, em qualquer lugar do mundo é exatamente na sede do reino, no castelo, porque, de antemão, esse já é um *locus* privilegiado.

Só me penitencio de não poder, nestas observações, ter dado continuidade ou ter-me colocado ao nível do que foi a exposição do dr.

Gregório. Talvez tenha contribuído para chamar a atenção para umas questões emergentes da cidadania onde moramos, que é nesta cidade.

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Obrigado, dr. Paulo Timm.

Vou passar a palavra ao professor João Quartim, filósofo, da Universidade de Campinas.

JOÃO QUARTIM (Unicamp) – O tema sobre o qual vou centrar esta minha intervenção, que espero curta, para poder facilitar os debates depois é o trânsito – o Caos do Trânsito no nosso País. Vou tirar algumas conseqüências dessa descrição, que entenderei sumaríssima, no caso do trânsito, sobre o bloqueio da noção de cidadania no sentido político e social, não jurídico, porque juridicamente a Constituição garante uma série de coisas, inclusive diz que todos são iguais perante a lei – princípio da isonomia, e também assegura os demais direitos da cidadania. Temos que ver como ela se explicita na vida política e social. E aí me parece o trânsito um espelho, o triste espelho da falta de cidadania em nosso País.

Antes, alguns palpites teóricos, relativos, evidentemente, ao tema. Um sobre a questão da relação entre cidade e civilização. E digo isto, porque até apareceu já, em outra sessão muito interessante, aqui, as pessoas distinguiam rigorosamente direito civil e direito político, direitos civis e direitos políticos. É compreensível que hoje a vontade de separar noções e de facilitar a distinção de temas tenha cristalizado a diferença semântica que se pode apontar entre direito civil e direito político. Tão engraçado é que fazem considerações etimológicas às vezes, e justamente, como foi bem lembrada, até porque *polis*, grego e *civitas* latim, são a mesma coisa. O romano dizia *civitas* – cidade, *civis* – cidadão, como o grego dizia *polis* – cidade, *polite* – cidadão. São a mesma coisa. São sinônimos. E a tradução em latim, política e civilidade é a mesma coisa, etimologicamente, quanto ao fundo, quanto à origem radical dos conceitos, dos significados.

Também um pequeno detalhe. Não há contraposição ao que essa forma sócio-econômica, essa forma histórica específica se refere, ou seja, ao microestado que floresceu na bacia do Mediterrâneo, durante o terceiro milênio que precedeu a nossa era. Esse microestado, a *polis* ou a *civitas* ou *urbes*, de maneira nenhuma, contrapunha o mundo rural ao mundo urbano. Ao contrário. A cidade, essa aí não se confunde com a cidade anterior, aquela na qual o déspota consumia a sua renda, como disse Marx, de forma lapidar, nos textos do *Grundrisse* que é a cidade de Babilônia, aquela da perdição, que há um tipo de cidade religiosa, cidade despótica que precedeu, durante milênios, a cidade, essa aí, a *polis*, *civitas* greco-romana. O que é essa cidade greco-romana? É uma comunidade de pequenos proprietários das terras circundantes que se refugiam nos muros, nos *limes*, como diz o latim, que é uma coisa sagrada, o limite da cidade,

e, porque eles são proprietários das terras circundantes, são cidadãos. Aliás, há uma correspondência. Emilio Seregni, o erudito italiano, diz mesmo: há uma projeção ortogonal do terreno urbano sobre a paisagem circundante. Porque proprietários da terra na região é que esses cidadãos são membros da comunidade política, da comunidade cívica. Então, na origem greco-romana não há contraposição entre cidade e campo. Ao contrário. Há uma unidade entre cidade e campo. É a dignidade de proprietário que faz do sujeito um cidadão. Essas intervenções são muito profundas e permaneceram, de muitos modos, na nossa história.

Outro palpite teórico. O termo civilização adquiriu uma conotação reacionária, porque utilizada sobretudo numa certa historiografia e numa duvidosa filosofia da história, de tradição talvez tedesca, alemã. Na realidade, o tema é profundo, merecia até ser recuperado. Talvez na língua italiana se mantenha o termo que não é civilização, que tem esse matiz, e sim o termo *civilita* – cidadania, que é muito forte, muito rico e é termo envolvido em batalhas políticas importantíssimas na Itália contemporânea. *Civilita* e civilização são a mesma coisa, poderíamos até traduzir, talvez, para evitar o termo civilização, que a “direita fascistoide” já tomou conta dele, poderíamos usar o termo civilidade, mas aí fica pedante. Então, temos que escolher entre ser nacional e ser pedante, dentro do vocabulário. É uma triste escolha. Não sei qual dos dois escolher no caso. O fundo semântico é este mesmo, não sei disso.

Claro que a questão do trânsito entra aí bem no temário elaborado pelo dr. João Gabriel, porque este é um problema emergente. As coisas emergem devagar, a temporalidade da história social não é a mesma da nossa vida. É um problema do nosso século e do nosso País, de nossa metade do século talvez. Não tinha muita gravidade antes dos anos 50.

Vou justificar um pouco porque escolhi este tema. Além das minhas fobias pessoais, talvez tenha um mínimo de interesse – por isso sumarissimamente também vou referi-las – foi o fato de eu ter morado muitos anos, por motivo de força maior, fora do País (durante 12 anos) portanto ter sido um pedestre fora do País, como outros que tiveram a mesma experiência, apenas fui talvez mais obsessivo, talvez mais cabeçudo do que os outros, por isso que fico insistindo e já estou há muito tempo. Notei o que é o descaramento, o desrespeito do motorista no Brasil. Quer dizer, é o fenômeno do descaramento generalizado, do desrespeito generalizado pelo pedestre. Tomando-se o caráter de classe, é evidente, o burguês, em média, anda de automóvel e o pedestre, a pé.

Praticamente – não quero agredir países-irmãos, talvez o Paraguai seja tão ruim quanto aqui – nunca vi e já estive em muitos países, nunca vi um país que, tão sistematicamente, tão descaradamente, desrespeite as regras do trânsito quanto o nosso. Nunca vi. Como nascem as justificações, a racionalização das classes dominantes, os responsáveis por essa catástrofe, por esta hecatombe silenciosa e constante, como elaboram? Por que

esse negócio existe aqui? Quando se obedece, no meu entender, a um puro e simples egoísmo de classe, ao fato de que o burguês, por definição se beneficia da impunidade em todas as dimensões de sua atividade porque ele reflete o caráter profundamente desigualitário do nosso País, e – como eu disse – um retrato sem retoque está em nossa falta de civilidade.

Então, colocarei alguns dados que justificam isso e podemos começar a discutir.

Há, no fundo, outra maneira de se começar a questão diante da problemática de nossa cidadania, que é a cidadania restrita. Quer dizer, o cidadão é automobilista, ele entra com o aço do carro, e o pedestre vai com o osso do seu corpo, correndo. É o que verificamos a qualquer momento. Um aspecto: o sujeito tem mais direito do que o outro. Essa piada que se diz aqui, todos são iguais. Um é mais igual, o automobilista é mais igual do que os outros. Tenho alguns dados aqui, dados tirados sejam do DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito) como de outras fontes, e algumas comparações também internacionais. Voltei ao Brasil, beneficiando-me da anistia assinada pelo general João Figueiredo. Por questão de pesquisa, atento ao negócio, já tinha dado conta da coisa. Ai comparei com os dados de imprensa, procurei até dados estatísticos, movido por uma única razão: porque eu achava profundamente irritante, como pedestre, que às vezes sou, ou pensando no meu filho, ou na minha mãe que é mais velha – só, de passagem, as principais vítimas desse trânsito são crianças. Há o massacre de crianças, o atropelamento em nosso País é, sobretudo, um massacre de crianças, com total indiferença das autoridades constituídas, as fascistóides que conseguiram dominar o País 20 anos, os tais democratas de hoje, dessa lenta e Nova República. Infelizmente, pelo menos em São Paulo, que é meu Estado, a coisa não melhorou nada, nos últimos 3 anos. Ao contrário, as faixas de pedestres estão até se apagando, estão até piorando em São Paulo, porque esses cavalheiros democratas também andam de automóvel e seguramente isso tem alguma coisa a ver. Também ando de automóvel bastante, mas acho que podemos ter alguma coisa que sinalize mentalmente para o absurdo que é o negócio e que acordem. Para mim é até um patriotismo o jeito que o brasileiro atravessa a rua. A tranquilidade, a dignidade com que o estrangeiro, na Espanha, na França, na Inglaterra, até em Marrocos, se atravessa a rua. Aqui se atravessa de cabeça baixa, correndo. Em Brasília é menos pior, como diz o vulgo, é menos pior do que em outros lugares. É isso que faz com que o nosso País apareça, sob este aspecto como em outros de resto, como o país do desprezo, o país do desrespeito.

Temos aqui estatísticas sobre a média de mortes. No Brasil morrem 20 mil. São dados do DENATRAN de 1983. Um morto a cada vinte e seis minutos no trânsito, dado relativamente alto. Ou seja, 20.215, vinte mil pessoas durante o ano de 1983. Realmente, no caso, chega a ser uma hecatombe silenciosa, porque em cada três anos morrem – compara-

ções jornalísticas – cada três anos uma bomba de Hiroshima no trânsito. Seguramente morre mais do que em assalto. E aí vemos o que é o fascismo, o instinto fascista que temos na minha cidade, São Paulo, dos que ficam sistematicamente, diuturnamente, batendo na tecla do medo do assalto, medo do assalto, medo do assalto, não sei do quê, sendo que morre mais gente atropelada por carro. Aliás, esse fascistoíde, esse famoso, me foge o nome agora, esse sujeito, atropelou recentemente alguém. Sem se preocupar. Ele anda com o automóvel, com uma antena imensa, pelos subúrbios. Realmente há o ocultamento dos dados de que morre mais gente atropelada do que gente por outras causas.

Não sou da linha humanista cristã. O crime tem que ser punido, inclusive o crime do bandido, mesmo que seja pé-de-chinelo. O caso é que no Brasil só se pune este. Todos sabem. Escândalos aqui é que só se pune esses. Os Garneros andam soltos e dão entrevistas. Esse é o problema aqui. Do ponto de vista da frieza estatística, a principal causa de morte violenta em nosso País é o trânsito. São dados. Há uma conspiração de ocultamento com relação a esse dado.

Não é uma operação de ocultamento. No mesmo sentido em que se ocultam os dados, tentavam-se ocultar elementos de um processo ou de um assunto particularmente escandaloso, como essa corrupção de tantos grupos financeiros, como o escândalo do Riocentro, um ocultamento que todo mundo sabe quem fez tudo isso. É ocultamento apenas das atas do processo simplesmente. No caso é uma indiferença de classe. Para quem quiser, tenho um *dossiê* bastante grande aqui. Inclusive, uma coisa curiosa, que trouxe para mostrar, na revista *Quatro Rodas*, revista para automobilista. É até certo esforço aborrecer o próprio público. Se a revista é para automobilista, não se vai querer amolar o automobilista dizendo-lhe algumas verdades. É curioso. A matéria é assim: “Cuidado! Brasileiro ao volante!” O primeiro parágrafo, que merece ser lido rapidamente, diz: “O brasileiro médio é gentil, cordial, afável, dificilmente se envolve em guerras, detesta violência, tem especial cuidado com a vida”, – é uma fraseologia dele – “Menos quando está ao volante de um automóvel. Então não sabe conviver com a máquina, nem com as outras pessoas” – não sabe conviver com as outras pessoas – “não respeita a sinalização ou as faixas de proteção a pedestres. É indiferente ao sinal vermelho, à advertência do guarda, à conversão proibida, à contramão. Auto-suficiente, individualista, despreparado, o motorista roda impune, muitas vezes mata”.

Dá o número sobre 1980, que era 19.851. Dei a vocês um número de 1983, que era 20.215, do DENATRAN. Há uma estabilização em torno de 20 mil mortes por ano. Tem-se que acrescentar aí os feridos, os estropiados, os aleijados, os arrebentados, todas as conseqüências perversas socialmente, e ver que o custo disso para o INAMPS, para a Previdência Social, não será tão grande quanto o custo do roubo, das

quadrilhas de *gangsters*. Há de ser pesado também. Tenho uma cifra aqui, vou mencioná-la depois.

É particularmente inquietante esta questão e cito, em ação comparativa, realmente é só aqui que isso acontece, como eu disse, talvez no Paraguai. No entanto, é só aqui que se dirige de maneira tão sistematicamente descarada, até se violar o sinal vermelho, às vezes o pedestre tem a sua luz verde. É só aqui que isso acontece. É uma coisa nossa.

É particularmente inquietante. Mostra talvez, um *penchant*, um mal *penchant* da nossa cultura, da nossa falta de cultura. Por exemplo, o ladrão, o bandido ou até mesmo esses grileiros assassinos que mataram quase 200 dirigentes camponeses, assassinato seletivo. Neste ano morreram quase 200 dirigentes sindicais no Brasil. Não entendo a lógica do sujeito. Ele é um latifundiário, é o senhor da terra, de baração e cutelo, como dizia, e quer manter aquilo. Então, vejo uma lógica na categoria weberiana da racionalidade, posso enquadrar esse comportamento em interesses sólidos, materiais que ele está, com esse método criminoso que sempre caracterizou, aliás, a luta de classe do latifundiário, para se manter como tal. Posso entender. Ele mata porque quer manter a terra, porque é egoísta, quer tudo para ele. Além do mais, o que é terrível, é essa irracionalidade no caso do trânsito, dessa principal causa de morte violenta no Brasil. É que o sujeito faz isso por pura estupidez, para ganhar cinco segundos, quem sabe. Ele tem o sinal vermelho, ele vai ganhar o quê? Meio minuto. Então, põe em risco a vida alheia por nada, por absolutamente nada. Isso é inquietante para alguém como eu, formado na tradição racionalista. Leitor estudioso do Marxismo, e considerando-me mesmo marxista, é algo muito difícil de se admitir. É um pouco o lado inquietante do nazismo também, quer dizer, aquela bestialidade, que chega o momento em que não se explica mais por determinação econômica, por nada. Estabelece-se um “x” aí, como fator. Joga-se sempre nas costas da psicologia, que tem costas largas, tudo aquilo que é residual, que não tem explicação. Mas é isso. Há um lado de gratuidade, de estupidez nessa violência que é muito inquietante – para mim é inquietante – e que aumenta quando vou ao exterior, porque vejo que lá atravesso tranqüilo, e qualquer pessoa também. Até que ainda tenho, posso dar uma corrida, um pulo, um salto para trás. Há quem não possa, e a perplexidade de quem não pode, é terrível.

Claro que acredito, até para equilibrar a minha observação, acredito que o pedestre aqui é muito indisciplinado, porque, verdade também, nunca ninguém fez nada para que não o fosse.

Só uma observação, reconhecendo o fato, nunca ouvi falar de um pedestre que tenha atropelado um automóvel. Os dados são curiosos.

São Paulo, malgrado este fato, tem uma média anual estabilizada. Aumentou um pouco agora, no governo democrático, mas continua em torno das 2.500 mortes por ano. O caso de São Paulo não é o maior. O pior caso do Brasil é Manaus.

Há vários índices, mas, o geral, há certa relação com a diferença social.

A ditadura militar agravou o fenômeno, não tanto pelo que chamam autoritarismo. No trânsito, sou hiperautoritário, pois não há respeito à lei, não se respeita o outro, porque existe hiperliberalismo no trânsito. Isto é, cada um faz o que quer, desprezando os outros. O que falta é autoridade, isto é, respeito à lei, respeito à cidadania. Isso é o que não existe. Nisso a ditadura era extremamente anti-autoritária. Realmente, quem é rico, quem é insolente, quem é esperto, quem é desenvolto, faz o que quer. Neste ponto a questão é eminentemente democrática, lembrando aí, mais um pouco de etimologia, porque democracia quer dizer só uma coisa – soberania, poder, o termo grego *crathos*. Discute-se muito, mas, enfim... Não é nem o Governo, que governa muita coisa. Poder do povo, respeito à soberania do povo, respeito ao povo. Ser democracia é exigir respeito ao povo. Liberal, no sentido de deixar cada um fazer o que quer, isto aí, realmente, os 20 anos de ditadura já influíram amplamente. Então, a coisa se agravou, sem dúvida nenhuma, se agravou, seguramente, bastante. É a certeza da impunidade.

Vamos pegar um período, o último quarto de século. Corresponde globalmente com a ditadura militar, mas sem constituir inteiramente, nem creio que foram eles que inventaram isso. Constatamos que houve quatro processos por dano. Mesmo assim, se supormos 20 mil, ou 15 mil, quem sabe, subiu, não tenho aqui o gráfico. Enfim, está estabilizado em torno de 20 mil, pelo menos uns 6 anos. Multiplique-se, então, por 20 anos. Vamos ter 18 mil, como média, ou 17 mil. Vê-se qual foi o massacre. Foram condenadas quatro pessoas. Uma piada, é outra piada aqui. Na Faculdade de Direito de São Paulo, do Largo de São Francisco, fizeram até, sob forma de pantomima, uma farsa judicial, mostrando a indulgência do juiz, a indulgência da lei: primeiro, que o Código de Trânsito nosso é uma piada; a indulgência do corpo judiciário, sempre pronto a compreender o burguês – porque ele também dirige, ele também não deve respeitar muito o sinal. Então, há esta cumplicidade. No caso, ela leva a esses números, que são números realmente catastróficos e se estabilizaram nesse nível muito elevado sob a ditadura militar, porque a organização se efetivou, a produção do automóvel subiu consideravelmente, já desde o final da década passada – se eu disser uma tolice, corrija-me – já se estava quase a um milhão de carros há dez anos. Nossa produção se estabilizou em quase um milhão de carros por ano. Depois caiu com a recessão, a partir de 85. Já desde dez, doze anos, que 1 milhão de carros são lançados no mercado.

Então, o problema era emergente. A ditadura não fez nada, deixou chegar a este apodrecimento. Vemos que a insensibilidade do atual e dos governos de oposição, pelo menos os governos eleitos em 82, é muito grande também. Com uma ou outra fraseologia, do tipo de direito democrata-cristão, que é aquele negócio do Hanashiro, que não é mau sujeito, tentou-se fazer alguma coisa. Em inúmeros táxis por exemplo, há

um pequeno cartaz – quem é de São Paulo já viu: “Chega de atropelamentos. Respeite à sinalização”. O sujeito bota o papelucho. Como também não há sanção nenhuma, ele continua com o papelucho e tudo, continua atropelando. Só fica o papelucho do lado, como se isso resguardasse alguém. Ser atropelado por um carro onde está escrito “respeite o pedestre”, e ser atropelado por um carro onde não está escrito, não modifica nada.

Esta é a situação.

Ainda acrescentaria mais alguns dados. Como estou vendo que o relógio não pára enquanto falamos, acrescentarei alguns poucos dados.

Em termos de comparação internacional, a medição se faz por dois critérios, e não sou especialista em trânsito, longe disto. Como os filósofos, sou especialista em generalidades. É por isso que falo em trânsito. No caso, há dois tipos – os mais usuais – de variáveis que se utilizam: pedestres e a frota de veículos em circulação. A população é mais grosseira, porque, evidentemente, tudo depende de qual é a frota de automóveis. Não é à toa, justamente porque no Brasil há muito menos automóveis por número de habitantes do que um país altamente industrializado. No Brasil, parece-me que a cifra é um automóvel para cada doze pessoas. Em países como os Estados Unidos e Japão, nos Estados Unidos, sobretudo, é uma pessoa para três automóveis.

Para efeito da nossa comparação, ninguém dirige ao mesmo tempo três automóveis. O parâmetro seria uma pessoa/um automóvel, hipótese que se pode considerar como existente nesses países muito industrializados. Não existe no Brasil, é um para doze.

Então, quando pegamos essa cifra que falei – vinte mil por ano, com a população de 120 milhões – se a compararmos com outros países, não dá número muito arrasador, tão devastador. Por exemplo, a Espanha deve estar com 40 milhões de habitantes, tem 6 mil mortes no trânsito. Então, a comparação não é desonrosa para o Brasil. Ao contrário, seis, doze, dez, oito, quer dizer, tem três vezes mais habitantes. Onde a comparação fica desastrosa, é quando se compara o número de automóveis em circulação com o número de acidentes. O próprio Hanashiro, secretário da prefeitura no mandato Mário Covas, fez uma viagem ao Japão, e estava lembrando que em Tóquio, para cada 10 mil automóveis, a unidade de comparação – a unidade que serve de parâmetro é 10 mil –, em Tóquio para cada 10 mil automóveis em circulação, morre 1,1 pessoa por ano. Em São Paulo, 12,2.

Realmente, é algo revoltante. Por que têm que morrer no trânsito 12 vezes mais pessoas em São Paulo do que em Tóquio? E com um parâmetro muito mais fiel, o parâmetro da quantidade de veículos. De 1,1 para 12,2, é o que é a barbárie da nossa vida urbana, do nosso caos urbano. Sendo que Tóquio não é a cidade ideal. Já li artigos sobre Tóquio. É uma cidade “barra pesada” em certo sentido. Evoluiu recentemente. É uma cidade com muitos problemas, com muita pobreza também, não a pobreza nossa, é claro, num outro nível de vida, uma cidade com muitos problemas.

Nova Iorque é conhecida como uma cidade violenta, uma cidade de ódios, de ódios profundos, ódios étnicos, motivados pelo racismo da sociedade americana e por outras coisas mais. Seu índice é 2,3. Então, Tóquio 1,1; Nova Iorque 2,3; São Paulo 12,2.

Quando se chega a outras cidades como Manaus, São Luís do Maranhão, onde realmente existe mais desigualdade social, mais desrespeito, lá o cara de carro é mais difícil de ser punido, então, a coisa sobe para 40,45, comparado com 1,1 em Tóquio. Cerca de 45 mortes/ano para cada 10 mil automóveis em circulação.

Tenho um último dado, sobre o tipo de acidente, que para mim revela o caráter de classe no Brasil, a sua não inocuidade, e se explica, justamente por que não existe punição para o burguês, porque os que punem são burgueses também. São muito compreensivos, no modo amabilíssimo como tratam os infratores, os mais criminosos... É o tipo de acidente, quer dizer, a *causa mortis*. Vitimas de trânsito, há várias possibilidades: morto na estrada, morto na cidade, etc.

Internacionalmente, comparando Espanha e Estados Unidos, é a mesma cifra. A diferença é de menos de um ponto percentual. Pode-se dizer, está em torno, ligeiramente os pedestres atropelados. Em cada 100 mortos no trânsito, em torno de 20, 21 pedestres atropelados. De 1 para 5. Portanto, 20, 21. No Brasil é 65 – em cada 100 mortos no trânsito, 65 são pedestres atropelados.

Não é possível mais eloqüentemente colocar esta questão do desprezo, do descaramento sistemático do automobilista e que – não são todos, é claro, há gente que respeita – atinge largas camadas da classe dominante ou daqueles que lutam, ou mesmo que faz a luta de classe. Pelo contrário, ele aí se vinga. Não chega a ser um ideal de civilidade. A diferença estatisticamente é significativa. Não é coincidência. É desprezo mesmo.

E curioso, só a última consideração, a quantidade atinge também o meio de comunicação. Por exemplo, o sr. Abi-Ackel lançou aquela coisa – a lei existia desde 68 –, o uso do cinto de segurança, etc. É bom usar-se cinto de segurança. Uso-o na estrada sistematicamente. Em cidade não; admito que não, até porque uso carro mais devagar, mas uso na estrada, porque de fato funciona. Como se acostumou, crianças se põe atrás, são coisas elementares, qualquer lugar sabe, só aqui que ninguém sabe: se se muda de direção usa-se a lanterna; criança se põe atrás, não deixa ir na frente, essas coisas que não se usa, pois garanto que ninguém ensina, porque lá vem um guarda, pára etc. Aqui a polícia não está a serviço da civilidade, todos sabemos, e comprovamos a cada instante, a cada momento. Eu mesmo sou ignorante.

Nesta questão, o que foi realmente mais sintomático, o único esforço feito em período recente foi o cinto de segurança, que é, inclusive, uma coisa para o automobilista. Não se disse nada, uma palavra nunca, um esforço

sistemático para proteger o pedestre. Ainda assim o cinto caiu. É sempre a questão do cinto, para proteger o cara que está de automóvel.

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Obrigado Quartim. Com a palavra o Dr. Edward MacRae.

EDWARD MACRAE (USP) – Vou agora pular para outro assunto bastante diferente. Gostaria depois de discutir com você uma coisa que acho interessantíssima, importantíssima.

É ótimo, é a primeira vez que vejo discutida, num lugar assim, essa questão. Também tive uma longa vivência, não por força maior, na Europa. Assim, me choca essa coisa de na Inglaterra as travessias de pedestres não têm farol, não têm nada, mas há um sinalzinho lá que pisca e o pedestre bota o pé na faixa e tudo pára. Parece mágica. Quando cheguei lá a primeira vez, às vezes eu fazia só para ver, punha o pé e parava.

Fui convidado a falar sobre “Os Homossexuais e a Construção da Cidadania”. Acabo de fazer uma tese a respeito do surgimento da identidade homossexual como categoria política. Assim, vou fazer uma rapidíssima retrospectiva de algumas das minhas idéias a respeito e, depois, discutir um pouco mais esta questão.

Lembramo-nos como na década de 70, nos três quartos da década de 70, com a vigência de uma censura férrea, com a derrocada da luta armada, com todo um espírito ufanista – Brasil grande – que havia na classe média, e numa grande porcentagem da população, que, às vezes, esquecemos achando que era tudo contestação; de fato havia um conservadorismo muito forte na sociedade. Nessa época, a única forma de contestação permitida e mais bem-sucedida foi aquela a nível cultural. Lembramo-nos da importância que teve, numa hora dessas, Chico Buarque, Caetano, o Teatro Oficina, esses acontecimentos, que geralmente usavam uma linguagem cifrada, um uso de imagens ambíguas para promover essa idéia, essa contestação do *status quo*. Paralelamente também surgiu, não só no Brasil, pois isso é uma coisa bastante generalizada em todo o ocidente capitalista, uma exaltação da marginalidade. Sentia-se que o esquema estava podre. Então, o que era bom era o que estava fora do sistema. Vimos, então, os *hippies*, a explosão do uso de drogas, aqui no Brasil, um crescimento do interesse, por parte da classe média urbana, pelas religiões afro-brasileiras, a imprensa alternativa se colocando como alternativa, como marginal.

Como estava dizendo, a contestação que passava por aí era uma coisa ambígua, que cultivava a ambigüidade e há muito o uso do carnaval como uma metáfora para a revolução. Como é que seria uma revolução pouco elaborada? Seria um carnaval, que era o máximo que se podia falar. Aí, surge um monte de espetáculos teatrais, músicas, etc. E também foi interessante em São Paulo. Não me lembro se em 73, 74, pois surgiu primeiro no Rio – eu morava em São Paulo, na época, e senti lá mais o efeito

– o grande sucesso do grupo teatral Dzi Croquetes. Assim, de repente, eles bagunçavam tudo. A mensagem deles era de ambigüidade total, o próprio espetáculo teatral era uma coisa que mudava de dia para dia, e eles se propunham a ser uma coisa completamente indefinível, uma série de formas, inclusive na questão do vestuário, da apresentação dos papéis de gênero, que eram questionados, como várias outras também eram. E foi essa questão do questionamento do papel de gênero, do uso assim, da imagem masculina – o Dzi Croquetes era formado só por homens, vários deles com os corpos peludos, bigodes, barbas, uma imagem muito masculina, homens que apareciam, assim, de repente, vestidos com roupa de mulher, cobertos de purpurina em cima dos pelos e da barba, era um questionamento, uma contestação, tanto da imagem masculina quanto da feminina. E foi justamente uma das coisas que a imprensa pegou e que fez um grande sucesso de público em geral – os Dzi Croquetes –, essa idéia da androgenia, que eles próprios logo começaram a questionar, a rejeitar, porque achavam que era simplesmente uma forma de consumi-los, de acabar com essa coisa totalmente indefinida, de dar uma definição qualquer para eles. Foi muito importante essa idéia da androgenia, o questionamento dos papéis masculino e feminino. Caetano, quando voltou do exílio, fez aquele primeiro show, em que apareceu, a certa altura, vestido meio de Carmen Miranda, com batom que foi um escândalo também. E daí, os “Secos e Molhados” mais tarde. O começo de Ney Matogrosso, o primeiro show do Ney Matogrosso foi uma coisa eletrizante, chamava-se “Homem de Neanderthal”. Depois foi completamente enquadrado e consumido. Hoje, lembrando, vendo em termos atuais, já não parece uma coisa tão revolucionária, mas, na época, especialmente nesse contexto de total sufoco, era algo muito forte.

Nessa época havia em São Paulo – não devia ser só São Paulo, falo São Paulo porque é o espaço que conheço – à noite, havia um agrupamento dos marginais, tanto políticos quanto econômicos, acadêmicos, artísticos. As pessoas iam para os mesmos bares, os mesmos restaurantes, havia um cruzamento de idéias bastante interessante nessa época, que afetou também a visão dos políticos de esquerda, das pessoas mais engajadas na esquerda que ainda restavam no Brasil. Começava a haver o questionamento de certos dogmas meio rígidos deles e, por outro lado, isso também levou a certa consciência mais política esses grupos sexuais, marginais. Naquela época – um parêntese rápido –, até meados de 70, mesmo em lugares como São Paulo, na classe média mais artística, num grupinho pequeno, mais intelectualizado, mesmo nesse grupo ainda persistia a categorização da homossexualidade como ente ativo ou passivo, a “bicha” e o “bofe”, a “bicha” e o “machão”. O “machão” seria aquele que “come qualquer coisa que dê sopa, qualquer coisa que passa por perto e dá uma bola para ele”, tem a obrigação de ir lá e abordar, geralmente mulheres, mas, se de repente pinta um “bichinha”, ele vai lá, transa com a

“bichinha”, e conta depois para os amigos, e todo mundo dá risada, acha ótimo e a imagem de virilidade dele não é afetada. Aliás, isso continua bem difundido no Brasil inteiro. Era a norma na época. Quem era normalmente, nos olhos gerais, visto como homossexual, como ente estigmatizado era o passivo. O ativo, muita gente nem considerava homossexual. Ele mesmo não se consideraria homossexual geralmente. Daí, era esta situação que persistia generalizada pela sociedade, mesmo nas classes mais educadas.

Esse período de que estou falando foi muito importante, pois começaram a surgir idéias mais de igualitarismo, basicamente de igualitarismo. Então, começou-se a pensar que, de fato, tanto o machão que transava com a “bicha”, quanto a “bicha”, os dois seriam homossexuais. Daí apropriou-se a imagem médica que já existia, mas tinha sido sempre restrita a uma camada extremamente erudita, médica, de psicólogos, esse tipo de gente. Então, esta é também uma época de grande ênfase dada a idéias de igualitarismo, como eu estava dizendo, e de comunitarismo, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. É só pensar nas comunidades *hippies* que foram formadas no campo, nos Estados Unidos e em alguns lugares da Europa também. E a política estudantil, de que participei na Inglaterra. Na época havia um grande questionamento da estrutura leninista, de organizações de esquerda. Surgiram uma porção de grupelhos independentes, que se chamavam *new left*, que rejeitavam a idéia de centralismo democrático, às vezes rejeitavam qualquer idéia de representação lá dentro, qualquer tipo de hierarquia, todos eram iguais, todos tinham que falar por si e ninguém tinha direito de falar por outras pessoas. Ainda nesse período, surge o questionamento, em parte, do processo, o questionamento das formas. Como as questões raciais, a questão da mulher era sempre relegada para um segundo plano; para depois da revolução. O importante seria primeiro fazer a luta de classes.

Todas as coisas começaram a ser questionadas fora do Brasil e, aos poucos, aqui dentro também, especialmente depois da vinda de um grande grupo de pessoas que estavam exiladas e que, nesse período de exílio, tiveram oportunidade de contato com outras idéias européias e americanas. Aqui também essas idéias eram discutidas. No jornal *Lampião*, por exemplo. Esse era um jornal muito interessante, muito criativo, uma espécie de *Pasquim gay*. Insistiam em trazer a linguagem do gueto *gay* para a imprensa, usava-se muito a palavra “bicha”, uma palavra que é usada entre os homossexuais, meio equivalente – creio – ao termo americano *nigger*, que os americanos negros usam entre si, mas aí do branco que for chamar o negro de *nigger*. Houve certa desmistificação, um pouco, dessas palavras que eram usadas de forma muito agressiva. E as preocupações do gueto *gay*, do tipo “qual é o melhor lugar para ‘pegação’ no Rio de Janeiro?” as qualidades dos michês, dos prostitutas, ou as delícias da masturbação, esse tipo de discussão que nunca tinha sido levantada como uma coisa digna. Até então no máximo só apareceria com uma ligeira diferença, como uma

perversão, como uma coisa de decadência, alguma coisa assim era levada a sério. Tinha-se isso numa página, daí, na outra página, tinha-se uma longa discussão sobre a reunião de algum congresso negro. Tudo junto. Foi uma coisa muito interessante e que incentivou bastante a idéia de que a questão sexual era política.

O Lamião lançou essa idéia, que foi tomada. Daí, até hoje temos um número grande, agora talvez esteja declinando um pouco, mas, até o ano passado, em qualquer lugar ocorriam debates de “minorias”. As “minorias” eram sempre as mulheres, os negros, os homossexuais. Sempre iam juntos lá, foi uma idéia que pegou. Houve o surgimento dessa discussão, isso tudo no contexto da “abertura”. Quando a censura começou a se abrandar, mesmo ainda dentro de um sistema bastante repressivo, era possível discutir certas questões, era possível pensar em se organizar de uma forma que não era tão perigoso assim. Ainda era no começo. Comecei a estudar o grupo “Somos” de São Paulo, no seu início, em 1978, começo de 79. Embora não fosse perigosíssimo, havia ainda uma preocupação quando as pessoas se reuniam: será que há algum agente infiltrado, será que de repente a polícia não vai baixar e prender todo mundo? Nisso havia uma constatação da realidade e também certa supervalorização da importância da contestação que estava sendo levada a efeito. Depois “Somos” de São Paulo, surgiu o “Somos” do Rio de Janeiro, surgiram uns 20 grupos no Brasil inteiro, levando a questão homossexual de um ponto de vista político. Esses grupos eram filhos da sua época e refletiam muito toda essa discussão do combate ao centralismo, à hierarquia, à representação. Como ponto básico, a idéia central dessas organizações era que tudo tinha que ser resolvido por consenso e que o grupo seria uma comunidade de iguais, e que essa comunidade de iguais não teria fronteiras muito claramente demarcadas. Qualquer pessoa que se classificasse como homossexual seria bem-vinda ao grupo e, depois de assistir a uma ou duas reuniões, depois que começasse a entender como funcionava o grupo, ele já poderia intervir e a sua intervenção tinha o mesmo peso da intervenção de um dos fundadores do grupo, porque achava-se que aquilo era simplesmente um pedaço dos homossexuais, que eram todos iguais, estavam reunidos, mas os que não estavam lá também pela ideologia seriam iguais e teriam todo o direito a participar. Isso causava, claro, problemas imensos, práticos, porque, mesmo com toda uma retórica anti-hierárquica, é claro que acabava surgindo uma hierarquia informal, porque nem todo mundo, em primeiro lugar, tinha tempo disponível para assistir às reuniões no auge desse período de politização da questão, 79, primeira metade de 80. No “Somos” de São Paulo havia reuniões toda noite. Sempre havia um subgrupo se reunindo para uma coisa, uma comissão de não-sei-o-quê se reunindo para outra coisa. As próprias reuniões tinham um grande componente de sociabilidade, era o lugar a que as pessoas iam para conviver com outras pessoas iguais, com quem compartilhavam idéias, para paquerar, para

transar, para arrumar amigos para sair juntos. Especialmente a população homossexual. Vemos isso também nos grupos feministas. Não sei como eram os grupos negros, mas até imagino que talvez tivessem também esse componente. A sociabilidade que o grupo oferecia era um dos grandes atrativos. Especialmente na questão dos homossexuais, que sempre se sentiram marginalizados, que tinham um grande problema de auto-aceitação, de autodesvalorização. Aí, nos grupos, finalmente sentiam que encontravam um lugar onde a homossexualidade deles, que sempre tinha sido vista como uma coisa negativa, ali era valorizada e, quanto mais “bicha” a pessoa fosse, mais “autêntica” era considerada. Era muito gratificante essa participação nesses grupos. Surgiam muitas pessoas. Nem todos tinham tempo disponível para participar toda noite. Nem todos tinham uma vivência estrangeira, onde estas discussões já tinham sido levantadas antes, ou tinham acesso a publicações. No começo, se pensava: então, vamos fazer a política homossexual. O que é isso? A própria palavra “homossexual”, era questionada, ainda havia gente que pensava mais em termo de “bicha”, de “bofe”, algo assim. Havia muita coisa a ser discutida, coisas sobre as quais hoje já se têm bastante consenso e que, já estamos cansados de ler na imprensa a respeito. Entretanto, na época ainda tinham que ser elaborados em termos brasileiros e só havia umas poucas pessoas com vivência estrangeira que já tinham algumas idéias mais bem concebidas.

Essas pessoas que tinham mais tempo, que tinham mais leitura, as pessoas que falavam melhor, as pessoas geralmente mais carismáticas, muitas vezes as mais bonitas, as mais “tesudas”, coisas assim, eram fator importante de diferenciação e acabavam estabelecendo uma hierarquia que, por ser informal, era completamente inquestionável. Então, tinha-se essa ideologia de que não havia hierarquia, de que era todo mundo igual, mas, de fato, lá dentro não era. Às vezes, pessoas que questionavam certas coisas que eram meio dogmas do grupo chegaram a ser expulsas, mas nunca oficialmente, mas expulsas vigorosamente. Em outros casos, eram simplesmente marginalizadas, elas falavam e ninguém prestava atenção, era como se elas não existissem. Daí elas iam perdendo o interesse. Era uma questão bastante problemática esse tipo de organização.

Havia também essa ênfase no consenso, tudo tinha que ser resolvido por consenso, o que levava, em primeiro lugar, a uma manipulação, novamente, por essa tal de hierarquia informal, que tinha sido resolvida uma vez. No começo do grupo “Somos”, quando foi fundado, se chegou ao consenso, entre algumas poucas pessoas fundadoras, que tudo tinha que ser feito por consenso. Daí, quando o grupo cresceu, o que aconteceu? Originalmente, a idéia de uma política homossexual era uma coisa muito estranha. Então, poucas pessoas no início se aproximaram. Depois, em 79, o movimento homossexual, que seria um agregado desses 20 grupos, começou a atrair muito a atenção da imprensa. Os primeiros espaços que o

movimento na imprensa conseguiu foi na imprensa alternativa. Daí, essa questão de politização do cotidiano da sexualidade atraiu bastante gente que já estava na militância política de esquerda anteriormente, que tinha toda uma visão diferente dessa visão a que eu chamaria de libertária, ultralibertária. Essas pessoas entraram também no grupo e já entraram com outras idéias, idéias bastante interessantes. Não estou querendo dizer que uma era necessariamente melhor do que a outra, mas havia, cada vez mais, uma diversidade ideológica que era um problema. Começaram a sugerir: “não vamos mais discutir tudo por consenso”. Só que, para resolver que não se ia mais ter que decidir tudo por consenso, era necessário haver um consenso, o que era pura manipulação. Insistiu-se muito: “não, não podemos decidir acabar com a exigência de consenso a menos que todo mundo queira isso.” Então, a velha elite e a hierarquia informal conseguiram, assim, se impor, justamente por esse mecanismo que seria ultrademocrático.

Começou a haver uma série de problemas, como resolver essas questões de divergência, de não-igualdade lá dentro. Tudo isso acabou levando a uma série de brigas e a um racha no grupo. Havia também brigas entre os vários grupos que compunham o “Movimento Homossexual” pois cada grupo tinha uma idéia ou uma série de idéias que eram prezadas, muitas vezes por causa da influência de alguns indivíduos, pois que esse tipo de organização se presta a essa dominação pelo carisma. Eles brigavam entre si, o que acabou desprestigiando toda a idéia de um movimento homossexual.

Até então a grande atração para a população homossexual, em geral, desse tipo de movimento, era ser um lugar de sociabilidade. Inicialmente muita gente entrou declaradamente, para encontrar um namorado, uma namorada, ou amigos... Quando ficou um horror, brigas assim terríveis, todo mundo se odiando, porque no começo todo mundo se amava, depois de uns meses, de um ano, todo mundo se odiava, daí deixou de ser atraente. Vemos esse período como de maior liberalização da sociedade em geral. O chamado gueto comercial *gay* – os bares, saunas, boates, publicações, basicamente pornográficas – foram crescendo, surgindo e oferecendo novos espaços de sociabilidade muito mais atraentes para aqueles que não tinham motivação política profunda. Daí, essa coisa de ficar sentado, assistindo reunião, horas e horas a fio, era chatíssimo para muita gente. Então, aos poucos o movimento homossexual perdeu o seu charme inicial e os grupos foram-se acabando, era muito difícil conseguir recrutar pessoas novas.

Hoje em dia, o Movimento Homossexual persiste, há grupos, mas são poucos e tendem a ter relativamente poucas pessoas atuando neles.

O movimento homossexual teve e continua tendo uma importância muito grande, pois a idéia que se faz sobre a homossexualidade mudou, em geral, na população, pelo menos na população que é atingida pelos meios de comunicações de massa, porque se publicou muito a respeito. Para publicar

artigos mais favoráveis, menos pejorativos sobre a questão homossexual, era preciso que o repórter tivesse um interlocutor, uma pessoa que fosse entrevistada e pudesse falar essas coisas. Era preciso haver alguém que levantasse as questões, para depois serem divulgadas essas opiniões. Isso o movimento homossexual fez muito bem e até hoje continuam esses grupos, mesmo que sejam fracos, tenham pouca gente, às vezes até uma coisa que não se sabe se continua existindo ou não, as reuniões são irregulares, mas servem como focos geradores de opinião, geradores de entrevistados para os meios de comunicação divulgarem essas idéias.

Nesse período o movimento homossexual teve uma importância muito grande no sentido de uma integração da população homossexual na população em geral. Integração em vários níveis. O movimento homossexual se colocava como ferrenhamente anti-autoritário, antipartido e certamente anti-Estado, que era como um monstro que estava aí, autoritário, etc., etc. Aliás, a idéia não é minha, por exemplo, Ruth Cardoso, Eunice Durhan e outras pessoas têm discutido sobre os movimentos sociais urbanos, têm apontado como isso acontece, e eles acabam levando a um diálogo com o Estado. Podemos ver o caso de uma campanha contra a violência policial que ocorreu em 1980, em São Paulo. É uma coisa que sempre acontece, continua acontecendo. Foi um período que, por uma série de razões, teve maior repercussão e, talvez, foi um pouco mais rude do que o normal, uma chamada operação limpeza do centro da cidade, quando prostitutas, homossexuais, desocupados em geral, e o tal do Richetti, o delegado Richetti era a pessoa que estava promovendo essa operação no centro de São Paulo. Organizou-se uma campanha, que contou com a participação e apoio do Movimento Feminista, vários grupos feministas de São Paulo, de algumas pessoas ligadas ao jornal *Em Tempo*, juntamente com outros jornais alternativos que continuavam, que ainda existiam e que também já estavam sumindo, o Movimento Negro, que tinha como uma de suas plataformas a luta contra a violência policial, que afeta principalmente os negros. Sinceramente, creio que essa campanha foi levada mais pelos homossexuais, porque incidia bastante numa área que era basicamente freqüência homossexual. Era também contra as prostitutas, mas estas não se organizaram tanto. Foi mais uma questão das feministas, que seguraram e levantaram a questão da prostituta. Houve uma passeata, o tal do Richetti foi chamado, houve pressão sobre a Assembléia e alguns deputados do PMDB e outros que depois iriam formar o PT chamaram, convocaram o Richetti para uma espécie de interrogatório pela Assembléia. De fato, os deputados não podiam fazer nada. Não houve nenhuma sanção contra o Richetti, mas foi uma chamada de atenção, que saiu nos jornais, etc. Enfim, se abrandou um pouco essa tal de operação limpeza.

O que aconteceu, em termos de integração na sociedade o que isso representou? Para muita gente do Movimento Homossexual foi a primeira

vez que eles pisaram na Assembléia Legislativa, que eles conversaram com um deputado, que eles começaram a tomar conhecimento de como realmente funcionava aquilo, dos poderes limitados da Assembléia com relação ao Executivo, etc. Daí as pessoas começaram a ter um trânsito, estabeleceram-se canais de contato com os deputados. De um lado, havia essa rejeição de um aspecto do Estado, representado pela polícia, pelo Richetti; por outro lado, houve esse entrosamento maior com o Legislativo.

Mais tarde, houve uma outra campanha. No Brasil, pelo menos desde a época republicana, nunca houve legislação proibindo a homossexualidade. A figura do homossexual não existe nos códigos brasileiros, ou, se existe, é de forma muito branda, muito marginal, que não ocupa uma posição importante, nem para falar bem nem para falar mal. O único lugar em que havia algo mais oficial desprestigiando a homossexualidade seria o código oficial, o Código de Doenças do INAMPS, que segue fielmente um código elaborado pela Organização Mundial de Saúde, e lá a homossexualidade era categorizada, entrava numa categoria como desvio e transtorno mental, sexual, uma coisa assim, e o homossexual tinha um número: 302.0; houve, mais tarde, toda uma campanha, promovida originalmente pelo "Grupo Gay da Bahia", e encampada por todos os outros grupos ou alguns ex-militantes desses grupos, que talvez já se estavam esfacelando e que conseguiram levar a questão para a sociedade. Fez-se um grande abaixo-assinado, conseguiu-se a assinatura do Montoro, do Darcy Ribeiro. Representantes de Assembléias Legislativas de vários Estados e de Câmara de Vereadores, apresentaram moções repudiando esse código do INAMPS. Houve toda uma discussão, que também serviu como legitimação da homossexualidade. Finalmente, em fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina emitiu uma recomendação para que não fosse mais usado esse código. Como para mudar tudo é uma questão muito complicada, e havia toda uma ligação também com a Organização Mundial de Saúde, não se muda tudo da noite para o dia, o Conselho Federal de Medicina fez uma recomendação, que a partir de então não seria invocado o 302.0, para rotular, de alguma forma, o homossexual. Um psiquiatra, trabalhando para o INAMPS, quando tem um paciente que é homossexual, de alguma forma, o médico tem que colocar aquilo nas coisas que ele faz, para burocracia. Agora, estaria classificado em outro grupo onde está também desemprego, etc. Seriam questões sociais que podem provocar *stress*, por exemplo. Não há nada a ver com uma essência dela, uma patologia, é uma coisa muito mais branda.

Então, agora essa questão do 302.0 já não seria mais invocada.

Em 1983, também o Grupo Gay da Bahia, e mais tarde um grupo do Rio de Janeiro, chamado Triângulo Rosa, conseguiram registros oficiais como grupos homossexuais. Até então, esses vários grupos, para conseguir Caixa Postal, para conseguir uma série de coisas, às vezes para alugar uma sede, tinham que se constituir de alguma forma como entidades. Mas

acabavam se constituindo como entidades culturais, recreativas, sem mencionar a palavra homossexual. O Grupo *Gay* da Bahia forçou a barra e se colocou como “grupo homossexual”. Houve toda uma luta judiciária, que eles acabaram ganhando, e foram oficialmente registrados como um grupo homossexual. Isso abre um precedente bastante interessante, logo seguido por esse grupo do Rio de Janeiro, o “Triângulo Rosa”.

Finalmente, outro exemplo de como se integrou como se legitimou a homossexualidade e essa coisa meio ambígua. O resultado disso foi em 83 – logo após a posse do Governo Montoro, justamente coincidindo com o aparecimento da Aids no Brasil, com a morte do Markito, e todo um pânico inicial, que no começo era restrito mais à comunidade homossexual – pessoas, ex-militantes do “Somos” de São Paulo foram conversar com o representante da Secretaria da Saúde, falar sobre o sério problema que era a questão da Aids. Foi também um concatenamento de uma situação especial naquela época, um novo governo democrático se estabelecendo, que queria fazer uma diferenciação com o que tinha havido antes. Também estavam procurando temas novos. Foi perfeito, normalmente não é tão bem-sucedido assim um *lobby* desses grupos, mas eles chegaram lá conversaram com representantes da Secretaria de Saúde e em questão de semanas, já tinha sido formado todo o grupo lá em São Paulo, dedicado basicamente a combater a Aids, e que depois deu origem a um grupo hoje em dia dos homossexuais masculinos – não é um grupo que se declare de homossexuais, mas grande parte dos seus integrantes eram homossexuais –, o grupo GAPA – Grupo de Apoio e Prevenção da Aids. Foi formado como um grupo que não seria ligado à Secretaria de Saúde, mas trabalharia ao lado, e que também poderia, por ser independente, criticar a própria Secretaria. Esse grupo tem feito um trabalho interessante de divulgação – dos modos de se lutar contra a Aids, de prevenir a Aids, etc. Interessante, se formos considerá-lo como um grupo *gay*, constitui uma reversão, uma mudança de 180 graus na direção em que iam os discursos da militância homossexual. Enquanto antes se questionava claramente o discurso médico, que era visto como algo que rotulava os homossexuais como doentes, a partir de agora o GAPA está aí difundindo justamente as idéias que saem do meio médico, a respeito de prevenção da Aids. Antes uma militância *gay* incluía uma exaltação da promiscuidade – quanto mais pessoas com quem se trepasse, melhor; a idéia de “caso” de casais, era considerada uma coisa reacionária, “careta”. Havia casais homossexuais dentro desses grupos, mas talvez o grande modelo fosse o “casal aberto”, transando ao máximo. Agora o GAPA – não estou questionando, só estou constatando essa diferença que ocorre agora – está divulgando um discurso antipromiscuo. Está, então, divulgando o discurso médico, está fazendo parte do sistema constituído.

Algumas considerações sobre o que a Constituinte pode fazer em relação à homossexualidade.

É muito importante manter clara nas nossas cabeças aquilo que o movimento homossexual, em geral, tentou evitar ver, que a população que podemos chamar de homossexual é muito heterogênea. Em primeiro lugar não existe uma essência homossexual. É muitíssimo difícil dizer-se: fulano é homossexual, sicrano não é, a partir de testes psicológicos, a partir de exames genéticos. Já se fizeram muitos trabalhos por aí tentando definir uma essência biológica ou até uma essência psicológica do homossexual, os quais, geralmente têm dado com os burros n'água. Um grupo de pesquisadores faz uma constatação, depois outro grupo faz uma constatação absolutamente contrária. A questão está muito difícil de se resolver nesse campo e tudo isso leva a confirmar bastante, na minha experiência, do meu conhecimento da população homossexual, que realmente a questão homossexual ou o homossexual é mais uma questão de rotulação, é mais uma criação social do que uma coisa psicológica ou genética, porque não há uma coincidência. A população bissexual é muito grande. Então, se torna muito difícil pensar que há um “heterossexual” ou “homossexual”. Há muitas pessoas que são consideradas “homossexuais”. Esse grupo que tem práticas homossexuais é muito heterogêneo, desde esses *gays* militantes e igualitários, anti-hierárquicos, etc., temos as “bichas” que continuam aí, que gostam de transar com chofer de caminhão e se são maltratadas isso daí é melhor ainda, ou então, sei lá, há os que exibem um componente masoquista talvez há o travesti, o “michê”, o prostituto, esse tal de “bofe”, de “machão”, que transa ocasionalmente com uma “bicha”, mas não se considera homossexual. Há uma variedade enorme.

É muito perigoso tentar fazer uma legislação que vise diretamente o homossexual, porque isso é uma ficção e há o perigo de se colocar uma camisa-de-força na sexualidade hiperdiversa humana. Vi, tempos atrás, um projeto de lei para proteger os homossexuais. Tinha uma série de coisas muito interessantes, que são necessárias, alguma forma de defender as pessoas contra a discriminação no emprego, na moradia, etc. No entanto, eles também punham um dispositivo para proteger contra qualquer tipo de ridicularização, censurar qualquer tipo de apresentação de travesti. Coisas tipo Chico Anísio “Painho”, essas coisas seriam censuradas. Isso é perigosíssimo. Como a lei Afonso Arinos é muitas vezes usada contra os próprios negros, qualquer “bichinha” que saísse rebolando na rua poderia ser presa por um policial, que diria que ela estava denegrindo a imagem do homossexual, ridicularizando o homossexual. É verdade. Os travestis poderiam sair prejudicados.

É mais importante pensar-se em termos de legislação que proteja uma diversidade da sexualidade humana do que proteger diretamente o homossexual. É importante combater essa discriminação a que me referi rapidamente, e talvez pensar em termos de que se criar mecanismos que levem à possibilidade de contratos alternativos ao casamento. Não estou propondo um casamento para os homossexuais, mas algumas coisas que

preencham algumas necessidades legais. Por exemplo, em questões de previdência social, seguro, herança, coisas que são de ordem prática, do dia-a-dia, e que atrapalham a vida de muita gente. Seria interessante pensar um pouco. Não tenho sugestões acabadas, mas é o tipo de coisa em que se poderia pensar. Também seria interessante discutir um rebaixamento na idade que determina a emancipação sexual. Talvez passássemos de 18 para 16 anos, como ocorre em vários outros países. (Palmas.)

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Gostaria que o Dr. Gregório retomasse uma questão que, se não me engano, é colocada por Marcuse como “o caráter revolucionário das perversões”. Lembro-me de uma passagem, de uma situação em que ele coloca que, na verdade, o movimento homossexual luta em torno de realização de uma coisa que ele chama a “grande recusa”. Seria a recusa de constituir família, de reproduzir, e no sentido de não permitir ser simplesmente um cooptado ou repetitivo membro do sistema.

GREGÓRIO BAREMBLITT (Psicanalista/RJ) – Unicamente posso tentar acrescentar que, depois de uns 30 anos, mais ou menos, de certa militância política, ideológica e profissional, me tornei bastante eclético. Neste sentido, em termos de estratégia tática, respeito todas as propostas, à medida que tendam a um objetivo. Geralmente penso em termos de programas máximos e programas mínimos. Não respeito nenhuma proposta, por mais reformista que pareça, em relação a um programa máximo. Por exemplo, a questão que atravessa todas as polêmicas políticas atuais é a questão de que o povo dessa imensa diversidade não só sexual, também sexual, mas o povo, com um universo aberto de singularidades, de multiplicidades *versus* o Estado, essa polêmica é também passível de tratamento máximo e mínimo. O tratamento máximo – entendo, e não é novidade, só repito – que o Estado deve desaparecer, porque o Estado não é a sede central do Governo Federal em Brasília. O Estado está entronizado e introduz-se em todos os atos da vida, inclusive nas funções fisiológicas, anatômicas e cíclicas. Vê-se de uma forma estadual, se gosta de uma forma estadual, se crê numa forma estadual. Então, utilizando as categorias de minha disciplina historicamente, a verdadeira oposição, a contradição principal, segundo este ponto de vista, é a contradição entre uma estrutura paranóica e uma diversidade fluida, que poderíamos chamar de esquisóide: que centraliza, a que subordina, a que corta tudo aquilo que não se pode aproveitar e aproveita tudo o que pode para a acumulação, a concentração e a eliminação, que é esse setor cuja tendência atravessa toda a história, diz respeito às singularidades, às diversidades, às idiosincrasias, à multiplicidade. Quando se propõe, por exemplo, enfatiza a atuação operante dos

municípios, se está fazendo um trabalho de descentralização, um trabalho de participação de certa categoria das bases no posicionamento do centralismo estatal, quando se reivindica, por exemplo, a singularidade homossexual, concordo que fazer disso uma essência. Somos colegas, somos capazes de fazer uma coisa assim. De qualquer maneira, nos Estados Unidos, que têm 25 milhões de eleitores homossexuais, são qualificados de homossexuais, mas muito respeitosamente, porque já têm achado um modo de participar do poder.

Questionar sobre a estrutura do trânsito. Estive recentemente numa mesa-redonda com o dr. Brandão Monteiro – secretário dos Transportes, com o diretor do DETRAN e um delegado de polícia. Fez-se uma análise muito bem apresentada, que foi enriquecida aqui, relativamente a esse esforço do trânsito, não como reflexo, não uma expressão da paranóia estatal-centralista-militar, e sim como uma engrenagem dessa maquinaria que não representa nem expressa – porque tem um dever: participar dela, mas injustamente.

Gostei muito de estar aqui. Houve a análise da singularidade homossexual, uma análise da problemática de um povo que tem de renunciar a seus direitos de cidadãos para poder protagonizar o exercício da democracia burguesa federal, que não deixa de ser centralista. Dão uma dimensão muito valiosa acerca do que se tem desenvolvido nos momentos críticos no Brasil nos últimos 2 anos.

EDUARDO FRANCI GONÇALVES (Estudante da UnB) – Tenho uma pergunta. Você falou a respeito da homossexualidade em geral e do problema político que existe na homossexualidade. Por esse problema político passa também o problema da tipologia do homossexual, um problema muito brasileiro, acho que, no máximo, pode atingir outro país, a Itália. Talvez Itália e Brasil são os mais atingidos por isso, o homossexual deixa de ser de homem para ser alguma coisa entre homem e mulher, ele se traveste, ele adota uma gesticulação toda própria de um homossexual, quer dizer, completamente diferente de países como a Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, em que pode ser que exista uma minoria desses homossexuais, mas eles não deixam de ser homens. São homens homossexuais. É algo completamente diferente.

Então, quando se coloca esse assunto homossexualidade, quando se passa esse problema político, creio que passa por isso, porque vejo no Brasil, pelo menos, existe um grande estrelismo, todas querem ser estrelas de Hollywood, todas querem ser realmente o centro das atenções, o que não sei se acontece na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Passar por esse nível. Aqui é muito mais normal vermos um homossexual brasileiro vestido com um vestido de lamê imitando Marilyn Monroe do que por ser ele um homossexual-homem assumido homossexual. É muito mais comum. Por aí passa também o assumir certos valores de uma burguesia que é contra o

homossexual. O homossexual assume os valores burgueses, assume os preconceitos, assume a tipologia e agride a sociedade em retorno, e não consegue nenhum fruto político em torno dele. Por exemplo, vi um show de homossexuais em Recife há uns 8 anos. Entrava um travesti com um vestido de lamê e uma estola de pele na mão e ficava dizendo: viva a ditadura do proletariado, citava trechos de Marx. Isso no show montado. Atrás vinha outra “bicha” tão bem vestida quanto a primeira e a agarra pelo braço e diz: sai daí, não há “bicha” comunista.

Existe uma associação do padrão homossexual com a burguesia. Existe uma associação do padrão homossexual com as altas camadas sociais. Daí, existe esse preconceito em se assumir uma posição política, porque todas querem ser estrela, ninguém, nenhuma quer ser igual às outras. Pode-se dizer que dentro desses grupos – “Somos” etc. existia uma união. Dentro desses grupos podia existir uma união total. Nem no início queriam realmente ser o centro das atenções? É algo que atinge diretamente qualquer questão política. Quando não se quer trabalhar em grupo, não se consegue trabalhar em grupo. É evidente. Outro ponto a ser questionado: a própria questão da imprensa homossexual, como é o caso do *Lampião*. Lembro-me, há alguns anos, inclusive tenho a impressão de que foi sobre esse artigo que você colocou em específico, lembro-me que, inclusive, me chocou um pouco, dizia assim: esses “bichinhas” não tão maravilhosos. Acredito que o *Lampião* realmente tenha feito disso um fator de agressão, talvez de conscientização do que era o homossexual. Isto, sim. Agora, ele não tratava de maneira séria os assuntos. Jamais pretendeu tratar de maneira que realmente conscientizasse o homossexual. Ele jogava o assunto de maneira irônica, muitas vezes de maneira grosseira. Apelava inclusive – lógico, o movimento homossexual se caracteriza por isso – para a nudez do homem. Dizia: “esses michês tão maravilhosos”; aparecia um homem nu de pernas abertas. Quer dizer, uma coisa que não tinha muito a ver com uma imprensa séria. Tenho a impressão de que nesse rumo todo também existe uma enorme dificuldade para o próprio homossexual despreconceitualizar o que ele é. Ele se recolhe aos guetos por deficiência própria. Em primeiro lugar, homossexual não se assume como uma pessoa normal. Não se considerando uma pessoa normal, não pode ter uma atividade política. Então, acredito que, antes de ter qualquer atividade política, em termos de Constituinte mesmo, esta é uma questão que já está perdida, em termos de qualquer atividade, como a desse grupo GAPA, que é uma necessidade, que foi um problema de um grupo de risco, ou qualquer coisa. Tem que haver um programa de reeducação do que é ser homossexual ou do que é ser bissexual, porque mesmo em relação ao bissexual, dentro de um grupo homossexual, há preconceito, que existe o termo recaída. Não se pode aparecer jamais com uma mulher do lado, porque é uma recaída. Tem de haver, portanto, uma reeducação.

Gostaria que você falasse dessa tipologia, desse problema que existe em si, especificamente com o homossexual brasileiro e o italiano. Sobre os outros, há tempo, não sinto tão de perto.

EDWARD MACRAE – Em primeiro lugar você tem toda razão em ver a “bicha louca” como uma figura atualmente bastante latina. Tanto assim que dizem, em Nova Iorque, que os travestis, as “bichas loucas”, loucas mesmo, geralmente são porto-riquenhos, latino-americanos, “chicanos”, “hispanos” em geral. Sem dúvida nem sempre foi assim. Em primeiro lugar devem lembrar que a palavra homossexual e todo esse conceito de um ser diferente homossexual surgiu, principalmente, na Alemanha no século passado, quando se estava tentando combater uma lei que ia ser imposta, na época da unificação da Alemanha. Ia-se impor a legislação prussiana na Alemanha inteira. Na Prússia a homossexualidade era perseguida oficialmente, enquanto que no resto da Alemanha não. Então, travou-se toda uma briga nessa época e no contexto dessa briga surgiu o conceito do homossexual sendo um terceiro sexo, para quem a homossexualidade não era um ato contra a natureza, pois a grande justificação para a perseguição era a homossexualidade ser “contra a natureza,” etc. Então, para a natureza deles era um ato normal. Esta era basicamente a justificativa, que continua até hoje; vemos essa justificativa. Assim, criou-se a idéia de que o homossexual é um ser à parte, diferente. No começo se dava a pilosidade, as formas arredondadas do corpo, não-sei-o-quê, para mostrar que seria um sexo fisicamente intermediário. Nessa época houve uma campanha do grande Hirschfeld mas depois veio o nazismo.

Esquecemos que Berlim na época de Weimar era uma coisa que deixava São Francisco no chinelo. Era uma loucura. Hirschfeld, que era um grande líder, teve o equivalente a esse abaixo-assinado que o 99B fez contra o 302.0. Teve o apoio, na Alemanha, dos grandes nomes, como Thomas Mann, gente que hoje em dia são pessoas importantíssimas para a nossa cultura, participaram, pelo menos assinaram, os líderes da Social Democracia todos endossaram esse documento. Mas Hirschfeld, que foi o líder dessa campanha, freqüentemente saía à rua vestido de mulher.

Temos que tomar cuidado, discordo um pouco do que vejo como posição básica sua, dizendo que o homossexual masculino tem que ser “homem,” e seguir os padrões tradicionais de masculinidade.

EDUARDO FRANCI – Não disse que tinha de ser. Existe uma tipologia.

EDWARD MACRAE – Deveria ser. Estou exagerando um pouco a sua posição. Entendo bem que você falou. Acabamos acreditando muito nesses papéis do homem e da mulher: homem tem que ser homem; mulher tem que ser mulher, e essas mulheres lésbicas que se vestem de chofer de

caminhão ou essas “bichas” que se vestem de Marlene Dietrich ou Marilyn Monroe, algo assim, são pessoas que estão indo contra os interesses maiores, políticos, etc.

Os Dzi Croquetes, por exemplo, foram uma força muito positiva, questionando isso. Basta olharmos por aqui, agora, para ver como o vestuário nosso já está mudando, quantas mulheres há aí de calça. Você mesmo, está de brinco, está de camisa colorida, o que no começo da década de 60 seria um escândalo. Lembro-me quanto saíram as primeiras camisas coloridas para homem, por 1967, por aí. Era um escândalo: usavam-se na Inglaterra, mas não no Brasil. Estamos passando um período de total redefinição dos papéis, da apresentação. Há um componente de fantasia – talvez Gregório pudesse ter falado mais sobre essa parte inconsciente, etc. Tenho uma posição bastante sociológica, antropológica, que tende a deixar de lado essa parte do inconsciente, porque não estou muito capacitado a lidar com isso. Mas acho que essa fantasia existe. A fantasia masoquista, a fantasia de travestismo são coisas muito reais, e de grande tesão para as pessoas. Inclusive, tem esse papel político importante de questionar a separação rígida do papel masculino e feminino.

Outro ponto, que também não tive tempo e até esqueci de levantar, um dos fatores mais importantes de heterogeneidade é a questão de classe. Notamos, hoje em dia, que essas “bichinhas loucas”, os travestis, são geralmente pessoas de classe baixa e os mais “certinhos”, os homens homossexuais bem hominhos são freqüentemente universitários. Hoje já temos a idéia de que para ser homossexual não se tem que ser meio mulher, ou meio homem mas para grande parte da população brasileira ou se é homem ou se é mulher e quando um rapaz não consegue se encaixar plenamente no papel esperado do homem há uma tendência para se criar alguma coerência na sua cabeça – pois isso é muito importante para o bem-estar psíquico – acaba-se adotando como modelo, o modelo feminino. O mesmo para algumas lésbicas.

Isso é algo que está meio superado hoje em dia, mas há muita gente que está nessa aí.

Da mesma forma como algumas pessoas poderiam criticar uma opção homossexual, também devemos tomar cuidado para não criticar uma opção pelo travestismo, ou pelo faixa cinzenta dos dois papéis sexuais. Há a questão do estrelismo, claro. Há tendências estrelistas, mas, em primeiro lugar, parto do princípio de que não se pode falar numa essência psicológica homossexual. Neste caso não podemos generalizar também que todas as “bichas” querem ser estrelas. Em questão de estrelismos, vá você a uma reunião de qualquer partido político. Está aí o Brizola, que não me deixa mentir, machão. Maior estrela não há. A questão do *Lampião* exacerbou uma tendência que já podíamos ver...

PARTICIPANTE – Não tentei levar para o lado do modelo, porque sei realmente que os padrões são rompidos. É uma questão de evolução. Tam-

bém concordo. Este item, em específico, na questão da política dos homossexuais brasileiros, é um item prejudicial, porque a esquerda não tem grandes simpatias pelo homossexualismo. Inclusive os Partidos Comunistas não entendem o homossexualismo, que, talvez tenham uma meta...

PARTICIPANTE – O sr. Giocondo falou umas “coisas cabeludas”.

PARTICIPANTE – Exatamente. Ele leva sempre para o lado de patologia... Quando se capta esse poder burguês, à Marilyn Monroe, a estrela máxima do cinema americano, o que se está fazendo? Está se justificando esse padrão, esse padrão que o Partido Comunista, ou os comunistas, ou que as esquerdas intelectualizadas têm.

EDWARD MACRAE – Também se está justificando o padrão que os próprios homossexuais têm, que existe. Há milênios, provavelmente, o travestismo é uma forma de deboche muito importante, e faz parte dessa coisa dos setores homossexuais. Quando falo em homossexual, é com mil aspas, e coisas do gênero. Setores da população homossexual, por se sentirem marginalizados, desenvolvem uma crítica ácida, viperina, que é codificada, muitas vezes, através desse padrão “bicha”, “bicha” maldita, que é uma brincadeira com a feminilidade também, como uma ridicularização de tudo, a partir de uma ridicularização dos papéis sexuais. As mulheres não são homens. Pronto, e daí é outro papo. Existe toda uma deixar de lado da sisudez.

E aqui volto para a defesa do *Lampião*, que foi levar o discurso do gueto para a imprensa, de formar um poder análogo ao que o *Pasquim* fez, publicando palavrões, todo um escândalo que houve em meados da década de 60, e que agora já faz parte do nosso discurso normal. Foi uma coisa muito benéfica, abriu muitos horizontes. O *Lampião* serviu para abrir muita coisa. Essa coisa de tirar a frigidez da política, de trazer a política para o nosso cotidiano, é muito importante também, e isso eles fizeram para o cotidiano das “bichas” do gueto, usando os termos, manifestando preocupações que são atuais.

Se se vai respeitar o desejo de ir para a cama com uma pessoa do mesmo sexo, tem-se que respeitar outras fantasias dela, inclusive algumas fantasias masoquistas, que não sei lidar muito bem intelectualmente, mas tenho a impressão que temos que tomar cuidado, para não sermos antimasoquistas, e pronto. Talvez possamos chamar a esse tipo de coisa certo tipo de masoquismo, mas são também valores milenares que certa faixa da população tem usado, tem brincado com isso. Essas “bichas” americanas que não são as “bichinhas” tradicionais, “bichas” loucas, o estereótipo de masculinidade em que estão caindo agora é uma coisa igualmente absurda, ridícula, essa coisa de couro. Fui a alguns lugares, estive rapidamente em Nova Iorque tempos atrás. É algo engraçadíssimo, é

folclore puro, essas “bichas” são, no fundo, muito parecidas com as suas colequinhas chicanas, hispanas. Estão todas com cabelos raspados, muito couro, chapéu, olhando com cara de mau. É uma coisa estranhíssima e totalmente ridícula também. Não sei se isso é melhor que o outro. É uma variação.

PARTICIPANTE – Estava até escrevendo um bilhete ao professor Edward MacRae, porque pensei que não fosse dar tempo. Gostaria de fazer duas perguntas:

Primeira: você concorda que atualmente o homossexual ainda se casa devido a pressões da família? Outra: o homossexual é realmente discriminado dentro do seu ambiente de trabalho?

EDWARD MACRAE – Esqueci de falar mais sobre a questão de classe. Quando sai do hotel, hoje de manhã, pensei: tenho que tomar cuidado para não dar impressão muito ufanista, gloriosa, porque estou-me concentrando basicamente no movimento homossexual, nas conquistas, etc., mas este é um lado da história. Claro que as coisas de alguma forma estariam melhorando, mas existe um componente de intolerância gigantesco às pessoas – os travestis são mortos freqüentemente, há discriminação no trabalho, nenhum pai fica feliz quando descobre, ou começa a suspeitar que o filho é homossexual, ou alguma coisa assim. As pressões familiares abundam, inclusive mandam a pessoa para um psicólogo, um psiquiatra, para ver se pode curar-se. Há preconceito no trabalho. Por isso sugeri que seria interessante alguma coisa que protegesse as pessoas contra vários tipos de discriminação que existem aí, e, agora, com a questão da Aids, a tendência é a situação se tornar cada vez pior. São Paulo – essa é uma questão puramente ilusória – pelas estatísticas que temos, que são colhidas muito ao acaso, – São Paulo teria muito mais casos de Aids do que o Rio de Janeiro, o que é inacreditável. Se é transmissível através do contato sexual e se chegou ao Brasil via Estados Unidos, devia haver, no mínimo, a mesma quantidade de ocorrência de Aids no Rio de Janeiro, pois é um grande centro turístico. Há *charters* que chegam ao Rio lotados com pessoas que vão passar o carnaval e trepar, só. Então, haveria grande ocorrência desses casos no Rio. No entanto, são Paulo é o grande foco que chama a atenção no momento e Jânio já designou para a Secretaria de Higiene e da Saúde uma pessoa que é vista como grande inimigo dos homossexuais em São Paulo, o Dr. Ricardo Veronese. Também Jânio agora vai ter sua guarda municipal. Conhecemos o teor moralista da campanha dele, e tudo que ele representa. Então, podemos esperar agora um recrudescimento de campanhas de limpeza, de fechamentos de locais onde se possa ter sexo mais perigoso. Isso será – receio – uma desculpa para uma campanha terrível contra o gueto homossexual. As coisas podem tender a piorar agora...

PARTICIPANTE – Você colocou que o universo do homossexual é muito amplo e sem limites próprios. No entanto, se se observar bem o universo de todas as minorias, é assim: o universo da mulher – existe todo tipo de problema, todo tipo de comportamento, de conscientização; o universo do negro – idem.

Não tenho conhecimento se existe um representante homossexual no debate da Constituinte.

Existem problemas comuns, apesar de esse universo ser amplo.

Como você estava colocando, hoje em dia pode-se discriminar o homossexual não que ele até tenha um comportamento claro, mas pela gesticulação ou qualquer coisa. Então não se lhe oferece emprego: aquele cara ali não entra; ou não entra em determinado lugar.

Existe um representante, ou alguém está batalhando por isso?

EDWARD MACRAE – Ontem, na discussão sobre etnia, vimos o quanto é difícil conseguir representante das mulheres, dos negros. Foi conseguido a duras penas, mas são categorias muito mais legítimas. A resposta à pergunta é não. O problema...

PARTICIPANTE – Isto que quero saber.

EDWARD MACRAE – Quem seria? Uma pessoa saída provavelmente do Movimento Homossexual. O Movimento Homossexual é feito de pessoas que são um tipo, o tipo militante *gay*. Há outros tipos como aquele a quem muitos têm horror – o travesti. Talvez nem todos. Há uma porção de gente que já tem uma visão mais ampla.

Entretanto, no início do movimento *gay*, havia uma oposição muito forte contra eles, pois eram vistos como caricaturas da homossexualidade. Eu os vejo como uma variação. Haveria o problema de se enfatizar um tipo. Acontece basicamente que o Movimento Homossexual está esfacelado, não tem força. Ele pode aparecer, pode divulgar idéias, etc., mas não sei se conseguirá realmente fazer com que tivesse um representante *gay*. Não sei se seria bom ou não seria bom. Há mil possibilidades de ser uma coisa não necessariamente muito boa. Entretanto, seria interessante que alguém levantasse sempre as questões da sexualidade, da variação imensa de práticas.

PARTICIPANTE – Só para complementar. Falei a respeito do próprio preconceito que o homossexual tem com ele mesmo. Não se trata nem de questão de aceitação. Muitas vezes ele se aceita e passa a agredir quem não é ou, então, quem é bissexual. Isso é uma das coisas que tenho a impressão de que prejudica muito o próprio Movimento Homossexual, porque a tal da recaída é uma agressão.

Gostaria que você falasse a respeito disso, pois tenho a impressão de que é uma questão de reeducação, ou, então, uma questão de debate sobre o que é o homossexualismo dentro desses próprios meios. Termina o seguinte, a sociedade passa o sujeito como homossexual, ele se auto-recolhe ao gueto homossexual, que normalmente são boates, saunas, bailes específicos, lugares a serem freqüentados. Ele veste essa capa e dali para adiante é homossexual. Lá fora ele não é mais, procura transformar-se, tem uma atividade diferente. Até essa atividade diferente é afetada pelo convívio com outros: a gesticulação muda, o jeito de falar muda, tudo muda. Há um vocabulário muito específico. Resultado, o homossexual, muitas vezes, tem a aparência de ser um irresponsável. Normalmente como atividade sexual dele pode, inclusive, prejudicar a sua carreira profissional. Muito disso acontece.

Queria que você falasse a respeito.

EDWARD MACRAE – Em primeiro lugar, há muitos homossexuais que não são assim. Isso aí constitui uma parte pequena. O gueto é um lugar em que as pessoas vão para encontrar amizade, é um lugar de sociabilidade, de possibilidade de paquera. Basicamente isso. Se você freqüenta o Movimento Feminista, por exemplo, depois de certo tempo você aprende a distinguir quem são as feministas, assim, de olhos, não que elas sejam homossexuais. Não, nada disso, mas têm um tipo. Idem, talvez, com relação ao Movimento Negro. Quando se pertence a um grupo, se desenvolve uma série de características, e quando se pertence a um grupo que tem uma longa existência, como é o caso dos homossexuais, tem história. Houve um governador de New York, em 1700 e tanto, mandado pela Rainha Anne, Lord Cornbury, e ele se fez retratar, há um quadro enorme dele, vestido completamente de mulher, como uma senhora da corte. Estive lá, no Rio de Janeiro, há pouco, e fui visitar a restauração do Paço Imperial. Havia quadros com desenhos, pinturas de várias épocas, como é que tinha sido o prédio através do tempo. Havia trechos que aparecem na literatura ou nos relatos de viajantes sobre aquele prédio. Dentre os relatos, havia um francês. No século XVIII a esquadra francesa aportou no Rio de Janeiro. Foi uma grande ocasião. Daí o governador português fez uma festa, lá no tal do palácio, onde havia as melhores comidas, músicas, o que havia de melhor de música, o que havia de melhor de festejo, de cerimônia, de pompa, para esses estrangeiros visitantes. Só havia um problema. Os costumes portugueses eram quase mouriscos ainda, e as mulheres ficavam presas no fundo da casa, e só o irmão ou sei-o-quê podia ver a mulher naquela época. Então, nada de levar as senhoras para esse grande baile. Creio que na França devia ser um pouco diferente na época, porque esses franceses estranharam muito, porque eles chegaram lá, o lugar era magnífico, mas só havia portugueses, não havia portuguesas. Para resolver o problema, o governador tinha uma porção de

homens vestidos de mulher, para dançar lá com os franceses. Os franceses acharam estranhíssima a idéia, mas os portugueses ficaram lá entre eles, ótimos.

Portanto, essa coisa de travestismo tem uma longa história...

Embora, talvez, se visse de uma forma diferente, não gosto de falar dos homossexuais da Grécia antiga. Sendo contra essa idéia de essência, acredito que em cada época a prática homossexual significa algo diferente. Essa história de “desmunhecação” tem uma longuíssima estória. Daí, quando se forma um gueto, um lugar onde as pessoas se encontram, estas vão desenvolver uma linguagem, uma coisa toda particular. Neste caso, tem-se essa tradição de travestismos, de “desmunhecação”. Então, é normal que no gueto se desenvolva esse tipo de conduta.

COORDENADOR – Um manifesto *gay* que chegou da Inglaterra, em defesa dos travestis dizia: aprende-se mais usando vestido por um dia do que um terno por uma vida.

PARTICIPANTE – Ao longo destes três dias de seminário temos visto em diversas mesas – assisti a uma parte ontem –, tanto no Movimento Feminista quanto no Movimento Negro, rachas que seguem linhas partidárias.

Você falou, na sua primeira exposição, de rachas dentro do movimento *gay*, queria saber se as divisões acompanham linhas partidárias.

Segunda pergunta: qual é o tipo da mulher feminista, porque não sei...

EDWARD MACRAE – O tipo de mulher feminista não o tenho elaborado. Procuo não posicionar. Não sei se são todas, mas existe certo tipo de mulher, de feministas – a quem tenho o maior respeito, admiração, só estou dizendo como é normal –, por exemplo, que não usa maquilagem. Muitas vezes usa o cabelo ou curto ou longo, mas não vai ao cabeleireiro. Sempre há montes de exceções. Não quero cair nessa, porque não é a minha posição. Você sabe que não estou inventando, existem esses fenômenos. Estou falando das mulheres dos grupos feministas de São Paulo, de fins de 70, começo de 80, amigas minhas. Não estou falando da mulher mal amada, queimadora de *soutien*, feia. Não é nada disso. Eu acho bonito. É um tipo de pessoa que tem certas preocupações e não tem outras.

PARTICIPANTE – A caracterização hoje é mais para o discurso. Até a maneira de se explanar em relação a qualquer coisa, se pode caracterizá-la. Não é mais por esse lado.

EDWARD MACRAE – Recuso-me a falar mais sobre este assunto. (Risos.) Falar sobre os partidos é mais interessante.

A maior parte das pessoas que participaram do Movimento Homossexual eram pessoas que se sentiram marginalizadas, e marginalizadas dos partidos. Até quando recentemente a questão foi levantada com Giocondo Dias, em entrevista concedida, creio que à *Veja*, no ano passado, ele falou essas coisas de decadência da burguesia, essas coisinhas terríveis, idiotas mesmo. No entanto, há um monte de comunistas que não falam essas coisas. Sei disso. Até certo tempo atrás, esta era idéia muito difundida, e as pessoas militantes de partidos que tinham uma vivência homossexual muitas vezes tinham que esconder sua situação. Muitos tiveram de sair de grupos políticos, por causa da homossexualidade.

O Movimento Homossexual foi iniciado por muita gente que tinha uma grande mágoa contra os grupos de esquerda, outros que não chegaram nem perto, a maioria não chegou nem perto. Aqui é diferente do Movimento Feminista no Brasil, que foi, em boa parte, formado inicialmente por pessoas que tinham uma vivência ativa da esquerda e tinham uma crítica de dentro da esquerda. Os homossexuais tinham uma crítica de fora, estavam geralmente completamente desinformados, poucos conheceram a militância de esquerda na década de 60, são muito jovens também. Então, em grande parte não eram tipos politizados. Essas pessoas foram aquelas que sentiram muita empatia, muita simpatia por essas idéias libertárias. Houve uma hora em que entraram em São Paulo – lugar que conheço melhor – na Convergência Socialista, que foi muito importante, porque a Convergência Socialista era o único partido que tinha realmente uma posição sobre a questão homossexual. Inclusive, houve durante uma época a chamada “Facção *Gay* da Convergência Socialista”. Tinham lá dentro pessoas levantando constantemente a questão, e essas pessoas tentaram influir sobre o Movimento Homossexual, levando sua visão mais leninista-trotskista, que se chocava, que se chocava completamente com esses de visão mais libertária. Eram poucos esses a que chamaria – talvez – de esquerdistas. Eles entraram. Não vieram só da Convergência. Vieram também pessoas que tinham tido militância no PC do B, no PC, e outras pessoas que, em termos de esquerda, brigavam com a Convergência, mas que lá dentro do Movimento Homossexual todos eles eram agrupados como os marxistas, os esquerdistas, que eram vistos como querendo atrelar o Movimento, que estavam querendo tomar o Movimento. Um maniqueísmo louco surgiu lá. Eles não eram ainda suficientemente fortes para poder impor-se como Convergência em relação ao PC do B, com relação ao PC. Então, em 1982; quando o Movimento Feminista foi esfacelado, ou dividido, apoiava-se o PT, apoiava-se o PMDB, o Movimento Homossexual era contra isso e pronto, e não era nem PMDB nem PT. Hoje em dia os resquícios desses libertários basicamente seriam PT. Essa divisão das várias esquerdas não chegou... Foi esquerda *versus* libertarismo.

PARTICIPANTE – Uma observação ao Dr. Timm.

Não entendi direito sua colocação sobre a participação do Distrito Federal no Senado. Não sei se me desliguei, mas foi meio confuso para mim entender o que você estava querendo dizer. Você validou ou não validou?

PAULO TIMM – Esse problema da cidadania dos brasileiros não pode copiar modelos. Tem que ser percebida num invólucro inicial o que é a questão do Distrito Federal. Discuti muito e tentei chamar a atenção. De certa maneira, há um ponto que liga aqui todas as pessoas que falaram, hoje, sobre os mais variados temas. Em última análise, é a questão do Estado e sociedade. Como é que se consegue democratizar realmente a sociedade através da construção da cidadania. Estou convencido de que se tem de começar a desmontar o Estado, e nessa desmontagem do Estado o caminho é o fortalecimento de instâncias cada vez mais em baixo. Contrariamente à tendência centralizadora autoritária da esquerda, temos que começar a pensar e rebentar com isso, e é muito difícil. Quando falo em centralização é centralização autoritária. Toda centralização tem um componente autoritário muito forte. Então foi por este lado: tem que se fortalecer o município, tem-se de fortalecer o federalismo. República do tamanho do Brasil tem que ser federativa mesmo. Essa questão de localização do governo é importante. Vale a pena manter esse invólucro do Distrito Federal como um invólucro vazado. Não é Estado, não é nada. Realmente não é nada. É uma sede de governo. Por isso que eu disse que vale a pena. É uma questão contraditória. Vaza um território de substância federativa para construir a substância federativa no resto. Esta é uma questão contraditória. Disse também, o fato de eu assumir como contradição não quer dizer que tenha que limitar a cidadania dos brasileiros. É perfeitamente possível levá-la até à plenitude, mas não de forma equivalente aos Estados-membros. Isso aqui é outra coisa mesmo, ou seria. Estou defendendo que seria outra coisa, sempre no sentido de se tentar construir formas, instâncias regionais locais cada vez mais fortes. Até essa condição de Distrito Federal é favorável, não toma partido.

Eu disse que o Distrito Federal tem que ter representação plena em nível nacional, igual às outras, e não defendo a representação no Senado porque não defendo a de nenhum. Devemos caminhar por um Congresso unicameral representativo do povo brasileiro, e construir o federalismo de outra maneira. Para mim, o federalismo não se constrói naquela cúpula do lado de cá. Ulysses disse muito bem, temos que procurar fazer instituições adequadas às aspirações do povo brasileiro, e não à arquitetura do Niemeyer. Não é porque há duas cúpulas ali que temos que manter duas Câmaras. Há muitas coisas que podem ser feitas ali. O País precisa de instituições adequadas às aspirações, e não à arquitetura de Brasília, é complicado discutir isto com os arquitetos.

Defendo a representação unicameral. Não defendo o Senado para ninguém, o que não quer dizer que, se houver eleições para o Senado,

tenhamos que votar contra. Não. Temos de votar, participar, mas para eliminar, para acabar. Isso aí é um negócio complicado. Sou Presidente do Conselho de Economia e sou contra o Conselho, não deveria haver. Tenho procurado fazer um proselitismo em todo Brasil, tentando eliminá-lo, porque é um ranço corporativista que não se justifica. É complicado, mas temos que usar para denunciar e tentar eliminar essas excrecências. Sobretudo não se desmonta o Estado centralizado como aquele negócio ali, que é um Senado Federal, caquético, sem função nenhuma. Brasília – entendo – não deve ter representação no Senado, como não deve haver Senado. É isto que estou dizendo. Deve ter representação plena numa Câmara unicameral, nos mesmos critérios de proporcionalidade. Não pode limitar a 8, a 5. Isso é besteira, é discriminação. Foi isto que eu disse. Na representação nacional pode ser plena, e em nível local pode ser plena também, e, aí disse: certos paradigmas que expressem as aspirações nacionais depositadas em Brasília – sua condição de Distrito Federal, certo partido urbano que tenha que ser preservado, certo caráter urbano. Isso pode até estar escrito na Constituição, pode haver uma disposição transitória. Não precisa condicionar a administração de Brasília a um governador nomeado, para que se mantenham certas peculiaridades. Isso é pura tradição, não tem nenhum valor, não tem nenhum sentido doutrinário, teórico. A população simplesmente pode eleger seu governador, a sua Câmara, tudo o que for, e respeitar determinados paradigmas que estão dispostos na Constituição, e acabou. Vamos democratizar a vida interna. Isso não exclui a possibilidade de que Taguatinga vire município, de que o Gama vire município... Não há nenhum problema. Fica algo meio assustador: no Distrito Federal parece que não se pode mexer. Não há nenhum problema, absolutamente nenhum. Sobretudo no campo econômico, onde o pessoal mais vê problema – não pode ter cidadania plena porque não tem recursos. Começando que a questão da cidadania não depende de dinheiro. Isso é um absurdo. Senão o Piauí estaria liquidado. Então, eliminamos tudo e convertemos ali num vasto campo de pastagem. A questão da cidadania é uma questão de princípio. Brasília não tem problema nenhum nesse campo. Aliás, é um papel privilegiado. Repeti um pouco tudo, porque não sei onde estava. Realmente, para mim, as discussões foram interessantíssimas, foram muito boas, apesar de esse assunto ser chato.

Esse tipo de eleição em Brasília é uma palhaçada. Esse negócio não constrói a cidadania, não encaminha os problemas reais da cidade e está sendo e será discutido em nível muito superficial. O professor Edward estava falando no gueto, e ele foi em cima. Até ia dizer, esse negócio de estrelismo há em todos os níveis. Os guetos que frequentei, no gueto intelectual brasileiro da UnB, no gueto dos economistas, todo mundo quer ser estrela. É como dizia Rachel de Queiroz, quando foi eleita

para a Academia Brasileira de Letras e lhe perguntaram como se sentia: muito bem, todo mundo quer tirar nota 10 desde pequenininho.

Esta questão o nosso amigo Gregório é quem podia explicar melhor, que não tem que ver com o homossexual, tem que ver com o gênero humano.

Esse negócio aqui, em Brasília, é uma palhaçada. Agora, tem-se que participar. O meu gueto exige que eu participe. Se o gueto exige que participe, vamos participar, mas que é uma grande enrolação que se está fazendo com a comunidade local é. No entanto, tem-se que tocar o barco para a frente...

PARTICIPANTE – Uma pergunta, que tem pertinência como o que acaba de ser colocado agora.

Percebemos que Brasília é uma cidade muito setorizada. Têm-se os amigos da quadra, os amigos da faculdade, os amigos do trabalho. As vezes, está-se saindo numa sexta-feira à noite; vamos sair? – Não posso, marquei com o pessoal do trabalho ou marquei com o pessoal da quadra...

Até que ponto o fato de Brasília ter sido território neutro, ou seja, Distrito Federal, quando e como a arquitetura de Brasília contribui para essa setorização?

Outra pergunta. Foi feita uma pesquisa com a população da invasão do Paranoá. Isso tem mais a ver com a questão da cidadania. As pessoas que vão lá fazer a pesquisa costumam filmar ou fotografar e prometem voltar depois, para dar as fotos. Aconteceu um fato interessantíssimo: uma das pessoas, um homem que foi fotografado não se reconheceu na foto. Essas pessoas não existem em nível de cidadão, em nível de um documento. Esse homem não tem nada que prove a sua cidadania. No final, disse: este não sou eu! A pessoa que bateu a foto: é o sr., olhe aqui a casinha, o cachorro estava passando... – Não, este aqui é fulano, que morreu atropelado outro dia. Ele não se reconhecia como pessoa.

PAULO TIMM – É mais simples. Ela não tem espelho. Concretamente é isso.

Sobre a primeira questão, poderia dizer alguma coisa. Sobre a última, não sei.

O problema de setorização de Brasília, não é tanto a questão da cidade. Não creio que seja. Creio que seja o problema da repressão. Brasília – não tenho dúvida – é a cidade mais reprimida. Durante todos estes anos, foi a cidade mais reprimida. Aqui onde não havia nenhum reduto de contestação crítica, não havia nenhum reduto de vivência libertária. A própria UnB, que seria o residuo útil, sabemos em que se transformou nestes anos todos. Vou dar alguns exemplos. São Paulo sempre teve seus redutos libertários, ainda que fossem os bares noturnos. Em Porto Alegre, a Assembléia Legislativa. O Rio de Janeiro também tinha a Câmara de Ve-

readores, que é ali na Cinelândia. Era o último reduto de resistência. Havia sempre um reduto de resistência cultural no País. A ditadura foi derrotada culturalmente, não politicamente. A batalha foi muito mais no campo ideológico, e esta é a crise que vivemos: a derrota ideológica da ditadura não deu formas políticas alternativas para nada. Então, estamos nos debatendo no vácuo.

Brasília foi o campo, por excelência, onde não sobrou nenhum reduto. As perseguições eram violentíssimas, não havia nada. Então, as pessoas se refugiaram em coisas, não conseguiram encontrar um estuário mínimo para intercambiar experiências, sequer para contestar o modelo urbano da cidade. Até hoje a cidade é dos criadores. Ela se impõe autoritariamente sobre a cidadania local. É claro, isso será revertido quando a cidadania tiver condições de expressar as suas aspirações, e ela tem todo direito a isso. Se quiser, ela vai fazer o que bem entender com a cidade. Ai vão surgir outras vivências. Brasília é a cidade, de certa maneira, mais atrasada do Brasil neste sentido. Tem grande potencialidade. O processo libertário de Brasília vai ser muito rápido. Existem os ingredientes, existem os elementos. Muito mais rápido do que em outros lugares do Brasil, que, bem ou mal, tinham um deputado que foi eleito, que era do PMDB, que fazia as vezes de refúgio da consciência crítica. Brasília não tem. As referências são muito setorializadas até hoje – o Vladimir no cineminha dele... Não foram ainda socializadas em nível da cidade. Em breve, isso vai acabar e Brasília surpreenderá, porque ela tem ingredientes, tem, em última análise, pessoas que são portadoras de uma função transformadora muito rápida para a cidade.

PARTICIPANTE – Em primeiro lugar, discordo de você quando diz que em Brasília não houve nenhuma resistência, isso que você colocou como a ditadura, o sistema.

Existem maneiras e maneiras de resistência, maneiras e maneiras de se organizar, e não é porque se tem uma Assembléia Legislativa que essa Assembléia vai se constituir num reduto contra a ditadura. Por acaso, no Rio de Janeiro, ela foi. Dentro de Brasília existe, como você mesmo reconheceu, uma enorme resistência ao próprio regime atual, e talvez seja uma das maiores resistências que existem em nível do País, porque é talvez um dos lugares em que mais se critica e estamos dentro do pátio deles. É o único lugar que vi, dentro de Brasília, carro oficial ser apedrejado quando traz gente na UnB. Carro oficial é apedrejado. A filha do deputado fulano de tal desce, leva pedrada. Por quê? Porque entrou na UnB com carro oficial. Não existe realmente nenhuma resistência organizada, nisso concordo com você. Agora, colocar que não existe uma resistência e que essa resistência é setorializada, também acho brincadeira. Ai já entra uma diferença de visão, por exemplo, dentro da UnB mesmo. A própria questão do movimento estudantil que se coloca, que não existe uma organização central e que isso prejudica o diálogo com a Reitoria. Não. Tem que existir

outras formas que não uma organização central. Por que essa necessidade de se colocar esse é o reduto de resistência e não se transferir essa resistência para um plano muito maior da cidade? O concerto “cabeças” e uma brincadeira em cima da Nova República, financiado pela Nova República. O cinema da UnB vai abrir com uma amostra do cinema pornográfico.

Não sei como é que você coloca que não existe esse tipo de resistência. Se se for ver quem fez cultura dentro de Brasília, são pessoas muito específicas, que estão constantemente ligadas. Conheço o Vladimir, que nunca foi meu professor. Encontrei-me com ele no Festival Internacional de Cinema do Rio de Janeiro.

Não é assim como você coloca: não existiu ou não existe.

PAULO TIMM – Deixa-me explicar. Estou tentando dizer que há uma defasagem entre nós. Estamos absolutamente de acordo, não há nenhum desacordo. Estou pensando no ano em que cheguei aqui, que foi 1973, como é que eu fazia para resistir... É disso que estou falando. Não estou falando hoje. Hoje, estamos aí. Não tenho nenhum problema; tanto que eu disse: a cidade tem todos os elementos para dar um retorno muito rápido e vai ser muito ligeiro. Mesmo assim, em 1973, 1970 – vou dar um exemplo, editava-se um jornal *Movimento* em Brasília, que originariamente era do PC do B de Brasília. Era tamanha a repressão que as pessoas tinham medo de assinar o *Movimento*. Então, eu tinha 50 assinaturas do *Movimento*, recebia os exemplares e os entregava de casa em casa para os assinantes não serem identificados. É disso que estou falando. Não estou falando hoje. Estou falando que, ao longo de um processo de resistência, Brasília foi a cidade mais reprimida do Brasil. Não pense que não. Hoje é completamente diferente o quadro. Talvez, a meu juízo, tudo isso ainda esteja numa fase, como diria o Benício, que é professor de Ciência Política, esteja ainda numa fase pré-política. Não é o problema de ser central ou não ser. Sou uma pessoa absolutamente anticentral. Ele acabou de falar que em São Paulo – concordo com ele – a criação do “Somos”, e outros movimentos, tiveram um sentido político. O *Lampião* não era diretamente político nem partidário, mas era político. Em Brasília, as nossas formas de resistência, todas elas, foram pré-políticas, e suspeito que todos os partidos que existem em Brasília ainda seja, na verdade, partidos pré-políticos. Na verdade ainda não são políticos, muito embora o sejam. Estamos absolutamente de acordo.

Noto que a cidade foi tão reprimida e tão castrada que não conseguiu assumir a sua identidade política ainda. Está agora nesse processo. Isso que estamos fazendo é uma tentativa, mas – a meu juízo – ainda está no nível muito pré-político. Isto aqui não é comício. Isto aqui é um bate-papo intelectualizado.

PARTICIPANTE – Quando você coloca como pré-político, concordo com você. Relativamente às formas de resistência, da mesma maneira que o “Lampião” teve uma função dentro do Movimento Homossexual, dentro dessas formas, por exemplo, há o “Pacotão”, o famoso bloco de Brasília, o bloco mais politizado do País. É realmente uma chacota em cima da ditadura, e via-se o Acioli vestido de mulher dentro do “Pacotão”. Uma das coisas que podemos achar mais engraçada. Isso sai em todo o País.

PARTICIPANTE – Dr. Paulo Timm, quando o sr. fala do Senado, isso implica, ao mesmo tempo, num novo conceito de Federação, e conceito de Federação no Brasil é muito recente. É república. Inclusive, talvez fosse até meio sem muito embasamento histórico. Foi copiado do conceito de federação americana. O que seria o conceito de Federação? Implicaria que uma Câmara unicameral deveria ter representação estritamente proporcional à população, o que desfavorecia muito as Unidades Federativas na representação nessa Câmara.

PAULO TIMM – É que sempre vemos muito a Federação por aquele ângulo. Não é isso. O problema todo é a desmontagem da centralização, que não começou com a ditadura, mas se intensificou com ela; é o sistema tributário; são as atribuições, dar realmente ou fazer com que os Estados e municípios assumam não só funções como competências para exercê-las. Isso só poderá se dar na medida em que se subtraírem da União essas funções, essas competências e os mecanismos que ela absorveu durante esses anos todos, o que não é fácil. É um negócio muito complicado e muito difícil. A questão da democracia no Brasil passa fundamentalmente por aí, passa pela desmontagem dessa centralização autoritária, que já, de certa maneira, se transformou em avassaladora e debilita o Estado, debilita município, debilita isso, e, de certa maneira, tenta sempre a esquerda, porque a esquerda diz: não, então chegamos lá e a democratização se dá por cima. Quer dizer, se estivermos lá é democrático.

Entendo que não. A questão é mais complexa, tem-se que começar a fazer desmontando desde agora. Não é só fortalecendo a sociedade civil. É desmontando as engrenagens, os mecanismos de Estado. Portanto, a representação legislativa para mim tem que ser unicameral, representar o povo. Não vejo necessidade do Senado. Não vejo realmente. Para mim, não vejo necessidade. É algo que não funciona. E pior, é que engana, pois que, à medida em que o pessoal de Alagoas e do Pará elege um senador, ele acha que o Estado federado está sendo representado, e não está. Na verdade, estará representado se houver competências, mecanismos, atribuições dentro de um princípio de isonomia em nível nacional. Isso não está acontecendo.

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Estão encerrados os nossos trabalhos.

A CIDADANIA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador

Wladimir de Carvalho

(UnB)

Expositores

Luiz Gonzaga da Mota

(EBN)

José Carlos Kfourí

(Editora Abril)

Hélio Doyle

(Sindicato dos Jornalistas – DF)

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Declaro aberta esta sessão sobre a questão da cidadania, subordinada ao tema “A Cidadania e os Meios de Comunicação”.

Compõem a Mesa o professor Luis Gonzaga da Mota, da UnB, jornalista e um dos diretores da Empresa Brasileira de Notícias; o Hélio Doyle, também jornalista militante e o José Carlos Kfoury, da Editora Abril.

Passo a palavra ao dr. Luis Gonzaga da Mota, primeiro expositor desta tarde.

Lembro que cada expositor tem 15 minutos para fazer sua apresentação. No final, haverá debate com o público.

LUÍS GONZAGA DA MOTA (EBN) – Espero ser muito breve. Vou apenas lançar algumas idéias, talvez de forma não muito ordenada, algumas idéias que possivelmente podem ser assuntos para o debate posterior, pois a idéia mais interessante deste Seminário é exatamente o debate, a conversa que a gente pode ter em torno desses temas.

Infelizmente não pude participar dos debates anteriores. Tenho a impressão de que várias pessoas devem ter-se referido, durante o Seminário, sobre a construção da cidadania, sobre a importância de várias questões ou de várias variáveis, vamos chamar assim, e a importância de cada uma dessas variáveis em relação à construção da cidadania hoje, nesse processo de democratização do Brasil.

Dentro do tema e dentro de minha especialidade, chamaria a atenção, talvez até para não fugir à regra, para a importância que tem a informação nesse processo de construção da cidadania e vou tentar chamar um pouco atenção do plenário em relação a alguns temas que considero importantes.

Na minha maneira de entender, a questão da construção da cidadania passa necessariamente pela questão da informação, passa necessariamente pela questão dos meios de comunicação de um país. Não só diria que passa, como é fundamental a questão da informação na construção da cidadania, principalmente se pensarmos que para um indivíduo passivo se transformar num cidadão ativo obviamente tem que estar informado. Se queremos, hoje, no Brasil, promover um movimento para que tenhamos neste País cidadãos ativos, na minha maneira de entender, a informação é uma das questões mais importantes, mais fundamentais para a formação desse cidadão, e é importante porque sem a informação o cidadão é alienado. Então, todo cidadão ativo necessariamente necessita da informação. Se queremos fazer um movimento para a formação de cidadãos ativos, cidadãos ativos no

sentido de cidadãos que tenham opinião, cidadãos que possam decidir as coisas, cidadãos que possam participar dos movimentos sociais, evidentemente esse cidadão necessita, antes de tudo, da informação. E, quando digo necessita, digo também que a informação é um direito desse cidadão, o direito desse indivíduo para se transformar num cidadão, um direito como qualquer outra coisa ou como vários outros bens sociais. O direito à informação, na minha maneira de entender, é um direito tão importante quanto o direito ao trabalho, o direito à saúde, o direito à moradia, o direito à educação e vários outros direitos do cidadão. É importante, na minha maneira de entender, chamar a atenção para um processo dentro desse movimento, hoje, de construção do cidadão, que – diria – é um movimento dentro desse processo de redemocratização do País, de redemocratização política, depois de 20 anos de autoritarismo. O processo de redemocratização ou de democratização da informação é uma das questões fundamentais.

O que estou dizendo, quando falo, quando chamo a atenção para a democratização da informação e para a construção da cidadania? São dois processos simultâneos e absolutamente imprescindíveis um do outro. Ressalto duas questões: a questão do acesso do indivíduo à informação e a questão da possibilidade de o indivíduo expressar a sua opinião, de expressar as suas reivindicações, os seus interesses.

Para se transformar um cidadão, para o indivíduo passivo ou o indivíduo alienado se transformar num cidadão, ele necessita, antes de tudo, de ter direito à informação, ou seja, o direito de ser informado. Em segundo lugar, o direito de informar, quer dizer, de expressar os seus próprios interesses, as suas próprias opiniões. Em geral, essas questões, na minha maneira de perceber as coisas, têm sido tratadas como questões acadêmicas, como questões limitadas, questões que têm sido tratadas num debate até agora limitado a universidades, a áreas acadêmicas, etc. Essa questão é absolutamente importante e nós que estamos nessa área da informação, da comunicação, etc., temos a obrigação de transformá-la numa questão de prática política. Por que transformá-la numa questão de prática política? Por que – como disse antes – sem acesso à informação, quer dizer, sem a possibilidade de ser informado e sem a possibilidade de informar, de expressar os seus sentimentos, os seus interesses, as suas reivindicações, etc., o cidadão não está exercendo o seu direito de cidadania.

Quando falo que estas questões são importantes para a prática política, não apenas como questões acadêmicas, como questões universitárias, entendo que o acesso à informação é algo que sem ela o primeiro passo não pode ser dado. Se o indivíduo não está informado sobre as questões sociais, sobre as questões econômicas, sobre as questões políticas, evidentemente, não pode exercer o seu papel de cidadão. Por isso, o obstáculo primeiro é o aspecto do acesso à informação. O que seria o acesso

à informação? O acesso à informação é exatamente esse direito de ser informado, o direito de saber das coisas, numa linguagem muito simples. Esse direito de saber das coisas é o direito de poder conhecer os fatos. Em geral, quando há um golpe de Estado, ou quando se implanta uma ditadura, a primeira coisa que se faz é limitar o acesso à informação ou conduzir esse acesso à informação. A censura que se impõe em geral nos processos golpistas – e isso aconteceu no Brasil –, essa censura, evidentemente, o que ela faz, o que ela pretende, a função da censura é exatamente limitar o acesso à informação. Evidentemente nenhum ditador desconhece a importância da circulação da informação no ambiente social, a importância do fluxo livre da informação no ambiente social. Então, toda ditadura, todo processo golpista a primeira coisa que faz é exatamente limitar o acesso à informação ou reduzir drasticamente o acesso do cidadão à informação, porque sabe que o indivíduo informado é potencialmente um indivíduo propenso a agir, e, sem a informação, o indivíduo se transforma num indivíduo alienado. Por isso é que há censura em todo processo golpista, em todo processo autoritário, em todo processo ditatorial. Aqui, no Brasil, aconteceu exatamente isso. O golpe de Estado de 64 a primeira coisa que impôs – não só o golpe de Estado de 64 como o golpe dentro do golpe que tivemos em 68 –, a primeira coisa que impôs, especialmente em 68, foi exatamente a censura à imprensa, a censura à liberdade de informação, exatamente para cercar o debate político. Pretendia-se com isso inibir a circulação de informações, para que houvesse um processo de despolitização da sociedade; e uma sociedade despolitizada é, evidentemente, uma sociedade mais fácil de se controlar.

Segundo ponto que destaco – e já por mim mencionado: a capacidade, a possibilidade de os grupos sociais, de os indivíduos, enfim, de o cidadão expressar os seus próprios direitos. Esta questão é um pouco mais complicada, porque, evidentemente, sabemos que a nossa própria estrutura social, política, econômica, é autoritária, e autoritária, aqui, não me estou referindo apenas ao processo ditatorial, ao processo militar autoritário que tivemos no Brasil. A nossa sociedade é uma sociedade historicamente autoritária, é uma sociedade estruturalmente autoritária. Autoritária, em grande parte, também na área da informação, porque a possibilidade de expressão dos grupos sociais no nosso País é extremamente limitada, e digo que essa questão é mais complicada, porque passa por transformações na própria estrutura econômica da sociedade. Entendo que, se as pessoas, se os cidadãos não puderem expressar seus sentimentos, não puderem exercer esse direito de informar, não apenas de ser informado, como também de informar, isto é, se os diversos grupos sociais organizados na sociedade brasileira não tiverem essa capacidade de expressar os seus interesses, as suas reivindicações, os seus pontos de vista, evidentemente eles não estarão também exercendo esse direito de cidadania. Eu não chegaria ao extremo de reivindicar a capacidade, a possibilidade de

informação de cada indivíduo, mas chegaria, pelo menos, no primeiro momento, a ousar reivindicar a capacidade de informar, pelo menos, os grupos sociais organizados, e isso estamos muito longe de viver hoje no nosso País. Sabemos que os meios de comunicação estão concentrados no Estado, que tem uma infra-estrutura de informação razoavelmente organizada, e das empresas privadas, que, evidentemente, têm uma estrutura comercial de informação, uma estrutura comercial de expressão, os seus pontos de vista de informar a sociedade dentro daquilo que eles acham que é uma informação que deve ser passada ao cidadão.

Esta é uma questão um pouco mais complicada, porque a capacidade de dar a esses grupos organizados a capacidade de eles se expressarem é uma questão que, evidentemente, na minha maneira de entender, vai demandar tempo maior e uma organização um pouco mais complexa da sociedade na qual vivemos hoje, sociedade essa que, sabemos, é ainda uma sociedade muito pouco organizada para participação política.

Por outro lado, ousaria reivindicar isso, porque entendo não ser uma questão utópica, não ser uma questão idealista reivindicar que os grupos organizados na sociedade brasileira tenham direito de se expressar. É interessante, inclusive, notar que existem alguns grupos sociais, algumas comunidades, algumas sociedades de bairro e federações dessas associações de bairro que já começam a despertar para a importância de elas terem não só o acesso como até mesmo a propriedade dos meios de comunicação. Sabemos, de novo chamo a atenção para as dificuldades que esse ponto de vista representa, dificuldade de se transformar em alguma coisa prática operacional. Cito apenas um exemplo, para ilustrar esta questão, o exemplo da FAMERJ, da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro, onde hoje já existe um movimento organizado e preocupado especificamente com a questão dos meios de comunicação. Já estão reivindicando algumas transformações na legislação, para que a FAMERJ, como um grupo organizado, como um grupo representativo de organizações de bairros, de sociedades de vizinhos, etc., possa ter uma emissora de rádio. Existem, por outro lado, movimentos dentro da área dos profissionais de comunicação, no sentido de modificar a legislação dessa área, para que o Governo direcione a concessão de canais, de emissoras de rádio pelo menos – num primeiro momento, vamos falar apenas do rádio, porque a questão da televisão e dos jornais é um pouco mais complexa –, para redirecionar a concessão de canais radiofônicos, isto é, concessão para a exploração de emissoras de rádio para esses grupos sociais organizados, sem fins lucrativos, para que esses grupos possam explorá-los, pelo menos a nível geograficamente limitado, porque as emissoras de rádio, a não ser as grandes emissoras com grande potência, têm um alcance relativamente reduzido, para que as concessões para a exploração de emissoras de rádio não sejam mais dadas apenas aos grandes grupos organizados, aos grandes grupos econômicos do Brasil, mas que sejam

dados para grupos comunitários ou grupos classistas que possam, através dessas emissoras, expressar os seus pontos de vista e, com isto, participar do debate político, do debate social que está começando ainda muito precariamente, ainda de forma muito pouco organizada, a acontecer na sociedade brasileira.

Então, são pequenas questões que resultariam nessa capacidade de o cidadão poder expressar os seus interesses e suas reivindicações. Não chegaria a reivindicar, nessa primeira instância, como necessidade individual, e sim uma necessidade social do ponto de vista de grupos sociais organizados.

Paro aqui. Queria ser breve. Passarei a palavra aos outros companheiros da Mesa e depois, se for o caso, se houver interesse, voltaremos a discutir estas questões que coloquei e outras que evidentemente os demais debatedores vão colocar dentro desse debate de hoje.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – A seguir, com a palavra o sr. José Carlos Kfourri, da Editora Abril.

JOSÉ CARLOS KFOURI (Editora Abril) – Também vou ser bastante breve, porque mais rico é o debate. Farei algumas colocações, para exatamente provocar o debate.

Estamos vivendo um momento histórico no Brasil. Tudo está em discussão. A própria imprensa, os próprios meios de comunicação estão em discussão. Devemos admitir, já com uma postura de humildade, que nós mesmos, jornalistas, não gostamos de estar em discussão. Temos uma tremenda capacidade de crítica, mas não temos nunca muito *savoir-faire* para entender quando somos objeto da crítica.

Há uma noção institucionalizada no mundo ocidental de que a imprensa é o quarto poder. Evidentemente que essa é uma experiência que a história recente brasileira raramente demonstrou, porque é muito difícil se ser quarto poder num regime ditatorial com censura de imprensa. Mais recentemente a imprensa brasileira em alguns momentos, conseguiu, de fato, exercer esse papel de quarto poder. Dois exemplos que me parecem claros: um, no episódio da campanha das diretas, quando o jornal *Folha de S. Paulo* assumiu claramente esse papel; outro, depois o papel da Rede Globo legitimando a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. No entanto, são episódios circunstanciais. É difícil o exercício do quarto poder em um país em que – como já bem enfatizou o Luiz Gonzaga – a imprensa está na mão de grupos poderosos e os meios de comunicação eletrônicos são benesses do Estado. É difícil também, em função da própria postura que boa parte dos jornalistas assume à medida em que fundamentalmente hoje a profissão de jornalista é regulamentada por uma legislação corporativista, exclusivista, e que, por si só, já dificulta esse ovo-de-Colombo a que o Luiz Gonzaga se referiu, a possibilidade de a sociedade ter os seus

meios de informar e de ser informada. À medida em que hoje é proibido o livre acesso a quem quer que seja, desde que não tenha um diploma de jornalista, aos meios de comunicação, imediatamente se coloca um limite, limite que temos de discutir e rever, evidentemente, que a profissão de jornalista não tenha regulamentação. Esta é uma conquista dos jornalistas, é uma conquista trabalhista dos jornalistas, e deve ser mantida e deve ser aprofundada. No entanto, discuto, com firmeza, essa regulamentação da profissão, que torna o exercício do jornalismo exclusivo de quem faz a Faculdade de Comunicação. Nós, jornalistas, temos que ter consciência de que setor algum na vida do País é dono da verdade, e ter essa consciência é alguma coisa que será muito benéfica para o processo de democratização do País, na medida em que é a partir dessa consciência que temos mais condições de discutir que as Forças Armadas não devem ter prioridade alguma na discussão das coisas nacionais, como a própria Igreja não deve também. Quer dizer, não existem instituições que sejam inatacáveis e que devam ter mais peso do que as outras. Como tal, coloco a questão da imprensa, e digo por quê. Tem sido muito freqüente hoje em dia, quando a imprensa é criticada, seja através da carta do leitor, que indelevelmente recebe uma resposta atravessada no próprio jornal, seja pela postura editorial que, em grande parte, os nossos leitores assumem como quem dissesse: as questões da imprensa são exclusivas dos jornalistas; os jornalistas devem discutir.

Evidentemente esse argumento não sobrevive à análise alguma. Acabamos de ter, em São Paulo, exemplo muito claro, que provavelmente todos já têm conhecimento: a famosa questão da pergunta a um candidato à Prefeitura de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, candidato do PMDB, feita pelo jornalista Bóris Casoy, editor de painel da *Folha* de se ele acreditava ou não em Deus; acabou falando mais alto, o intelectual e não o político, e acabou não respondendo à questão, deixando claro que não acreditava em Deus, e isto foi um dos motivos, pelo menos um dos motivos da derrota dele em São Paulo. Estabeleceu-se uma polêmica. O professor Giannotti escreveu um artigo para a *Folha de S. Paulo* colocando a questão de qual é o limite a que o jornalista tem direito nas perguntas que faz a uma figura pública, quer dizer, até aonde vai a privacidade da figura pública. Isso suscitou uma polêmica que se está trazendo até agora, sei lá quando vai acabar, com o Otavinho Farias Filho, um dos donos e editor-chefe da *Folha de S. Paulo*. Otavinho defendeu a posição de que não existe pergunta indiscreta, existe resposta evidentemente indiscreta, que tudo é lúcido perguntar.

É evidente que, do ponto de vista eminentemente do jornalista, diria que esta foi uma pergunta que alcançou sucesso, porque virou tema de discussão na cidade inteira e, como tal, se a função do jornalista é perguntar, ele fez uma grande, uma boa pergunta. Defendo o direito de o jornalista perguntar. Se o jornalista não puder perguntar, não tem razão de

ser, mas tenho cá as minhas dúvidas, e coloco em discussão, se realmente não existe um limite para essa pergunta, porque, levando isso ao extremo, é aquela questão que o próprio Giannotti coloca em um de seus artigos: de repente vão perguntar ao ganhador do “Prêmio Nobel da Paz” quais são os seus hábitos sexuais na sua casa ou fora de sua casa, e vai por aí afora... Nada mais tem limite. Por causa dele, e isto foi muito fruto também nesses anos todos de autoritarismo, a receita que aprendemos do bom repórter, passa pela receita do ceticismo, da desconfiança sempre e de uma boa pitada de maldade, armas que se tinha mesmo de usar durante todo o período autoritário. Hoje me pergunto, na hora em que estamos tentando construir um país novo, se essa coisa chamada no formalismo de deslize deve ser, de fato, um caminho a ser trilhado, ou se também não devemos ter a preocupação com a construção de um país novo. Somos capazes, a imprensa foi capaz, durante estes vinte anos de ditadura, de resistir, foi capaz, a partir de certo momento, até de ajudar a erradicar o autoritarismo. Tenho muita dúvida hoje se a imprensa está sendo capaz de construir alguma coisa, e admito que alguém pergunte: essa também não é a função da imprensa, a imprensa tem que denunciar, tem que investigar, tem que informar e não tem que estar preocupada em construir. Para construir, os homens estão no poder. Esta é uma postura cinica, esta é uma postura nihilista. Não é uma postura que conduza a imprensa brasileira a dar um passo na direção da maioria. Evidente que essa questão passa – volto ao que disse o Luiz Gonzaga – também pela revisão da política de concessões, e não deve ser tema para assustar a ninguém, na medida em que ninguém está perguntando que se cassem concessões adquiridas. Quem tem direitos adquiridos que permaneça com eles, mas que isto tem que ser revisto, reaberto, para permitir maior movimentação da sociedade em torno da questão. Parece-me claro, quando se coloca para nós jornalistas a questão da Constituinte, tirante tantas questões do próprio direito ao trabalho, diria que fundamentalmente a questão de que o jornalista deve brigar na Constituinte se resume a duas linhas: se resume ao direito de a sociedade ter livre acesso às informações, todo o resto, aí, sim, extrapola as nossas funções, ou seja, esse ponto deve ficar muito claro – a sociedade tem direito à informação e o jornalista tem o dever de bem informar, principalmente num país de estrutura capitalista como o Brasil, em que esse jogo pode ser jogado de uma maneira mais livre, à medida que o censor da imprensa deve ser o público, e vai ser o público na medida em que compra ou não o jornal, compra ou não a revista, bota naquele canal ou tira daquele canal. A sociedade é que é o juiz dos meios de comunicação. Os meios de comunicação têm que ter claro que, à medida que, sendo um negócio, sendo dos vários negócios em defesas explícitas na Constituição, deve ter esse meio de mão dupla de comunicação com a sociedade, porque não é lícito que o empresário de comunicação trate a comunicação apenas e tão-somente como um negócio.

Nesta questão, para encerrar, já existem experiências na Europa, existem experiências nos Estados Unidos, com a criação da figura do *ombudsman* que é outra questão que o jornalista brasileiro precisa começar a discutir com urgência, ter dentro do jornal o defensor dos interesses dos leitores, porque, se temos claro que não construímos uma sociedade democrática sem que o cidadão brasileiro seja bem informado, devemos ter claro também que existe uma diferença muito grande entre liberdade de imprensa e liberdade de empresa, e isto não está claro na cabeça dos donos dos meios de comunicação no Brasil.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Passo a palavra, a seguir a Hélio Doyle, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

HÉLIO DOYLE (Presidente do Sindicato dos Jornalistas/DF) – A essência de toda esta nossa discussão hoje é o direito de informação, o direito – e já foi referido antes, tanto pelo Baga quanto pelo Juca, o direito essencial à cidadania – o direito de informar e o direito de ser informado.

A questão do direito à informação leva a inúmeras outras, e a primeira é a consciência desse direito, a consciência que cada cidadão deve ter desse direito. Ao longo dos anos, essa sempre foi uma questão deixada de lado, essa sempre foi uma questão colocada em segundo plano. Nunca foi dado ao direito à informação, o peso que ele tem na sociedade. Sabemos, qualquer um de nós sabe, o que a informação significa e o que a falta de informação – principalmente – significa. A aquisição dessa consciência pelo cidadão constitui um passo essencial, um passo básico.

Logo vem outra questão – o exercício desse direito. De que maneira o cidadão pode exercer esse direito, tanto o direito de informar quanto o direito de ser informado: de que forma o cidadão comum, tirando realmente do campo pessoal, quer dizer, não o direito individual de informar e ser informado, porque isso aí os direitos individuais garantem, se se vive num regime democrático, onde há liberdade de pensamento, liberdade de expressão, de que forma pode-se manifestar esse direito de informar o que se quer informar e ser informado, a nível do indivíduo, a nível do pessoal. Aí entra a questão da comunicação de massa: como o cidadão pode exercer esse direito, como um setor organizado da sociedade, como um segmento social pode exercê-lo? E é inevitável a mediação dos veículos, dos meios de comunicação – a existência dos meios de comunicação. Precisa-se ter o jornal, precisa-se ter o rádio, a televisão, o boletim, a revista, o meio impresso que for.

Sabemos que numa sociedade como a brasileira, os meios de comunicação exigem um pesado investimento para que sejam realmente um meio de comunicação de massa. Não é qualquer pessoa que pode ter um jornal, não é qualquer pessoa que pode ter uma emissora de rádio ou uma

emissora de televisão, não é qualquer grupo, ou qualquer organização da sociedade, e muitas vezes não pode ter nem mesmo um folheto como este, por exemplo, que é mais simples. Não é todo mundo, não é qualquer segmento da sociedade que pode ter esses meios de comunicação com certa regularidade – semanal ou quinzenal, muitas vezes até mensal.

Essa mediação dos meios de comunicação é que coloca, para mim, uma questão cuja solução vai ter que ser discutida, não só nesse processo de realização da Assembléia Constituinte, o caráter social da informação e o caráter privado dos meios de comunicação. Então, cai-se numa contradição muito semelhante àquela do capital-trabalho, dos mesmos parâmetros – se se tem um bem coletivo, um bem social, que é a informação, que deve ser amplamente dimensionada, todos têm o direito de ter esse bem, todos têm o direito de dar esse bem, mas o meio para isso é privado, tem-se de ter capital para montar um jornal, tem-se que ter não só o capital como tem-se que ter determinadas questões políticas, vantagens políticas para a obtenção de uma emissora de rádio, de uma emissora de televisão.

Essa questão da democratização da comunicação, dos meios de comunicação, para atender a esse pressuposto básico da democracia que é o direito à informação, exige a própria democratização da sociedade, porque só numa sociedade democrática vão-se ter realmente meios de comunicação democráticos. Não se pode aspirar a esse pressuposto numa sociedade autoritária, numa ditadura. Pode-se aspirar a esse pressuposto numa sociedade democrática. Como consegui-lo é questão que vai ter que passar pela discussão de diversas experiências – e o Juca (J. C. Kfourri) citou a do *ombudsman*. Há diversas outras maneiras que são usadas nas empresas públicas, a presença da direção comunitária em determinados veículos, sociedade de redatores, comissões de relação, conselhos editoriais mais abertos. Enfim, há diversas maneiras de serem discutidas, porque, na verdade, nem todas atendem a esse pressuposto. Algumas minimizam o problema do autoritarismo, o problema da falta de democracia na informação, mas não resolvem efetivamente o problema.

Também não é uma posição firmada, fechada. É questão que deve ser discutida, a conceituação das empresas de comunicação ao nível de empresas públicas, o que não significa estatizá-las, o que não significa, num sistema como o nosso, estatizar os meios de comunicação, mas significa dar-lhes um tratamento semelhante – aí a palavra semelhante é importante, porque não passa de semelhante – ao dado a uma empresa de ônibus, por exemplo. Quero dizer semelhante no seguinte sentido: a empresa privada que explora uma linha de ônibus ou que explora várias linhas de ônibus é uma empresa privada. Ela tem seu dono, mas é regida por determinadas normas que o poder concedente coloca. Então, essa empresa tem que ter tantos ônibus, de tanto em tanto tempo, tem que ter tantos motoristas, tantos cobradores, tem de pagar o mínimo de tanto para eles, tem determinadas normas contábeis, não pode aplicar o dinheiro auferido em

outro modo de produção, em outro meio de produção. Tem uma remuneração de 12% do capital. Ou seja, determinadas normas que permitem a concessão de uma linha de ônibus ao empresário privado, mas não permite a esse empresário fazer o que quer com aquilo. Ele não pode colocar um ônibus de manhã e outro duas horas depois. Ele tem que seguir o horário. Ele não pode ter ônibus velho. Tem que ter os ônibus com uma vida útil de no máximo tantos anos, dependendo do lugar, 5, 7 anos. Não pode contratar profissionais não habilitados para dirigir o ônibus. Tem que ter motoristas profissionais de categoria tal.

Com isso quero dizer que o serviço de ônibus é considerado uma prestação de serviço público, serviço que interessa diretamente à população. Por que não considerar assim também os meios de comunicação, sem com isso querer estatizá-los, ou querer torná-los propriedade do Estado? Pode-se ter aprovados, discutidos pela sociedade, em conjunto, não impostos por ninguém nem impostos pelo governo, nem imposto por qualquer corporação no caso os jornalistas, mas amplamente discutidos pela sociedade princípios e normas que devem reger a exploração de um serviço essencial à sociedade, como é a informação, ou seja, os meios de comunicação – os jornais, revistas, emissora de rádio, emissora de televisão e há até uma atenuante, no caso de rádio e televisão, que é a concessão do Estado, só que o Estado, além de termos críticas ao modo como é feita essa concessão. O Estado também não tem nenhuma preocupação se essa concessão está servindo a ele, o governo, enquanto governo. Então, é uma idéia que pode ser debatida. Pode-se ter um jornal, mas se vão cumprir determinadas normas estabelecidas e lei amplamente discutidas pela sociedade. Não se vai poder fazer com aquele jornal o que se quer. Aí entra a diferença entre a liberdade de imprensa e a liberdade de empresa, que o Juca colocou, porque para o dono de jornal a liberdade de imprensa é a liberdade que ele tem de publicar o que ele quer, é a liberdade de imprensa no sentido que estamos dando o direito à informação, quer dizer, o direito que cada um tem de ser informado. Não. É o direito dele, dono de jornal. Quando se reúne a Sociedade Interamericana de Imprensa – Júlio de Mesquita e todos esses grandes donos de jornais de todo o Continente – não estão ali defendendo o direito que a população tem de ser informada, estão defendendo o direito que eles têm de informar. Todas as lutas deles são contra os regimes que os impedem de exercer esse direito de empresário que eles têm. Inclusive é importante distinguir bem esta questão da liberdade de imprensa do verdadeiro direito à informação, que estamos aqui colocando. Esta é uma questão fundamental realmente, é a questão de democratizar. No caso do rádio e da televisão, não só tirar todo o autoritarismo das concessões, que basta o presidente da República assinar para o canal ser concedido, assina um decreto e o canal está concedido, vamos democratizar este processo, como o próprio controle da comunidade sobre as emissoras que obtêm essas concessões, ou seja: a

programação está atendendo ao interesse público? Está atendendo ao interesse daquela comunidade? E aí será preciso criar – por isso que falei que a democratização dos meios de comunicação está diretamente vinculada à democratização da sociedade – os canais de controle, os canais comunitários, os canais pelos quais a comunidade pode exercer esse papel. Pode haver também empresas públicas, não no sentido das empresas estatais. Para mim, por exemplo, a Radiobrás de hoje é a mesma Radiobrás de antes de 15 de março, é a mesma coisa. Mudaram algumas pessoas, mudaram algumas cabeças, mas a sua essência é a mesma, porque ela continua sendo uma empresa estatal autoritária, regida por normas autoritárias, dirigida de maneira autoritária, a ponto de outro dia, inclusive é só um exemplo, não é esse fato que determina, o fato de a entrevista do Brizola no “Crítica & Autocrítica” não ter sido transmitida em Brasília. Ora, todo domingo “Crítica & Autocrítica” é exibido em Brasília. No domingo passado não foi, porque era o Brizola, era uma entrevista com o Brizola. Isto é só um exemplo no meio de todo o autoritarismo que vigora ainda na Radiobrás. Estou dizendo isso da Radiobrás para mostrar que não mudou. Não basta o Estado ser mais democrático. É preciso que as instituições sejam democráticas.

O conceito de empresa pública também tem que ser mais desenvolvido, no sentido de que há empresa pública e há empresa em que o público, em que a população tem ingerência, através de mecanismos que têm de ser criados, mecanismos que têm de ser discutidos e desenvolvidos.

Outra questão, inclusive levantada pelo Juca, consiste na mediação existente no processo de informação. Vemos a mediação dos veículos, mas existe essa mediação do profissional, quer dizer, o profissional está ali como a pessoa habilitada a levar a informação. Há um evidente exagero corporativista na atual legislação, que procura entregar quase que exclusivamente ao profissional o direito de ter acesso aos meios de comunicação. Há um evidente exagero. Mais do que na legislação, o exagero está na própria categoria dos jornalistas, que luta lindamente contra qualquer tentativa de abordar essa questão. Qualquer tentativa de afrouxar, de abrandar, encontra uma oposição radical dos próprios jornalistas, muito imbuidos no sentido de defender mercado de trabalho, de defender suas condições de trabalho, às vezes até em termos de defesa do curso de comunicação, que é outra questão, não tem nada a ver com isso aí. Isso aí é um entrave, realmente, a esta liberdade, a este direito que estamos defendendo aqui. O profissional tem que ser visto no sentido técnico do seu trabalho. Realmente, como em muitas outras atividades, exige-se, muitas vezes, uma mediação técnica, a pessoa habilitada a usar a linguagem própria do veículo, a pessoa habilitada a manejar o instrumental técnico do veículo, o que é muito diferente de se ter um acesso exclusivo ao veículo. Esta é outra questão também que nem tinha pensado em colocar realmente, mas o Juca levantou com toda razão. É preciso também, nesse

mesmo contexto dessa luta pelo direito à informação, é preciso remover esses obstáculos colocados pelo corporativismo dos jornalistas, e que se manifesta até no corporativismo dos radialistas, que hoje brigam para, na rádio e na televisão, eles terem essa exclusividade. Brigam contra os jornalistas para obter essa exclusividade nas emissoras de rádio e televisão, o que constitui também uma demonstração desse mesmo corporativismo.

Uma última questão que é importante colocar quando se discutir este ponto: qual é a defesa que a sociedade tem diante dos meios de comunicação? Na verdade, ela tem muito pouca. Os meios de comunicação têm um poder muito grande. São meios de comunicação de massa. Então, atingem, em larga escala, a sociedade. Principalmente a televisão e o rádio; como os jornais e também as revistas. É o que vemos. Vemos que o cidadão comum está indefeso diante dos meios de comunicação, tem muito pouca defesa, porque, quando o cidadão é injuriado, quando é ofendido, quando é caluniado, ele recorre à Justiça. E ele sabe que esse caminho nem sempre resolve grande coisa. Mas ainda há recurso. Recorre à Justiça, vai para a Justiça. Os jornalistas, os proprietários do órgão podem ser condenados a pagar uma multa irrisória, ou a pegar uma pena de prisão, e acabam sendo beneficiados pelo *sursis*. De qualquer maneira, é uma condenação. Não basta isto, porque a maneira de se ofender o cidadão através dos meios de comunicação não é somente essa que caracteriza uma calúnia, que caracteriza uma injúria ou uma difamação. Existem outras e outras maneiras de se prejudicar uma pessoa, de se prejudicar uma vida pessoal, uma vida profissional. Tem-se visto isto com frequência nos órgãos de comunicação, nos meios de comunicação. Costuma-se discutir que isso acontece muito no noticiário policial. Muita gente pega culpa antes de ser realmente culpado. Muitas vezes um suspeito já ganha a pecha de criminoso antes de que tenha condições de provar sua inocência, e aí ficou, saiu impresso, ficou ali, ficou para as pessoas aquela imagem.

Entretanto, não é só no noticiário policial. No noticiário, de modo geral, acontece isso. Muitas vezes o jornalista, e muitas vezes o próprio meio, através dos seus proprietários, utiliza aquele poder que tem para muitas vezes matar uma carreira política, muitas vezes para derrubar profissionalmente uma pessoa. Qual a defesa que a sociedade tem? Qual o controle – controle no sentido de controle social, de ter um acesso, de ter uma maneira de se defender? Hoje nenhuma. Aqui há “carta do leitor”, respondida de maneira atravessada, como o Juca disse; muitas vezes a resposta não é publicada, a resposta sequer é publicada; muitas vezes a resposta provoca uma nova ofensiva de retaliação, de novas acusações, e se tem aí o cidadão contra um meio de comunicação, contra um jornal, se tem o cidadão comum contra uma emissora de rádio, atingindo não sei quantos milhares de pessoas. É uma força inteiramente desigual. O cidadão não tem instrumento de defesa. A Comissão de Defesa do Consumidor não tem algo que vá defendê-lo, que vá responsabilizar o jornal ou que vá responsabilizar o jornalista por aquela agressão, por aquela ofensa.

Esta, também, é outra questão que precisa ser discutida nesse mesmo contexto – a defesa do cidadão comum diante do poder dos meios de comunicação e diante do poder do profissional que tem acesso a esses meios e que exerce a sua atividade sobre esses meios.

Também pretendo ser curto. Queria só levantar algumas questões nesta discussão, lembrando que os jornalistas realizarão em março, em Brasília, um Encontro Nacional para discutir a Comunicação na Constituinte, quais são as teses, quais são as propostas que os jornalistas levarão. A própria realização desse Encontro é muito importante para a categoria, coloca uma questão: fatalmente, ao se discutir esses temas, até se elaborar uma programação para esse Encontro, vê-se que estas questões não estão restritas aos jornalistas, não podem ser resolvidas na simples discussão do jornalista com o jornalista. O jornalista pode discutir, mas não vai resolver a questão, porque a questão da Comunicação na Constituinte, na verdade, não interessa só ao jornalista. Interessa a toda a sociedade, interessa a toda a população, e essa discussão tem que ser realmente muito mais ampla do que a discussão que possa ser feita entre jornalistas.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Após a exposição do jornalista Hélio Doyle, passamos à fase de debate.

PARTICIPANTE – Minha pergunta é dirigida ao jornalista Luiz Gonzaga.

Ontem Marcos Terena falou que a Nova República não chegou para todos, pelo menos para a comunidade indígena.

O jornalista Luiz Gonzaga falou em concessões de estações de rádio, sobre a comunidade de bares, etc. Existe, por parte dos indígenas, uma proposta para que a EBN libere uma emissora de rádio, para que falem em linguagem índia à comunidade deles. Houve simplesmente um descaso por parte da EBN, este assunto morreu, este assunto nunca mais veio à tona. Então, gostaria de que me respondesse como a EBN vê a viabilidade da concessão de um canal de rádio aos índios.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Para responder especificamente a esta questão que você colocou, sinceramente desconheço esse descaso. Gostaria até de ter oportunidade de estar com o Marcos Terena, para conversarmos sobre o assunto. Se houve, não tenho conhecimento. Houve a idéia de se produzir programas de rádio em língua indígena. Evidentemente a EBN não possui emissoras de rádio. A EBN não tem nenhuma emissora de rádio. A EBN simplesmente produz boletins, que são enviados às emissoras. O aproveitamento dos programas produzidos pela EBN não depende dela, depende das emissoras, quer dizer, as emissoras de acordo com o desejo delas, colocam ou não no ar os programas que produzimos. Por exemplo, estamos produzindo, aliás, vai ao ar às sextas-feiras, mas é gravado na

quinta-feira, um programa chamado “Brasil Entrevista”. Esse programa, cada semana, leva ao estúdio de rádio da EBN um ministro. É um programa aberto a todas as emissoras de rádio e jornais do País. Os jornalistas mandam suas perguntas, que são feitas no ar ao ministro e o ministro as responde. Esse programa é passado a todas as emissoras. Entretanto, o aproveitamento do programa depende de cada emissora, porque não temos propriedade de nenhuma emissora de rádio no País. Assim, o aproveitamento depende da emissora. Citei apenas para exemplificar como a EBN trabalha. No caso específico dessa programação em língua indígena, a iniciativa foi nossa, da EBN, que procurou o Ministério da Cultura, convidou o Ministério da Cultura para tomar a iniciativa, já que o Ministério da Cultura tem uma assessoria indígena, que essa assessoria organizasse um grupo de pessoas representantes das diversas comunidades indígenas existentes no País e começássemos a pensar na produção de programas em língua indígena. Fizemos uma reunião na EBN com um grupo de 6 ou 7 representantes de diversos grupos indígenas, de diversos grupos lingüísticos, e esses representantes ficaram de sugerir o conteúdo daquilo que seria produzido, e eles próprios gravariam os programas nas suas línguas de origem, e a EBN veicularia essa programação às emissoras, passaríamos às emissoras. Evidentemente esse programa teria que ser dirigido a determinadas regiões, porque uma emissora do Rio de Janeiro naturalmente não vai passar uma programação indígena, simplesmente porque não existe nenhuma nação indígena dentro do Rio de Janeiro, embora possa haver até no Estado do Rio, pois desconheço exatamente a localização das nações indígenas no Brasil, especialmente dirigido às regiões do País onde estão localizadas as nações indígenas. Depois houve alguns problemas de ordem institucional e jurídica, que começaram a atrasar a sua execução. Uma delas foi a própria legislação existente hoje em relação à programação de rádio no País. Existe uma legislação que diz que as emissoras de rádio no Brasil estão proibidas de vincular programas de rádio que não sejam em língua portuguesa. Fizemos uma consulta ao DENTEL, que é o órgão que fiscaliza a programação radiofônica no Brasil, porque há também alguma legislação e essa legislação deve ser cumprida. Demorou – não me lembro bem – cerca de 2 meses, até que obtivéssemos a resposta. A resposta foi favorável: a programação poderia ser feita sem nenhum problema, porque não fere, segundo eles, havia lá uma cláusula, uma coisa qualquer, que seria em línguas nacionais e não em língua portuguesa, e consideraram os idiomas indígenas nacionais. Houve uma interpretação muito favorável, porque a lei, na verdade, era muito restrita. Depois disso viemos ao Ministério da Cultura e ficamos esperando o envio do material para a produção dos programas – a produção seria nossa, apesar da gravação ser feita pelos próprios indígenas, que compareceriam aos estúdios da EBN para a gravação da programação. Não foi feita, e não sei exatamente, porque não estou lidando especificamente com isso, não sei em que situação se encontra hoje a produção dessa programação.

Asseguro, com toda certeza, de que não há nenhuma má vontade, nenhum entrave para essa produção. Ao contrário, a iniciativa foi nossa. Se essa questão continuar sendo levada à frente, se continuar havendo interesse por parte desses grupos indígenas de fazer, faremos com a maior boa vontade, com a maior presteza e oferecendo toda a nossa parte técnica, toda a nossa rede etc., para a execução dessa programação.

PARTICIPANTE – Uma pergunta ao Hélio Doyle.

Esse Encontro Nacional que vai acontecer em março ficará restrito aos profissionais da área de comunicação ou será aberto?

HÉLIO DOYLE – Está começando a organização desse Encontro agora. Esta é uma das questões que está para ser resolvida. Certamente será aberto em termos de participação. Quem quiser poderá assistir, poderá participar. A discussão é até que ponto se dá a intervenção das pessoas. É a questão que está sendo levantada, porque foi decidida a realização desse Encontro no Congresso dos Jornalistas que se realizou em setembro no Rio de Janeiro. Na própria organização do Encontro é que sentimos mais a necessidade de ter só jornalistas participando. Mas é questão ainda não resolvida. Em termos de intervenção. Em termos de estar lá, de participar, de ver, de assistir, até de falar em comissão – os encontros de jornalistas sempre foram muito liberais, em termos de participação de comissões – não vai haver problema.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Mais alguma pergunta?

PARTICIPANTE – Não sei se minha indagação se destina diretamente a uma pessoa da Mesa. Abrange o tema de forma geral, não tem assim um endereço.

Preocupa-me muito quando se faz essa ligação direta entre meios de comunicação e alienação. Ter-se-iam, então, pessoas que têm acesso aos meios de comunicação e pessoas que não têm acesso aos meios de comunicação. Então, teríamos menos cidadãos e mais cidadãos, quer dizer, pessoas menos cidadãos e mais cidadãos. O professor Carlos Eduardo Lins e Silva, conhecido de todos, fez um trabalho sobre o “Jornal Nacional”, elaborou 5 anos sobre a recepção do “Jornal Nacional”. Não encontrou nenhuma pessoa alienada nessa pesquisa de campo e eram pessoas camponesas e tal, que obviamente não participam do poder de decisão das coisas que lhes dizem respeito, mas são pessoas que estão conscientes de sua situação, que se sentem exploradas, que sabem o que deve ser feito e o que não deve ser feito. Enfim, percebo que há uma disparidade nos meios de comunicação dos discursos nos meios de comunicação. Temos o discurso da nossa sociedade informada, que é esse discurso que está vinculado, que está presente em todos os meios de comunicação. Então, o que se fazer para

haver certa equivalência desses discursos? Na verdade, essas pessoas sabem muita coisa, sabem exatamente o que querem, não estão alienadas coisa nenhuma, estão sabendo muito, porque a própria realidade objetiva informa essas pessoas. Então, temos a briga da informação da realidade objetiva – com a revista, com o jornal –, a que, obviamente, nem todas as pessoas têm acesso. Como vêem esta relação direta da informação via-meio de comunicação de massa e a construção da cidadania.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Do meu ponto de vista, esta pergunta tem muito a ver com algo que coloquei no início, sobre o acesso à informação, e penso que tem muito a ver ainda com uma referência que fiz, muito breve, sobre a questão da censura, especialmente da censura política. Toda vez em que há um movimento golpista – citei isto aqui – o que primeiro esse movimento faz é inibir a circulação da informação, através da aplicação da censura. Essa limitação, essa inibição da circulação da informação provoca de imediato uma alienação. Cito aqui um caso até muito pessoal. Quando repórter do *Jornal do Brasil*, em determinado momento do meu trabalho, fui solicitado por aquele jornal a ir ao interior de Minas – naquela época eu trabalhava em Minas – para fazer a cobertura sobre uma urubu fêmea que chocava ovos de galinha no terreiro de uma casa. Fui deslocado pelo jornal com um carro, com um fotógrafo; passei um dia e meio, porque tivemos que dormir, a cidade era relativamente longe, e no dia seguinte voltamos. Escrevi a matéria do meu ponto de vista profissional e penso que foi uma grande compensação, porque essa notícia foi manchete de página no *Jornal do Brasil* – “Urubu chocando ovo no terreiro de uma casa”. Do ponto de vista profissional, me senti muito gratificado por ter colocado notícia como manchete de página num jornal. Agora, do ponto de vista de uma análise mais crítica sobre o papel dos meios de comunicação evidentemente isso refletia naquele momento, o que os meios de comunicação estavam fazendo para preencher um vazio que havia, que era exatamente o vazio do debate político. Quando não se permitia a circulação da informação socialmente relevante, então, entrava no ar, entrava no espaço esse tipo de informação, que acabava ganhando manchete de página de um jornal que é tido no Brasil como um jornal sério – o *Jornal do Brasil* não é tido como leviano, sabemos que não é.

Talvez até me tenha expressado errado quando digo sobre o acesso da informação. Não é apenas o acesso à informação, a necessidade da informação, para construção da cidadania, para a construção de um cidadão ativo, mas igualmente o tipo de informação que circula. No Brasil, houve, nos últimos 20 anos, durante o período autoritário, houve exatamente uma inibição da informação socialmente relevante, especialmente da informação política relevante e em contrapartida, houve o incentivo à criação de outro tipo de informação, a informação que sabemos que, na verdade, acaba contribuindo para a alienação do cidadão. É exatamente

nesse período que prolifera no Brasil uma série de programas de televisão – só para ficar na televisão – que vão exatamente consolidar ainda mais o grau de alienação do indivíduo.

De qualquer maneira, defendo, neste caso, a liberdade, a liberdade no sentido de que essa informação pode circular, mas deve circular uma informação além dessa, deve circular especialmente a informação política, porque – repito – sem o acesso à informação não vamos passar da fase de indivíduos alienados para a de cidadãos ativos, quer dizer, não conseguiremos criar no Brasil uma consciência da cidadania, que é a consciência do cidadão sobre os seus direitos. Paralelamente a esse acesso à informação, é preciso haver também certo controle – creio que o Hélio Doyle enfatizou este ponto e endosso suas palavras – é, preciso haver certo controle da sociedade sobre o conteúdo dos meios, não diria certo policiamento, porque a palavra é muito forte, mas acompanhamento, certa fiscalização sobre esse conteúdo dos meios. Isso vai acontecer, se acontecer algum dia, exatamente com a abertura do debate.

HÉLIO DOYLE – Não teria muita coisa a acrescentar ao que disse Luiz Gonzaga. Existe um problema, o problema da uniformização da informação via Rede Globo, que agora procura ter jornais locais. O grande veículo é o *Jornal Nacional*. As pesquisas mostram também, se não me engano até no próprio trabalho do Carlos Eduardo, que o nível de entendimento do *Jornal Nacional* no interior da Bahia é evidentemente diferente do nível de entendimento na Capital de São Paulo. O próprio *timing* do *Jornal Nacional* é uma coisa complicada na cabeça das pessoas que não vivem em grandes centros urbanos, que têm outro ritmo, outro diapasão.

Num país que abriga realidades tão diversas, é complicado de repente você ter uma caixinha ali que – pum! – inferniza essa coisa, pasteuriza e trata todo mundo como se fosse igual. O universo disso é muito essa coisa dos analistas. Não estou acusando ninguém, porque não se está pensando em fazer coisa semelhante. Há a tendência de tratar aquilo que é “atrasado”, na nossa visão de metrópole, como folclórico, tratar o que acontece no interior do Brasil como folclore. Só se vê a notícia por esse lado.

Vocês haverão até de entender um pouco porque estou até agora um pouco chocado para entender o que aconteceu em São Paulo. De repente, tem-se em São Paulo uma coisa aparentemente nova – um político moderno, um sociólogo, uma figura com um nível de instrução fantástico, capaz de manifestar-se e fazer com que as pessoas o entendam, perde para o que havia de pior, para uma coisa já tentada no Brasil, já não dava certo e tal. Uma realidade que está muito mais para a Suíça na nossa cabeça do que para o Brasil de fato. Li pelo menos dois artigos analisando o fenômeno acontecido em São Paulo, de figuras ideologicamente bastante diferentes – uma Oliveira Ferreira, competente pensador conservador de *O Estado de*

S. Paulo, que no dia seguinte à eleição, ao saber o resultado, se perguntava: “escute, será que não estamos pensando todos que vivemos na Suíça e nos bastamos com um discurso para nós mesmos, sem que demos atenção para o que acontece na nossa periferia”, e perguntava isso: “passamos 21 anos dizendo que o arrocho salarial era uma violência, que a fome era a pior das violências, que a ignorância era uma coisa inominável, sem que nos déssemos conta que tipo de consciência estava-se criando, para que, de repente, na periferia – não estou dizendo que seja necessariamente assim, estou indagando se, de fato, não tem acontecido – o cidadão olha para você e, pelo simples fato de você usar sapato, calça boa e relógio, o trata como seu inimigo, o trata como uma coisa estranha a ele”. Então, era muito curioso se observar que na Zona Sul de São Paulo automóvel só tinha adesivo de Fernando Henrique e de Eduardo Suplicy, e não tinha adesivos de Jânio Quadros. Não se via. Boca de urna, a confraternização era entre militantes do PT e entre militantes do PMDB, eles com eles, sem se misturar. Essa era a boca de urna. As pessoas passavam, se confraternizavam, se abraçavam, buzinavam o carro, mas havia os que não se abraçavam, não se confraternizavam, nem businavam o carro, e estavam votando no Jânio. O que é isso? Como isto acontece? Como isso se dá?

De repente as pessoas pararam para pensar. Conhecemos muito pouco, muito pouco, o que está no interior do Brasil é o que está na periferia de São Paulo. De repente, essas pessoas expressaram, da mesma maneira que queremos mudança, expressaram esse desejo de mudança na contramão com sinal inverso. O desejo de mudança. Muda o governo, vem a Nova República, o governador Montoro foi eleito com 5.000.000 de votos, e o que mudou? Sabemos o que mudou nos nossos padrões, em nível institucional, o fato de não existir mais DOI-CODI, uma série de coisas, vem a liberdade de imprensa. Embaixo mudou o quê?

Essa questão que você coloca é angustiante para todos que fazem comunicação no Brasil, de repente não se ter a exata noção em que país se vive. Há muita gente que ainda não sabe em que país vive, e vai aprender se puder exercitar esse direito mais tempo do que nos tem sido permitido exercitar.

EDUARDO FRANCI (UnB) – Ouvi vocês usarem expressões que particularmente tenho muito medo, porque não sou jornalista, quer dizer, sofro a pressão dos meios de comunicação, e a minha área de interesse é cinema. Não fui aluno do Wladimir, mas ele me conhece já há bastante tempo. Sou coordenador da área de cinema da UnB.

Por exemplo, há vários tipos de informação que circulam. Quero saber quem é que vai dizer qual é o tipo de informação que se deve censurar. Vocês – creio – não são. O governo também não pode ser. Esse tipo de colocação, o tipo de informação que circula é uma coisa muito grave para ser usado inclusive numa palestra como esta, pois se abre um precedente

para uma censura. É uma espécie de censura – que tipo de informação que vai circular? Por quê? Quem é que vai fazer essa censura? Quando os próprios jornalistas já estão usando: não, por que a sociedade? Porque dentro da sociedade há órgãos extremamente repressores, como é o caso da Igreja em cima de *Je vous Salue, Marie*.

Quero saber qual é a solução que se pode dar, por exemplo, no rumo em que estamos indo, que é a Constituinte, para se deter o poder de instituições como essas. Por exemplo, sabemos que o sr. Newton Figueiredo é dono, proprietário exclusivo da Gaumont. Pode ser que haja outra participação, mas deve ser mínima. Então, como é que uma instituição como a Igreja tem condições, de junto com o governo, segurar um filme do nível de um filme de Goddard, que a intelectualidade brasileira inteira está querendo?

É isto que eu queria saber. Qual a sua opinião no sentido de deter, com objetivos práticos, simples e diretos. O que se pode fazer agora – estamos indo para a Constituinte, o que podemos fazer agora para deter o avanço de instituições como essas, como é o caso da Igreja, como é o caso do Exército, que você colocou, e outras instituições, para deter este avanço de elas se colocarem como representantes da sociedade, quando, na realidade, sabemos que não o são.

Esta, minha pergunta.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Vou responder o que penso sobre a questão que você colocou.

Hélio Doyle disse, logo que começou a sua fala, que, na verdade, a questão dos meios de comunicação, é hoje uma questão onipresente. Todos nós estamos expostos aos meios de comunicação durante grande parte do nosso dia, do nosso dia-a-dia. No entanto, curiosamente, – e foi o que Hélio colocou – o debate sobre os meios de comunicação assumiam com a sociedade brasileira. Por incrível que pareça, o debate sobre os meios de comunicação não é colocado. Talvez tenha sido colocado em ambientes muito restritos – o próprio congresso dos jornalistas, as escolas de comunicação, enfim, em ambientes muito limitados. Não está colocado como uma questão absolutamente importante. Talvez eu peque pelo idealismo, mas se não colocarmos este debate e não transformarmos este debate que estamos fazendo aqui hoje em um debate público, um debate nacional, vamos continuar sendo, ou vamos ter pelo menos a grande parcela da população brasileira continuando a ser uma sociedade alienada, e alienada sobre esta própria questão, a questão dos meios de comunicação, uma questão absolutamente fundamental, porque, queiramos ou não, só os meios de comunicação é que estão formando a opinião pública.

Então, quando digo que peço pelo idealismo, insisto que é preciso colocar esse debate em prática. Aqui, de novo, digo que há soluções concretas, imediatas, que podem ser feitas e que podem ser tomadas. Uma

das coisas mais gratificantes de que já participei em minha vida foi um debate que houve em Brasília, deve ter sido há 8 anos, debate de que participei junto com outras pessoas, com associações de pais e mestres que existem ainda, nas escolas. Naquela época, tive oportunidade de ir a Sobradinho, a Ceilândia e a outros lugares aqui, na periferia de Brasília, com um grupo de pais e professores de cada uma dessas unidades. Os alunos estavam presentes. Por acaso, eram todas as reuniões realizadas no período noturno, atendendo a cursos noturnos, os alunos eram relativamente já de idade mais avançada que os alunos do curso escolar mais formal. Discuti com eles a questão dos meios de comunicação. Foram discussões que começavam às 20 horas e iam até depois da meia-noite, mesmo com as limitações de transporte, que as pessoas tinham. Um debate muito rico. Durante determinado momento aconteceu e depois acabou, não houve continuidade.

Estamos sugerindo ao Pompeu de Sousa, hoje o Secretário da Educação de Brasília, que promova esses debates dentro das escolas de Brasília, dentro do próprio currículo formal, porque formaliza a experiência e não deixa que seja apenas temporária, apenas limitada a determinados horários etc., que coloque dentro dos currículos das escolas primárias e secundárias de Brasília uma disciplina que discuta o papel dos meios de comunicação na sociedade. Deve ser uma atitude de imediato. Claro que não vão surtir efeito do dia para a noite, não haverá resultados imediatos. No entanto, é um passo importante, imediato, e já para se criar uma consciência sobre os meios de comunicação e, com isto, as pessoas despertem para a necessidade de não só debater como agir em relação a esses meios, agir em relação a uma política nacional de comunicação que seja mais democrática, mais participativa, que seja, pelo menos, um pouco menos autoritária, um pouco menos limitada apenas a segmentos específicos que hoje controlam o debate e controlam a comunicação de massa no Brasil.

Pode ser – repito – até uma atitude idealista, que ainda estamos muito distantes, mas, no meu entender, são soluções imediatas que podiam ser tomadas já, e que deveriam ser tomadas, e nacionalizar isto, transformar.

Se os meios de comunicação são hoje onipresentes, se eles ocupam número de horas tão grande – tenho algumas estatísticas, infelizmente não as tenho aqui em mão, o número de horas que as pessoas se expõem à televisão no Brasil é cada vez maior, e são assustadores os números, se não me engano, em São Paulo, cidade que demanda um tempo muito grande de transporte etc., em São Paulo, não me lembro, infelizmente, das estatísticas em números precisos, parece que já são 4 horas e meia por dia a exposição do homem médio à televisão, e a da mulher é maior ainda; se isso é tão importante na nossa vida, é tão importante na formação das nossas consciências, do nosso próprio comportamento, será que não é tão importante a ponto de ser colocado dentro do currículo escolar?! Será que

têm menos importância do que estudar a Língua Portuguesa, do que estudar a História do Brasil?! Hoje os meios de comunicação jogam papel tão importante que justificam plenamente a criação de uma disciplina que se chamasse “crítica dos meios de comunicação”, ou qualquer outro nome que se desse, até mesmo nas universidades, não só nos cursos de comunicação, como em todos os cursos, porque todos estão expostos aos meios de comunicação, uma disciplina onde se discutisse formalmente a questão da comunicação e a importância que os meios de comunicação jogam hoje nas nossas vidas.

É apenas um exemplo. Outras pessoas poderão citar outros.

PARTICIPANTE – Devolvo a pergunta: como a sociedade brasileira vai-se organizar para permitir uma Constituinte que, de fato, defenda seus interesses e não seja uma Constituinte que defenda os interesses do capital? Você tem alguma dúvida de como vai ser esta Constituinte? Quem é que vai bancar esta Constituinte? Que tipo de interesse vai ser hegemônico nesta Constituinte?

Aí não é o começo da nossa caminhada. A não ser através da organização, na base da sociedade, essas questões sempre vão ser questões debatidas em nível acadêmico. A menos que tenhamos competência de pôr isto na rua.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – A questão é a liberdade de informação que aqui estamos chamando de direito à informação, ou seja, o direito que cada um tem de informar e ser informado. Esta, a questão básica. Tudo que é produzido enquanto informação, seja qual for, deve ser difundido. A questão que estamos discutindo aqui são as limitações. Quais são as limitações? Caímos naquela questão, que coloquei, da informação enquanto bem-social e o poder de disseminar esta informação, sendo uma propriedade privada, que é o caso que você citou – não é uma informação jornalística, mas é uma informação cultural. É o caso do filme citado. É inteiramente contrário a qualquer direito à informação se colocar na mão dos donos das distribuidoras de filme o direito de dizer se um filme vai passar ou não vai. Na verdade, o que acontece no Brasil hoje é isto: se se quiser evitar que um filme passe, um governo autoritário ou um governo qualquer pode coagir, constranger todos os donos de distribuidoras a não importar aquele filme, não distribuir aquele filme. Aí vai acontecer o que ocorreu agora com o filme do Goddard. Ele chega simplesmente e numa entrevista diz: não quis passar o filme, não quero passar o filme, porque não gostei, achei muito monótono, achei um desrespeito... Foi o que ele fez. Deu entrevista durante o Fest/Rio dizendo isto.

A questão é esta: os meios de comunicação, os meios de difusão cultural da informação não podem estar exclusivamente na mão da propriedade privada. Você não pegou a primeira parte, coloquei que isto

não quer dizer estatizar. Quer dizer as maneiras que a sociedade tem para garantir a difusão da informação. não quer dizer simplesmente tornar tudo do Estado. Não. Neste sistema não estou propondo isto. Esta, uma questão.

Outra questão: de que maneira a sociedade vai fazer isto? Esta é a discussão complicada, realmente complicada, porque a sociedade brasileira não tem instrumentos, não tem mecanismos, não tem meios para fazer tudo isto, pois que envolve o jornal, a televisão, a revista, o rádio, o cinema, o teatro, enfim, envolve uma porção de coisas. Tem-se que criar esse retorno. Nem uma corporação da sociedade nem um segmento da sociedade pode outorgar-se este direito, muito menos o Estado. Por mais legítimo, por mais democrático que seja, o Estado não vai ter o direito de cercear a informação. Não pode ter o direito de cerceamento da informação.

Este, o desafio do debate: de que maneira isto pode dar-se? Da mesma forma que coloquei aqui aquela questão da defesa da sociedade, de que maneira o cidadão, qual o instrumento com que o cidadão conta para se defender dos meios de comunicação? Da mesma maneira, qual o instrumento que a sociedade tem para se defender do monopólio dos meios de comunicação, que pode querer dizer o que vai informar, o que não pode ser informado e o que não vai ser informado?

Na verdade, nenhum dos três expositores aqui defendeu uma seleção deste tipo, vale dizer: esta informação é que tem que ser dada e esta não. A diversos segmentos da sociedade a informação política é transcendental; para outros, não. Isto o que vamos ter que ver como na prática vai se dar. Em teoria, sabemos defender; na prática, a questão vai ser outra.

O momento da Constituinte será importante para se discutir esta questão. Antes e durante a Constituinte é momento importante para se avaliar essa discussão.

PARTICIPANTE – Ainda a respeito do filme de Goddard, gostaria de dizer só uma coisa.

Sou estudante de comunicação. Fizemos um trabalho sobre censura. Então tomamos tudo, desde a Velha República até agora, a Nova – o que mudou, o que não mudou, incluindo aquele exemplo do Teatro Casa Grande.

Existe censura em todos os países, com exceção do Canadá, foi o que constatamos. Este problema da Igreja, “de barra”, às vezes existe uma autocensura, a censura vem da própria sociedade, as próprias pessoas reagem a esse tipo de coisas no filme. Só para elucidar alguma coisa, porque você falou que não fazia parte, não é estudante de Comunicação. Se acrescentou alguma coisa em termos de informação.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Temos que distinguir entre as duas coisas – a censura e a rejeição da sociedade. A sociedade pode até ter uma rejei-

ção prévia, até preconceituosa, em relação a um filme. A CNBB se manifesta contra, todos os padres nas paróquias falam até que uma parcela enorme da sociedade vai ter uma rejeição prévia. No entanto, isto não pode ser razão para que o filme não seja exibido. Quem queria ver, verá o filme. Vamos dar um exemplo: os católicos ficam proibidos de ver o filme; quem for ver o filme estará violando uma determinação da Igreja. Os católicos não vão, mas os não-católicos têm o direito de ver o filme. O católico que quiser contrariar a ordem da Igreja tem também o direito de ver o filme. Isto que é fundamental. A CNBB tem todo direito de se manifestar contra os filmes, é um direito que tem de defender o interesse dela. A Ordem dos Advogados, se quiser manifestar-se contra um filme que mostra um advogado lá roubando, dizendo que todos os advogados são ladrões, a OAB tem todo o direito de se manifestar contra esse filme, mas nenhuma instituição da sociedade pode querer proibir um filme de ser exibido. Aí vamos ter que fazer outra discussão: agora vamos ter que saber o que é cinema, que se vai lá por vontade própria, paga-se uma entrada e vai-se ver o filme; o que é televisão, que se liga e já ali com o filme em casa, e que foge do controle se o filho de 10 anos vai ver. Aí são outras discussões, pode-se fazer outra discussão – o filme no cinema ou o filme na televisão. Dá para se fazer uma discussão sobre isto. O básico é que não se pode evitar, querer impedir que seja exibido. Aí serve para tudo: esse filme é extremamente imoral. Então, que se divulgue que esse filme é extremamente imoral e quem não quiser não vá, mas quem quiser ver o filme tem o direito de assistir ao filme.

Esta, a questão fundamental.

PARTICIPANTE – Queria que vocês comentassem, e coloco, não só para a Mesa, como para a plateia, um problema que é bastante óbvio, justamente a falta de interesse – e vocês estavam falando o que interessa à sociedade –, a total ou quase total falta de interesse por parte da população universitária pelos temas que estamos discutindo aqui, não só neste Seminário sobre a cidadania, mas como no primeiro, que foi sobre a Constituinte. A média de plateia tem sido esta.

Na medida em que os meios de comunicação têm um papel de informação e de conscientização, como você colocou, o que está acontecendo?

JOSÉ CARLOS KFOURI – Fico tão perplexo quanto você. Tem muito a ver com a questão que já colocaram. Esta é a nossa grande preocupação. Pelo menos não tenho mais ilusão. Hoje tenho certeza de que sei muito pouco a respeito de como este País funciona. Pensava que entendia um pouco. Em São Paulo, cheguei à conclusão de que realmente entendo pouquíssimo ou nada.

Nesta medida, é fácil de constatar, empiricamente é constatado que a sociedade brasileira, como diria o General Golbery do Couto e Silva, tem o sítio e o juiz de paz. Há momentos em que somos capazes de mobilizar as pessoas, as pessoas se mobilizam facilmente. Neste particular, é curioso, até para falar um pouco mais da minha área de atuação jornalística, é curioso como o esporte tem essa capacidade com muito mais frequência do que outros, sem que isto seja, em hipótese alguma, um aspecto negativo. Ao contrário: é fator mobilizante. No campo da política, no campo da cultura, encontramos muita dificuldade humana. Isto me preocupa muito, e creio que preocupa a todos. Preocupa a todos nós, quando estamos expostos a algo tão importante, de acontecimento tão importante quanto é esta Constituinte. Ai que pergunto mesmo: a que papel os meios de comunicação estão prestando? Não me surpreende ai que o papel dos meios de comunicação, organizados da maneira como o são hoje no Brasil, não tenha esse caráter mobilizante. Tem o contrário, o caráter do “fica em casa vendo televisão e lhe damos tudo que é importante; você não precisa mexer-se”. Vamos ter que fazer de baixo dos meios com que contamos. O Hélio Doyle colocou *en passant*, a questão da propriedade. Nosso trabalho é algo tão distante de nós que, por mais que hoje se encontre um espaço através de artigos assinados, e hoje, em alguns veículos, é até incentivado no Brasil, a verdade é que o jornalista não tem nenhum controle sobre o produto que faz. Esta, outra discussão que temos que travar, e em países mais adiantados já se tem. É a tal história: se você me convida para um projeto do seu jornal, você não pode mudar esse projeto no meio do caminho sem meu acordo. Esta é a nossa luta de âmbito profissional.

HÉLIO DOYLE – Ai há um problema perfeitamente natural, a consciência do direito. Não temos, de imediato, a consciência dos nossos direitos. Ai vem aquele velho discurso: depois de 20 anos, aquela história toda... É verdade. Será que a população brasileira tem, por exemplo, consciência de que a educação é um direito e que isto não significa apenas se dizer na Constituição que a educação é gratuita dos 7 aos 14 anos, que é muito além disto. Creio que não. Logo no início, o Luiz Gonzaga falou, disse, mais ou menos, que o direito à informação não é colocado no mesmo plano dos outros direitos essenciais da sociedade – as pessoas não têm consciência disto – e que é fundamental, que estamos envolvidos diariamente pelos meios de comunicação, pela comunicação e pela informação, e não temos consciência disto.

Muitas vezes fica parecendo que este debate só interessa a quem está na área. Muita gente, inclusive, da área, pensa que o debate só interessa a quem está na área; o jornalista, quem mexe com cinema, teatro, o radialista. Só a estes, não. Interessa, na verdade, à comunicação toda. É um processo. É a velha história. É um negócio que vai ganhando à medida em que as pessoas tiverem a dimensão de que podem brigar contra isto, porque meio

de comunicação para as pessoas é uma coisa poderosa demais, é algo muito forte, muito presente e que até intimida. Algum de nós pode ter alguma influência para mudar alguma coisa na TV Globo? Isso logo desanima. Agora, colocar a coisa numa visão mais geral da televisão do país tal, não é de um dia para o outro que se vai conseguir levar isso à frente.

PARTICIPANTE – Levando em consideração a questão do poder de mobilização dos meios de comunicação de massa, pergunto: por que a campanha das diretas conseguiu mobilizar tanto e a da Constituinte não? Talvez até mude de repente, ou uma fase de consciência do que está acontecendo. Não está havendo uma equivalência dos discursos. Por que houve uma participação tão grande da sociedade no movimento pelas diretas e agora não?

HÉLIO DOYLE – Vou tentar dar a minha visão, depois eles darão a deles.

Em primeiro lugar entender-se o que é eleição é muito mais fácil do que se entender o que é uma Constituinte, quer dizer, é muito mais fácil uma pessoa entender o que é uma eleição para presidente da República, porque, bem ou mal, nestes últimos 20 anos, as pessoas estavam votando para vereador, estavam votando para prefeito em muitos lugares votando para deputado, para senador. sabem o que é votar. As pessoas mais velhas lembram o que era votar, votaram no Jânio, no Lott, no Juscelino, votaram no Brigadeiro. Tiveram a experiência da eleição. Uma coisa é se sentir na prática o sentido do voto, outra coisa é Constituinte – o que é Constituinte? Aí tem-se que dar a cartilha da Constituinte, explicar o que é Constituinte. Não há cartilha da eleição direta. Já se viu alguém fazer cartilha para eleição direta para presidente?! Ninguém fez. Agora todos os colégios têm cartilha da Constituinte. O DIEESE faz cartilha da Constituinte. Todo mundo tem que estudar o que é Constituinte. Está é uma questão e não vamos ficar só nesta.

A campanha das diretas alcançou o peso no momento em que ganhou o apoio do sistema implantado – os governadores de Estado, os meios de comunicação, que foram vendo que ela tinha potencial e foram também aderindo; os empresários, os outros, o povo... Tenho esta visão, até sou muito combatido por isso...

PARTICIPANTE – Deixe-me fazer uma provocação, quer dizer que a participação do meio de comunicação torna decisiva a nossa mobilização?

HÉLIO DOYLE – Se ela foi decisiva? No auge da mobilização ela não teria sido o que foi sem os meios de comunicação. Ela já era grande sem os meios de comunicação, porque tinha um potencial popular mais fácil. Ela cresceu, não resta dúvida, com os meios de comunicação. Entendo também que não teria sido o que foi – e sou muito combatido, por alguns setores, quando digo isto – não teria sido o que foi se os governadores dos

Estados não tivessem colaborado financeiramente para o seu sucesso, para a organização dos comícios, para alugar ônibus etc., se não fosse a adesão desses setores, não seria o que foi. Por outro lado, essa campanha tinha um potencial popular muito grande, que a Constituinte, pela própria complexidade de se entender o que é Constituinte, não chega lá... Tenho ido muitas vezes a colégio, me chamam para debater o tema em escolas. É uma dificuldade. Até que já estou treinado. No início ninguém entende o que é Constituinte, ninguém sabe o que é. A cartilha que a Secretaria de Educação fez ninguém a entende, o pessoal das escolas não entende. Começa dizendo que vai fazer a Carta Magna. Perguntam logo: o que é Carta Magna? É a primeira pergunta que a própria cartilha não explica. É um negócio realmente complicado essa questão de Constituinte.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Aproveito a oportunidade para me felicitar. Se não é raro, pelo menos é muito feliz o encontro destes três Debatedores na UnB, falando especialmente para o pessoal de Comunicação, em virtude do próprio tema, pois me sinto feliz que é difícil sob todos os aspectos em ter aqui um representante, não exatamente um representante, mas um homem que milita numa empresa privada, no caso a Abril, numa empresa do Estado, no caso o Luiz Gonzaga da Mota, um dos diretores da EBN; ainda mais feliz, porque aqui está o Hélio Doyle, que é o representante do Sindicato dos Jornalistas, portanto representante de classe, isento, ou seja, não milita na empresa privada nessa qualidade tampouco na empresa governamental.

JOSÉ CARLOS KFOURI – Vivemos, evidentemente, um momento bastante diferente, a partir do momento em que a censura institucional acabou.

Lembro-me, fazia Ciências Sociais no estado de São Paulo no período mais negro da ditadura e censura terrível. Um belo dia foi lá participar de um debate conosco Júlio Mesquita Neto, dono do *Estadão*. Ele foi até chamado de camarada, porque ali estávamos todos na mesma briga, briga que interessava a todos, contra a censura. Lembro-me de uma frase dele muito sincera, em que dizia o seguinte: esse negócio de censura é bobagem, porque 95% do que é censurado não muda em coisa nenhuma a situação do regime político brasileiro. Nada.

Hoje essa coisa é colocada de maneira muito clara. Poucos profissionais têm dúvida de como é que essa coisa se dá. Além de se trabalhar numa empresa, a política editorial, a questão ideológica lhe é dada de maneira tão cristalina que você não tem nem muita dúvida sobre o que pode e o que não pode. O repórter que começa hoje a trabalhar no jornal *O Estado de S. Paulo* sabe perfeitamente bem que não pode falar bem do Maluf e que não pode falar mal do Setúbal. Um repórter que começa a trabalhar na Rede Globo ou na Editora Abril sabe da medida de cada uma

dessas empresas. E nessa medida é dada toda liberdade para fazer o trabalho.

Seria profundamente demagogo se dissesse aqui que sou qualquer tipo de influência da Editora Abril na revista que dirijo. Evidente que não. Não sei se estivesse sentado aqui o diretor da revista *Veja*, se ele poderia dizer da mesma maneira. Admito até a hipótese de que pudesse, por que a empresa não traria para dirigir a revista *Veja*, um jornalista que não estivesse, de certa forma, de acordo com o País.

PARTICIPANTE – Gostaria de colocar um ponto que já foi presenciado aqui e bastante pertinente. O Juca se referiu à propriedade do trabalho do jornalista.

Então, farei a pergunta, só para dar clareza à questão. Até onde vai a censura interna, seja numa empresa do Estado ou numa empresa particular? Nesta hipótese que tipo de dificuldade ocorre a nível técnico?

É uma curiosidade, e também serve para exercitar a democracia nesse meio.

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Tenho a impressão que estou em posição mais delicada entre as pessoas que estão na Mesa porque, neste momento, estou trabalhando para uma empresa estatal, uma agência de notícias, que é uma agência governamental e isso é muito complicado, especialmente no momento presente, quando estamos vivendo uma situação em que o governo é um governo absolutamente indefinido. Se fosse um governo do PMDB, seria uma coisa diferente; se fosse um governo do PDT, também seria uma coisa mais fácil; se fosse um governo do PFL, talvez também fosse uma coisa mais fácil; se fosse um governo do PDS, também talvez fosse uma coisa mais fácil; se fosse um governo do PT, possivelmente também seria uma coisa mais fácil. Acontece que esse governo não é nenhum deles e talvez seja de quase todos eles, quer dizer, é um governo de composição, de negociação, um governo que redundou de uma negociação que todos sabem muito bem que foi construída principalmente com a participação de Tancredo Neves, como toda a artimanha política de Tancredo Neves. Isso torna a nossa tarefa de jornalistas profissionais, dentro de uma empresa que é governamental, extremamente delicada. A situação não é muito diferente de uma empresa privada, onde também já trabalhei, e onde também, obviamente, sentia as limitações – como Juca disse – e sabemos muito bem o que podemos e o que não podemos dizer.

No caso da EBN, sabemos também muito bem o que podemos e o que não podemos dizer. Há limitações e elas estão estabelecidas pela própria legislação, pelo próprio estatuto da empresa. A EBN é uma agência de notícias, cujas funções estão delimitadas pelo seu próprio estatuto. A nossa cobertura fundamental é a do Poder Executivo. Isso já nos dá, logo de início, pelo estatuto, limitações muito claras, limitações institucionais. Não

podemos, por exemplo, cobrir partidos políticos e não podemos também cobrir Legislativo. Nossa cobertura se restringe ao Executivo.

Quando entramos na EBN, evidentemente, tínhamos consciência das limitações da empresa e, mais do que isto, tínhamos consciência das nossas limitações, como profissionais de um jornalismo dentro da empresa, diante do quadro político que existia e que existe ainda neste País. O governo ao qual devemos prestar contas, em última instância, é um governo de negociação, de composição e um governo terrivelmente heterogêneo. Sabemos que temos aí ministros do PDS e temos ministros relativamente progressistas, como Almir Pazzianoto, Waldir Pires e outros que estão aí, dentro do governo. O próprio Fernando Lira. Obviamente essa situação nos traz constrangimentos muito grandes no exercício da profissão.

O grupo que hoje dirige a EBN, que trabalha dentro da EBN, foi para lá com uma proposta muito definida e foi para lá com uma proposta essencialmente política, e isso está colocado, não é nenhum segredo, não estou dizendo aqui segredo para ninguém. Isso foi colocado por nós, evidentemente com certa cautela, com certa habilidade política – penso assim. Fomos para lá com um propósito político, um propósito de transformar um elemento do próprio aparelho do Estado, que é a EBN, numa empresa democrática. O que é democrático aí é extremamente discutível. Em um primeiro momento, a nossa posição foi tirar a EBN daquela pecha, daquela marca, daquele estigma que tinha de ser uma empresa extremamente comprometida com as forças mais reacionárias ou mais conservadoras deste País. A EBN foi, durante muito tempo, todo mundo sabe disso, um cabo eleitoral da candidatura Paulo Maluf. Entramos lá em outro momento, num momento de abertura de redemocratização, com a EBN marcada, muito marcada, por esse estigma. Nossa primeira atitude dentro da EBN foi tentar transformá-la numa agência de notícias. Se é uma agência de notícias deve cumprir esse papel no primeiro momento. Deve ser uma instituição ágil, rápida, uma instituição eficiente e, acima de tudo, uma instituição profissional. Então, o nosso primeiro compromisso foi fazer com que a EBN realizasse um jornalismo profissional. Penso – na minha análise talvez esteja até comprometido com a própria experiência, porque faço parte dela – em parte, pelo menos, penso que conseguimos isto. Hoje a EBN faz um jornalismo, apesar de ser um jornalismo limitado – como eu disse – até pelo próprio estatuto da empresa, hoje a EBN faz um jornalismo imparcial. Dentro dos limites que já citei antes, é um jornalismo profissional. Transformamos *A Voz do Brasil*, que era tido como um programa absolutamente aborrecido, chato, era um programa quase que propagandístico, ou até mesmo propagandístico, o transformamos num programa informativo. Pode não ser um programa que cubra tudo, como as outras emissoras de rádio fazem os seus noticiários, programas talvez mais amplos do que o nosso, mas tenho a impressão de que já podemos dizer que, por exemplo, um dos nossos produtos, *A Voz do*

Brasil, é hoje um programa informativo, dentro dos limites em que trabalhamos, é um programa noticioso, quer dizer, penso que ainda hoje ouvir *A Voz do Brasil*, – embora também concorde – às vezes é aborrecido, ainda continua sendo. Há uma série de fatores. Por exemplo, os próprios locutores que estavam lá estão comprometidos com certa empostação de voz, que é a empostação de voz anterior. Simplesmente estamos numa empresa estatal que é diferente de uma empresa privada. Numa empresa privada, aqueles que não estão dentro das normas que devem ser seguidas são mandados embora, isso acontece sempre, e são contratadas pessoas dentro da linha em que se quer trabalhar. Isso complica terrivelmente a situação. Não podemos contratar ninguém, estamos proibidos por lei. Se não podemos contratar, não adianta nem mandar embora, porque não vamos ter quem faça aquilo que teremos de fazer. Então, há uma série de limitações institucionais que inibem, de certa forma, inibem, até em grau razoavelmente elevado, mais do que gostaríamos, o trabalho que estamos fazendo lá dentro. O nosso compromisso é este. Por outro lado, temos um compromisso muito mais amplo do que este de transformar a EBN apenas em mais uma instituição que tinha um eficiente profissional grande. O compromisso nosso é fazer a médio e longo prazo com que a EBN seja uma agência do tipo de outras agências que são parcialmente estatais existentes em outros países, como, por exemplo, a France Press, agência que tem uma grande credibilidade no mundo inteiro e é estatal; como a Agência EFE, na Espanha, que talvez poucos conheçam aqui, hoje é a quinta agência do mundo, a Agência EFE, espanhola, é de grande credibilidade, penetra pouco no Brasil, penetra muito mais na América Latina, nos países de fala, de língua espanhola. É uma agência de grande credibilidade estatal, tem um estatuto diferente. Por exemplo, no caso da EBN, ela está vinculada diretamente ao Ministério da Justiça. A nossa proposta é no sentido de que a Empresa passe a ser, embora tenha característica de empresa estatal, se transforme numa empresa pública – isso é diferente – uma empresa que tenha, por exemplo, subvenções do próprio aparelho do Estado, mas não as subvenções diretas que, de certa forma, condiciona a cobertura que se faz. É possível. Passa-se a ser não subordinada do Estado, passa a vender serviços ao Estado. Poderíamos passar a vender o nosso noticiário ao Estado, que não compraria. Isso nos daria uma autonomia maior para avançar ainda mais este nosso projeto jornalístico, e, com isso, estaríamos ganhando credibilidade para a EBN. Creio que já ganhamos um pouco de credibilidade para a empresa. Poderíamos ganhar mais, e transformar a EBN numa agência de notícias comercial? Não. Nosso projeto é transformá-la numa agência pública, agência pública que estamos entendendo como empresa que tenha um controle público, um controle, até certo ponto uma subvenção que venha através da venda de serviços para o Estado, mas que tenha também a possibilidade de vender o seu serviço, de concorrer no mercado com as empresas comerciais. Vamos concorrer com as empresas

comerciais, fazendo um jornalismo de qualidade, um jornalismo profissional, concorrendo com as outras agências de notícias nacionais que existem hoje – “Agência Estado”, “Agência JB” e “Agência Globo”, mais recentemente a “Agência Folha de S. Paulo”, mas concorrendo com elas a nível da cobertura profissional. Isso nos coloca de imediato numa situação de já não mais doar o nosso noticiário – não sei se sabem, o noticiário da Empresa Brasileira de Notícias, não é vendido, é um noticiário doado. É uma herança, um resquício do autoritarismo do regime anterior – era um regime ilegítimo e necessitava de um aparelho de informação, de um aparelho de comunicação para expandir, para “vender o seu peixe”, para dar o seu recado, e, com isso, se legitimar. A nossa idéia é diferente. A EBN não deve ter essa atitude paternalista com os meios de comunicação, de simplesmente doar o seu material. O nosso material deve ser comercializado, como os outros. Os meios de comunicação de massa – jornais, rádios, emissoras de TV etc. – não poderiam usar o nosso noticiário, só se o comprassem, como o compram de outras agências – “Agência JB”, “Agência Estado” etc. Este o nosso projeto, embora, evidentemente – repito – haja limitações muito grandes no nosso trabalho. Há restrições e há especialmente uma atitude que se reflete diariamente no nosso trabalho, especialmente pelo tipo de governo para o qual estamos trabalhando, que é um governo bastante indefinido, um governo de negociação, um governo de composição, onde estão compreendidas forças, às vezes até antagônicas.

PARTICIPANTE – Pelo que entendi a EBN funcionava anteriormente como agência de propaganda e não como agência de notícias, seria isto durante o regime anterior e não foi mudado nenhum estatuto dela, continua com o mesmo estatuto. Você está dizendo que com a tendência de ser uma agência de notícia, e não uma mera agência de propaganda, mas isto está sendo possível porque o atual governo seria um governo heterogêneo, sem linha muito definida e que daria espaço para vocês agirem.

Assim, pergunto: quando houver um governo que tiver uma linha, o estatuto da EBN permitirá que ela seja mantida, que ela não se torne de novo numa agência de propaganda?

LUIZ GONZAGA DA MOTA – Exatamente nesta linha que eu disse a 2ª parte da minha resposta à pergunta do Wladimir.

Cabe e há lugar no aspecto da comunicação no Brasil para uma agência desse tipo. Deve ser uma agência desvinculada de governos, porque os governos mudam, pode-se ter um governo conservador, ou um governo progressista, enfim pode haver governos de matizes diferentes. Então, o que cabe é uma agência de notícia pública, mas pelo menos com grau de autonomia muito maior do que a EBN atual tem.

Para se exercer o jornalismo profissional e ter uma agência como a EBN transformada em uma agência como a France Press, que tem hoje uma credibilidade muito grande e é possível fazê-lo, tem-se que mudar os estatutos, tem-se que transformar a Empresa, tem-se que tirar esse vínculo direto, essa ligação direta que a EBN tem com o Ministério da Justiça. Por que o Ministério da Justiça? Porque é um Ministério político e aí já se vê exatamente como é que está, como é que se processa toda essa condução da EBN, como se processa toda essa maneira de manipular, de alguma forma, a EBN.

A meu ver, são as limitações maiores. Então, é preciso exatamente transformar a EBN em uma agência que, embora tenha um caráter não comercial, seja uma agência pública, uma agência que controle, exatamente como são a DPA da Alemanha, a EFE espanhola, e a France Press na França. Embora sejam agências que dependam basicamente do Estado. O problema é que a agência de notícia não dá lucro, não existe nenhuma agência de notícia, enquanto agência de notícia, que seja comercialmente lucrativa. No caso do Brasil, na verdade, não temos agências de notícias nacionais. A “Agência JB” a “Agência Estado” e a “Agência Globo” são subprodutos dos jornais. Isso tem uma implicação muito grave para eles, o que faz o “JB”? Vamos tomar o caso de “O Globo”, o que faz? Os jornalistas de “O Globo” trabalham para o jornal e, em função do fechamento do jornal, por exemplo, se há um assunto em pauta – reforma administrativa, pacote econômico, trabalham o dia todo em função do jornal e vão dar a notícia no final do dia, às 19 horas, vão para a redação, vão redigir no próprio local de trabalho e depois mandar para a redação a notícia que finaliza aquele fato. Então, eles trabalham em função do jornal. Por seu turno, o jornal utiliza aquele material, para fazer circular e vender. Acontece que os outros jornais que compram têm uma reclamação muito grande, porque o noticiário chega tarde, etc. Com a agência de notícias é diferente. Ela trabalha fundamentalmente com a rapidez, ela dá o fato, tem que dar o fato na hora em que este acontece.

Em síntese, o que estava querendo dizer é que podemos funcionar como agência de notícia, temos estrutura para funcionar como agência de notícia.

O aspecto que você levantou é fundamental. Enquanto dependermos e tivermos essa dependência tão fundamental dos governos, vamos estar eternamente vinculados a esses governos, independente da matriz que tiverem. Por isso que é importante dar essa autonomia, ou pelo menos uma autonomia muito maior, procurar dar à empresa, um estatuto que seja diferente daquele que ela tem hoje, um estatuto que pode ser semelhante ao estatuto da DPA alemã, ao estatuto da France Press da França, e da EFE espanhola, que, embora dependam fundamentalmente do governo, porque o Governo compra o material delas, – e aí meu argumento – é através da compra ou venda do material para as agências governamentais que elas

sobrevivem e conseguem o lucro que têm, e não através da venda do material para os meios de comunicação. Tem-se, então, de pensar numa fórmula que atenda, ao mesmo tempo, a venda do material a ministérios, a órgãos públicos, etc., e também para os meios de comunicação. Isto dá uma autonomia maior, e a France Press é, talvez, o exemplo mais marcante – é uma agência que tem uma credibilidade enorme no mundo inteiro, é uma agência que faz um jornalismo profissional, no entanto é uma agência que continua dependendo fundamentalmente de um Estado, embora todas elas o neguem, mas se sabe, pelo próprio estatuto do funcionamento delas, que dependem economicamente, dependem fundamentalmente da compra do seu noticiário pelo Estado.

COORDENADOR (Wladimir de Carvalho) – Não havendo mais nenhuma indagação por parte do seletor Auditório aqui presente, só nos resta agradecer a presença de nossos Debatedores aos que aqui compareceram, enfim, ao Departamento de Sociologia e aos Organizadores.

Muito obrigado.

Uma outra questão prioritária: a cidadania do trabalhador rural. Isto significa ter direito à terra, ao uso da terra e aos frutos da terra. Questão polêmica, a reforma agrária será sem dúvida um dos temas em destaque na futura Assembléia Nacional Constituinte. No seminário *A Construção da Cidadania*, discute-se reforma agrária dentro de um sentido de redefinição da propriedade. Igualmente são discutidos outros temas polêmicos, como a questão étnica – a cidadania das minorias raciais –, a cidadania dos homossexuais, o planejamento familiar, a discussão em torno do aborto.

Alguns dos direitos de cidadania dizem respeito às liberdades individuais. É o caso da liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, de fé, de propriedade, de acesso à Justiça. Existe ainda uma segunda classe de direitos: são os direitos políticos, votar, ser votado e participar politicamente da vida da nação. Surge agora uma terceira classe de direitos que começa a compor o quadro de uma cidadania econômica. É uma nova cidadania, ligada à representação social e política do trabalhador, que pressupõe os seus direitos na empresa, sua liberdade em criar e em participar de movimentos associativos e sindicais. Todas estas questões foram debatidas em seis longos painéis que são agora reproduzidos neste livro e que têm o mérito principal de mostrar a abrangência dos temas a serem levados à futura Assembléia Nacional Constituinte.

Construção da Cidadania, A



* 9 4 5 8 *

R\$ 29,00

ISBN 85-230-0211-1